

Relatório de Gestão 2018



Casa Civil

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ministro-Chefe da Casa Civil

Onyx Dornelles Lorenzoni

Secretário-Executivo

Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub

Secretário Especial de Relações Governamentais

Giacomo Romeis Hensel Trento

Secretário Especial para o Senado Federal

Paulo Roberto Bauer

Secretário Especial para a Câmara dos Deputados

Carlos Humberto Mannato

Subchefe de Ação Governamental

Marcelo Barros Gomes

Subchefe de Articulação e Monitoramento

José Vicente Santini

Subchefe para Assuntos Jurídicos

Jorge Antonio de Oliveira Francisco

Subchefe de Assuntos Parlamentares

Ana Beatriz Ferreira Groba

Imprensa Nacional

Pedro Antonio Bertone Ataíde

Lista de siglas e abreviações

Abin – Agência Brasileira de Inteligência

Aesp – Assessoria Especial

Assec – Assessoria Especial de Compliance

ASG – Assessoria Especial de Governança

Asmod – Assessoria Especial de Modernização

CC/PR – Casa Civil da Presidência da República

CCAAF – Código de Conduta da Alta Administração Federal

CGCONT – Coordenação–Geral de Contabilidade e Custos

CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

C&D – Capacitação e Desenvolvimento

CEP – Comissão de Ética Pública

CGD – Comitê de Governança Digital

CGU – Controladoria–Geral da União

CGU-PAD – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

CIG – Comitê Interministerial de Governança

Ciset – Secretaria de Controle Interno da Presidência da República

CMRI – Comissão Mista de Reavaliação de Informações

CN – Congresso Nacional

Coage – Coordenação–Geral de Administração Geral da Diretoria de Recursos Logísticos

Coenge – Coordenação–Geral de Engenharia da Diretoria de Recursos Logísticos

Cogif – Coordenação–Geral de Gestão de Informações Funcionais da Diretoria de Gestão de Pessoas

DBR – Declarações de Bens e Renda

DCIs – Declarações Confidenciais de Informações

Digep – Diretoria de Gestão de Pessoas

Dilog – Diretoria de Recursos Logísticos

Dirof – Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

Ditec – Diretoria de Tecnologia da Informação

DN – Decisão Normativa

DNI - Documento Nacional de Identidade

DOU – Diário Oficial da União

EGD – Estratégia de Governança Digital

EM – Exposição de Motivos

Enap – Escola Nacional de Administração Pública

Esaf – Escola de Administração Fazendária

e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

FCPE – Funções Comissionadas do Poder Executivo

GSI/PR – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

GT – Grupo de Trabalho

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

ICP-Brasil – Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN – Imprensa Nacional

INCom – Sistema de Envio de Matérias

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

LAI – Lei de Acesso a Informação

Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MF – Ministério da Fazenda

MP – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OEA – Organização dos Estados Americanos

PACD – Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento

PDTIC/PR – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Presidência da República

PETIC/PR – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da Presidência da República

PPA – Plano Plurianual

PPI – Programa de Parceria de Investimentos

PR – Presidência da República

Redesim – Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Pessoas Jurídicas

RG – Relatório de Gestão

SA/SG – Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República

SAG – Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

SAJ – Subchefia para Assuntos Jurídicos

SAM – Subchefia de Articulação e Monitoramento

SE/CC – Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República

Sead – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

Secep – Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública

Secom – Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República

Sedes – Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Segov/PR – Secretaria de Governo da Presidência da República

Sei – Sistema Eletrônico de Informações

Semac – Sistema Eletrônico de Monitoramento das Ações de Controle

Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados

SG/PR – Secretaria-Geral da Presidência da República

Siads – Sistema Integrado de Administração de Serviços

Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira

Siape – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

Siasg – Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais

SIC/PP – Serviço de Informação ao Cidadão do Palácio do Planalto

Siconv – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

Sidof – Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais

Sinc – Sistema Integrado de Nomeações e Consultas

Sine - Sistema Nacional de Emprego

Siorg – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

Sisac – Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis da União

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCI – Termo de Classificação da Informação

TCU – Tribunal de Contas da União

TED – Termo de Execução Descentralizada

UG – Unidade Gestora

UPC – Unidade Prestadora de Contas

Listas de Figuras

Figura 1 - Organograma da PR em 2018.....	15
Figura 2 - Centro de Governo no Brasil	16
Figura 3 - Organograma da Casa Civil da PR em 2018	17
Figura 4 - Espelhamento temático.....	17
Figura 5 - Planejamento Estratégico da Imprensa Nacional.....	20
Figura 6 - Mapa Estratégico da Imprensa Nacional 2017-2019	21
Figura 7 - Ações de governança.....	24
Figura 8 - Visão Geral.....	31
Figura 9 - SINC	35
Figura 10 - Guia da Política de Governança Pública e Boletim de Análise Político-Institucional nº 19	39
Figura 11 - Modelo para avaliar propostas de políticas públicas	39
Figuras 12 - Guia de análise Ex Ante	40
Figuras 13 - Guia de análise Ex Post	40
Figura 14 - Guia AIR.....	40
Figura 15 - Integração ALM.....	76
Figura 16 - Estrutura Organizacional das Unidades Abrangidas nas Demonstrações Contábeis	113

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Estrutura de Gestão de Integridade da Casa Civil em 2018	25
Gráfico 2 - Fluxo Real de Normativos na Subchefia de Assuntos Jurídicos	32
Gráfico 3 - Fluxo Real de Normativos na Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais.....	32
Gráfico 4 - Atos Normativos Analisados em 2018	33
Gráfico 5 - Número de vetos em 2018	34
Gráfico 6 - Visão Gerencial Ministério e SE	35
Infográfico 7 - Dinâmica de Monitoramento.....	37
Infográfico 8 - Prioridades Presidenciais em 2018	37
Infográfico 9 - Ciclos do CDES.....	41
Infográfico 10 - Quantidade de indicações parlamentares.....	42
Gráfico 11 - Manifestações recebidas.....	43
Gráfico 12 - Recursos tratados na CMRI	44
Gráfico 13 - Decisões da CMRI em 2018	45
Gráfico 14 - Variação Orçamentária	47
Gráfico 15 - Distribuição das despesas da Casa Civil executadas em 2018 - Despesas Liquidadas.....	49
Gráfico 16 - Gastos com pessoal	50
Gráfico 17 - Custeio	51
Gráfico 18 - Investimentos.....	51
Gráfico 19 - Despesas liquidadas.....	53
Gráfico 20 - Pessoal e encargos sociais	53
Gráfico 21 - Custeio	54
Gráfico 22 - Investimento	54
Gráfico 23 -Dotação orçamentária.....	55
Gráfico 24 - Receita arrecadada - Fundo Social (FS)	56
Gráfico 25 - Valores Autorizados de Movimentação e Empenho.....	56
Gráfico 26 - Distribuição da força de trabalho por situação de vínculo com a Administração Pública	59
Gráfico 27 - Distribuição de servidores por unidade de exercício	59
Infográfico 28 -Perfil de servidores da Casa Civil	59
Gráfico 29 - Evolução da força de trabalho	60
Gráfico 30 - Evolução da despesa de pessoal.....	61
Gráfico 31 - 939 Avaliações de desempenho / Principais órgãos demandantes	61
Gráfico 32 - Tabela de Remuneração da PR.....	62
Gráfico 33 - Ocupação de cargos gerenciais por servidores.....	62
Gráfico 34 - Capacitações em 2018	63
Gráfico 35 - Orçamento	63
Infográfico 36 - Capacitações em 2018.....	63
Gráfico 37 - Maiores contratações em 2018	67
Gráfico 38 - Quantitativo das contratações diretas	71
Gráfico 39 - Quantitativo e valores dos contratos por tipo do objeto em 2018	75
Gráfico 40 - Contratações mais relevantes de recursos de TIC - 2018.....	75
Gráfico 41 - Macroprocesso de Custos	80
Gráfico 42 - Receitas 2018	86
Gráfico 43 - Receitas x Despesas - 2018	86
Gráfico 44 - Evolução das Despesas de TI da Imprensa Nacional	89
Gráfico 45 - Recursos aplicados em TI	105
Gráfico 46 - Bens.....	125
Gráfico 47 - Bens imóveis	126
Gráfico 48 - Softwares - Vida útil	127
Gráfico 49 - Obrigações a curto prazo.....	128
Gráfico 50 - Transferência e Delegações Recebidas	129
Gráfico 51 - Transferência e Delegações Concedidas	129
Gráfico 52 - Despesas orçamentárias.....	131
Gráfico 53 - Dotação	132
Gráfico 54 - Execução	132

Listas de Tabelas

Tabela 1 - Planejamento Secep 2018	22
Tabela 2 - Tratamento de riscos de integridade da Casa Civil em 2018	28
Tabela 3 - Número de vetos em 2018.....	34
Tabela 4 - Distribuição de despesas nos programas e ações do orçamento da Casa Civil.....	48
Tabela 5 - Contingenciamento	52
Tabela 6 - Distribuição das despesas do Funin.....	52
Tabela 7 - Programação orçamentária do Fundo Social	55
Tabela 8 - Contingenciamento	57
Tabela 9 - Legislação em 2018	57
Tabela 10 - Atendimentos às recomendações.....	57
Tabela 11 - Conformidade	58
Tabela 12 - Processo Seletivo	60
Tabela 13 - Custo Direto com despesas de pessoal em 2018	60
Tabela 14 - Ações e desafios futuros	64
Tabela 15 - Contratações	66
Tabela 16 - Contratos com maior valor	68
Tabela 17 - Quantitativo das contratações diretas.....	69
Tabela 18 - Mudanças de unidades administrativas.....	72
Tabela 19 - Macroprocessos da Ditec	73
Tabela 20 - Principais entregas do CGD/PR em 2018	74
Tabela 21 - Montante dos recursos aplicados em TIC – 2017 / 2018.....	75
Tabela 22 - Principais projetos da Ditec em 2018	77
Tabela 23 - Principais desafios e ações planejadas	79
Tabela 24 - Execução da LOA	84
Tabela 25 - Execução da LOA em 2017 e 2018 - Outras despesas	87
Tabela 26 - Execução da LOA em 2017 e 2018 - Pessoal e Encargos	88
Tabela 27 - Execução da LOA em 2017 e 2018 - Investimentos	88
Tabela 28 - Despesas de Pessoal da Imprensa Nacional	90
Tabela 29 - Tabela de Salários e Gratificações da IN Salário da IN + Gratificação GEPDIN.....	91
Tabela 30 - Tabela do Plano geral de cargos do poder executivo – PGPE + Gratificação GDPGPE.....	91
Tabela 31 - Quadro Resumo de Capacitações em 2018	91
Tabela 32 - Quadro Cursos Ofertados em 2018	92
Tabela 33 - Ações de enfermagem	94
Tabela 34 - Contratos	96
Tabela 35 - Contratações Diretas	98
Tabela 36 - Termo de concessão de área de uso.....	100
Tabela 37 - Contrato de concessão de uso de área	100
Tabela 38 - Contrato de concessão de uso de área	101
Tabela 39 - Contrato de concessão de uso de área	102
Tabela 40 - Contrato de concessão de uso de área	102
Tabela 41 - Contrato de concessão de uso de área	103
Tabela 42 - Locação de equipamentos	104
Tabela 43 - Recursos aplicados em TI	105
Tabela 44 - Contratações mais relevantes	106
Tabela 45 - Principais atividades realizadas.....	109
Tabela 46 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	110
Tabela 47 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.....	110
Tabela 48 - Balanço Patrimonial	115
Tabela 49 - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei n. 4.320/1964).....	115
Tabela 50 - Quadro das Contas de Compensação (Lei n. 4.320/1964)	116
Tabela 51 - Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (Lei n. 4.320/1964).....	116
Tabela 52 - Variações Patrimoniais.....	117
Tabela 53 - Receitas orçamentárias	118
Tabela 54 - Despesas orçamentárias	118
Tabela 55 - Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados	119
Tabela 56 - Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	119

Tabela 57 - Balanço Financeiro.....	120
Tabela 58 - Resultado Financeiro	121
Tabela 59 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	122
Tabela 60 - Caixa e Equivalentes de Caixa.....	125
Tabela 61 - Conta contábil	125
Tabela 62 - Bens móveis	126
Tabela 63 - Bens imóveis	126
Tabela 64 - Softwares - Vida útil.....	127
Tabela 65 - Detalhamento.....	127
Tabela 66 - Resultado Patrimonial.....	128
Tabela 67 - Resultado Patrimonial Detalhado.....	128
Tabela 68 - Transferências Intragovernamentais Recebidas	129
Tabela 69 - Transferências Intragovernamentais Concedidas	130
Tabela 70 - Detalhamento	130
Tabela 71 - Receita Realizada	131
Tabela 72 - Dotação atualizada	131
Tabela 73 - Despesa empenhada	132
Tabela 74 - Pessoal e Encargos Sociais	132
Tabela 75 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	133
Tabela 76 - Equipamentos e Material Permanente.....	133
Tabela 77 - Restos a Pagar.....	133
Tabela 78 - Balanço Patrimonial.....	135
Tabela 79 - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei n. 4.320/1964).....	135
Tabela 80 - Quadro das Contas de Compensação (Lei n. 4.320/1964).....	136
Tabela 81 - Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (Lei n. 4.320/1964)	136
Tabela 82 - Variações Patrimoniais	137
Tabela 83 - Receitas Orçamentárias	138
Tabela 84 - Despesas Orçamentárias	138
Tabela 85 - Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados	139
Tabela 86 - Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	139
Tabela 87 - Balanço financeiro	140
Tabela 88 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	141
Tabela 89 - Imobilizado – Composição.....	142
Tabela 90 - Bens Móveis – Composição	142
Tabela 91 - Movimentação de Bens Móveis em 2018.....	143
Tabela 92 - Depreciação Acumulada de Bens Móveis – por Conta Corrente.....	144
Tabela 93 - Intangível – Composição	145
Tabela 94 - Softwares – Composição por Conta Corrente	145
Tabela 95 - Movimentação do intangível em 2018.....	146
Tabela 96 - Receita Prevista x Realizada	147
Tabela 97 - Despesas Orçamentarias - Dotada x Executada.....	147
Tabela 98 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados por tipo de despesa.....	147
Tabela 99 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG	148
Tabela 100 - Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	148
Tabela 101 - Demonstração das Variações Patrimoniais	148
Tabela 102 - Variação Patrimonial - Vendas de Produtos	149
Tabela 103 - Variação Patrimonial - Aposentadorias e Reformas	149
Tabela 104 - Obrigações Contratuais - Composição.....	150
Tabela 105 - Obrigações Contratuais - Por Contratado/Serviços.....	150
Tabela 106 - Obrigações Contratuais - Por Contratado/Bens	151
Tabela 107 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Composição.....	151
Tabela 108 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Conta Corrente.....	151



Sumário

Mensagem do dirigente máximo	13
Apresentação	13
1. Visão geral organizacional e ambiente externo	15
A Casa Civil da Presidência da República	15
A Imprensa Nacional.....	18
A Comissão de Ética Pública.....	18
2. Planejamento estratégico e governança	19
Metodologia do Planejamento Estratégico da Casa Civil	19
Planejamento Estratégico da Imprensa Nacional	20
Planejamento da Comissão de Ética em 2018	21
Comitê de Governança - 1º Plano de Trabalho Anual.....	23
3. Gestão de riscos e controles internos.....	25
Promoção da integridade na Casa Civil	25
Gestão de Riscos e Controles Internos na Imprensa Nacional	29
Governança, Gestão de riscos e controles internos na Comissão de Ética.....	30
Descrição das estruturas de governança	30
Canais de acesso do cidadão	30
4. Resultados da gestão	31
Processo Normativo	31
Elaboração de normas pelo Executivo Federal	31
O Processo normativo no Dia a Dia	33
Promoção da integridade no Executivo Federal	34
Processo de Nomeações e Consultas.....	34
Comissão de Ética Pública	35
Monitoramento de Prioridades Presidenciais	36
Promoção da Governança	38
Melhoria da Governança na Administração	38
Relacionamento com a Sociedade.....	41
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.....	41
Reformas Estruturantes	42
Relacionamento com partes Interessadas	42
Promoção da transparéncia	43
Comissão Mista de Reavaliação de Informações	43
Publicidade dos atos oficiais.....	45
5. Alocação de Recursos e áreas especiais da gestão na Casa Civil	47
Gestão orçamentária e financeira	47
Execução Orçamentária.....	47
Execução por Grupo e Elemento de Despesa.....	50
Fundo Nacional de Imprensa – Funin	52
Execução Orçamentária.....	52
Fundo Social – FS	55
Execução Orçamentária.....	55
Gabinete de Intervenção Federal do Estado de Roraima	56
Valores Autorizados de Movimentação e Empenho	56
Gestão de Pessoas	57
Conformidade legal - Legislação Aplicada	57
Atendimentos às determinações e recomendações dos Órgãos de Controle	57
Conformidade em processos de pagamento de gestão de pessoas.....	58
Demandas da sociedade e dos servidores	58
Avaliação da força de trabalho.....	58

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas.....	60
Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia.....	61
Igualdade de oportunidades	62
Capacitação: estratégia e números	62
Principais desafios e ações futuras	64
Gestão de Licitação e Contratos	65
Conformidade Legal.....	65
Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas.....	65
Contratações Diretas	69
Principais desafios e ações futuras.....	69
Gestão Patrimonial e Infraestrutura	70
Conformidade Legal.....	70
Principais investimentos de capital, seu custo-benefício e impacto sobre objetivos estratégicos	70
Gestão de Bens Móveis e Acervo Patrimonial	70
Mudanças e desmobilizações relevantes.....	72
Desafios para 2019.....	72
Gestão de Tecnologia da Informação	73
Conformidade legal da gestão de TIC	73
Modelo de Governança de TIC	74
Montante de recursos aplicados em TIC.....	74
Principais iniciativas (sistemas e projetos)	76
Segurança da Informação.....	78
Principais desafios e ações para o futuro.....	78
Gestão de Custos.....	80
Informações Gerais	80
Principais Desafios e Ações Futuras	81
Sustentabilidade Ambiental.....	81
Introdução	81
Adoção de critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras.....	82
Ações para redução do consumo de recursos naturais	83
Redução de resíduos poluentes	83
6. Alocação de Recursos e áreas especiais da gestão na Imprensa Nacional.....	84
Desempenho Orçamentário.....	84
Execução descentralizada com transferência de recursos	85
Receitas Próprias.....	85
Gestão de pessoas	89
Estratégia de recrutamento e alocação	89
Detalhamento da despesa	89
Integração da folha de inativos	91
Capacitação e desenvolvimento de pessoas	91
Gestão de licitações e contratos	95
Principais desafios e ações futuras.....	99
Gestão Patrimonial e Infraestrutura	99
Conformidade legal:.....	99
Principais investimentos de capital	99
Desfazimento de ativos	99
Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ	100
Locação de equipamentos.....	104
Infraestrutura	104
Mudanças e desmobilizações relevantes.....	104
Principais desafios e ações futuras.....	104
Gestão da Tecnologia da Informação	105
Conformidade legal.....	105
Modelo de governança de TI	105
Montante de recursos aplicados em TI.....	105
Contratações mais relevantes de recursos de TI.....	106
Principais iniciativas – sistemas e projetos – e resultados na área de TI por cadeia de valor	106

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Segurança da informação	107
Principais desafios e ações futuras.....	107
Sustentabilidade Ambiental.....	108
Critérios de Sustentabilidade.....	108
Ações para redução do consumo.....	108
Redução de resíduos poluentes	108
7. Alocação de Recursos e áreas especiais da gestão na Comissão de Ética	109
Desempenho Orçamentário.....	109
Fatores Intervenientes no desempenho Orçamentário.....	109
Execução descentralizada com transferência de recursos	109
Informações sobre a execução das despesas	110
8. Demonstrações Contábeis	112
Ações de Melhorias.....	113
Declaração da Contadora	114
Balanço Patrimonial	115
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	117
Balanço Orçamentário	118
Balanço Financeiro	120
Resultado Financeiro do Exercício	121
Demonstração dos Fluxos de Caixa	122
Base de elaboração das Demonstrações Contábeis.....	123
Resumo dos principais critérios e políticas contábeis.....	123
Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.....	125
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa	125
Nota 02 – Imobilizado	125
Nota 03 – Intangível	127
Nota 04 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	127
Nota 05 - Demais Obrigações a Curto Prazo	128
Nota 06 – Resultado Patrimonial do Exercício	128
Nota 07 – Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas	129
Nota 08 – Receitas Correntes.....	130
Nota 09 – Despesas Orçamentárias	131
Nota 10 – Restos a Pagar	133
Nota 11 – Outros Itens Relevantes.....	133
9. Demonstrações Contábeis da Imprensa Nacional	135
Balanço Patrimonial	135
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	137
Balanço Orçamentário	138
Balanço Financeiro	140
Demonstração dos Fluxos de Caixa	141
Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.....	142
Nota 01 – Imobilizado.....	142
Nota 02 – Bens Móveis.....	142
Nota 02 – Intangível	144
Nota 03 – Balanço Orçamentário	147
Nota 04– Demonstração das Variações Patrimoniais	148
Nota 05 – Obrigações Contratuais	149
Nota 06 – Fornecedores e Contas a Pagar.....	151
Demonstrações Contábeis da Imprensa Nacional.....	152
Declaração do Contador.....	152
Anexos e Apêndices	153
Anexo 1 - Declaração de Integridade do Relato Integrado	153
Anexo 2 - Relatório de Gestão da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead)	154

Mensagem do dirigente máximo

Apresentação

Apresentamos o Relatório de Gestão da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR) referente ao exercício de 2018. O Relatório de Gestão de 2018 encerra o ciclo de um Governo e serve de instrumento de prestação de contas das atividades do Órgão em 2018, em conformidade aos artigos 70 e 71 da Constituição Federal. A elaboração do presente documento atendeu às disposições normativas do Tribunal de Contas da União (TCU), que promoveu recente mudança no processo de prestação de contas anuais das unidades da administração pública federal, com destaque para a adoção do Relato Integrado.

Nesse sentido, o relatório traz os resultados da gestão anterior e destacamos que nos próximos exercícios, o governo almeja trazer reformas que busquem aumentar a eficiência da economia, as taxas de produtividade, e obter um crescimento sustentável com a retomada do emprego.

A busca por esses resultados, em nosso governo se iniciou com a apresentação à sociedade de uma Agenda de 100 Dias de Governo. As ações de tal agenda foram elencadas como metas nacionais prioritárias com base em dois critérios: efetividade de entrega à sociedade nos 100 primeiros dias de administração e considerável impacto social.

Tais iniciativas passam, na área econômica e de infraestrutura, pelo combate às fraudes nos benefícios do INSS; redução da máquina pública e aumento da eficiência; intensificação do processo de inserção econômica internacional; ampliação do uso do Sine; privatizações no setor de transportes; viabilização de leilões do excedente da cessão onerosa de Petróleo; reduções tarifárias no Mercosul; melhoria no ambiente de negócios do turismo; potencialização da atração de investimentos para o Brasil; atendimento eletrônico de devedores dos órgãos federais; e independência do Banco Central.

Já na área social e de cidadania podemos destacar o programa Bolsa Atleta; o 13º benefício do Bolsa Família; a Campanha Nacional de Prevenção ao Suicídio e à Automutilação de Crianças, Adolescentes e Jovens; e a Regulamentação de Partes da Lei Brasileira de Inclusão.

Nas áreas da educação e saúde os projetos compreendem o programa de Alfabetização Acima de Tudo; o Programa Ciência na Escola; a Educação domiciliar; e fortalecer a vigilância e aumentar a cobertura vacinal.

Em relação ao aspecto ético e moral da administração pública as propostas perpassam o estabelecimento de regras e critérios para ocupação de cargos de confiança no Governo Federal; a adoção de critérios para o exercício de cargos de dirigentes de Bancos Federais; a disseminação do Programa Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania; a Criação do Comitê de Combate à Corrupção no Governo Federal; e o fortalecimento do Sistema Anticorrupção do Poder Executivo Federal.

As propostas para a Segurança Pública envolvem o Decreto de Facilitação da Posse de Armas que busca garantir ao cidadão brasileiro a integralidade do direito constitucional à legítima defesa da vida e do



Foto: Alan Santos/PR

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

patrimônio; PL Anticrime, que almeja aumentar eficácia no combate ao crime organizado, ao crime violento e à corrupção; e o Apoio à Operação Lava-Jato com a recomposição do efetivo policial envolvido na Operação.

As propostas para o Meio Ambiente compreendem Aprimorar o Sistema de Recuperação Ambiental; Plano Nacional para Combate ao Lixo no Mar; o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH); e a implantação do Centro de Testes de Tecnologias de Dessoralização.

Em 20 de fevereiro, o governo apresentou à sociedade a proposta para a Nova Previdência: uma proposta moderna e, ao mesmo tempo, fraterna, que conjuga o equilíbrio atuarial com o amparo a quem mais precisa, separando “previdência” de “assistência”, ao tempo em que combate fraudes e privilégios.

Os princípios da Nova Previdência são: um sistema justo e igualitário; quem ganha menos paga menos; garantia da sustentabilidade do sistema; maior proteção social ao idoso - assistência física; garantia dos direitos adquiridos; separação entre assistência e previdência; e opção pela capitalização. Com a Nova Previdência, o governo espera um impacto positivo nas contas públicas, nos próximos 10 anos, em torno de R\$ 1 trilhão.

Em relação a esse conjunto de projetos e demais programas, compete à Casa Civil assistir o Presidente da República na sua coordenação política; na coordenação e na integração das ações de governo; na verificação prévia da constitucionalidade e da legalidade dos atos presidenciais; na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas com as diretrizes governamentais; na avaliação e monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e entidades da administração pública federal; e na publicação e preservação dos atos oficiais. São missões para as quais envidaremos todos os esforços para cumprir adequadamente nos próximos quatro anos.

Onyx Lorenzoni

1. Visão geral organizacional e ambiente externo

A Casa Civil da Presidência da República

A Casa Civil da Presidência da República é órgão essencial, diretamente vinculado ao chefe do Poder Executivo Federal e tem a função de contribuir para a coordenação das ações de governo. Em suas atribuições de assessoramento direto ao Presidente, a Casa Civil é responsável pela avaliação das proposições normativas que o Chefe do Executivo aprova, o acompanhamento dos projetos prioritários de governo, além de zelar pela publicidade dos atos oficiais do governo, pela gestão da ética e pela transparência da informação pública.

Nos termos da lei de organização do Poder Executivo e do decreto regimental, vigentes em 2018, competia à Casa Civil assistir direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente: a) na coordenação e na integração das ações do Governo federal; b) na verificação prévia da constitucionalidade e da legalidade dos atos presidenciais; c) na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais; d) na avaliação e monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e entidades da administração pública federal; além de promover a publicação e a preservação dos atos oficiais.

A Casa Civil integra a estrutura da Presidência da República juntamente com Secretaria de Governo, Secretaria-Geral, Gabinete Pessoal do Presidente da República e Gabinete de Segurança Institucional, conforme organograma de sua estrutura organizacional de 2018 apresentado a seguir.

Figura 1 - Organograma da PR em 2018



Fonte: Siorg/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Excepcionalmente, nos últimos anos (2016-2018), a Casa Civil também ficou responsável pela supervisão ministerial do órgão e da entidade que tratam da reforma agrária, da promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, da assistência técnica e extensão rural aos beneficiários da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, da delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e determinação de suas demarcações, a serem homologadas por decreto, e da regularização fundiária na Amazônia Legal. Em 2019, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca) e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead) deixaram de fazer parte da estrutura regimental da Casa Civil, se vinculando ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Assim, o relatório de gestão da Sead está segregado, constando do Anexo 2 deste documento.

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Em relação às atribuições da Casa Civil como Centro de Governo, entende-se que tal papel é desempenhado por meio de ações que objetivam alinhar as políticas públicas, de forma que as mesmas acompanhem a estratégia de promover as reformas estruturais necessárias para aumento da produtividade da economia brasileira.

Cabe ressaltar que tal papel não era exercido exclusivamente pela Casa Civil, mas também por outros órgãos diretamente vinculados ao Presidente da República, conforme diagrama a seguir.

Figura 2 - Centro de Governo no Brasil



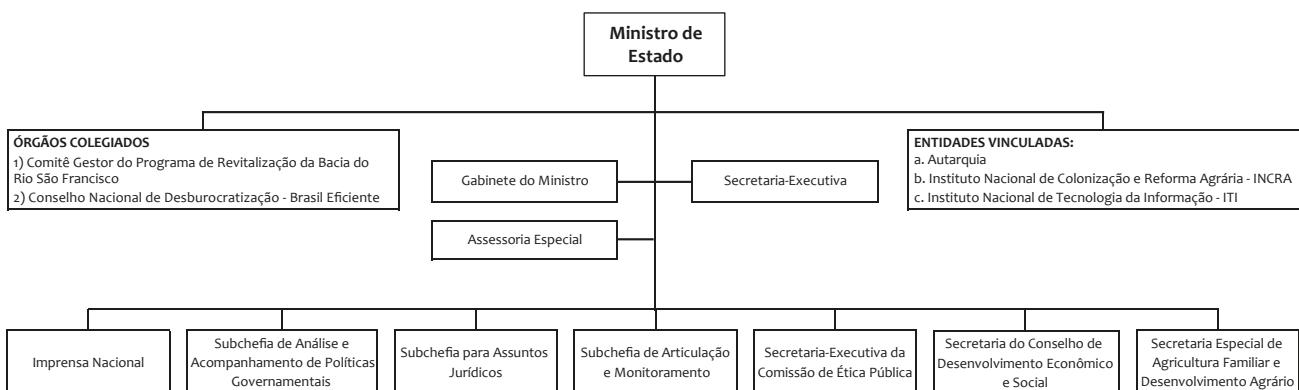
Fonte: TCU, 2016¹

Como podemos observar, na estrutura interna da Casa Civil, as Subchefias de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais (SAG) e de Articulação e Monitoramento (SAM) são as responsáveis por exercer as atribuições da Casa Civil correspondentes às funções do Centro de Governo (TCU, 2016).

A Casa Civil exerce a coordenação superior junto aos Ministérios e Secretarias, acompanhando e avaliando os resultados dos programas e dos projetos considerados prioritários pela Presidência da República. Dessa maneira, procura compatibilizar as propostas dos ministérios setoriais em termos das diretrizes governamentais; e promover a coordenação e a integração das ações governamentais nas áreas de políticas sociais; políticas de infraestrutura; política econômica; finanças públicas e gestão pública.

¹ Tribunal de Contas da União. **Referencial para avaliação da governança do Centro de Governo.** Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SeceXAdmin), 2016.

Figura 3 - Organograma da Casa Civil da PR em 2018



Fonte: Organograma gerado pelo sistema Siorg/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

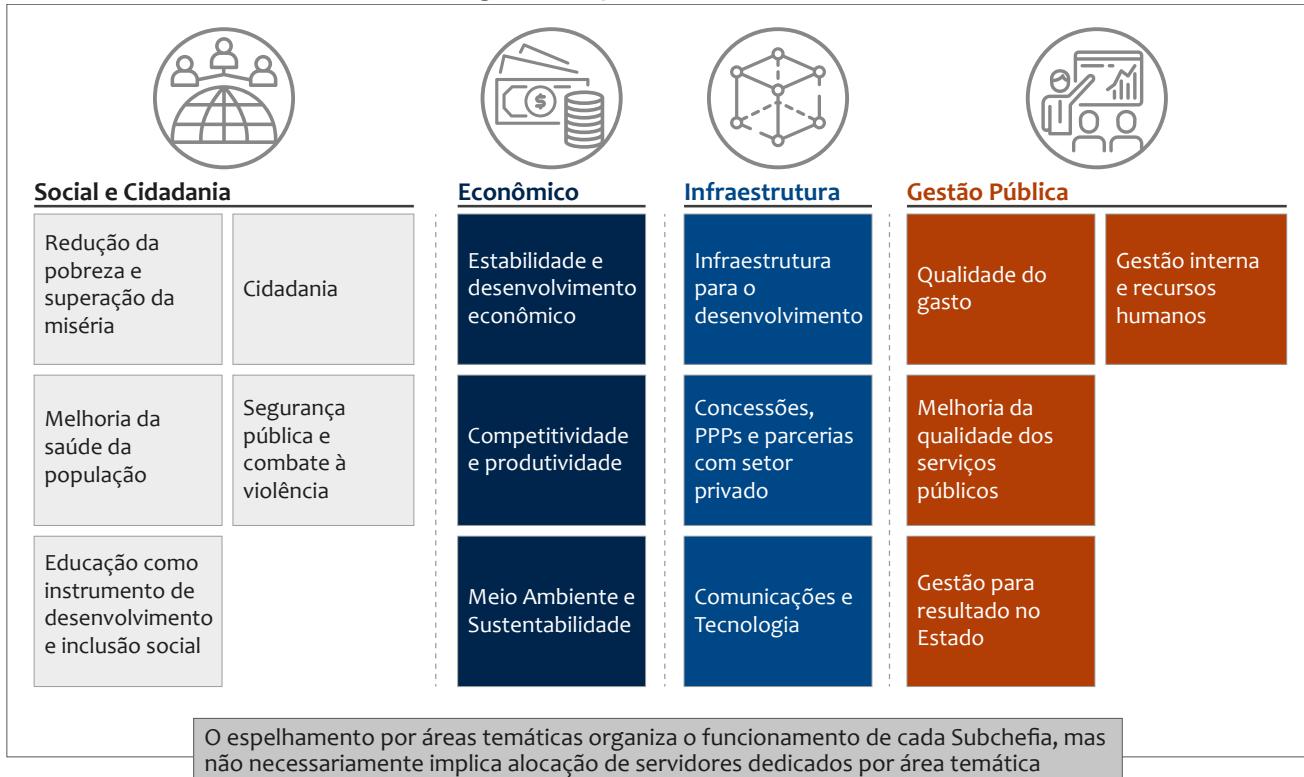
A **missão** proposta pela direção da Casa Civil em julho de 2016 foi “apoiar a definição e coordenar de maneira efetiva as ações prioritárias do governo, atendendo às principais demandas da sociedade e contribuindo para o crescimento sustentável e inclusivo do país.”

A **visão** de futuro proposta foi “ser exemplo de desenvolvimento institucional, excelência técnica e capacidade de articulação, facilitação e de resolução de problemas, coordenando os ministérios com legitimidade e fazendo avançar a agenda prioritária do país.”

Os **valores** foram definidos como “compromisso com a gestão orientada por resultados, agilidade de resposta, excelência técnica, colaboração, disposição para ouvir, transparência e ética.”

Na organização interna, a Casa Civil possui um espelhamento temático com base em quatro subdivisões em cada Subchefia:

Figura 4 - Espelhamento temático



Fonte: Relatório McKinsey, 2016²

² McKinsey. Apoio à reestruturação organizacional da Casa Civil – Propostas de melhoria. Documento Final. Julho de 2016 (mimeo).



A Imprensa Nacional

A **Imprensa Nacional** (IN) é órgão vinculado à Casa Civil da Presidência da República e tem por principal missão institucional a edição e a publicação do Diário Oficial da União (DOU), desde sua criação em 1808. Em 2018 várias ações foram implementadas para a inovação, o aperfeiçoamento da gestão do órgão e a melhoria na qualidade dos serviços prestados.

As estratégias de continuidade das ações em 2017 perduraram em 2018 por meio do Planejamento Estratégico da IN (PEIN), para o período 2017-2019. Iniciado em abril de 2017, o PEIN identificou o negócio, a missão, a visão de futuro e os valores institucionais da organização. Foi elaborado o diagnóstico organizacional, que compreende a cadeia de valor da IN e a análise de fatores internos e externos à organização capazes de influenciar sua atuação. A partir da construção de uma agenda estratégica, alinhou-se e integrou-se a IN em torno de resultados, com foco na melhoria dos serviços prestados ao público alvo.

Missão da Imprensa Nacional

Publicizar e realizar a gestão do conhecimento sobre as informações dos atos oficiais para a sociedade e prestar serviços gráficos estratégicos à Administração Pública Federal.

Visão de futuro

Ser referência na gestão do conhecimento sobre as informações dos atos oficiais, acessíveis em plataforma digital, bem como na execução de serviços gráficos estratégicos para a Administração Pública Federal.

Valores

- Credibilidade e segurança da informação;
- Acesso universal às informações;
- Regularidade e qualidade na prestação do serviço;
- Sustentabilidade;
- Orgulho de pertencer;
- Qualidade de vida no trabalho;
- Preservação da memória da imprensa brasileira.

A Comissão de Ética Pública

Por seu turno, a **Comissão de Ética Pública** (CEP) tem a missão de “zelar pelo cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal, orientar as autoridades que se conduzam de acordo com suas normas e inspirar o respeito à ética no serviço público”, além de promover a ética na administração pública, em linha com o que dispõe o Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007.

Nesse sentido, em 2018, a Casa Civil publicou seu Programa de Integridade materializando o tema Integridade como um dos princípios da governança pública, conforme consignado no artigo 3º do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Balizam o Plano de Integridade da Casa Civil as normas de conduta, o código de ética e as leis que apresentam os princípios éticos, os compromissos, os padrões de conduta e os deveres funcionais que devem ser observados por todos os agentes públicos no cumprimento do seu trabalho.

A Casa Civil manteve em sua estrutura, ao longo de 2018, a Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública (Secep), unidade responsável pelo apoio técnico e administrativo dos trabalhos da Comissão de Ética Pública, conforme art. 4º, Parágrafo único, do Decreto nº 6.029/2007. Em 2018, a Secep esteve vinculada à Casa Civil da Presidência da República e, a partir de janeiro de 2019, está vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República.

A Comissão de Ética Pública foi criada pelo Decreto de 26 de maio de 1999, vinculada ao Presidente da República. Posteriormente, a CEP recebeu a incumbência de coordenar, avaliar e supervisionar o Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo federal, conforme art. 4º, IV, Decreto nº. 6.029, de 1º de fevereiro de 2007.

2. Planejamento estratégico e governança

Metodologia do Planejamento Estratégico da Casa Civil

O Planejamento Estratégico da Casa Civil da Presidência da República (CC-PR) foi desenvolvido em consonância com a reestruturação do órgão, a partir de maio de 2016, que se iniciou com base nas seguintes orientações estratégicas propostas:

Missão: Apoiar a definição e coordenar de maneira efetiva as ações prioritárias do governo, atendendo às principais demandas da sociedade e contribuindo para o crescimento sustentável e inclusivo do país;

Visão: Ser exemplo de desenvolvimento institucional, excelência técnica e capacidade de articulação e de resolução de problemas, coordenando os ministérios com legitimidade e fazendo avançar a agenda prioritária do país; e

Valores: Compromisso com a gestão orientada por resultados, agilidade de resposta, excelência técnica, colaboração, disposição para ouvir, transparência e ética.

A instituição se reorganizou com base em quatro eixos temáticos estratégicos, que permearam a organização das diferentes unidades: infraestrutura, social, econômico e gestão pública. O Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016, consagrou tal estrutura temática na Casa Civil.

Adicionalmente, privilegiou-se o desdobramento do planejamento estratégico da Casa Civil, por meio da elaboração de Planos de Ação específicos, nas unidades em que tal desdobramento pudesse ser realizado de maneira mais direta, bem como a realização de reuniões periódicas de acompanhamento. Nesses encontros, acompanhou-se o avanço das ações programadas, e eventuais riscos à consecução das mesmas, identificando inclusive eventuais providências adicionais a serem adotadas no âmbito da Casa Civil para favorecer o alcance dos resultados pretendidos.

Assim a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, por exemplo, desenvolveu plano de ação, voltado ao acompanhamento das recomendações do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e das determinações presidenciais oriundas dessas recomendações, de forma a garantir que os compromissos assumidos pelo governo com a sociedade civil se concretizassem.

A Subchefia de Articulação e Monitoramento também cumpriu um plano de ação por meio do qual foram organizados os objetivos e ações a serem buscados pela Subchefia, de forma a atingir suas competências legais. O plano de ação foi voltado ao monitoramento de prioridades presidenciais nas áreas de Gestão Pública, Política Econômica, Infraestrutura e Políticas Sociais.

Também foi adotado um plano de ação específico da Assessoria Especial da Casa Civil da Presidência da República, o qual buscou identificar a agenda de reformas estruturantes. Ainda que a Assessoria Especial da Casa Civil não tenha controle e ingerência sobre as medidas analisadas, o seu papel compreende o auxílio técnico e colaboração a outros órgãos e ministérios para a materialização das mesmas.

A Secretaria Executiva da Casa Civil (SE/CC-PR) adotou plano de ação para as atividades das diferentes assessorias especiais que integravam sua estrutura. Essa prática possibilitou o acompanhamento e a mitigação de riscos, no planejamento estabelecido com o Secretário Executivo. Em 2018, foram realizadas 12 reuniões mensais de monitoramento com as equipes internas.

A Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Públicas (SAG), a Secretaria Executiva da Comissão de Ética Pública, e a Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ) por sua vez, podem ser consideradas unidades cuja atuação se dá primordialmente por demanda de outros órgãos ou unidades da Casa Civil. Por tal motivo, não possuem planos de ação específicos.

No caso da SAG, a principal atividade é proceder à análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas e dos projetos submetidos ao Presidente da República e das matérias em tramitação no Congresso Nacional com as diretrizes governamentais. Tais propostas, submetidas por outros órgãos, tramitam pela SAG para analisar e opinar sobre o mérito das políticas públicas.

Em resumo, apesar de não ser enquadrada em um framework tradicional, a metodologia de Planejamento Estratégico da Casa Civil estabeleceu práticas gerenciais voltadas para a obtenção de resultados, com base na definição, execução e acompanhamento de Planos de Ação que impulsionem o cumprimento da missão institucional, o alcance da visão de futuro do órgão, e a concretização de uma estratégia de governo. Por meio de uma estrutura mais leve e ágil, é possível que sejam priorizadas ações, identificados os riscos à consecução dos objetivos estabelecidos nos Planos de Ação, e adotadas mudanças de rumo quando necessárias para o atingimento das ações pré-estabelecidas.

Planejamento Estratégico da Imprensa Nacional

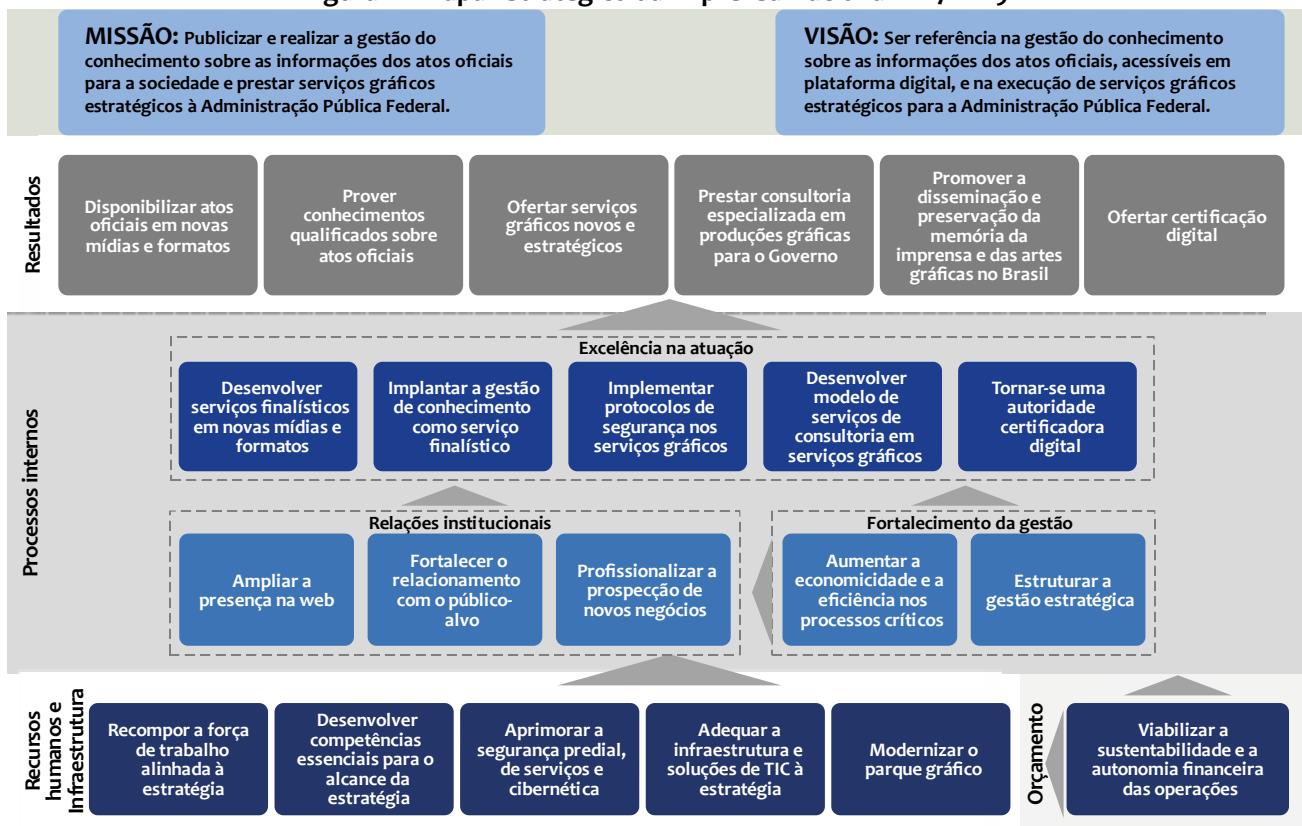
Na Imprensa Nacional, em 2018, foi criado o Escritório de Processos, por meio da Portaria nº 77, de 27 de março de 2018, com o objetivo de coordenar e planejar ações com vistas à implantação da gestão por processos na IN. Foi necessário revisitar a cadeia de valor da IN, criada em 2017. Na época, existiam 2 (dois) principais macroprocessos (processos de suporte e processos finalísticos) e 38 (trinta e oito) processos de negócios. Após essa atualização, a nova cadeia de valor ficou com 3 macroprocessos, sendo 8 blocos de processos gerenciais e 3 processos finalísticos, visualizados abaixo:

Figura 5 - Planejamento Estratégico da Imprensa Nacional



Com a visão da cadeia de valor e dos modelos de negócio da IN, foi possível elaborar uma análise da organização e do seu contexto de forma mais detalhada, através da análise SWOT. Os 22 objetivos estratégicos da instituição estão reunidos no Mapa Estratégico, que concentra e alinha os desafios organizacionais em objetivos que traduzem as necessidades redesenhadas considerando os ambientes interno e externo da IN. O Mapa Estratégico está representado a seguir:

Figura 6 - Mapa Estratégico da Imprensa Nacional 2017-2019



Os objetivos estratégicos da IN estão alinhados com o Plano Plurianual (PPA), na seguinte diretriz estratégica: Fortalecimento da capacidade de gestão do Estado com foco no aumento de qualidade dos serviços prestados ao cidadão, na transparência, na participação social, bem como da prevenção e do combate à corrupção. Para concretizar esses objetivos estratégicos, o PEIN 2017-2019 definiu, inicialmente, 14 (catorze) projetos estratégicos, cujas ações, resultados e próximos passos daqueles considerados prioritários são abordados no capítulo de Resultados da Gestão.

Planejamento da Comissão de Ética em 2018

O planejamento da Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública é realizado com base no art. 6 da Resolução 4, de 7 de junho de 2001, que aprova o Regimento interno da Comissão de Ética Pública. Segundo o normativo, cabe ao Secretário-Executivo submeter anualmente à CEP o plano de trabalho que contemple suas principais atividades e proponha metas, indicadores e dimensione os recursos necessários.

Nesse sentido, para 2018, foi elaborado o Plano de Trabalho da CEP contendo os objetivos, a descrição das ações e a previsão das atividades e metas para o ano, conforme resumo no quadro abaixo. O documento foi aprovado pelos conselheiros da CEP e balizou as ações executadas no período, de acordo com o Plano Orçamentário do exercício.

É importante ressaltar que o Plano de Trabalho da CEP serviu como instrumento norteador do desenvolvimento profissional dos servidores públicos federais para a gestão da ética na Casa Civil, em 2018. Por ter um viés voltado à capacitação, o documento transforma-se, também, em um instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento (Decreto nº 5.707, de 2006).

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Tabela 1 - Planejamento Secep 2018

Ações/Atividades	Meta	Público alvo	Recurso Orçamentário (R\$)
Curso de Gestão e Apuração da Ética Pública, na modalidade presencial.	6 turmas	360 agentes	100.000
Curso de Introdução à Gestão e Apuração da Ética Pública, na modalidade EaD.	1curso permanente	1.600 agentes	60.000
Encontros Regionais	3 Encontros	225 agentes	50.000
XIX Seminário Internacional Ética na Gestão	1 seminário	500 agentes	100.000
Trilha Capacitação sobre Ética - para autoridades	Sob demanda	3.600 autoridades	0
Palestras	Atender demandas	100 agentes por palestra	8.000
Eventos Internacionais	3 eventos	7 conselheiros e SE	157.000
Anais Seminário Internacional Ética Gestão	Publicação anual/digital	500 agentes	0
Boletim Informativo em formato digital – p/ membros das CE	Boletim Mensal	1.600 agentes	0
Cartilha orientativa em formato digital – CE e autoridades	Cartilha Bimestral	5.200 agentes	0
Pílulas do conhecimento (instruções curtas e rápidas sobre Ética) - formato digital	Publicação semanal	1 milhão de agentes	0
IV Concurso Boas Práticas na Gestão da Ética	1 concurso anual	1.600 agentes	0
Organizar as reuniões mensais da CEP - diárias e passagens	12 reuniões	7 conselheiros	87.000
Responder Consulta da Alta administração federal	Responder em até 30 dias	3.600 autoridades	0
Responder Consultas ordinárias - sem entendimento consolidado	Em até 30 dias	Toda sociedade civil	0
Responder Consultas ordinárias - com entendimento consolidado	Em até 10 dias	Toda sociedade civil	0
Apurar, mediante denúncia condutas em desacordo com as normas do CCAAF e da Lei de Conflito de Interesse.	Analizar todas as denúncias no ano	3.600 autoridades	0
Visitas Técnicas	Não tem meta pré-definida	1.600 agentes	10.000
Questionário de Avaliação Anual	Criar indicadores de risco	1.600 agentes	0
Declarações Confidenciais de Informações	DCIs analisadas em 30 dias	3.600 autoridades	0

O monitoramento da execução e dos resultados das atividades que constam no planejamento anual da Secep é feito por meio de questionários de avaliação; controle do cadastro das comissões de ética dos órgãos; listas de presenças dos eventos; avaliações qualitativas das capacitações e eventos; relatórios extraídos de sistemas internos (EticaWeb e Sei!) e monitoramento da implementação de recomendações aos órgãos e entidades, realizado durante as visitas técnicas.

Comitê de Governança - 1º Plano de Trabalho Anual

O Comitê de Governança, Riscos e Controles da Casa Civil da Presidência da República (Comitê de Governança instituído pela [Portaria nº 1.015, de 31 de outubro de 2017](#)) apresentou, ao final de 2017, o 1º Plano de Trabalho Anual, que foi aprovado pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil. Os principais processos de trabalho da organização constaram do referido plano:

- (a) trabalhos desenvolvidos pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES (SEDES);
- (b) monitoramento das Prioridades Presidenciais (SAM);
- (c) elaboração de normas da PR (PL/MP e Decretos), que envolve SAG e SAJ;
- (d) nomeações, que envolve SAJ e Secretaria-Executiva;
- (e) reformas estruturais (AESP);
- (f) processo legislativo e colegiados (SE/CC-PR)
- (g) outros itens do levantamento de Governança Pública realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2017, como comitê de ética, plano de integridade/riscos, seleção e avaliação de dirigentes, gestão de pessoas/competências, gestão de TI, e gestão de contratações.

A metodologia utilizada visando a melhoria destes processos foi:

- 1º. mapeamento do processo priorizado;
- 2º. desenho do modelo de governança do processo (quem são os atores; como as decisões são tomadas; quais são os pontos críticos; identificação de riscos e possíveis mitigadores);
- 3º. identificação de oportunidades de melhoria;
- 4º. debate e definição de possíveis aperfeiçoamentos;
- 5º. plano de implantação de melhorias;
- 6º. implantação das melhorias; e
- 7º. monitoramento.

Como resultados do Plano de trabalho do Comitê de Governança, podemos destacar:

- 1) Todos os processos foram mapeados;
- 2) O Processo Normativo recebeu tratamento prioritário, resultando em um diagnóstico da situação e o desenvolvimento de soluções inovadoras que foram prototipadas;
- 3) O Processo de Consultas e Nomeações foi objeto de melhorias sistemáticas no Sinc (Sistema Integrado de Nomeações e Consultas);
- 4) Foi desenvolvido o módulo de gestão de vagas das estatais no Sinc;
- 5) O Plano de Integridade foi aprovado em 30 de novembro; e
- 6) O Banco de Sanções Éticas foi integrado ao Sinc.

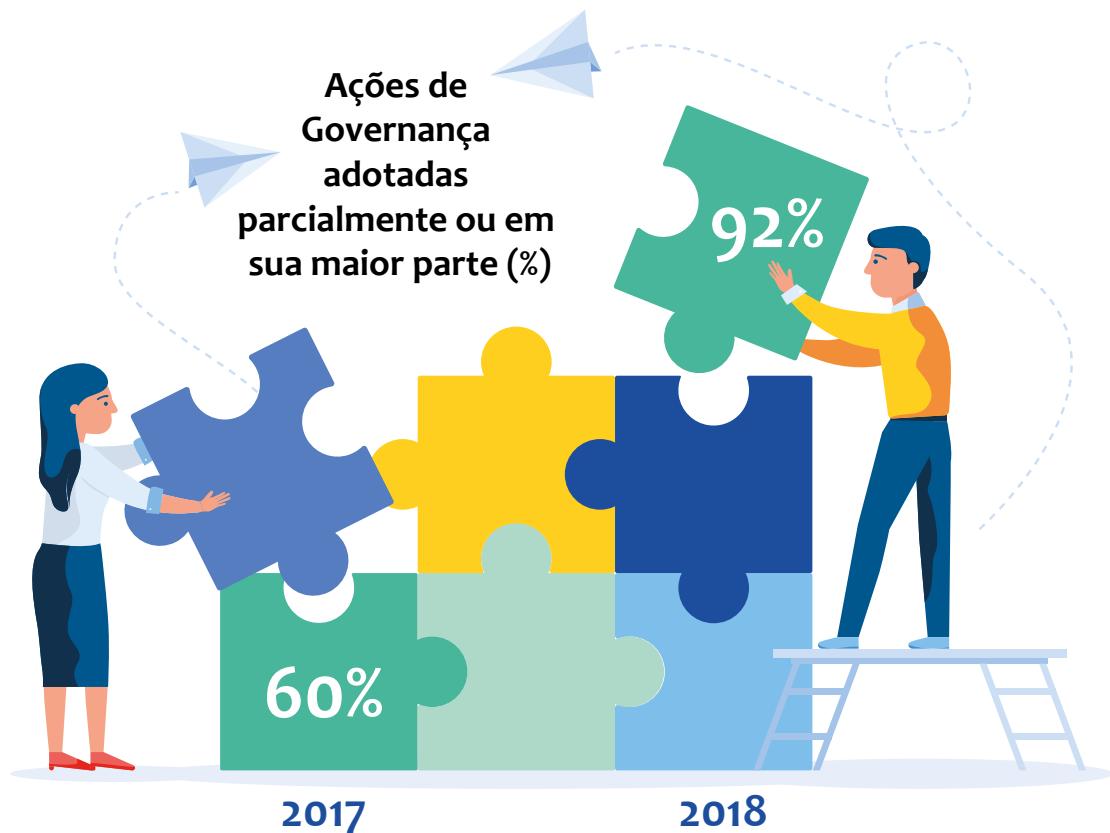
Por outro lado, foram interrompidas as ações de restauração do comitê de ética da Presidência, de definição do regimento interno das subchefias e de gestão por competências na Casa Civil (projetos transferidos para 2019).

Apesar disso, verificando a evolução dos pontos do questionário de Governança do Tribunal de Contas da União, podemos identificar um avanço na estrutura de Governança da Casa Civil ao final de 2018, em relação a 2017. No ano de 2018, 92% dos itens do questionário aplicáveis à Casa Civil eram atendidos parcialmente ou em sua maior parte; contra um atendimento de 60% destes itens em 2017.

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Figura 7 - Ações de governança



Fonte: Secretaria-Executiva, com base no questionário de avaliação de governança do TCU

3. Gestão de riscos e controles internos

Promoção da integridade na Casa Civil

A Casa Civil da Presidência da República realizou, durante o ano de 2018, processo de levantamento de riscos de integridade e de medidas de mitigação para o tratamento desses riscos e estruturou seu Programa de Integridade com objetivo de robustecer os controles internos e de fortalecer um ambiente institucional de ética, transparência, probidade e correção.

A necessidade de implementação do Programa de Integridade por todos os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção, veio prevista no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. A Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018, apresentou as diretrizes e o cronograma para a elaboração dos Programas de Integridade dos entes da Administração Pública Federal, tendo indicado como prazo final para aprovação dos Planos de Integridade a data de 30.11.2018.

A Casa Civil da Presidência da República instituiu, por meio da Portaria nº 199, de 11 de julho de 2018, a Assessoria de Compliance da Secretaria-Executiva da Casa Civil (Assec), com as atribuições de zelar pela conformidade dos atos praticados no âmbito da Secretaria-Executiva em articulação com as demais unidades e de estruturar o programa de integridade da Casa Civil. Atendeu, assim, à determinação do Decreto nº 9.203/17, segundo o qual um dos eixos do programa de integridade deveria ser a existência de uma unidade responsável pela implementação do programa no órgão (art. 19, II).

Gráfico 1 - Estrutura de Gestão de Integridade da Casa Civil em 2018



Fonte: Assessoria de Compliance

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Desde o início de suas atividades, a Assec buscou consolidar a integridade pública como diretriz fundamental da Casa Civil, essencial para a governança pública, medida de salvaguarda do interesse público e dos valores fundamentais do Estado Democrático de Direito. É importante destacar que, durante todo o processo de estruturação do Programa de Integridade, contou com o comprometimento e apoio da Alta Administração da Casa Civil, que adotou as medidas necessárias e reforçou a importância da implantação do programa junto aos atores envolvidos, em atenção a outra diretriz indicada pelo Decreto nº 9.203/17 (art. 19, I).

O passo inicial do trabalho desenvolvido pela Assec, quanto à estruturação do Programa de Integridade, foi o mapeamento das estruturas de integridade já existentes na Casa Civil, sua abrangência e efetividade: foram identificadas 9 estruturas instaladas e/ou em funcionamento. De fato, além da Assessoria de Compliance, a Secretaria Executiva da Casa Civil contava ainda com outras duas assessorias que funcionavam como instâncias de integridade: a Assessoria de Governança (ASG), que prestava assessoramento ao Secretário-Executivo da Casa Civil quanto aos assuntos de governança que envolviam a unidade e quanto às demandas dos órgãos de controle, e a Assessoria de Modernização (ASMOD), que prestava assessoramento quanto à modernização dos processos de trabalho e das estruturas organizacionais da Casa Civil. Além disso, existiam instâncias de integridade que, embora não integrassem especificamente a estrutura da Casa Civil, atendiam a unidade por serem estruturas da Presidência da República com caráter transversal, como: a Auditoria, a Corregedoria e a Ouvidoria – todas instâncias pertencentes à Secretaria de Controle Interno, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República –, a Comissão de Ética Pública e o Serviço de Informações ao Cidadão, cuja gestão cabia à Coordenação-Geral de Acesso à Informação da Secretaria-Executiva da Secretaria de Governo da Presidência da República (CGAI/SE/SEGOV-PR).

Em seguida, foram promovidas medidas de aproximação com todas as áreas da Casa Civil, para buscar o engajamento de todos na construção do programa, especialmente considerando a necessidade de participação dos gestores dos processos de trabalho na identificação dos riscos de integridade e na proposta de medidas de mitigação a esses riscos.

Isso porque o Decreto nº 9.203/17 determinou que o Programa de Integridade fosse estruturado a partir da análise, avaliação e gestão dos riscos associados ao tema (art. 19, III). E, para atender a essa diretriz, a Assec, no início dos trabalhos de reconhecimento do ambiente institucional, pode se valer do mapeamento de diversos processos de trabalho que já tinha sido realizado pela Assessoria de Modernização da Secretaria Executiva da Casa Civil. O mapeamento dos processos permitiu a identificação intuitiva dos riscos, direcionando a equipe na construção de soluções para melhor lidar com as eventuais vulnerabilidades e facilitou, em um momento posterior, a análise quanto aos riscos de integridade. Assim, quando do início da construção do Programa de Integridade da Casa Civil já tinham sido mapeados 20 processos de trabalho da unidade:

- Nomeações e consultas
- Normativos
- Novo processo de publicação digital do Diário Oficial da União
- Processo de monitoramento das prioridades presidenciais
- Reformas estruturantes (prioridades do governo que nascem na própria Casa Civil)
- Dinâmica do funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
- Demandas dos órgãos de Controle
- Requerimentos de Informação do Congresso
- Colegiados
- Demandas Orçamentárias e Financeiras
- Sanção e veto
- Acompanhamento legislativo
- Demandas referentes à Comissão Mista de Reavaliação de Informações
- Indicações parlamentares
- Ingresso de servidores na Presidência da República

- Gestão do Sei-PR
- Gestão do Gabinete da Secretaria-Executiva
- Derivadas do Ministro decorrentes de reuniões
- Diárias e passagens

A partir deste mapeamento e com a participação da Alta Administração, das lideranças e dos gestores dos processos de trabalho da casa, deu-se início ao processo de gestão de riscos de integridade que embasou o Programa de Integridade da Casa Civil. A metodologia utilizada observou os seguintes passos: (i) seleção e estudo de processos/temas; (ii) identificação dos riscos de integridade; (iii) análise dos riscos; (iv) avaliação dos riscos; (v) tratamento dos riscos; (vi) monitoramento e reportes.

Os processos selecionados inicialmente para que fossem trabalhados os riscos de integridade foram: (i) processo de nomeação para cargos da Casa Civil da Presidência da República; (ii) processo de normativos, referentes à edição de Decreto Presidencial; e (iii) processo referente aos pedidos de reuniões com os integrantes da Casa Civil. Foram identificados três riscos inerentes para cada um dos dois primeiros processos de trabalho e dois riscos inerentes para o último.

Além disso, foram identificados alguns temas que deveriam ser considerados de forma prioritária no Plano de Integridade, na primeira rodada de gestão de riscos, ainda que não referentes especificamente a um só dos processos de trabalho analisados, por conterem riscos para a integridade do órgão de forma geral e para a própria efetividade do Programa de Integridade. São eles:

- (i) canal de denúncias, em razão da percepção da necessidade de melhor definição dos canais e de melhor divulgação, da necessidade de campanhas com enfoque na importância da apresentação de denúncias e da garantia de não retaliação;
- (ii) segurança da informação, em razão da percepção da necessidade de reforçar as medidas preventivas e educativas referentes ao tema;
- (iii) conflito de interesses, em razão da percepção da necessidade de reforçar as medidas educativas e as campanhas de incentivo a consultas;
- (iv) normas gerais de conduta dos servidores, em razão da percepção da necessidade de melhorar o alcance da divulgação e da necessidade de reestruturação da Comissão de Ética da Presidência da República.

Com relação a esses temas, foram identificados três riscos inerentes para o último e um risco inerente para cada um dos três primeiros pontos indicados.

Passou-se, então, à análise dos riscos inerentes identificados, para se calcular o nível de risco, tendo se chegado ao total de **2 riscos extremos, 7 riscos elevados, 4 riscos moderados e 1 risco baixo**. Também se buscou identificar quais os controles internos já existiam e já estariam atuando para modificar esses riscos - foram apontados **32 controles internos** atuando sobre os riscos inerentes identificados. A maior parte desses controles foi classificada como mediano (mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes) e três deles foram classificados como fracos.

Após a avaliação dos riscos de integridade e considerando a diretriz apresentada pela Alta Administração, identificou-se que a Casa Civil tem **baixo apetite a risco** (ou seja, está disposta a aceitar ou tolerar apenas níveis de risco muito baixos). Dessa forma, para que os esforços de mitigação fossem concentrados inicialmente naqueles riscos que se mostram mais relevantes para o órgão (ou seja, os de maior impacto e probabilidade), mostrou-se necessário realizar a avaliação dos riscos, para se estabelecer uma ordem de prioridade no tratamento dos riscos identificados. Como resultado, obtiveram-se os seguintes **níveis de risco residuais: 1 risco extremo, 1 risco elevado, 7 riscos moderados, 5 riscos baixos**. E, a partir daí, elaborou-se um cronograma de prioridades de tratamentos de riscos.

Passo seguinte foram analisadas quais as medidas de tratamento poderiam ser adotadas para modificar os riscos residuais identificados, tendo se optado como estratégia principal para lidar com todos os riscos a **mitigação** (uma vez que, a princípio, nem a aceitação nem a total eliminação desses riscos seria viável). Assim, após consolidação da análise e avaliação de riscos, foi apresentado o **plano de tratamento de riscos com 52 medidas de mitigação**. Dessa forma, o panorama geral do tratamento de riscos de integridade da Casa Civil em 2018 foi o seguinte:

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Tabela 2 - Tratamento de riscos de integridade da Casa Civil em 2018

Grupo de risco	Riscos inerentes (14)	Controles existente	Riscos residuais (14)	Medidas de tratamento
Nomeações	3 riscos elevados	Medianos	3 riscos moderados	6 (prioridade 3) 5 (prioridade 4)
Normativos	2 riscos elevados e 1 moderado	Medianos	2 riscos moderados e 1 baixo	2 (prioridade 8) 4 (prioridade 5)
Reuniões	1 risco elevado e 1 moderado	Medianos	1 risco moderado e 1 baixo	3 (prioridade 6) 9 (prioridade 3)
Canal de denúncias	1 risco moderado	Fracos	1 risco baixo	4 (prioridade 7)
Segurança das informações	1 risco extremo	Medianos	1 risco elevado	6 (prioridade 2)
Conflitos de interesses	1 risco elevado	Medianos	1 risco moderado	5 (prioridade 5)
Normas gerais de conduta	1 risco extremo, 1 risco moderado e 1 risco baixo	Fracos ou inexistentes	1 risco extremo e 2 riscos baixo	3 (prioridade 7) 3 (prioridade 9) 2 (prioridade 1)
Total	2 riscos extremos, 7 elevados, 4 moderados, 1 baixo	Medianos, fracos ou inexistentes	1 risco extremo, 1 elevado, 7 moderados, 5 baixos	52 medidas de mitigação propostas

Fonte: Assessoria de Compliance

Como destacado, o processo de gestão de riscos serviu de baldrame para a construção do primeiro plano de integridade da Casa Civil e para a estruturação do seu Programa de Integridade. Seguindo o calendário proposto pela Controladoria-Geral da União na Portaria nº 1.089/2018, a Casa Civil da Presidência da República instituiu seu Programa de Integridade pela Portaria nº 1.276, de 29 de novembro de 2018, **cumprindo, portanto, os prazos estabelecidos pelo órgão de controle**. O programa está disponível em <http://www.casacivil.gov.br/acesso-a-informacao/integridade> para acesso interno e externo, estruturado da seguinte forma:

1. Informações sobre a instituição, inclusive com a indicação das estruturas de gestão de integridade já existentes
2. Fundamentos do Programa de Integridade
3. Alcance do Programa de Integridade
4. Comprometimento da Alta Administração
5. Unidade responsável pelo Programa de Integridade
6. Gestão de riscos à integridade
7. Monitoramento e reportes
8. Primeiras ações de integridade
9. Comunicação e treinamento
10. Canais de comunicação (canais de denúncia)
11. Documentação

O Programa de Integridade da Casa Civil da Presidência da República se fundamenta nos princípios, valores e padrões normativos do setor público e adota abordagem baseada em riscos à integridade. O objetivo do Programa de Integridade é promover cultura institucional íntegra, e servir de instrumento efetivo de combate à corrupção.

Em 2019, as medidas de mitigação propostas no Plano de Integridade serão implementadas, conforme o cronograma definido, de acordo com as prioridades dos tratamentos dos riscos. Há ainda a previsão de

realização de treinamentos e comunicações para todos aqueles abrangidos pelo Programa de Integridade, com o objetivo de divulgar temas relacionados à integridade pública – como código de condutas, conflitos de interesses, prevenção de nepotismo etc. – e de promover capacitação dos servidores. Além disso, cumprindo a diretriz prevista no inciso IV do art. 19 do Decreto nº 9.203/17, também há previsão de monitoramentos e reportes periódicos para o acompanhamento da evolução da implantação do Programa.

Gestão de Riscos e Controles Internos na Imprensa Nacional

A Assessoria de Controle Interno da Imprensa Nacional (ACI/IN) foi institucionalizada por meio da Portaria IN nº 107, de 7 de abril de 2016 (Boletim de Serviço IN nº 34, de 8 de abril de 2016), que cria e define suas atribuições entre as quais encontram-se aquelas ligadas ao estabelecimento e reforço de ações de controle interno:

- “a) assessorar o Diretor-Geral nos assuntos relativos a controle interno;*
- b) orientar os administradores quanto à solução de dificuldades encontradas na gestão da Imprensa Nacional, especificamente nos assuntos relativos a controle, fiscalização e auditoria;*
- c) submeter ao Diretor-Geral os processos de prestação de contas do Órgão;*
- d) promover a aproximação e intermediação da Imprensa Nacional com os órgãos de Controle Interno e Controle Externo;*
- e) coletar informações e orientar quanto à condução de diligências, denúncias e demandas dos órgãos de Controle Interno e Controle Externo;*
- f) acompanhar as providências decorrentes de fiscalizações e auditorias.”*

Integridade - À ACI/IN também foi atribuída a responsabilidade pela elaboração dos Planos de Integridade da Imprensa Nacional, bem como por seu monitoramento, conforme estabelecido na Portaria IN nº 251, de 24 de agosto de 2018.

Gestão de Riscos – A Portaria IN nº 234, de 1º de agosto de 2018, instituiu como estrutura de governança da Imprensa Nacional o Comitê de Governança, Riscos e Controles no âmbito da Imprensa Nacional.

O Plano de Integridade foi aprovado em reunião do Comitê de Governança, Riscos e Controles e a Portaria nº 328, de 05 de dezembro de 2018, que aprova o referido Plano foi publicada no Boletim de Serviço do órgão em 06 de dezembro de 2018.

Este colegiado também aprovou a Portaria IN nº 262, de 3 de setembro de 2018, que instituiu a Política de Gestão de Riscos da Imprensa Nacional.

Em 2018 a Imprensa Nacional realizou a atividade denominada “Oficina de Gestão de Riscos e Integridade”, onde foram definidos os seguintes objetivos:

- a)** Conhecer a importância do gerenciamento de riscos eficaz nos contratos de aquisição e serviços;
- b)** Planejar e monitorar os riscos das aquisições/serviços sob sua responsabilidade ou os que eventualmente venham a controlar;
- c)** Entender o que são riscos de integridade;
- d)** Identificar os riscos, inclusive de integridade, existentes no processo de contratação, a partir do mapeamento do processo de contratação;
- e)** Priorizar os riscos;
- f)** Apontar possíveis medidas de controle preventivas e/ou ações mitigadoras para os riscos identificados;
- g)** Testar um piloto de metodologia.



Na Oficina voltada para a área de contratações, foram capacitados cerca de 15 servidores.

A realização dessa ação contou com a colaboração voluntária de servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) tanto no 1º dia, com uma palestra de cunho teórico, quanto no 2º dia, em que foi elaborado um treinamento de Mapa de Riscos, com o auxílio de dois servidores da CGU lotados na área de Planejamento e Aquisições daquele órgão.

Encontra-se em elaboração, para respectiva aprovação do Comitê de Governança, Riscos e Controles, a Metodologia de Gestão de Riscos da Imprensa Nacional, para iniciar de forma estruturada à gestão de riscos do órgão para os demais setores.

Governança, Gestão de riscos e controles internos na Comissão de Ética

Descrição das estruturas de governança

A Comissão de Ética Pública se reúne mensalmente para validar os resultados alcançados, prestar orientações, além de proferir decisões sobre os processos éticos em curso. Ademais, a CEP regulamenta, por meio de Resoluções e Notas de Orientação, matérias de sua competência para prevenir desvio de conduta. O monitoramento e a coordenação do Sistema de Gestão da Ética são realizados por meio do recebimento e análise dos questionários de avaliação e pelos relatórios de supervisão obtidos durante as visitas técnicas.

O monitoramento da alta administração federal é feito por meio da análise de Declarações Confidenciais de Informações das autoridades abrangidas pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal (CCAAF), que consiste na apresentação de informações a respeito do patrimônio das autoridades a ele submetidas, bem como esclarecimentos sobre suas atividades públicas e privadas que possam suscitar conflito de interesses no exercício do cargo ou emprego público.

O papel da Secretaria é dar apoio às atividades da CEP, tanto no desenvolvimento quanto na execução dessas atividades, por meio de suas áreas, a saber: a) Monitoramento do Código de Conduta da Alta Administração – CCAF, e b) Eventos e Comunicação.

Em 2018, foram autuados e encaminhados para deliberação da Comissão de Ética Pública 71 processos de denúncias. Desses, 55 processos foram finalizados no ano, com conclusão pela aplicação de “Censura” em 7 casos, de “Advertência” em 3 casos, 43 arquivamentos e 2 processos encerrados por “Incompetência”

Canais de acesso do cidadão

A Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública preza pelo relacionamento aberto com a sociedade. Os instrumentos de contato são variados, mas se destacam o portal <http://etica.planalto.gov.br/>, o Seminário Internacional Ética na Gestão – realizado anualmente -, e o atendimento e recebimento constante de consultas e denúncias por meios eletrônico e físico, e telefonemas.

Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários: o grau de satisfação dos cidadãos usuários é aferido pelas avaliações qualitativas das capacitações e eventos preenchidas pelos agentes públicos e integrantes da sociedade civil participantes.

Mecanismos de transparéncia das informações relevantes sobre a atuação da unidade: no sítio eletrônico da CEP, podem ser encontradas as datas e atas das reuniões do colegiado, a agenda da Secretaria-Executiva, toda compilação do regramento ético, informações sobre os cursos e eventos promovidos pela Comissão, além do Relatório anual dos resultados das Visitas Técnicas.

4. Resultados da gestão

Processo Normativo

Elaboração de normas pelo Executivo Federal

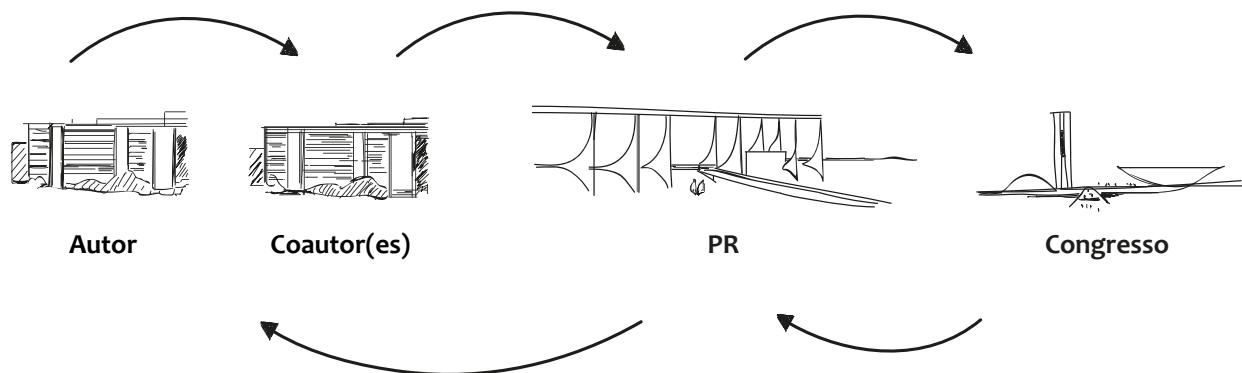
O processo normativo representa um dos processos de trabalho mais importante, crítico e sensível no âmbito do Poder Executivo, e consta do 1º Plano de Trabalho Anual do Comitê de Governança, Riscos e Controles da Casa Civil, aprovado pelo Despacho de 24 de janeiro de 2018 do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Neste processo compete a Casa Civil da Presidência da República a “verificação prévia da constitucionalidade e da legalidade dos atos presidenciais;” e “análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais;” (art. 3º, inciso I, b e c, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017), e exerce essa missão por meio da Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ) e da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais (SAG), respectivamente.

Visando desenvolver melhorias inovadoras para esse processo no âmbito do Poder Executivo Federal, a equipe da assessoria de modernização da Casa Civil buscou uma estratégia de aprendizagem interorganizacional, por meio de parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), especificamente com o GNova – Laboratório de Inovação em Governo, com a Diretoria de Tecnologia da Secretaria-Geral e com a Microsoft.

A visão geral, gerencial do processo normativo considera os trâmites de decretos, de projetos de lei, de medida provisória, de emenda constitucional, de lei complementar e de atos de pessoal de competência do Presidente da República, como pode-se observar na figura abaixo.

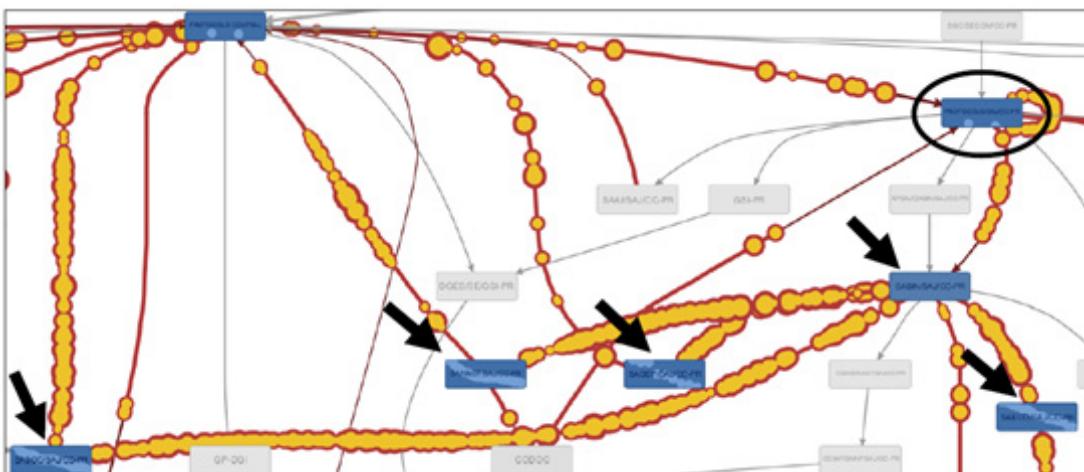
Figura 8 - Visão Geral



Fonte: Secretaria Executiva

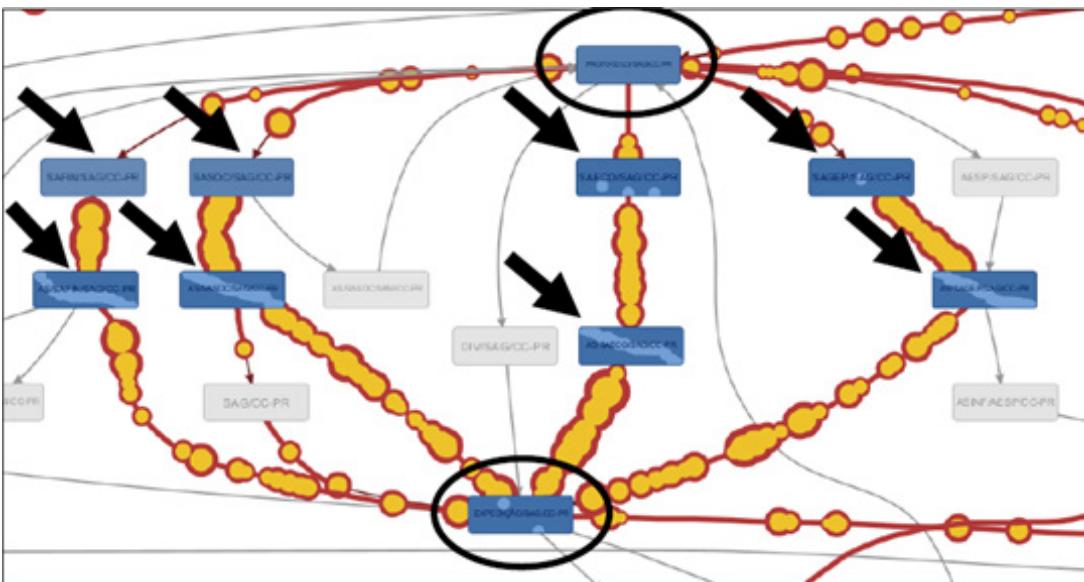
A partir da delimitação do fluxo, e da coleta de dados sobre o trâmite de cada um dos normativos, foi possível, com o uso de ferramentas de mineração de processos, identificar o caminho real das informações desde a proposição até a conclusão de um normativo.

Gráfico 2 - Fluxo Real de Normativos na Subchefia de Assuntos Jurídicos



Fonte: Secretaria Executiva

Gráfico 3 - Fluxo Real de Normativos na Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais



Fonte: Secretaria Executiva

Os gráficos acima ilustram duas características importantes do processo normativo: i – o fato de existirem gargalos relacionados a tramitação dos processos, indicado pelo acúmulo de documentos em setores de protocolo ou expedição; ii – a importância da análise de mérito e da análise jurídica para tais processos.

A partir de tais informações, as propostas de melhorias da equipe de modernização foram direcionadas às soluções que buscassem automatizar as atividades repetitivas executadas durante a análise jurídica ou de mérito; e ao desenvolvimento de um protótipo de sistema voltado a simplificação do fluxo e a eliminação dos gargalos observados no trâmite de normativos.

Como resultado final da inovação do processo normativo, alcançamos: a) o primeiro protótipo da assistente virtual (Dra. Norma), que busca automatizar a formatação de proposições normativas; e b) configuração de sistema para substituir o Sidof, baseado na plataforma Sei!, designado Seidof. O estudo de caso deste trabalho foi publicado, estando disponível para avaliação.³

Em relação às ferramentas privadas de edição colaborativa, requisitos de segurança de rede e uso de nuvem da Presidência da República inviabilizaram a possibilidade de adesão e incorporação do modelo concebido para preparação coletiva de projetos normativos do governo.

3 Case Study: Government Process Mining in the Brazilian Executive Branch. Disponível em <<https://fluxicon.com/blog/2018/12/case-study-government-process-mining-in-the-brazilian-executive-branch/>>

Ainda no campo dos aperfeiçoamentos, o Decreto nº 9.191/2017 estabeleceu novas normas e diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado.

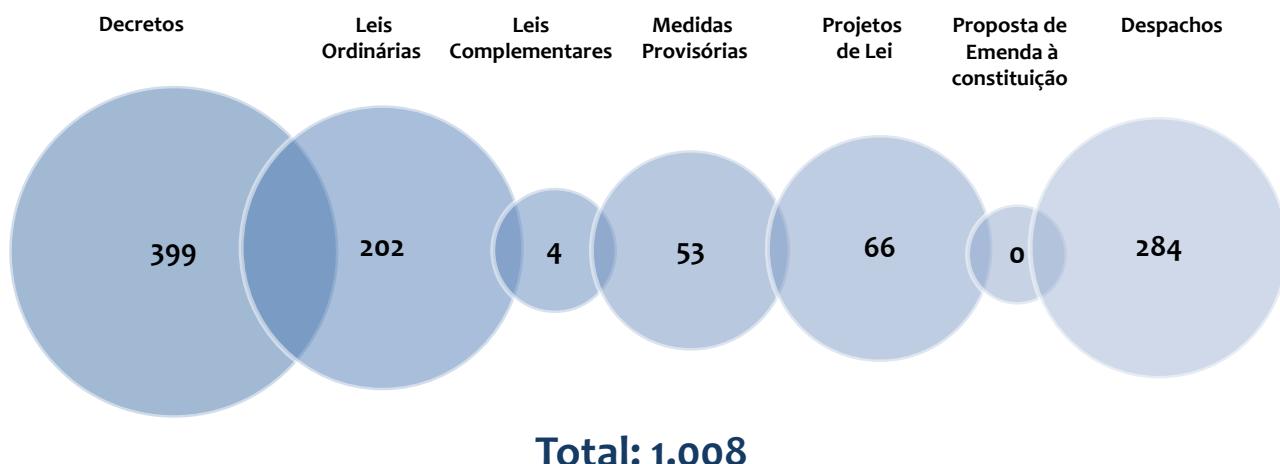
O Processo normativo no Dia a Dia

Dentro de suas atribuições institucionais a Casa Civil, ao longo de 2018, atuou no assessoramento quanto a análise do mérito, oportunidade e legalidade de inúmeros normativos destacando por exemplo:

- novo desenho institucional para o setor de Mineração;
- regulamentação para o início da Oferta Permanente no setor de Petróleo e Gás;
- regulamentação que possibilitou início do processo de privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica do Grupo Eletrobrás;
- o regulamento do preço público pelo direito de exploração de satélite;
- a regulamentação da Cota de Reserva Ambiental – CRA;
- normativos para a criação de Unidades de Conservação – Ucs terrestres e marinhas;
- a aprovação da Política Nacional de Avaliação e de Exames da Educação Básica;
- a alteração normativa do Regulamento do Benefício de Prestação Continuada – BPC.

O Infográfico abaixo apresenta em detalhes os normativos que foram analisados em relação ao seu mérito, oportunidade e legalidade.

Gráfico 4 - Atos Normativos Analisados em 2018

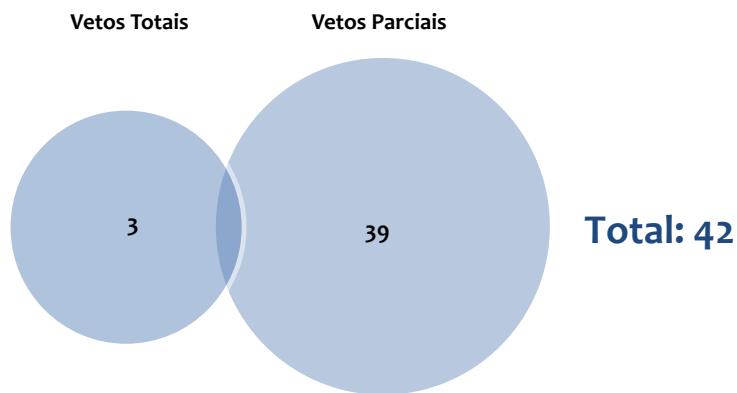


Fonte: Subchefia para Assuntos Jurídicos

Após a aprovação de Projetos de Lei no Congresso Nacional, conforme estabelecido na Constituição Federal (art. 66) o Presidente da República pode sancioná-los, ou vetá-los, total ou parcialmente, quando considerá-los, no todo ou em parte, inconstitucionais ou contrários ao interesse público.

Via de regra os projetos enviados por ambas as casas do Congresso Nacional à Presidência da República são recebidos pela Casa Civil a qual compete a análise dos mesmos, e a identificação, ouvidos os diferentes órgãos de governo, de concordância ou eventuais manifestações sobre inconstitucionalidades ou pontos contrários ao interesse público. Tais manifestações são organizadas e levadas ao Presidente da República que decidirá sobre a sanção integral, voto parcial ou voto integral do projeto de lei. O infográfico abaixo apresenta o número de vetos ao longo de 2018.

Gráfico 5 - Número de vetos em 2018



Fonte: Subchefia para Assuntos Jurídicos

Promoção da integridade no Executivo Federal

Processo de Nomeações e Consultas

As nomeações e designações para cargos em comissão e funções de confiança do Poder Executivo Federal são de competência originária do Presidente da República. A fim de dar celeridade à máquina pública, esta função é delegada ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República para cargos em comissão ou funções de confiança no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional de nível equivalente a 5 e 6 do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS; e para chefes de Assessoria Parlamentar e de titular de órgão jurídico da Procuradoria-Geral Federal instalados junto às autarquias e às fundações públicas federais (Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016). Ademais, os ministros de estado devem submeter à apreciação prévia da Casa Civil da Presidência da República indicação para provimento dos cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) 101.3, 101.4 e equivalentes.

Em 2018, auditoria operacional do Tribunal de Contas da União visou a avaliação dos controles de prevenção e detecção relacionados à fraude e à corrupção. O processo de nomeações na Casa Civil foi verificado pela equipe de auditoria. A lista de cargos e funções sujeitos à análise da Casa Civil são os previstos na tabela a seguir.

Tabela 3 - Número de vetos em 2018

Cargos/Funções	Legislação aplicável
Indicações para cargos em comissão e funções de confiança cuja competência de provimento seja do Presidente da República ou do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República: - nível equivalente a 5 e 6 do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS; e - Chefe de Assessoria Parlamentar e de titular de órgão jurídico da Procuradoria-Geral Federal instalados junto às autarquias e às fundações públicas federais.	Art. 2º do Decreto 8.821/2016
Cargos e funções de confiança DAS101 níveis 3 e 4 (nível chefia)	Art. 3º, § 2º do Decreto 8.821/2016
Administradores e Conselheiros Fiscais de empresa pública e de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União	Art. 22, caput, inciso II, do Decreto 8.945/2016
Propostas de consulta realizadas por demanda de órgãos da Presidência da República	---

O TCU destacou o “avanço no controle das indicações pelo uso de sistema eletrônico”, o que antes ocorria por e-mails e telefone. Com a implementação do SINC, apenas no período de agosto de 2017 a julho de 2018, foram realizadas 5.352 consultas à Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que resultaram em 1.481 restrições, e 2.383 consultas à Controladoria-Geral da União (CGU), com 493 restrições verificadas. Assim, o TCU considerou importância determinante deste tema na governança pública e nas estruturas preventivas contra a corrupção, encaminhando pela realização de auditoria no sistema integrado de nomeações e consultas (SINC), visando garantir a auditabilidade do sistema, bem como a devida responsabilização por cada passo executado do processo.

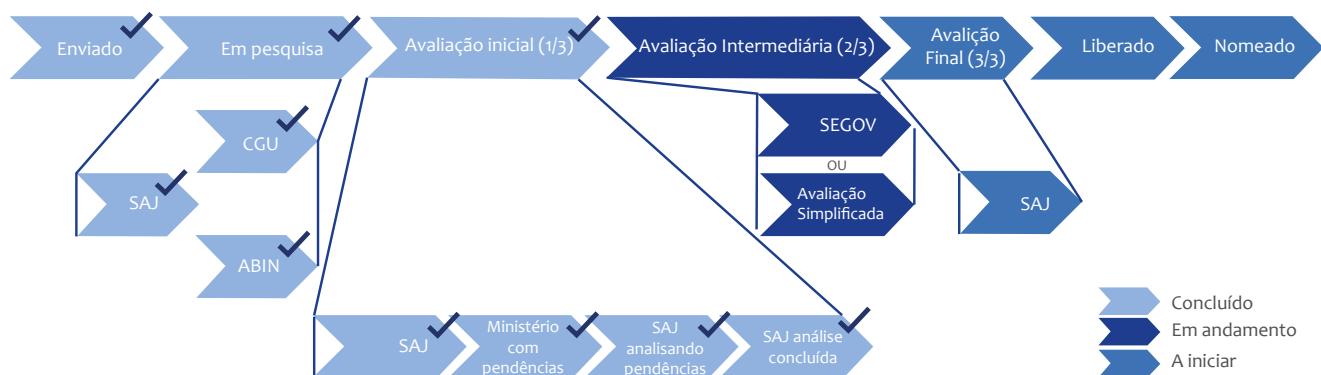
Figura 9 - SINC



Dessa forma, o Comitê de Governança da Casa Civil incluiu o Processo de Nomeações e Consultas no seu Plano de Ação e priorizou: a) melhoria no SINC, b) construção do módulo de gestão de vagas das estatais (diretorias, conselhos fiscais e de administração), e c) implementação de módulo de sanções éticas aplicadas por comissões setoriais ou pela Comissão de Ética Pública. Nesse sentido, a Presidência da República está buscando estender a pesquisa por meio do SINC, para toda a Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, especialmente às pessoas indicadas para a alta Administração dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e também para cargos de natureza especial, em observância à integridade institucional e à proteção do interesse público.

Como resultado final da inovação de processo, alcançamos: a) módulo para visão gerencial do processo; b) envio de e-mail automático de alerta para o Ministério nos casos de devolução da indicação, tratamento de pendências e liberação para nomeação; c) gestão das vagas da União em Conselhos e Diretorias das estatais, suas subsidiárias e empresas privadas; d) integração do SINC com o INCom para a verificação da publicação no DOU e devolução das matérias, visando atender à recomendação do TCU; e, e) integração ao novo Banco de Sanções Éticas.

Gráfico 6 - Visão Gerencial Ministério e SE



Fonte: Elaboração própria (julho de 2018).

Além da redução do trabalho manual e a eliminação de passos desnecessários, as melhorias implementadas para lidar com a maior quantidade de informações no sistema trouxeram resultados, como: a) redução do tempo de tramitação; b) redução dos estoques e tempo na avaliação; e c) redução de falhas e omissões em nomeações sem a devida consulta.

Comissão de Ética Pública

A meta quantitativa da CEP para o ano de 2018 foi de capacitar 2.100 (dois mil e cem) agentes públicos. O objetivo foi largamente ultrapassado, atingindo o número de 3.438 (três mil, quatrocentos e trinta e oito) agentes, o que representa o cumprimento de 63% além da meta. Os instrumentos utilizados na capacitação dos agentes foram:

- i. 6 turmas do Curso de Gestão e Apuração da Ética Pública, visando capacitar os integrantes das comissões de ética dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, contribuindo, assim, para a divulgação e promoção da ética em seus respectivos órgãos e entidades e na atuação

dos processos de apuração ética. Por meio dessa iniciativa, foram capacitados 360 (trezentos e sessenta) agentes públicos.

- ii. XIX Seminário Internacional Ética na Gestão, em novembro de 2018, com 339 (trezentos e trinta e nove) participantes. O evento tem o objetivo de compartilhar experiências e instrumentos para implementação da Ética no Poder Executivo Federal, avaliando o progresso das ações de gestão da Ética na Administração Pública Federal e promovendo debates de temas relacionados à Ética envolvendo agentes públicos, especialistas e outros.
- iii. Realização de 20 palestras, por solicitação de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, promovendo a capacitação de 2.649 agentes públicos, com os temas “Ética no Serviço Público”; “Ética no ambiente das empresas estatais”; “Desafios da conduta ética no serviço público: reflexões e prática”; “Código de Ética do Servidor Público Federal”.
- iv. No âmbito do Projeto de Visitas Técnicas de supervisão e orientação nas comissões dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, foram realizadas 14 visitas em Brasília e nos demais estados da federação, divulgando as normas e orientando as comissões de ética dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal para o cumprimento de suas competências institucionais, capacitando, assim, em torno de 100 agentes públicos.

Além disso, com relação aos trabalhos da CEP, foram realizadas 12 reuniões ordinárias durante o ano, nas quais foram analisados e votados processos de apuração ética e conflito de interesses.

Na apuração de denúncias relacionadas à aplicação do Código de Conduta da Alta Administração Federal ou relacionadas à Lei 12.813, de 2013 (Conflito de interesses), em 2018, foram autuados e encaminhados para deliberação da Comissão de Ética Pública 71 processos de denúncias. Desses, 55 processos foram finalizados no ano, com conclusão pela aplicação de “Censura” em 7 casos, de “Advertência” em 3 casos, 43 arquivamentos e 2 processos encerrados por “Incompetência”, uma vez que tratavam de agentes públicos não submetidos à competência da CEP.

E em relação à análise de conflito de interesses, além das consultas referentes a atividades e participações em eventos por ocupantes de cargos da Alta Administração Federal, a Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública recebeu e analisou, ao longo do ano, 180 consultas sobre conflito de interesses após o exercício do cargo. Desse total, 46 casos foram analisados na última reunião do ano, ocorrida no mês de dezembro. O aumento da demanda deveu-se à transição governamental, iniciada nos últimos meses de 2018 e que impactou fortemente os trabalhos da Comissão.

Houve, ainda, a emissão de 69 votos acerca de dúvidas quanto ao Sistema de Gestão da Ética Pública e, ao longo do ano, foram respondidas 168 consultas relacionadas aos normativos éticos por e-mail.

No que tange ao monitoramento das altas autoridades abrangidas pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal (CCAAF) e pela Lei 12.813/2013, foram recebidas 898 (oitocentas e noventa e oito) Declarações Confidenciais de Informações (DCI) das autoridades e analisadas 1.061 (um mil e sessenta e uma), considerando um estoque de DCI remanescente de 2017.

Por fim, em 2018, houve participação de um integrante da CEP no Fórum Global Anticorrupção e Integridade, promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde foram realizadas sessões abordando questões como o combate à corrupção e o desenvolvimento de ações para o fortalecimento da integridade pública.

Monitoramento de Prioridades Presidenciais

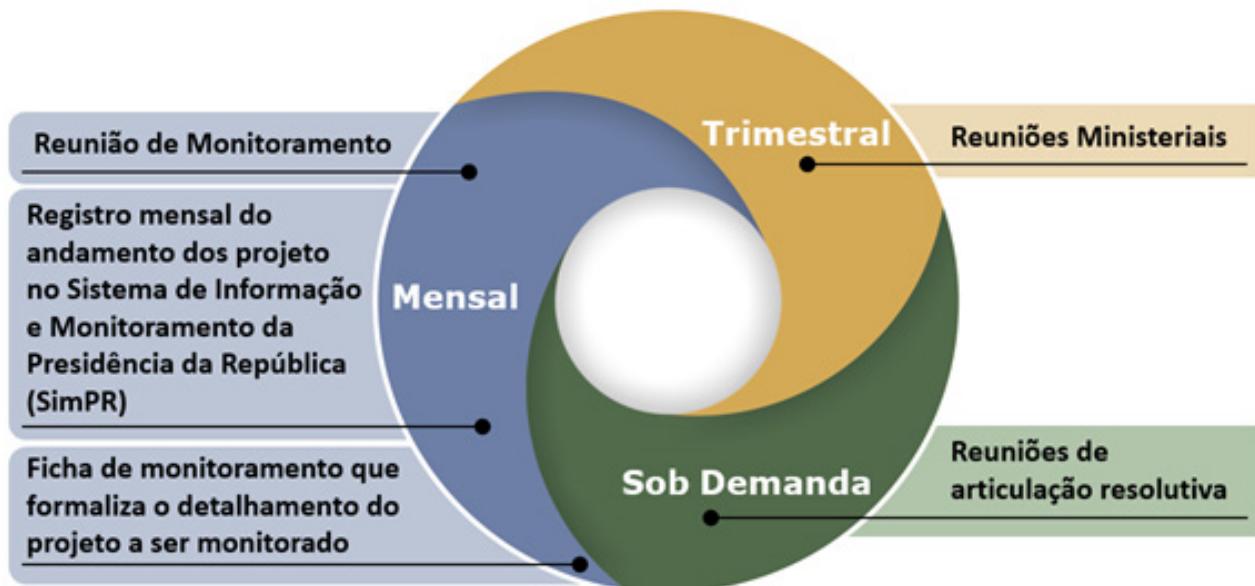
Na busca pela consecução de uma agenda específica de Estado, o Presidente da República precisa de uma equipe e estrutura que possa auxiliá-lo na coordenação, monitoramento e avaliação dos resultados dos programas e dos projetos considerados prioritários para seu Governo, os quais são executados pelos diversos ministérios e entidades da Administração Pública.

A dinâmica de monitoramento adotada pela Casa Civil prevê reuniões periódicas entre as equipes executoras e a equipe de monitoramento do órgão; reuniões táticas entre os ministros das pastas responsáveis pelos programas e o Ministro Chefe da Casa Civil, e estratégicas com o Presidente da República.

Em breve síntese, a metodologia de monitoramento dos programas e dos projetos considerados prioritários pela Presidência da República compreende as seguintes etapas:

- Definição de prioridades de Governo e sua respectiva estruturação em Eixos e Programas;
- Consolidação de uma carteira de projetos e ações, das diversas áreas de governo, e definição de indicadores, metas e resultados esperados, que permitam atender e alcançar as prioridades;
- Monitoramento do andamento dos projetos e ações, mediante utilização de um conjunto de informações gerenciais fornecidas periodicamente pelos executores, as quais são analisadas, compiladas e consolidadas pela Casa Civil; e
- Apresentação das informações gerenciais aos Ministros, para acompanhamento, deliberação e, conforme o caso, correção, complementação e divulgação à sociedade dos resultados alcançados.

Infográfico 7 - Dinâmica de Monitoramento



Fonte: Subchefia de Articulação e Monitoramento

Infográfico 8 - Prioridades Presidenciais em 2018



Fonte: Subchefia de Articulação e Monitoramento

Em 2018, por exemplo, as prioridades presidenciais foram agrupadas sobre cinco eixos temáticos a saber: Retomada do crescimento e do emprego; Infraestrutura; Gestão Pública; Integração mais competitiva no plano internacional; e Social e Cidadania. Apresentamos acima o conjunto de programas monitorados ao longo de 2018.

A partir do início da execução dos projetos, a Subchefia de Articulação e Monitoramento (SAM) passa a desenvolver a articulação dos órgãos necessária à execução de políticas de governo. Dá-se inicio à estruturação do monitoramento em cada uma das subchefias adjuntas da SAM (Políticas Sociais, Infraestrutura, Política Econômica e Gestão Pública), com projetos e ações divididos entre elas conforme pertinência temática. Cabe ressaltar também a importância da articulação da SAM com planos específicos do Governo Federal e estruturas de governança de programas e ações governamentais. Nesse aspecto, pode-se citar:

- Plano Nacional de Enfrentamento ao Aedes e à Microcefalia;
- Estratégia de Governança Digital;
- Comitê Interministerial para a Transformação Digital (CITDigital);
- Comitê Gestor da Plataforma de Cidadania Digital;
- Conselho Nacional para a Desburocratização – Brasil Eficiente (Decreto de 07/03/2017);
- Comitê Gestor da Identificação Civil Nacional (ICN);
- Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento (GEPAC).

No campo econômico, a SAM empreendeu esforços no monitoramento, junto aos ministérios setoriais responsáveis, na denominada “agenda microeconômica do governo”, bem como na melhoria do ambiente de negócios. Nessa seara, citam-se algumas ações monitoradas, como o Portal Único do Comércio Exterior (facilitação das operações de comércio exterior) e o Operador Econômico Autorizado.

Na área de infraestrutura, foram monitorados os projetos que buscaram impulsionar o programa de investimentos, por meio do estabelecimento de parcerias entre o Estado e a iniciativa privada. O Programa Avançar Parcerias, de responsabilidade da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento, , por exemplo, foi monitorado no eixo de infraestrutura.

Na área social, cabe destacar iniciativas da SAM em monitorar o atendimento aos imigrantes venezuelanos, sob coordenação da Casa Civil, com participação de 12 ministérios e o acompanhamento das ações da Fundação Renova de recuperação do meio ambiente e apoio aos afetados pelo rompimento de barragem de Mariana.

Na área de gestão pública, a SAM colaborou para a consecução do programa Brasil Eficiente. Foram conduzidos nove projetos estruturantes do programa Brasil Eficiente: Interoperabilidade dos sistemas de governo; Login Único; Plataforma de Cidadania Digital; DigiSUS; Educação Conectada; Simplificação de serviços tributários, previdenciários e trabalhistas; eSocial; Redesim; Carteira de trabalho digital; Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (e-Digital); e INSS Digital.

Promoção da Governança

Melhoria da Governança na Administração

A partir da edição do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, a Casa Civil da Presidência da República buscou contribuir para a efetivação da política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Para tanto, a Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil (SAG) em parceria com: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ministérios do Planejamento e da Fazenda e Controladoria Geral da União (CGU), lançaram duas publicações relacionadas ao tema da governança pública. O evento de lançamento foi realizado em dezembro/2018 no Tribunal de Contas da União (TCU). O evento contou também com a presença do professor pesquisador do Departamento de Ciência Política da Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos, presidente da Associação Internacional de Política Pública, além de autoridades dos três poderes e representante da equipe de transição de governo (Secretário-Executivo do Conselho de Transição do Gabinete de Transição Governamental).

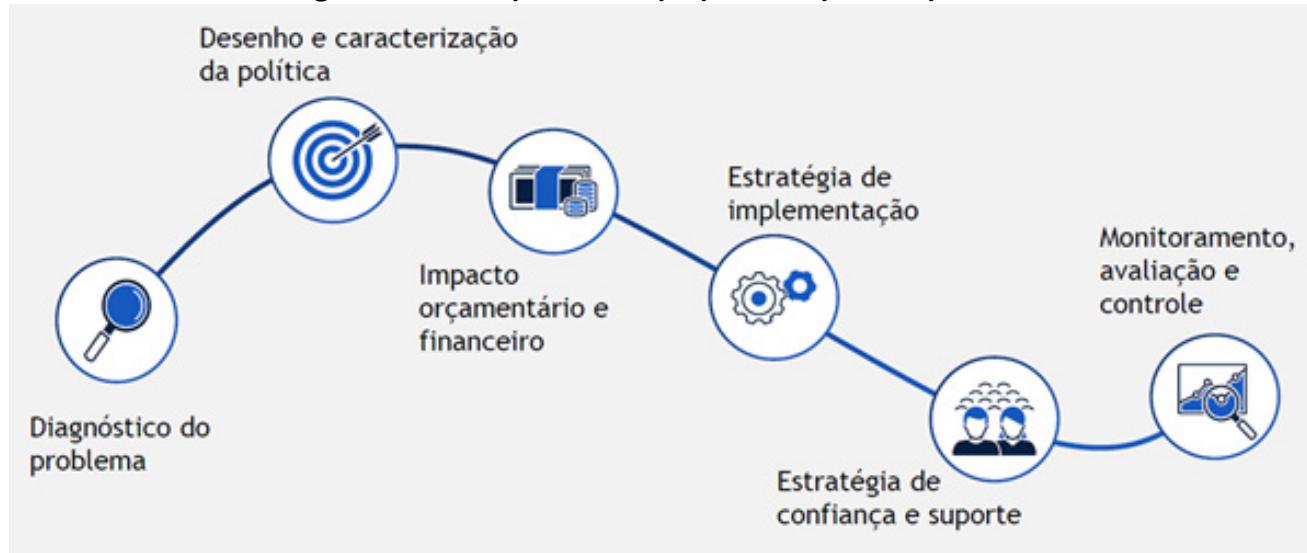
Figura 10 - Guia da Política de Governança Pública e Boletim de Análise Político-Institucional nº 19

Guia da Política de Governança Pública	Boletim IPEA de Análise Político-Institucional nº 19
 <p>Publicação aprovada pelo Comitê Interministerial de Governança – CIG, o Guia apresenta os elementos básicos para implementação da política de governança da administração pública federal, aprovada pelo Decreto nº 9.203, de 2017</p>	 <p>Publicação da DIEST/IPEA dedicada ao tema da governança pública, o Bapi nº 19 visa discutir, sob diferentes perspectivas, a variedade de conceitos de governança, aspectos subjacentes (propósitos e características) e múltiplas aplicações</p>

O [Guia da Política de Governança Pública](#) pretende ser o material básico de referência para a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, instituída pelo Decreto nº 9.203, de 22 de novembro 2017. Com o Guia, pretende-se dar mais segurança e estabilidade à interpretação do decreto, além de esclarecer os objetivos da política e os papéis de cada um dos atores e estruturas envolvidos.

Por seu turno, o [Boletim de Análise Político-Institucional nº 19](#), publicado pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest/Ipea) é dedicado ao tema da governança pública, com o objetivo de discutir, sob diferentes perspectivas, a variedade de conceitos de governança, seus aspectos subjacentes (propósitos e características) e suas múltiplas aplicações.

Figura 11 - Modelo para avaliar propostas de políticas públicas



Fonte: Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais (SAG)

A Casa Civil, também em parceria com os Ministérios do Planejamento e da Fazenda, com a Controladoria-Geral da União e com o Ipea, elaborou [guia de orientação de boas práticas para a análise ex ante de políticas públicas](#), com objetivo de orientar os ministérios para políticas terem mais chances de produzir resultados tangíveis. A publicação da SAG/Casa Civil visa **apresentar modelo baseado em evidências** para avaliar propostas de políticas públicas, e: a) Melhorar formulação de políticas para garantir resultados efetivos; b) Criar padrão de formulação e debate de políticas; c) Decidir e priorizar de forma mais objetiva e transparente; e d) Garantir melhor custo-efetividade.

O Guia prático de análise *ex post*, juntamente com o Guia de análise *ex ante*, forma o referencial metodológico sobre o processo de monitoramento e avaliação das políticas públicas no governo federal. O Guia *ex post* busca auxiliar os órgãos e entidades públicos nos processos avaliativos das políticas que executam, contribuindo para a condução das políticas públicas apoiada na tomada de decisão com base em evidências.

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil



Figuras 12 - Guia de análise Ex Ante



Figuras 13 - Guia de análise Ex Post



Figura 14 - Guia AIR



Com a finalidade de orientar a elaboração e a aplicação da Análise de Impacto Regulatório (AIR) no Governo Federal, a SAG/Casa Civil publicou, em março de 2018, as [Diretrizes Gerais e o Guia Orientativo para Elaboração de AIR](#). A AIR pode ser definida como um processo sistemático de análise baseado em evidências que busca avaliar, a partir da definição de um problema regulatório, os possíveis impactos das alternativas de ação disponíveis para o alcance dos objetivos pretendidos, tendo como finalidade orientar e subsidiar a tomada de decisão. As Diretrizes Gerais trazem orientações para a implementação prática da AIR por qualquer órgão da administração pública, apresentando um conjunto de padrões mínimos comuns para a aplicação dessa ferramenta. O Guia AIR, por sua vez, está em harmonia com as Diretrizes Gerais e se destina a orientar e auxiliar tecnicamente qualquer pessoa na elaboração dessa análise. A proposta do Guia é apresentar o conteúdo básico e as linhas gerais que devem nortear a realização da AIR, sem, contudo, entrar em discussões detalhadas sobre as técnicas ou metodologias específicas.

Ambos os documentos foram resultado das discussões de um grupo técnico constituído em janeiro de 2017 por iniciativa da SAG, que o coordenou, composto por representantes das Agências Reguladoras Federais, dos então Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Inmetro. Como resultado, têm-se, portanto, a publicação desses documentos que contêm padrões gerais mínimos para a efetiva implementação de AIR de maneira uniforme, transparente e participativa.

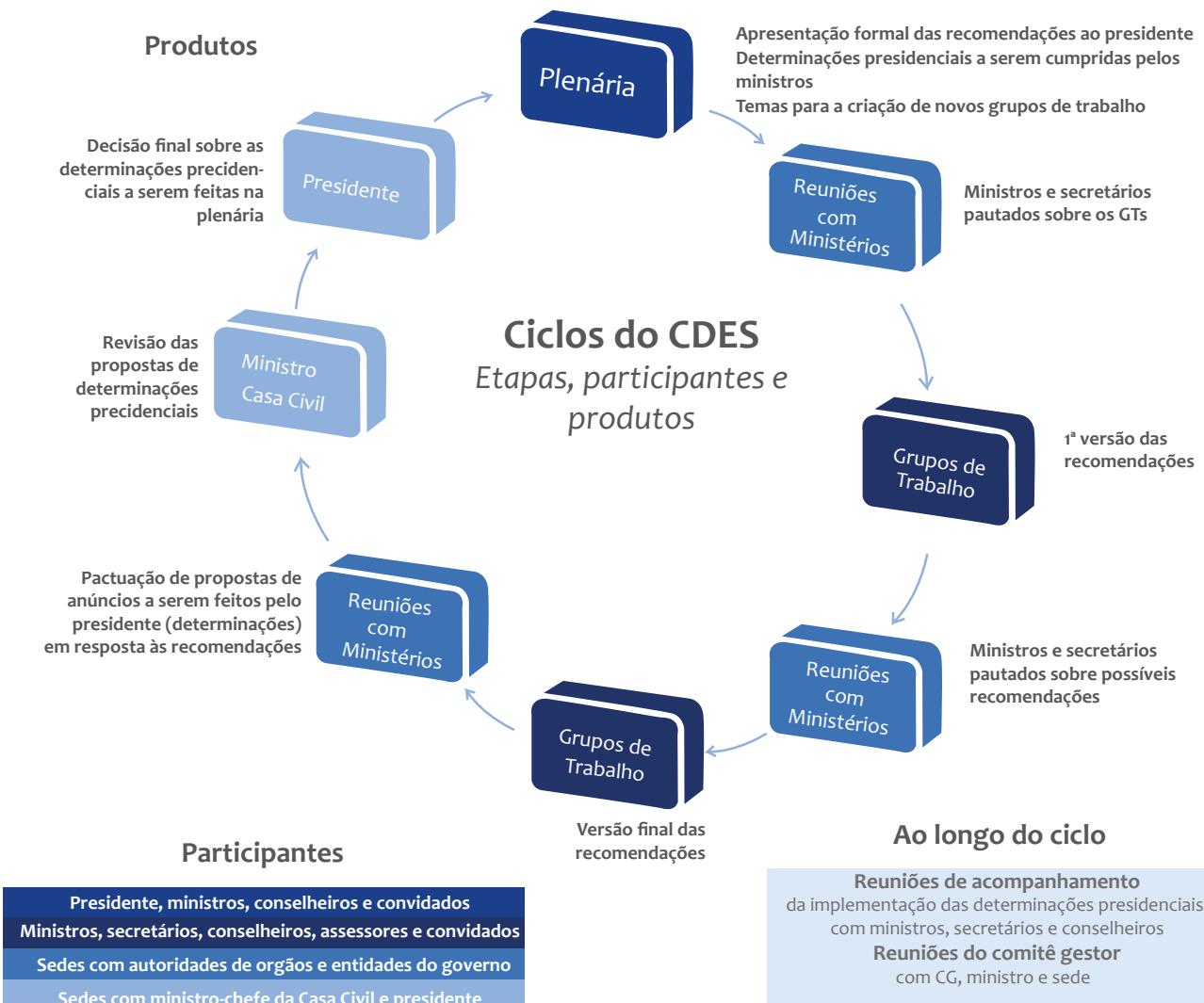
Relacionamento com a Sociedade

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) era composto por 102 membros e os diálogos e a construção de sugestões para novas políticas públicas eram realizados por meio de grupos de trabalho e reuniões plenárias. Os grupos de trabalho eram formados por conselheiros com conhecimento ou interesse em um tema específico, que juntos elaboram as propostas de políticas públicas. Nas reuniões plenárias, os conselheiros apresentavam tais propostas (recomendações) ao conhecimento do Presidente da República, dos ministros e de outras autoridades.

Uma vez informado sobre as recomendações, o Presidente da República determinava, ou não, aos órgãos governamentais sua adoção ou a realização de estudos para implementá-las. O fluxo a seguir detalha cada uma das etapas de funcionamento do CDES.

Infográfico 9 - Ciclos do CDES



Fonte: Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social



Reformas Estruturantes

Considerando um diagnóstico de que eram necessárias uma série de reformas de Governo, a Casa Civil destinou recursos para uma unidade organizacional específica, a Assessoria Especial da Casa Civil da Presidência da República, com o objetivo de provocar, auxiliar e colaborar tecnicamente com os diferentes órgãos do governo para impulsionar a execução de uma agenda de reformas estruturantes para o Brasil.

Ao longo de 2018 a Assessoria Especial da Casa Civil da Presidência da República coordenou e participou ativamente de um conjunto de propostas para reformas estruturantes como as reformas da previdência, trabalhista, tributária e administrativa.

Adicionalmente a AESP também atuou na modernização ou implantação de marcos legais específicos, como por exemplo: a estruturação do programa nacional do voluntariado, a reforma do saneamento, a regulamentação do distrato em incorporações imobiliárias; o RENOVABIO e o Selo Combustível Social entre outros.

Por fim, a AESP participou, em 2018, da articulação para elaboração de capítulos para duas publicações sobre o tema de Avaliação de Políticas Públicas (Avaliação de Políticas Públicas ex-ante e ex-post), e da elaboração de curso de capacitação para gestores a partir de módulos de ensino a distância em colaboração com a Enap.

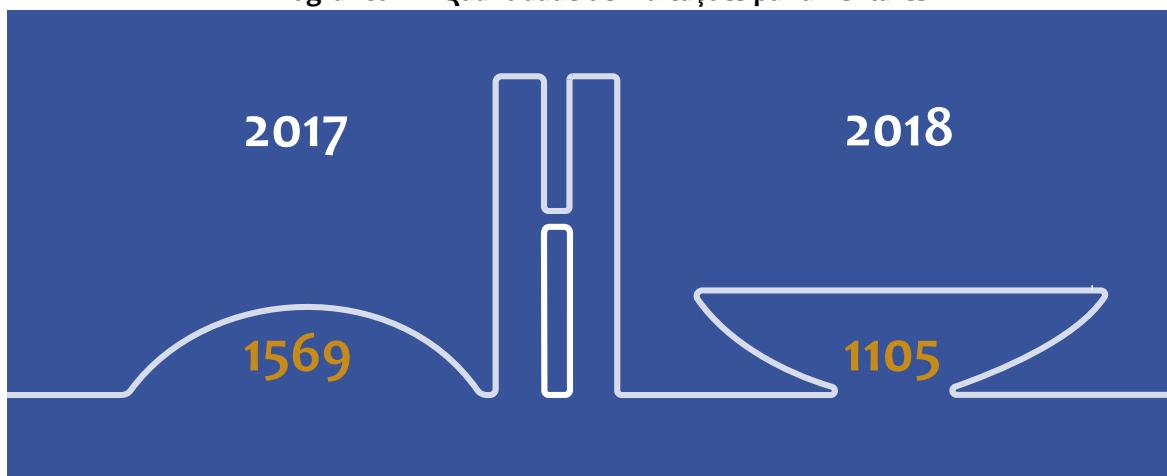
Relacionamento com partes Interessadas

Em seu papel de centro de governo, a Casa Civil da Presidência da República atende a inúmeras proposições formais de deputados federais. Tais proposições, chamadas de Indicações Parlamentares, contém sugestões ao Executivo para a adoção de providência; a realização de atos administrativos ou atos de gestão; ou sobre o envio de projeto de lei em matéria de iniciativa exclusiva do Executivo Federal.

Após o recebimento, a Casa Civil analisa e distribui pelos diferentes órgãos de governo, conforme o assunto, as indicações parlamentares. Esse ato possibilita que as sugestões dos parlamentares sejam consideradas tecnicamente pelos órgãos específicos relacionados ao pleito do parlamentar. E em uma segunda etapa, a Casa Civil encaminha ao parlamentar o posicionamento do Poder Executivo em relação a seu pleito.

Tal dinâmica fortalece os instrumentos de diálogo com a sociedade e grupos organizados que podem, por intermédio de seus representantes na Câmara de Deputados, ser ouvidos, e ter suas demandas consideradas pelo Executivo.

Infográfico 10 - Quantidade de indicações parlamentares



Fonte: Secretaria Executiva da Casa Civil

Canais de acesso do cidadão

A Ouvidoria da Presidência da República é unidade da estrutura da Secretaria-Geral, mais especificamente da Secretaria de Controle Interno (Ciset). Entretanto, recebe manifestações e dá tratamento às demandas de ouvidoria dos órgãos que integram a Presidência da República – Casa Civil, Secretaria-Geral, Secretaria de Governo e Gabinete de Segurança Institucional –, bem como da Vice-Presidência da República.

A ouvidoria é um instrumento de participação social e transparência. Funciona como mediadora entre a população e o governo federal no que diz respeito aos serviços governamentais. É um canal importante de comunicação com o órgão público. Qualquer pessoa física ou jurídica pode apresentar manifestação à Ouvidoria/PR, assim como os servidores e colaboradores lotados na Presidência da República e Vice-Presidência.

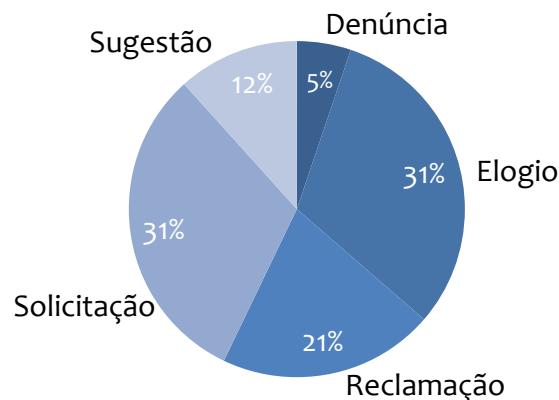
No ano de 2018, foram recebidas 2.237 manifestações pela Ouvidoria/PR, via Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV), das quais 691 foram reencaminhadas a outros órgãos/entidades. As outras 1.546 manifestações foram tratadas pela Ouvidoria/PR, sendo 77 referentes às atividades desenvolvidas pela Casa Civil.

Em relação às manifestações recebidas no e-OUV sob competência da Casa Civil, vale registrar os 24 elogios realizados por meio do Portal de Serviços do Governo Federal, dos quais 19 foram relativos às informações do serviço “Concorrer ao Prêmio Viva Voluntário”. Nesse Portal, o cidadão tem acesso aos serviços prestados pelos órgãos e pode registrar manifestação a respeito das informações relativas ao serviço selecionado.

Foram encaminhadas à Subchefia para Assuntos Jurídicos 18 manifestações relacionadas às legislações disponíveis no Portal do Palácio do Planalto, todas respondidas individualmente.

Apresenta-se a seguir gráfico com os tipos de manifestações recebidas sob competência da Casa Civil:

Gráfico 11 - Manifestações recebidas



Promoção da transparência

Comissão Mista de Reavaliação de Informações

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI) é um colegiado composto por 10 Ministérios, com atribuições ligadas ao acesso à informação e ao tratamento de informações classificadas, e presidida pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, com a seguinte composição em 2018:

- I - Casa Civil da Presidência da República, que a preside;
- II - Ministério da Justiça;
- III - Ministério das Relações Exteriores;
- IV - Ministério da Defesa;

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

V - Ministério da Fazenda;

VI - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VII - Ministério dos Direitos Humanos;

VIII - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

IX - Advocacia-Geral da União; e

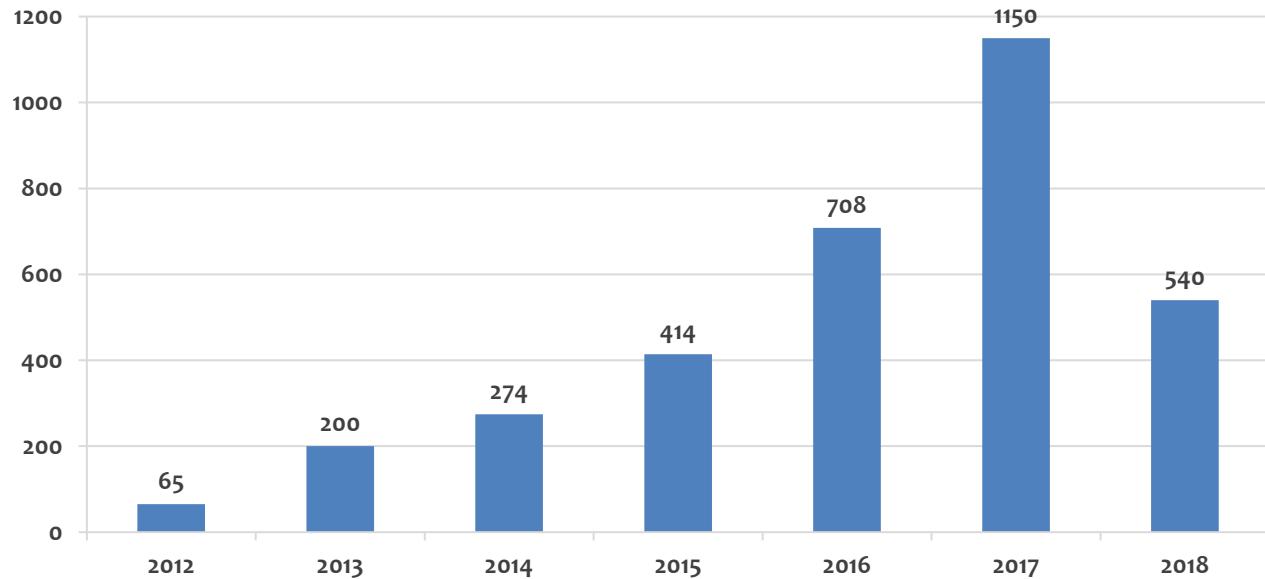
X - Controladoria-Geral da União.

A Secretaria-Executiva da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CGCMRI) atua na promoção da transparência por meio do tratamento e publicação de dados da Casa Civil no Portal de Dados Abertos (conforme determina o Decreto nº 8.777/2016) e produção do relatório anual da CMRI, que embasa o relatório sobre a implementação da Lei de Acesso à Informação no Poder Executivo Federal (relatório previsto no Art. 68, V, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012).

A CMRI decide, em última instância, sobre os recursos apresentados contra as decisões da CGU a pedido de acesso à informação, às razões da negativa de acesso ou à desclassificação de informação. Também é responsável pela prorrogação do prazo de sigilo das informações ultrassegredas e, a cada quatro (04) anos, revisa as informações secretas e ultrassegredas dos órgãos do Executivo Federal. E, ainda, estabelece orientações normativas para suprir lacunas na aplicação da LAI.

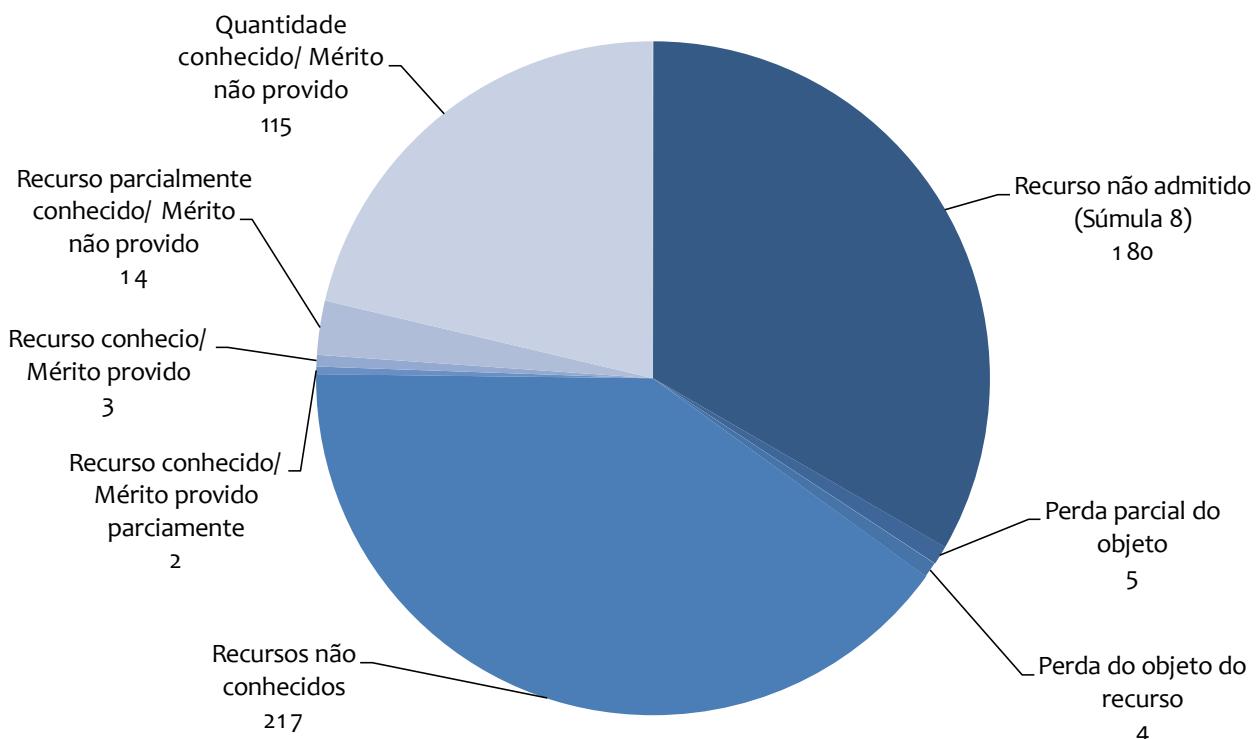
Como resultados da atuação da CMRI, foram tratados um total de 3.351 recursos desde 2012, quando foi instalada. Em 2018, foram 540 recursos tratados.

Gráfico 12 - Recursos tratados na CMRI



Fonte: Secretaria-Executiva da Comissão Mista de Reavaliação de Informações

Gráfico 13 - Decisões da CMRI em 2018



Fonte: Secretaria-Executiva CMRI (elaboração própria)

Em relação ao tratamento das informações classificadas, destaca-se a definitiva implantação do novo Sistema de Termos de Classificação da Informação (Sistema TCI), que foi desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Presidência da República, incorporando criptografia de estado oferecida pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Atualmente, o Sistema TCI possui 18.730 registros, sendo 18.292 classificados como secreto e 438 como ultrassecreto (posição em 31.12.2018).

Em 2018, cerca de 4 mil registros de informações classificadas foram processados, sendo 2.140 revisados pela Comissão (6 desclassificados) e 1.976 restituídos para os respectivos ministérios supervisores para a revisão delegada pela Portaria CMRI nº 1/2017. Cumpre destacar que, durante esse processo de revisão, os próprios ministérios desclassificaram parte dos documentos analisados.

Publicidade dos atos oficiais

A Imprensa Nacional (IN) é uma das instituições públicas mais antigas do Brasil. Sua criação remonta a 1808, por decreto do então príncipe regente D. João. Em mais de dois séculos a sociedade sofreu inúmeros avanços, entre eles, a transformação digital que virou a página em uma tradição secular de acesso a informação. A rotina de consulta a jornais impressos paulatinamente deixará de existir. Neste contexto, a Imprensa Nacional buscou em seu Planejamento Estratégico novas ações que dotassem a instituição de instrumentos para lidar com tal realidade e procurou continuar entregando valor a sociedade, com o uso de novas formas e processos para a guarda e disponibilização das informações oficiais.

O Projeto de Gestão das Informações Oficiais, por exemplo, busca modernizar os Atos Oficiais disponibilizando-os em formatos eletrônicos mais utilizados na atualidade: PDF, XML e HTML; busca também criar filtros de pesquisa aperfeiçoando a interação do usuário com a informação oficial; e reformar graficamente a versão em PDF do DOU. Outras ações previstas no planejamento são disponibilizar o acesso ao legado das publicações do DOU de 2002 a 2017 no portal da Imprensa Nacional; e finalmente contratar e instalar a Solução Big Data, ajustada à nova arquitetura.

Os resultados alcançados ao longo do exercício foram: a) disponibilização e utilização pela sociedade do DOU em formato exclusivamente digital; b) novos formatos eletrônicos do DOU em dados abertos; c) disponibilização do legado das publicações do DOU de 2002 a 2017 na Internet; d) desoneração da infraestrutura utilizada pelo Portal da IN pela transferência de arquivos de atos publicados no DOU desde



2002 para a infraestrutura de TI da Solução Big Data; e e) reforma gráfica da versão PDF do Diário Oficial, tornando a sua leitura em formato jornal mais amigável para o usuário.

O portal www.normas.gov.br, criado em 2018, também busca oferecer produto singular à sociedade, já que objetiva integrar a legislação brasileira. O site abrigará as normas federais e estaduais, em formato aberto (XML). Projetos semelhantes existem em países como França, Espanha, Portugal e Uruguai. A iniciativa foi lançada no âmbito da 65ª Reunião da Associação Brasileira de Imprenas Oficiais (Abio), realizada com o apoio da Imprensa Nacional, em Brasília, em junho de 2018.

Os próximos passos na agenda de transformação da Imprensa Nacional são:

- I. Ampliar o lapso de tempo de atos oficiais disponibilizados em dados abertos (estão disponibilizados em dados abertos os conteúdos publicados no DOU entre os anos 2002 e 2017);
- II. Ampliar a integração do sistema de envio de atos oficiais para publicação no DOU, com os sistemas utilizados por órgãos de governo, possibilitando o envio de matérias para publicação no DOU diretamente dos sistemas;
- III. Criar um novo Portfólio de Serviços que seja mais adequados à nova realidade da IN;
- IV. Criar novos filtros para simplificar a consulta a atos oficiais, como por exemplo, filtros para consultas por categorias; e
- V. capacitar equipes envolvidas.

Ainda buscando se adaptar aos novos costumes digitais a IN procurou ampliar sua presença na Web e fortalecer o relacionamento com o seu público-alvo. Assim por meio da execução do Projeto de Elaborar e Implementar Estratégia de Comunicação Integrada foram estabelecidas prioridades como criar contas nas Redes Sociais ([Facebook](https://www.facebook.com/INBrasilOficial), [Twitter](https://twitter.com/INBrasilOficial) e [Instagram](https://www.instagram.com/INBrasilOficial/)); realizar uma pesquisa etnográfica; automatizar a publicação dos destaques do DOU, tanto no Portal quanto nas Redes Sociais.

As principais ações foram: a realização da pesquisa etnográfica para mapear clientes em potencial e seus interesses e a divulgação da revista da IN e de publicações de destaques nas Redes Sociais. O resultado alcançado foi uma presença mais atuante da IN nas mídias sociais.

O Projeto da Biblioteca Digital trabalhou o acesso da população ao acervo da imprensa nacional. As ações priorizadas foram: (i) digitalizar o acervo do DOU de 1808 a julho de 2002 em formato PDF e, após 2002, disponibilizar em HTML; (ii) digitalizar o acervo fotográfico e as obras raras; (iii) sistematizar a digitalização; (iv) inaugurar o novo espaço da biblioteca física; (v) instalar o sistema *Dspace*, ferramenta de gerenciamento da biblioteca digital disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); e (vi) instalar a rede lógica.

A imprensa Nacional também almejou resultados em diferentes áreas da organização que de maneira indireta influenciam na forma com que a sociedade percebe e acessa os produtos da IN. Destacamos assim os seguintes pontos:

- I. Projeto do Plano de Segurança Institucional - os resultados alcançados foram uma maior adequação aos protocolos de segurança sugeridos pela Abin e com base em critérios de segurança do mercado, diminuindo o grau de risco à segurança da instituição, dos seus trabalhadores, seu patrimônio e o conhecimento sensível que tutela.
- II. Projeto Estruturação da Assessoria de Planejamento Estratégico – APLAN - os resultados alcançados foram o acompanhamento sistemático, com reuniões bimestrais, de projetos estratégicos; criação da cultura da gestão por processos na instituição; capacitação dos servidores; realização de oficina de mapeamento de processos; efetiva implantação do escritório de processos na IN; e criação do primeiro manual de mapeamento de processos da IN.
- III. O projeto Gerenciamento da Força de trabalho - O resultado alcançado foi a mitigação do risco de redução de pessoal, tanto pela requisição de novos servidores quanto pelas capacitações que ocorreram ao longo do ano.
- IV. O projeto Modernização do Parque gráfico almejou resultados como a qualificação e ampliação da capacidade de produção, a redução de desperdícios e a redução na geração de resíduos.

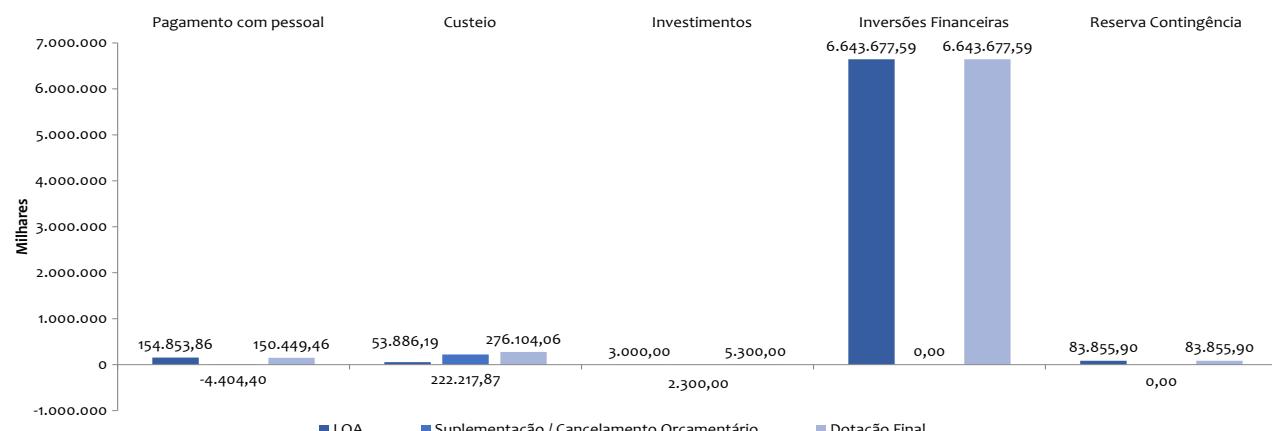
5. Alocação de Recursos e áreas especiais da gestão na Casa Civil

Por força do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, a competência para planejar, coordenar, supervisionar, dirigir, controlar e exercer a função de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, de Serviços Gerais, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Custos, de Administração Financeira Federal, de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal, e do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo, cabe à Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República (SA/SG). Nesse sentido, as informações deste Capítulo 5 e das Demonstrações Contábeis relativas à Casa Civil da Presidência da República foram fornecidas pela Secretaria de Administração.

Gestão orçamentária e financeira

A Lei Orçamentária Anual – LOA/2018 (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018) consignou à Casa Civil dotação orçamentária no total de R\$ 6.939.273.539. Contudo, suplementação de dotações no montante de R\$ 220.113.471 redimensionaram o orçamento/2018 para a cifra de R\$ 7.159.387.010.

Gráfico 14 - Variação Orçamentária



Fonte: Tesouro Gerencial

Execução Orçamentária

Em 2018, a Casa Civil recebeu dotação de R\$ 7.159.387.010. Desse total foram empenhadas 427.884.528,75, liquidadas R\$ 408.553.013,47 e pagas 397.018.897,83. A execução da despesa (liquidação) representou 5,89% dos valores autorizados na LOA/2018 e 5,71% da dotação final do órgão. Esta baixa execução justifica-se pela não realização das despesas do Fundo Social que, no gráfico acima, estão representadas, principalmente, pelas inversões financeiras.

A execução das despesas verificou-se em quatro vertentes: Investimentos, Inversões Financeiras, despesas com pessoal e custeio. A tabela a seguir apresenta a distribuição destas despesas nos programas e ações do orçamento da Casa Civil.

Relatório de Gestão 2018

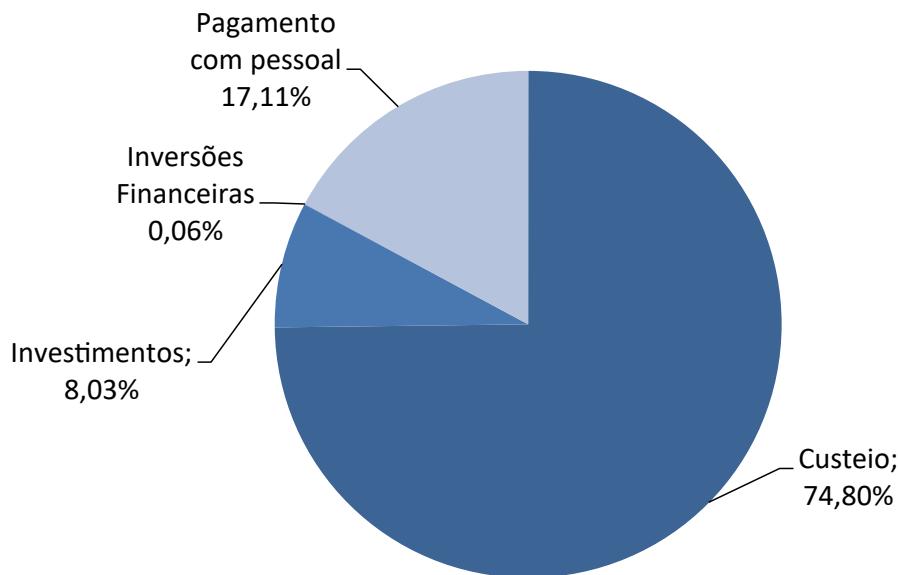
Casa Civil

Tabela 4 - Distribuição de despesas nos programas e ações do orçamento da Casa Civil

UPC / PROGRAMA / AÇÃO / GRUPO / ELEMENTO	2018			
	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	119.937.832,00	119.400.006,05	118.977.432,62	109.358.014,02
0181 - Aposentadorias e pensoes civis da Uniao	119.937.832,00	119.400.006,05	118.977.432,62	109.358.014,02
1 - Pessoal e encargos sociais	119.937.832,00	119.400.006,05	118.977.432,62	109.358.014,02
01 - Aposent.rpps, reser.remuner. e refor.militar	49.580.774,05	49.580.773,12	49.228.785,30	45.226.216,95
03 - Pensões do rpps e do militar	69.844.219,78	69.306.464,77	69.244.193,33	63.832.611,24
Demais	512.838,17	512.768,16	504.453,99	299.185,83
0909 - Operações Especiais: outros encargos especiais	6.644.177.589,00			
00JG - Operacionalizacao do Fundo Social - FS	500.000,00			
3 - Outras despesas correntes	500.000,00			
Demais	500.000,00			
00JJ - Promoção de investimentos no Brasil e no exterior: Fundo Social	6.643.677.589,00			
5 - Inversões Financeiras	6.643.677.589,00			
Demais	6.643.677.589,00			
0910 - Operações Especiais: Gestão da participação em organismos e	63.454,00	53.837,63	53.837,63	53.837,63
00OQ - Contribuições a organismos internacionais sem exigência de p	63.454,00	53.837,63	53.837,63	53.837,63
3 - Outras Despesas Correntes	63.454,00	53.837,63	53.837,63	53.837,63
41 - Contribuições	53.568,00	53.568,00	53.568,00	53.568,00
Demais	9.886,00	269,63	269,63	269,63
0999 - Reserva de Contingência	83.855.903,00			
0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira	83.855.903,00			
9 - Reserva de Contingência	83.855.903,00			
Demais	83.855.903,00			
2038 - Democracia e aperfeiçoamento da gestão pública	48.943.089,00	46.853.315,14	35.727.450,90	35.628.407,35
2804 - Edição, produção, divulgação e distribuição de publicações o	48.943.089,00	46.853.315,14	35.727.450,90	35.628.407,35
3 - Outras despesas correntes	43.643.089,00	41.915.535,93	33.327.386,30	33.295.312,30
37 - Locação de mão-de-obra	19.308.592,09	19.307.456,32	16.492.797,50	16.492.797,50
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	15.811.530,05	15.811.530,05	11.808.599,41	11.808.599,41
Demais	8.522.966,86	6.796.549,56	5.025.989,39	4.993.915,39
4 - Investimentos	5.300.000,00	4.937.779,21	2.400.064,60	2.333.095,05
39 - Outros serviços de terceiros PJ - Op.int.orc.	2.311.499,53	2.311.499,53	736.665,04	669.695,49
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	820.540,86	820.540,86	537.939,80	537.939,80
52 - Equipamentos e material permanente	1.759.557,06	1.759.557,06	1.079.278,00	1.079.278,00
Demais	408.402,55	46.181,76	46.181,76	46.181,76
2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública	225.710.000,00	225.710.000,00	225.710.000,00	225.710.000,00
00RG - Transferência de recursos ao estado de Roraima para ações de	225.710.000,00	225.710.000,00	225.710.000,00	225.710.000,00
3 - Outras despesas correntes	225.710.000,00	225.710.000,00	225.710.000,00	225.710.000,00
41 - Contribuições	225.710.000,00	225.710.000,00	225.710.000,00	225.710.000,00
Demais				
2101 - Programa de gestão e manutenção da Presidência da República	36.699.143,00	35.867.369,93	28.084.292,32	26.268.638,83
00M1 - Benefícios assistenciais decorrentes do auxilio-funeral e na				
3 - Outras despesas correntes				
Demais				
09HB - Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o	4.840.074,00	4.840.074,00	3.397.421,27	3.397.421,27
1 - Pessoal e encargos sociais	4.840.074,00	4.840.074,00	3.397.421,27	3.397.421,27
Demais	4.840.074,00	4.840.074,00	3.397.421,27	3.397.421,27
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos servidores civis, empr	2.055.300,00	1.939.960,00	1.783.020,22	1.699.373,15
3 - Outras despesas correntes	2.055.300,00	1.939.960,00	1.783.020,22	1.699.373,15
Demais	2.055.300,00	1.939.960,00	1.783.020,22	1.699.373,15

20TP - Ativos civis da União	23.628.510,00	23.628.510,00	20.565.742,53	18.930.481,67
1 - Pessoal e encargos sociais	23.628.510,00	23.628.510,00	20.565.742,53	18.930.481,67
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil	20.922.821,15	20.922.821,15	18.835.918,27	17.205.269,06
Demais	2.705.688,85	2.705.688,85	1.729.824,26	1.725.212,61
212B - Benefícios Obrigatórios aos servidores civis, empregados, mi	1.720.008,00	1.720.008,00	1.500.294,72	1.403.549,16
3 - Outras despesas correntes	1.720.008,00	1.720.008,00	1.500.294,72	1.403.549,16
Demais	1.720.008,00	1.720.008,00	1.500.294,72	1.403.549,16
216H - Ajuda De Custo Para Moradia Ou Auxilio-Moradia A Agentes Pub	21.600,00	21.600,00		
3 - Outras despesas correntes	21.600,00	21.600,00		
Demais	21.600,00	21.600,00		
216X - Funcionamento dos Conselhos e Comissões da Presidência da Re	1.499.230,00	782.796,93	763.789,41	763.789,41
3 - Outras despesas correntes	1.499.230,00	782.796,93	763.789,41	763.789,41
Demais	1.499.230,00	782.796,93	763.789,41	763.789,41
2C11 - Apoio técnico e administrativo a equipe de transição de governo	2.934.421,00	2.934.421,00	74.024,17	74.024,17
1 - Pessoal e encargos sociais	2.043.046,00	2.043.046,00	31.449,64	31.449,64
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil	2.043.046,00	2.043.046,00	31.449,64	31.449,64
Demais				
3 - Outras despesas correntes	891.375,00	891.375,00	42.574,53	42.574,53
37 - Locação de mão-de-obra	62.358,60	62.358,60		
Demais	829.016,40	829.016,40	42.574,53	42.574,53
6215 - Funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social				
3 - Outras despesas correntes				
Demais				
Total Geral	7.159.387.010,00	427.884.528,75	408.553.013,47	397.018.897,83

Gráfico 15 - Distribuição das despesas da Casa Civil executadas em 2018 - Despesas Líquidas



Fonte: Tesouro Gerencial

Observa-se pelo gráfico acima que os gastos da Casa Civil são predominantes em custeio e despesas com pessoal.

As despesas de Custeio são aquelas necessárias à prestação de serviços e à manutenção organizacional, por exemplo: água, luz, limpeza e segurança.

Os investimentos prendem-se a dotações aplicadas no patrimônio permanente, como obras e instalações.

Tanto as despesas de custeio como as de investimento abrangem gastos com o funcionamento das chamadas atividades:

- I. Finalísticas: assuntos pertinentes à ética pública, à publicação do diário oficial da união, e ao aconselhamento direto ao Presidente da República em temas afetos ao desenvolvimento econômico e social, dentre outros.
- II. Administrativas: serviços de apoio às atividades finalísticas;
- III. Obras e instalações, aquisição de equipamentos e material permanente.

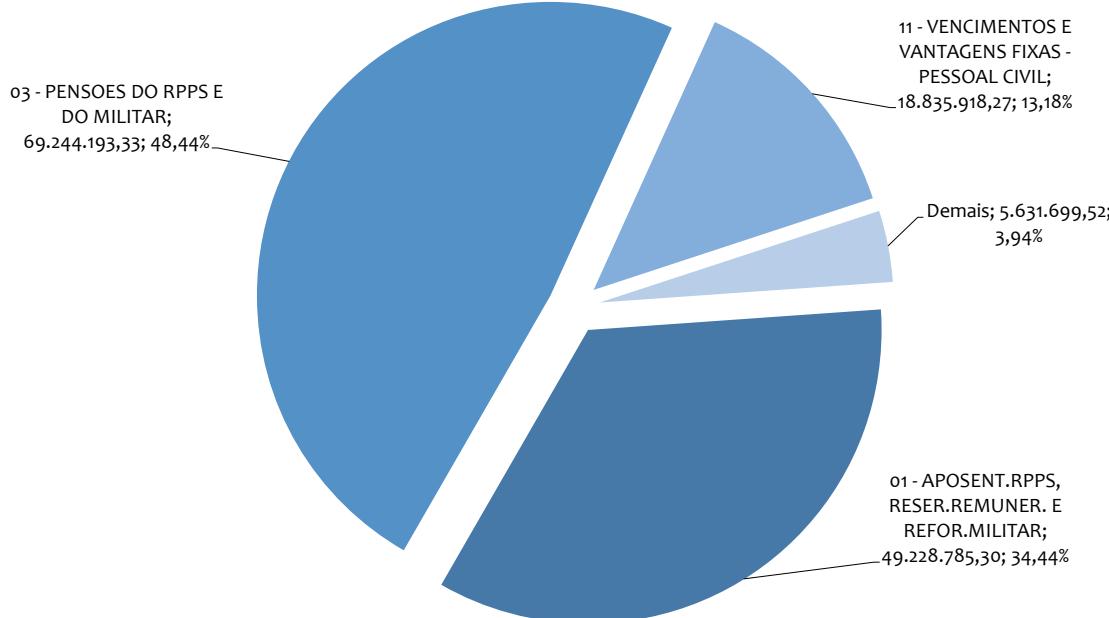
Execução por Grupo e Elemento de Despesa

A tabela acima apresenta o desempenho orçamentário da Casa Civil por Programa, Ação, Grupo de Despesa e Grupo de natureza de despesa. Grupo de natureza de despesa refere-se à classe de gasto em que foi realizada a despesa. Elemento de Despesa é a classificação dos insumos utilizados ou adquiridos.

Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais

As despesas com pessoal totalizaram R\$ 142.972.046,06, destinadas ao Fundo Nacional de Imprensa – FUNIN, R\$ 142.940.596,42, e a equipe de transição de governo, R\$ 31.449,64. Deste montante, três gastos se destacam e representam mais de 90% da despesa: vencimentos e vantagens fixas, 13,18% da despesa, aposentadorias, 34,44% e pensões, 48,44%.

Gráfico 16 - Gastos com pessoal



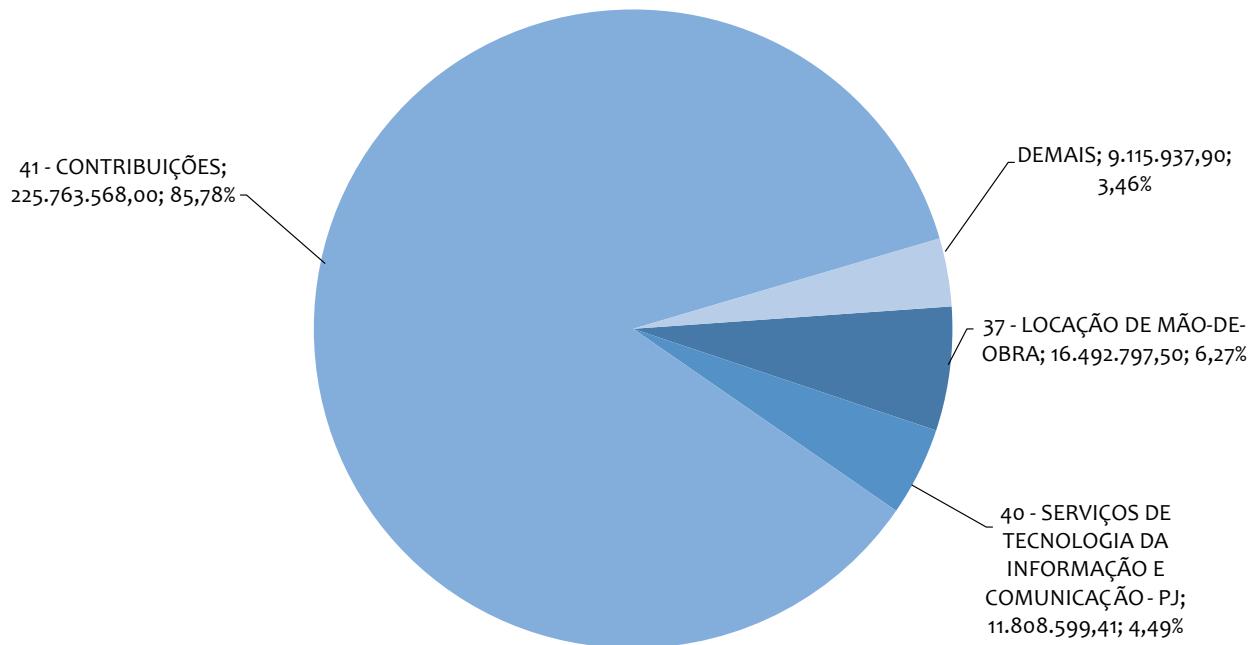
Fonte: Tesouro Gerencial

Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

Em 2018, a execução das despesas de custeio totalizou R\$ 263.180.902,81, que inclui despesas com atividades finalísticas, manutenção institucional e outros gastos de custeio. Destacaram-se os gastos com a Intervenção Federal do Estado de Roraima, R\$ 225.710.000,00, e com o Fundo Nacional de Imprensa – FUNIN, R\$ 36.610.701,24.

Os dispêndios mais relevantes foram as contribuições (R\$ 225.763.568), 85,78%, relativas à Intervenção Federal do Estado de Roraima, e a locação de mão de obra (R\$ 16.492.797,50) 6,27%, verificada no o Fundo Nacional de Imprensa – FUNIN.

Gráfico 17 - Custeio

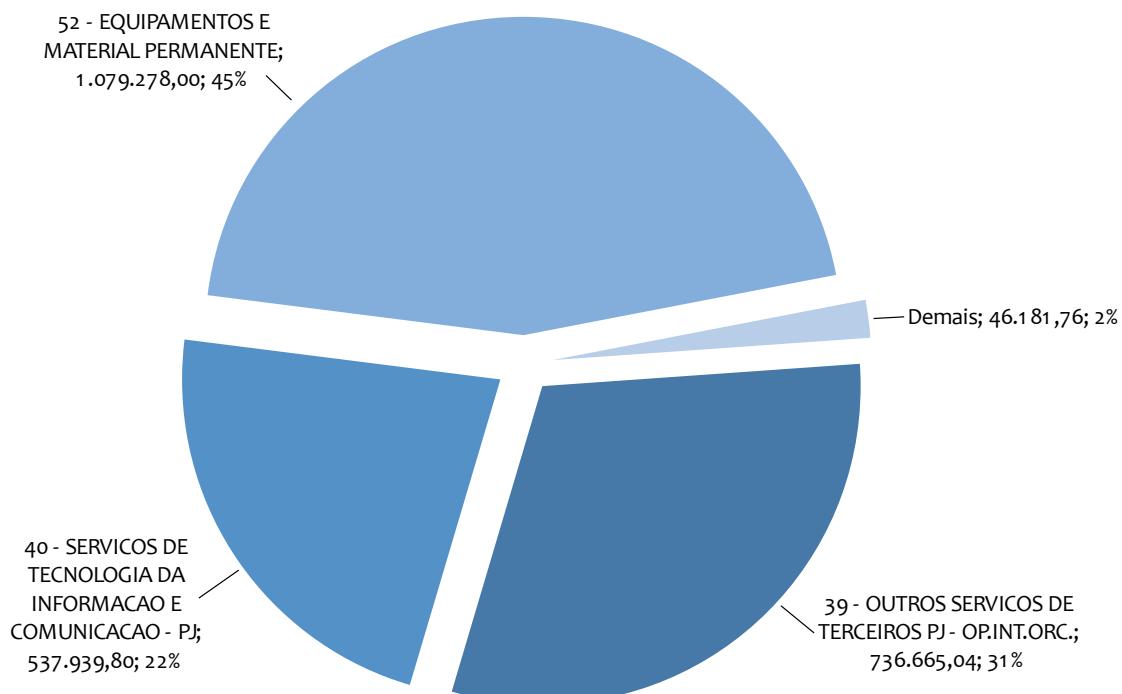


Fonte: Tesouro Gerencial

Grupos 4 – Investimentos

Esses grupos somaram R\$ 2.400.064,60, integralmente utilizados no Fundo Nacional de Imprensa – FUNIN, e aplicados, principalmente, em equipamentos e material permanente, 45%, outros serviços de terceiros, 31%, serviços de tecnologia da informação, 22%.

Gráfico 18 - Investimentos



Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 5 - Contingenciamento

	Dec. 9.276 fev/2018	Dec. 9.323 mar/2018	Dec. 9.390 mai/2018	Dec. 9.452 jul/2018	Dec. 9.515 set/2018	Dec. 9.590 nov/2018	Port. 4 jan/2019
%Contingenciamento	18,15%	18,15%	18,15%	18,05%	18,05%	14,11%	0,00%

Fundo Nacional de Imprensa – Funin

O Fundo Nacional de Imprensa – Funin obteve como dotação orçamentária na LOA/2018 o total de R\$ 290.385.964. Contudo, cancelamentos de dotações no montante de R\$ 5.383.648 redimensionaram o orçamento/2018 para a cifra de R\$ 285.002.316.

Execução Orçamentária

Em 2018, o Fundo Nacional de Imprensa - Funin recebeu dotação de R\$ 285.002.316. Desse total foram empenhadas 198.403.473,19, líquidas R\$ 170.417.246,62 e pagas 170.417.246,62. A execução da despesa (liquidação) representou 62,66% dos valores autorizados na LOA/2018 e 63,84% da dotação final do órgão. Ressalte-se que Reserva de contingência, no montante de R\$ 83.855.903,00, impacta negativamente no cálculo dos percentuais apresentados acima.

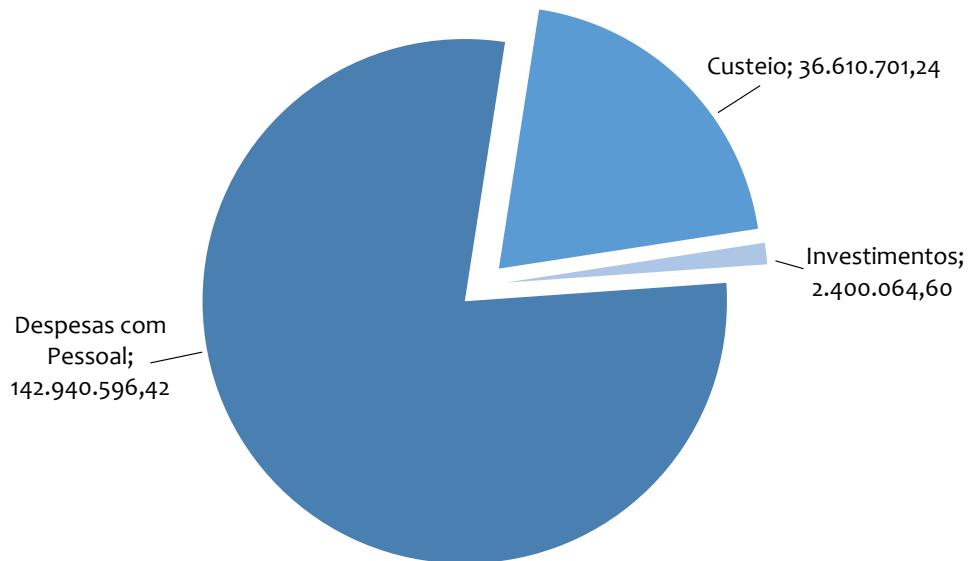
A execução das despesas verificou-se em quatro vertentes: Investimentos, Inversões Financeiras, despesas com pessoal e custeio. O gráfico a seguir apresenta a distribuição destas despesas no orçamento do Fundo Nacional de Imprensa – Funin.

Tabela 6 - Distribuição das despesas do Funin

ÓRGÃO	2018		
	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
Grupo de Despesa			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	148.406.416,00	147.868.590,05	142.940.596,42
3 - Outras Despesas Correntes	49.002.681,00	46.433.738,49	37.428.328,28
4 - Investimentos	5.300.000,00	4.937.779,21	2.400.064,60
9 - Reserva de Contingência	83.855.903,00		
Total Geral	286.565.000,00	199.240.107,75	182.768.989,30

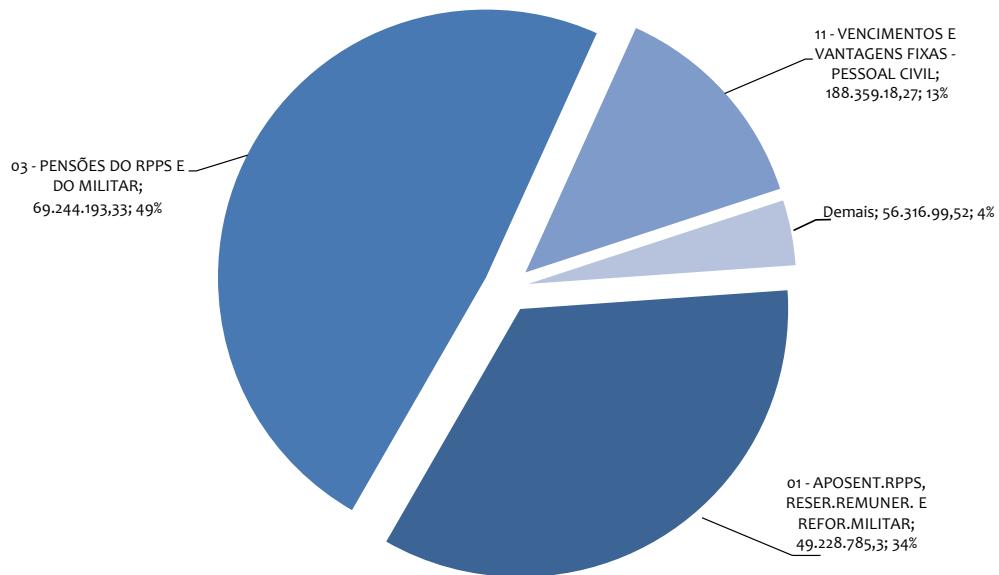
Observa-se pelo gráfico que os gastos do Fundo Nacional de Imprensa são predominantes em custeio e despesas com pessoal.

Gráfico 19 - Despesas liquidadas



As despesas com pessoal totalizaram R\$ 142.940.596,42. Deste montante, três gastos se destacam e representam mais de 90% da despesa: vencimentos e vantagens fixas, 13% da despesa, Pensões, 49% e Aposentadorias, 34%.

Gráfico 20 - Pessoal e encargos sociais

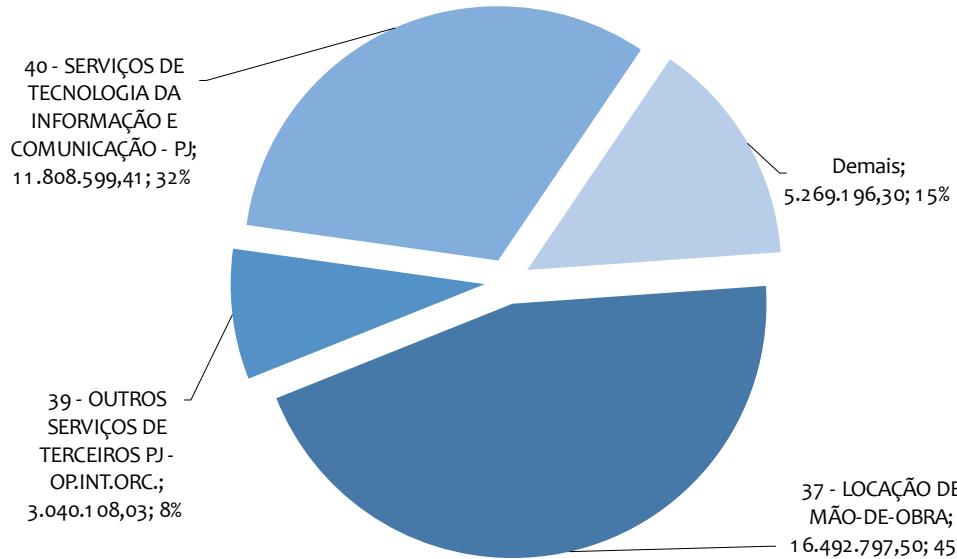


As despesas com custeio somaram R\$ 36.610.701,24. Destas despesas, foram relevantes: os gastos com locação de mão de obra, 45%, serviços de tecnologia de informação e comunicação - TIC, 32%, e outros serviços de terceiros, 8%. A locação de mão de obra totalizou R\$ 16.492.795,50, com destaque para o apoio administrativo, R\$ 7.176.737,75, a vigilância, R\$ 3.952.972,85 e a limpeza e conservação, R\$ 2.778.966,52. Os serviços com tecnologia de informação e comunicação - TIC alcançaram R\$ 11.808.599,41, sendo R\$ 3.329.260,40 para manutenção corretiva/adaptativa e sustentação de softwares, R\$ 2.828.061,68 para serviços técnicos profissionais de TIC e R\$ 1.346.374,60 para suporte de infraestrutura de TIC.

Relatório de Gestão 2018

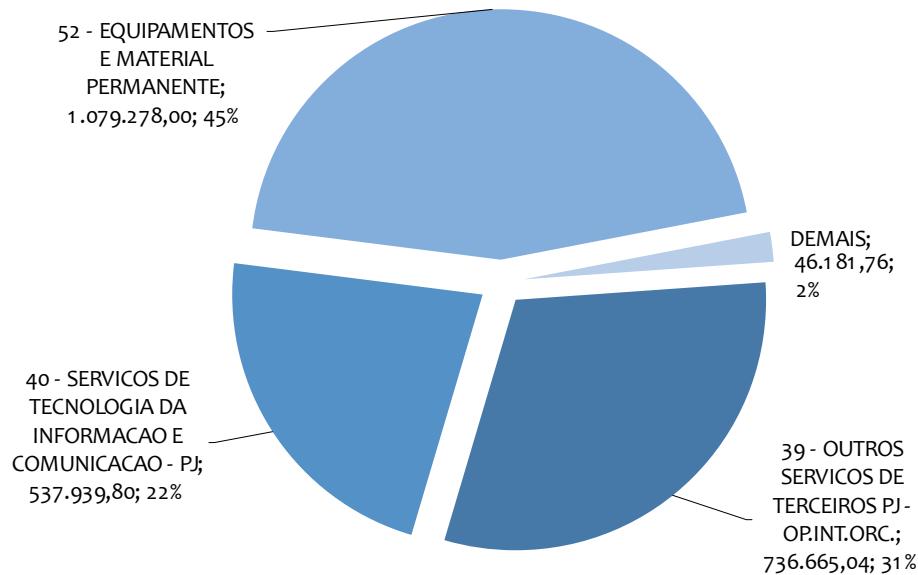
Casa Civil

Gráfico 21 - Custeio



Os investimentos alcançaram R\$ 2.400.064,60, nos quais foram relevantes as aquisições de equipamentos e materiais permanentes, 45% dos investimentos, outros serviços de terceiros, 31% e serviços de tecnologia da informação 22%. Os gastos com aquisições de equipamentos foram de R\$ 1.079.278,00, aplicados, principalmente, em material de TIC permanente, R\$ 703.650,00, e em equipamentos de TIC – servidores/storage, R\$ 361.760,00. Em serviços de terceiros o dispêndio foi de R\$ 736.665,04, aplicado integralmente em encargos financeiros não compensáveis. E, em serviços de tecnologia da informação, gastou-se R\$ 537.939,80 na aquisição de software pronto.

Gráfico 22 - Investimento

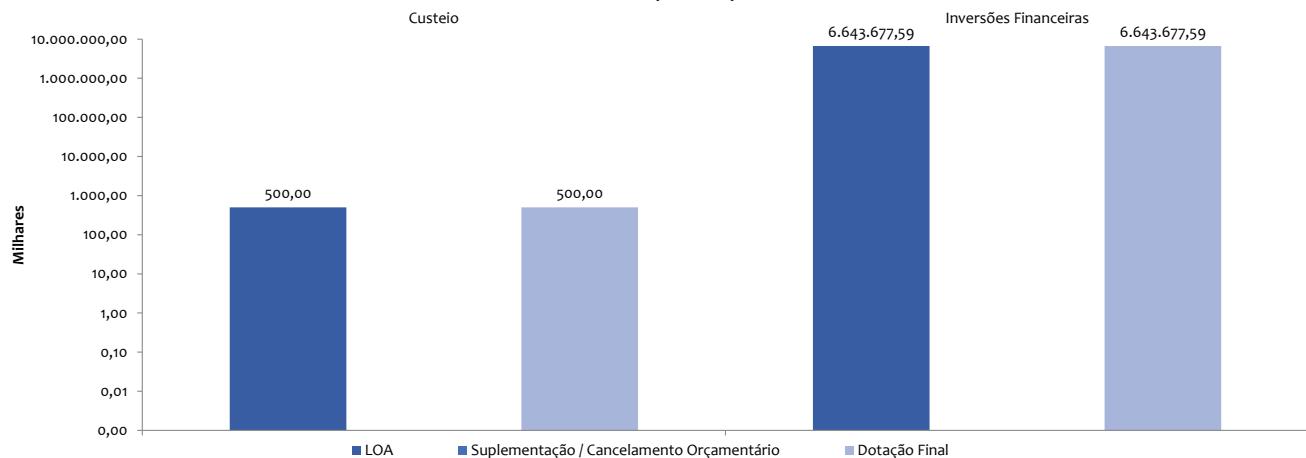


Fundo Social – FS

O FS, criado nos termos do art. 47 da Lei nº 12.351, de 22, dezembro de 2010, possui natureza contábil e financeira e é vinculado à Presidência da República. O Fundo tem como finalidade constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

O Fundo Social – FS obteve como dotação orçamentária na LOA/2018 o total de R\$ 6.644.177,589, não se verificando suplementações e cancelamentos neste valor no decorrer do exercício de 2018.

Gráfico 23 -Dotação orçamentária



Execução Orçamentária

Em 2018, o Fundo Social-FS recebeu dotação de R\$ 6.644.177,589, não se verificando execução orçamentária, conforme observado na tabela abaixo, que apresenta a programação orçamentária do Fundo. Observa-se que quase todos os recursos do FS, R\$ 6.643.677,589, algo da ordem de 99,99% da dotação final, prestam-se à promoção de investimentos no Brasil e no Exterior.

Tabela 7 - Programação orçamentária do Fundo Social

UPC / PROGRAMA / AÇÃO / GRUPO / ELEMENTO	2018			
	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
0909 - Operações Especiais: outros encargos especiais	6.644.177,589,00			
00JG - Operacionalizacao do Fundo Social - FS	500.000,00			
3 - Outras despesas correntes	500.000,00			
Demais	500.000,00			
00JJ - Promoção de investimentos no Brasil e no exterior: Fundo Social	6.643.677,589,00			
5 - Inversões Financeiras	6.643.677,589,00			
Demais	6.643.677,589,00			
Total Geral	6.644.177,589,00			

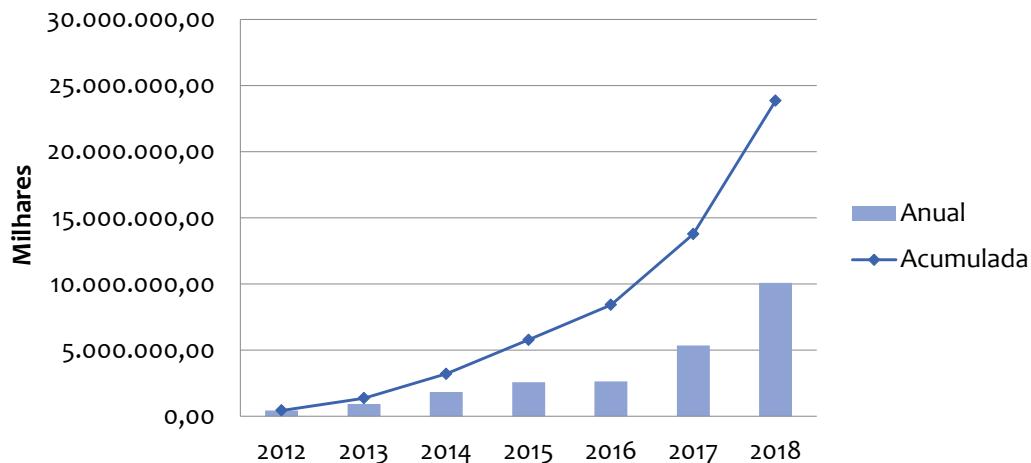
A tabela abaixo apresenta a composição do Fundo Social – FS desde que começaram a ingressar recursos nele em 2018.

O gráfico a seguir demonstra o desempenho anual e os valores acumulados dos ingressos de recursos no Fundo Social. Observa-se uma tendência de aumento anual de arrecadação, atingindo, aproximadamente, R\$ 10 bilhões em 2018, e totalizando algo da ordem de R\$ 24 bilhões no período 2012-2018.

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Gráfico 24 - Receita arrecadada - Fundo Social (FS)



Gabinete de Intervenção Federal do Estado de Roraima

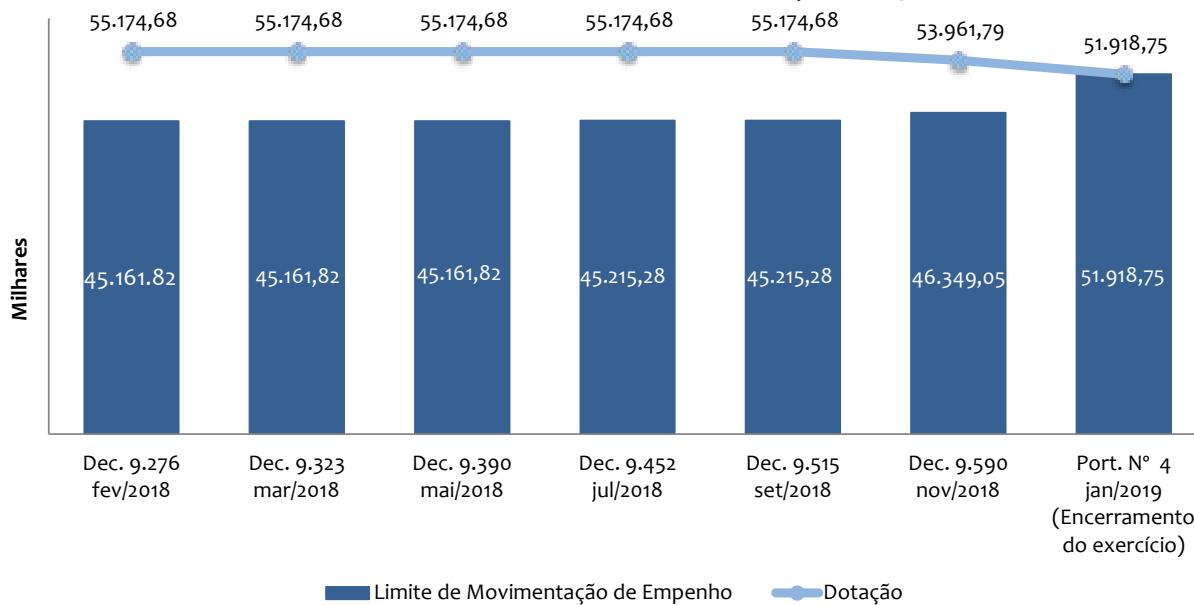
A Medida Provisória nº 864, de 17 de dezembro de 2018, dispôs sobre a transferência de recursos financeiros pela União ao Estado de Roraima para auxiliar nas ações relativas à intervenção federal, com o objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública naquele Estado.

Nesses termos, o art. 1º da Medida provisória supracitada determinava a transferência ao Estado de Roraima, no exercício de 2018, na forma de parcela única, do valor de R\$ 225.710.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões, setecentos e dez mil reais). Verifica-se que os recursos foram repassados ao Estado de Roraima, em conformidade com a Medida Provisória nº 864, de 2018.

Valores Autorizados de Movimentação e Empenho

Os Decretos de Programação Orçamentária e Financeira estabeleceram limites de movimentação e empenho à Casa Civil no exercício de 2018. Nestes termos, o gráfico abaixo explicita os Valores Autorizados para Movimentação e Empenho das despesas discricionárias.

Gráfico 25 - Valores Autorizados de Movimentação e Empenho



Os Valores contingenciados resultam da diferença entre a Dotação Autorizada e os Valores Autorizados para Movimentação e Empenho demonstrados na tabela abaixo. Observa-se que ao final do exercício, as dotações orçamentárias foram totalmente liberadas.

Tabela 8 - Contingenciamento

	Dec. 9.276 fev/2018	Dec. 9.323 mar/2018	Dec. 9.390 mai/2018	Dec. 9.452 jul/2018	Dec. 9.515 set/2018	Dec. 9.590 nov/2018	Port. 4 jan/2019
%Contingenciamento	18,15%	18,15%	18,15%	18,05%	18,05%	14,11%	0,00%

Gestão de Pessoas

Diferentemente de outros órgãos públicos, a CC não dispõe de quadro próprio de pessoal. Sua força de trabalho é composta por servidores com vínculo com a administração pública (requisitados ou cedidos de outros órgãos e entidades públicas federais, estaduais e federais), além de servidores sem vínculo com a administração pública (nomeados em cargo em comissão).

Somado a isso o papel da unidade de gestão de pessoas da CC é exercido pela área de gestão de pessoas da SG, o que enseja mais complexidade na proposição, revisão, execução e avaliação das políticas de pessoal.

Conformidade legal - Legislação Aplicada

A área de gestão de pessoas da SG é a unidade setorial que representa todos os órgãos da PR (SG, CC, SEGOV, GSI, GP, AE) no diálogo permanente junto ao órgão central – Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia – devendo fazer seguir os normativos e orientações emanados. Dentre esta incumbência, atua no papel de orientar e de esclarecer dúvidas concernentes à aplicação da legislação de recursos humanos para todos os órgãos e entidades vinculadas da PR.

Tabela 9 - Legislação em 2018

Legislação em 2018	9 Consultas da PR ao órgão central do Sipec sobre aplicação da legislação , cujas principais dúvidas foram relativas ao pagamento de reembolso remuneratório, reposição ao erário e aplicação do abate teto, ajuda de custo e quarentena e o caráter legal do cargo especial de transição governamental.
	6 Consultas recebidas pelo órgãos seccionais da PR ao órgão setorial PR , cujas principais dúvidas tratavam de pagamento de adicional noturno, acumulação de cargo e remoção temporária de servidor.
	8 proposições de revisões e novos normativos internos em gestão de pessoas , visando a melhoria da governança (clareza de responsabilidades) e dos processos de trabalho (ingresso e desligamento da PR, capacitação, estágio).

Atendimentos às determinações e recomendações dos Órgãos de Controle

Tabela 10 - Atendimentos às recomendações

100% das Recomendações atendidas	Impacto na melhoria do controle administrativo do fluxo de reposição ao erário
	Impacto na melhoria do controle administrativo das capacitações (planejamento e execução)



Conformidade em processos de pagamento de gestão de pessoas

A unidade pagadora de gestão de pessoas da SG, que atua para toda PR, observa as normas e cumpre o regramento estabelecido pelo órgão central do SIPEC nos processos de trabalho relativos à gestão de pessoas. Destaques abaixo para:

Tabela 11 - Conformidade

Controle e acompanhamento da Entrega das Declarações de Bens e Renda	3.132 servidores da PR autorizam o acesso aos dados de bens e rendas das declarações de ajuste anual do imposto de renda pessoa física e 3 servidores entregaram o formulário de Declaração de Bens e Renda estabelecido pela IN-TCU nº 67/2011.									
Acumulação indevida de cargos	Não há registro de acumulação indevida de cargos nos órgãos integrantes da PR.									
Atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria no SISAC	Em 2018, não houve registro de concessão de admissão, pensão civil ou aposentadoria no SISAC realizado pela unidade pagadora 14.									
Reposição ao Erário	<table><tr><td>Total de processos abertos: 161 R\$ 120.553,73</td><td>→</td><td>Processos em andamento: 33 R\$ 43.902,03</td><td>→</td><td>Processos finalizados pagos: 122 R\$ 75.966,09</td><td>→</td><td>Processos finalizados não pagos: 6 R\$ 685,64</td><td>→</td><td>Processos abertos em anos anteriores e pagos em 2018: 20 R\$ 17.779,68</td></tr></table>	Total de processos abertos: 161 R\$ 120.553,73	→	Processos em andamento: 33 R\$ 43.902,03	→	Processos finalizados pagos: 122 R\$ 75.966,09	→	Processos finalizados não pagos: 6 R\$ 685,64	→	Processos abertos em anos anteriores e pagos em 2018: 20 R\$ 17.779,68
Total de processos abertos: 161 R\$ 120.553,73	→	Processos em andamento: 33 R\$ 43.902,03	→	Processos finalizados pagos: 122 R\$ 75.966,09	→	Processos finalizados não pagos: 6 R\$ 685,64	→	Processos abertos em anos anteriores e pagos em 2018: 20 R\$ 17.779,68		

Demandas da sociedade e dos servidores

Na área de gestão de pessoas, atendemos diversas solicitações advindas do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC e da Ouvidoria da PR. Em 2018, foram:

41 pedidos de temas de pessoal recebidos e atendidos via SIC, sendo os principais relativos a: quantidade de pessoal e gasto com as equipes de ex-Presidentes da República; quantidade de pessoal e valores de cargos e gratificações na PR; quantidade de servidores que trabalham no Palácio da Alvorada e informações sobre cargos específicos.

6 registros de temas de pessoal recebidos e atendidos via Ouvidoria PR, sendo a maioria de agradecimentos e elogios por serviços prestados pelas unidades da área de gestão de pessoas da SG e uma solicitação de impugnação do edital do processo seletivo para preenchimento de vagas em postos de trabalho.

Avaliação da força de trabalho

O quadro de pessoal da CC, em razão da ausência de quadro próprio de pessoal, e, consequentemente um plano de carreira, é bastante diversificado. Nosso pessoal é formado por servidores requisitados, cedidos e ocupantes em cargo em comissão e tem se mantido estável ao longo dos anos. Há militares, estatutários e celetistas, das esferas provenientes de mais de 170 órgãos e entidades federais, estaduais e municipais.

Gráfico 26 - Distribuição da força de trabalho por situação de vínculo com a Administração Pública

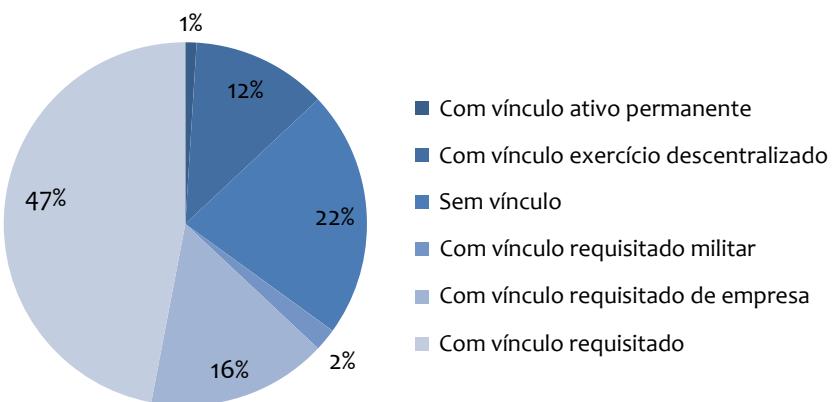
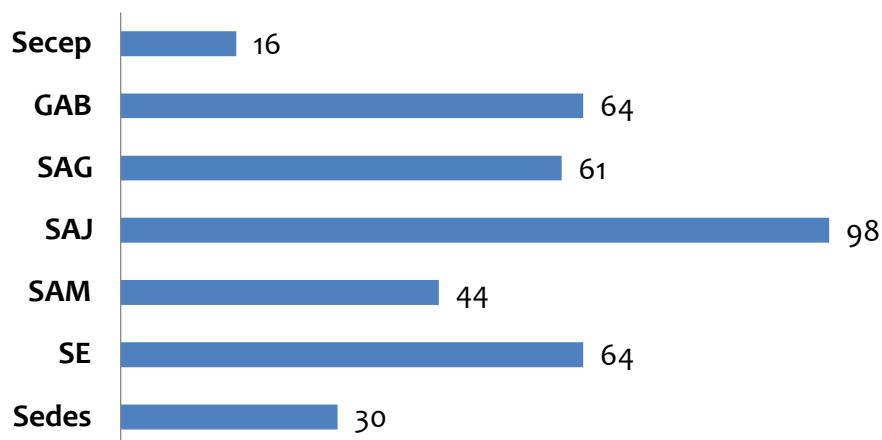
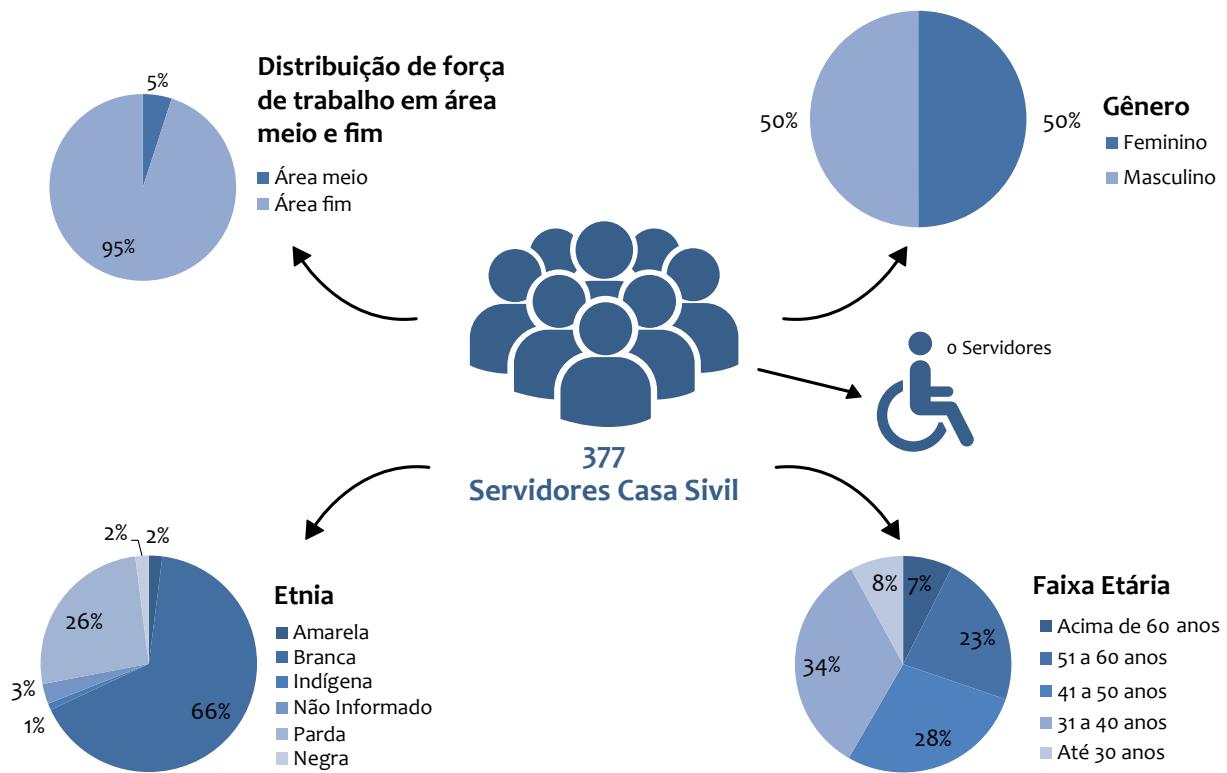


Gráfico 27 - Distribuição de servidores por unidade de exercício



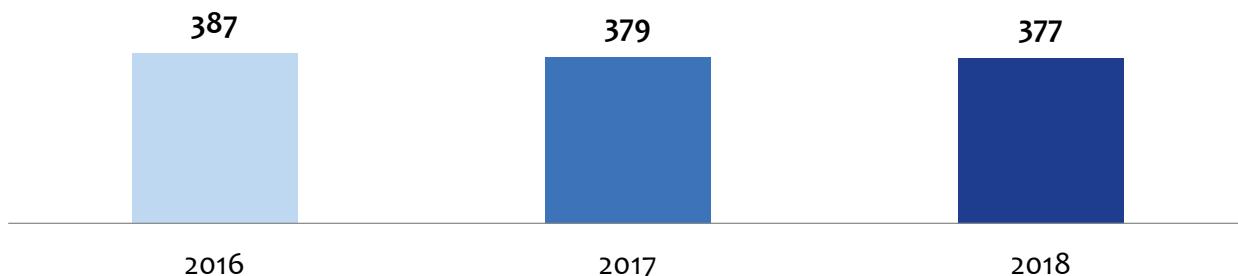
Infográfico 28 - Perfil de servidores da Casa Civil



Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Gráfico 29 - Evolução da força de trabalho



Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

A constituição da força de trabalho da CC baseia-se no provimento de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, além da requisição de servidores públicos federais e da cessão de empregados públicos federais e de servidores e empregados estaduais e municipais, de acordo com a Lei nº 9.007/1995 e o Decreto nº 9.144/2017.

Para o recrutamento e seleção predomina-se o critério da confiança. Mas, no fim de 2017 e começo de 2018, iniciou-se a realização de processos seletivos, de forma meritocrática, transparente e impessoal, para a ocupação de vagas disponíveis em postos de trabalho, visando contribuir para a profissionalização da instituição e alcançar o objetivo estratégico de “prover recursos humanos qualificados para o desempenho das competências institucionais da PR”. A finalidade é alocar as pessoas certas nos lugares certos, por meio do recrutamento externo ou da movimentação interna de servidores.

TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO	TOTAL DE VAGAS DISPONÍVEIS
37	56
POSTOS DE TRABALHO COM INSCRIÇÕES VÁLIDAS	TOTAL DE VAGAS COM INSCRITOS VÁLIDOS
24	40
APROVADOS NO CERTAME	
	30

O primeiro processo seletivo realizado ofertou 56 vagas na SG, CC e SEGOV, dando a oportunidade de participação de todos os servidores públicos federais do Regime Jurídico Único. Ao todo foram 995 acessos na plataforma digital para inscrição nesta seleção. Destes, houve 200 inscrições finalizadas. 24 postos de trabalho tiveram candidatos com inscrição válida. Os demais postos, basicamente os destinados às áreas de tecnologia da informação, não tiveram concorrentes. Após análise curricular e de atendimento aos requisitos obrigatórios, foram convocados 63 candidatos para as entrevistas. Ao fim, das 56 vagas abertas, 30 candidatos foram aprovados, após realizarem as três etapas do certame com êxito, ou seja, houve o preenchimento de 54% das vagas inicialmente divulgadas, atendendo todos os requisitos presentes do edital. Destaca-se que, destes aprovados, três são servidores com deficiência.

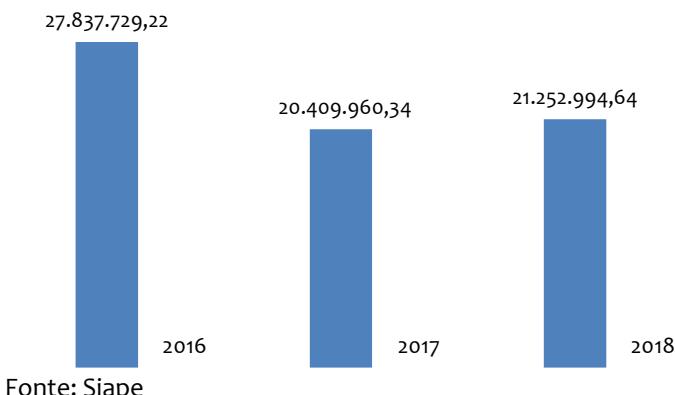
Detalhamento da despesa de pessoal

Por não ter quadro próprio de pessoal, os dados de despesa de pessoal aqui apresentados referem-se exclusivamente aos servidores ativos da CC. A despesa de pessoal é constituída pela remuneração e retribuição do cargo comissionado, função de confiança ou gratificação, além dos benefícios, e foram extraídas do sistema Siape.

Tabela 13 - Custo Direto com despesas de pessoal em 2018

Custo Direto com despesas de pessoal em 2018						
R\$ 21.252.994,64						
Retribuições	Gratificações	Indenizações	Benefícios assistenciais	Vencimentos e vantagens fixas	Adicionais	Despesa de Exerc. Anteriores
8.981.674,82	4.118.655,80	763.953,27	155.044,42	6.715.697,91	500.120,93	17.847,49
42%	19%	4%	1%	32%	2%	0,01%

Gráfico 30 - Evolução da despesa de pessoal



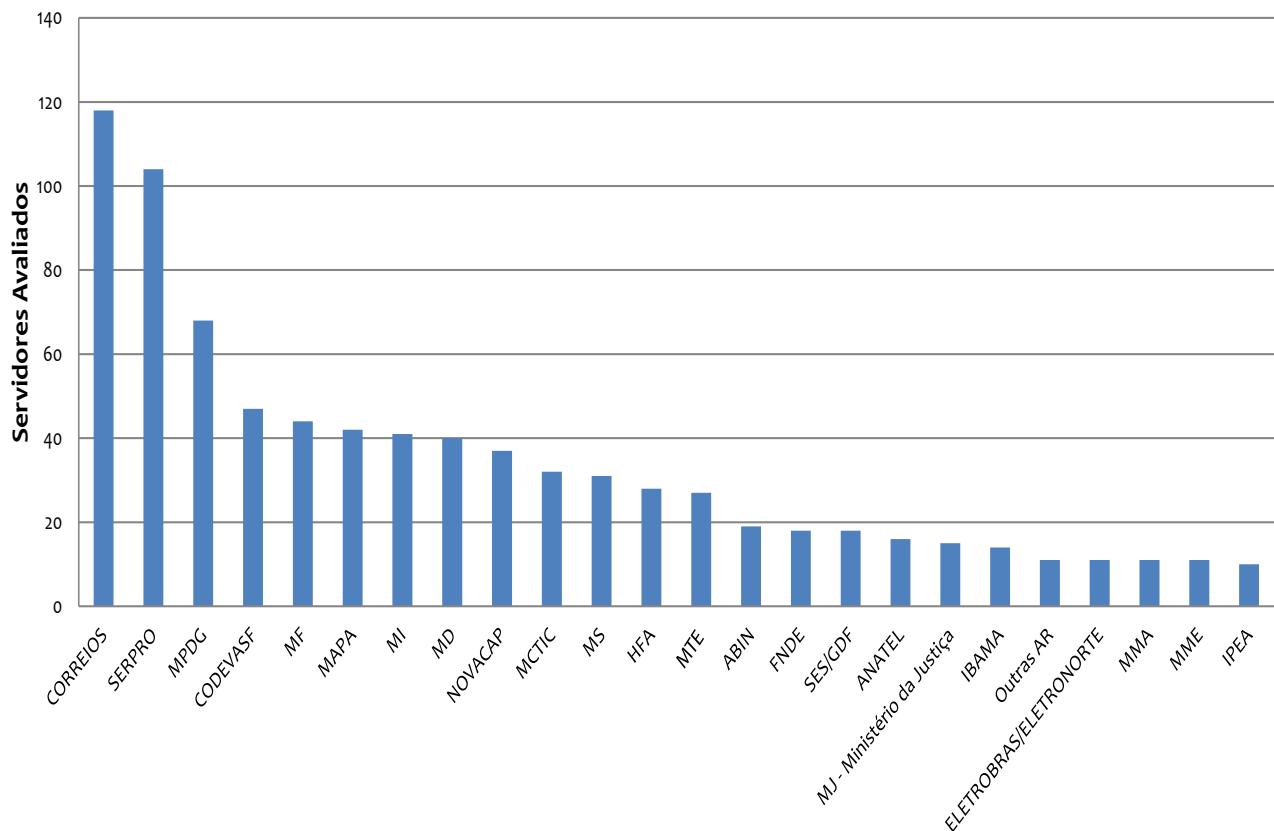
Fonte: Siape

Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

Avaliação de desempenho

Em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei nº 11.784/2008 que versa sobre a sistemática de avaliação de desempenho dos servidores de cargos de provimento efetivo e dos ocupantes dos cargos de provimento em comissão da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os servidores em exercício na CC são periodicamente avaliados com base nos critérios, normas, padrões e instrumentos utilizados no seu órgão de origem.

Gráfico 31 - 939 Avaliações de desempenho / Principais órgãos demandantes



Por não ter carreira, o ciclo de gestão de desempenho na CC é prejudicado. Avaliação de estágio probatório, progressão/promoção funcional, concessão de gratificação de desempenho não são práticas adotadas internamente.

Remuneração

A remuneração dos servidores da CC baseia-se na tabela de cargos em comissão, funções de confiança e gratificações do Poder Executivo Federal.

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

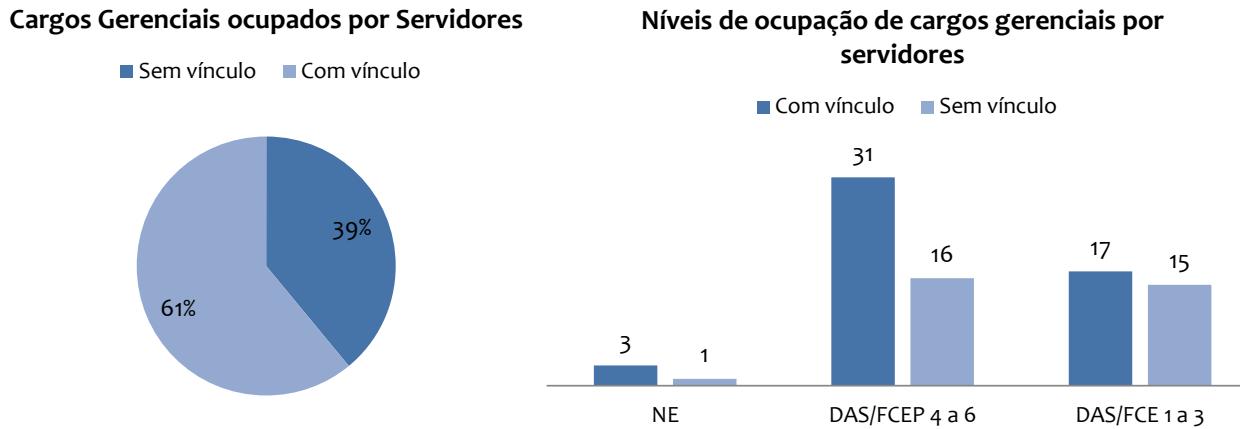
Gráfico 32 - Tabela de Remuneração da PR

Presidente da República	R\$ 30.934,70
Ministro de Estado	R\$ 30.934,70
Cargos de Natureza Especial - NES	R\$ 17.327,65
Cargo em Comissão - DAS nível I a 6	de R\$ 2.701,46 a R\$ 16.944,90
FCPE de I a 4	de R\$ 1.620,88 a R\$ 6.223,98
GSISP — Interm. e Superior	de R\$ 2.751,00 a R\$ 4.491,00
Militar - Letra A a F	de R\$ 1.734,92 a R\$ 1.077,15
GSISTE - Auxiliar a Superior	de R\$ 720,00 a R\$ 3.500,00
Gratificação GR de I a V	de R\$ 645,12 a R\$ 1.1156,31
Cargo Especial de Transição Governamental - I a VII	de R\$ 2.701,46 a R\$ 17.327,65

Fonte: Ministério da Economia

Em relação aos cargos gerenciais da CC, 61% são preenchidos por servidores. Estes ocupam todos os níveis da hierarquia, em especial os cargos tático-estratégico e de direção máxima (Natureza Especial).

Gráfico 33 - Ocupação de cargos gerenciais por servidores



Igualdade de oportunidades

O Programa Qualidade de Vida no Trabalho da PR tem como competência promover a igualdade de oportunidades para servidores. Para tanto, juntamente como Programa de Desenvolvimento da Liderança, busca sensibilizar os dirigentes e gestores sobre o papel do tomador de decisão na distribuição de oportunidades e recursos de forma equânime. Na PR, destaca-se que todos os servidores têm oportunidades iguais para se capacitar e desenvolver.

Capacitação: estratégia e números

A capacitação e o desenvolvimento – C&D dos servidores da PR visam contribuir para o aprimoramento profissional e o alcance dos objetivos institucionais. É gerida pela Secretaria de Administração da

Secretaria-Geral, por intermédio da Diretoria de Gestão de Pessoas na qualidade de unidade setorial do SIPEC. Anualmente, há a construção coletiva do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento – PACD, onde são descritas as ações previstas para o ano subsequente.

No fim de 2017, representantes estratégicos das unidades da PR compartilharam as iniciativas prioritárias e demandas necessárias ao desenvolvimento dos servidores, visando à parceria entre as unidades da PR, a melhor aplicação dos recursos destinados à C&D e o consequente aprimoramento dos serviços prestados.

Gráfico 34 - Capacitações em 2018

1.858 Capacitações Previstas em 2018

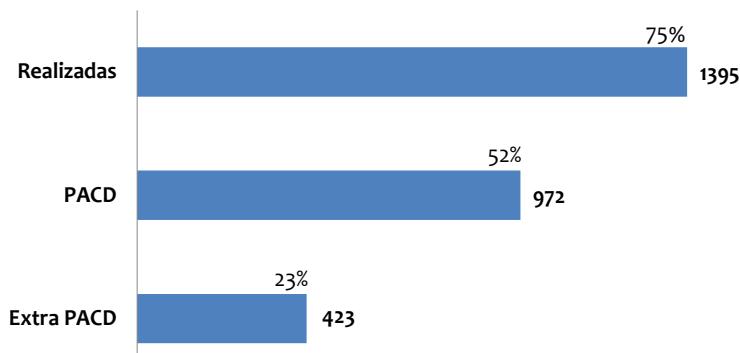
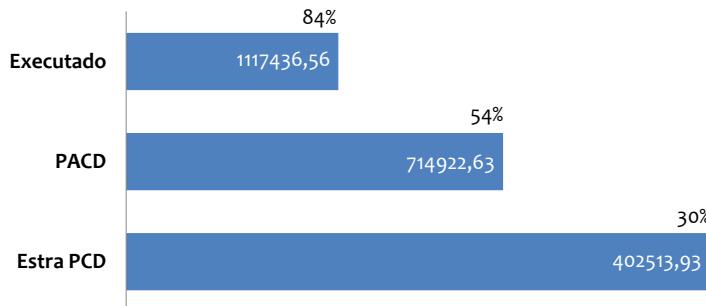


Gráfico 35 - Orçamento

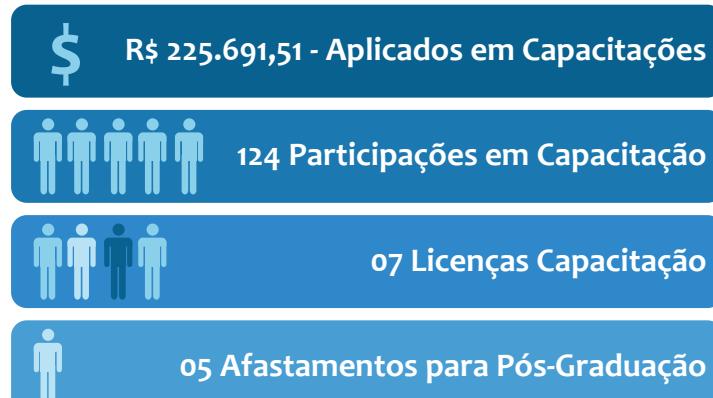
R\$ 1.336.350,19 de orçamentos autorizado em 2018



desnecessárias, ao passo que surgem novos anseios não identificados e apresentados momento do planejamento anual, o que eleva o quantitativo de ações de capacitação extraPACD realizadas. Somado a isso, a dinamicidade das agendas dos servidores concorre com os eventos presenciais de capacitação, razão pela qual está se privilegiando cada vez mais a modalidade de ensino a distância.

Em 2018, das 1.395 participações de servidores em ações de capacitações, 124 foram por servidores da CC.

Infográfico 36 - Capacitações em 2018



DESTAQUES:

- Anti-Corruption Law;
- Ciclo Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Administração Pública Federal" - 6ª Edição — Formação de Outono/Inverno;
- Curso Extensión de La protección social in el contexto;
- Curso Mediação e Resolução de Conflitos;
- Forum de Investimento Brasil 2018;
- Leading Successful Programs: Using Evidence to Assess Effectiveness;
- Liderança e Inovação em Contextos de Mudança;
- Mastering Negotiation: Building Agreements Across Boundaries.

Principais desafios e ações futuras

Tabela 14 - Ações e desafios futuros

Ações	Desafios
Racionalização de processos críticos de trabalho em gestão de pessoas (ingresso, desligamento, frequência, estágio, capacitação, entre outros a partir da adesão aos novos módulos do SIGEPE)	Aperfeiçoar e inovar os processos de trabalho em gestão de pessoas com o uso intensivo de sistemas informatizados, de forma a facilitar a uniformização de procedimentos, automatizar rotinas manuais, produzir informações gerenciais em tempo real e garantir a segurança da informação.
Desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas de informação em gestão de pessoas	Aprimorar a prestação de informações gerenciais em gestão de pessoas com o desenvolvimento do novo Sistema de Pessoal da PR (PES) e do Sistema de Saúde da PR (SISAU), bem como aperfeiçoar o Painel de Informações de Gestão de Pessoas e o Sistema de Gestão da Capacitação.
Fortalecimento das ações de Gestão por Competências e de Gestão do Conhecimento nos órgãos da Presidência da República	Expandir a gestão por competências e do conhecimento na Presidência da República com a implantação do Banco de Talentos na PR; o mapeamento das competências profissionais técnicas-específicas; o dimensionamento da força de trabalho; a construção e publicação da política de reconhecimento profissional dos servidores da PR e a disponibilização do Repositório do Conhecimento.
Fortalecimento das ações de desenvolvimento institucional e profissional	Promover ambiente de trabalho propício ao desenvolvimento institucional e ao bem-estar com o fortalecimento da governança em Gestão de Pessoas, da qualidade de vida no trabalho e o desenvolvimento contínuo da Liderança e dos servidores.

Gestão de Licitação e Contratos

Conformidade Legal

A conformidade legal dos processos de contratação relativos à gestão de licitação e contrato é realizada pela assessoria jurídica, o que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis nº 8.666/1993, 10.520/2002 e LC nº 123/2006, os Decretos nº 5.450/2005 e 7.892/2013 e Instruções Normativas Ministério do Planejamento (MP), com destaque à IN 04/2014 (STI/MP), 05/2014 (SLTI/MP) e 05/2017 (SEGES/MP).

Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas

A gestão de licitação e contratos da Unidade Gestora da Secretaria de Administração (110001) que, no ano de 2018, possuía aproximadamente 260 instrumentos contratuais vigentes, realizou em torno de 211 contratações, sendo 48 por processos licitatórios, todos na modalidade de pregão eletrônico, e 163 por contratações diretas, incluídas as adesões a atas de registro de preços.

As contratações mais relevantes realizadas no âmbito da Secretaria de Administração estão, em sua maioria, ligadas ao funcionamento administrativo das instalações da Presidência da República, que se dividem entre os contratos de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, e os de fornecimento de energia elétrica e de água e esgoto, serviços de alimentação, de organização de eventos, de locação de veículos, de agenciamento de viagens, além das soluções de tecnologia da informação.

Dentre as contratações mais relevantes no ano de 2018, em sua maioria voltadas para a ação de continuidade, destacam-se a prestação de serviços de jardinagem para áreas verdes; a prestação de serviços de comunicação via satélite para transmissão de voz, dados e fac-símile, através do Serviço Móvel Global por Satélites (SMGS) INMARSAT; o fornecimento de combustível; e o fornecimento de soluções de segurança de redes compostas de firewall corporativo e multifuncional.

Para a classificação das contratações mais relevantes foi adotado o critério de maior valor, considerando as contratações realizadas acima de um milhão de reais. A lista com as contratações mais relevantes realizadas no exercício de 2018 consta na tabela a seguir, juntamente com as principais informações, inclusive as justificativas elaboradas pelas áreas demandantes disponíveis nos termos de referências/projetos básico, que constam dos autos dos respectivos processos.

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

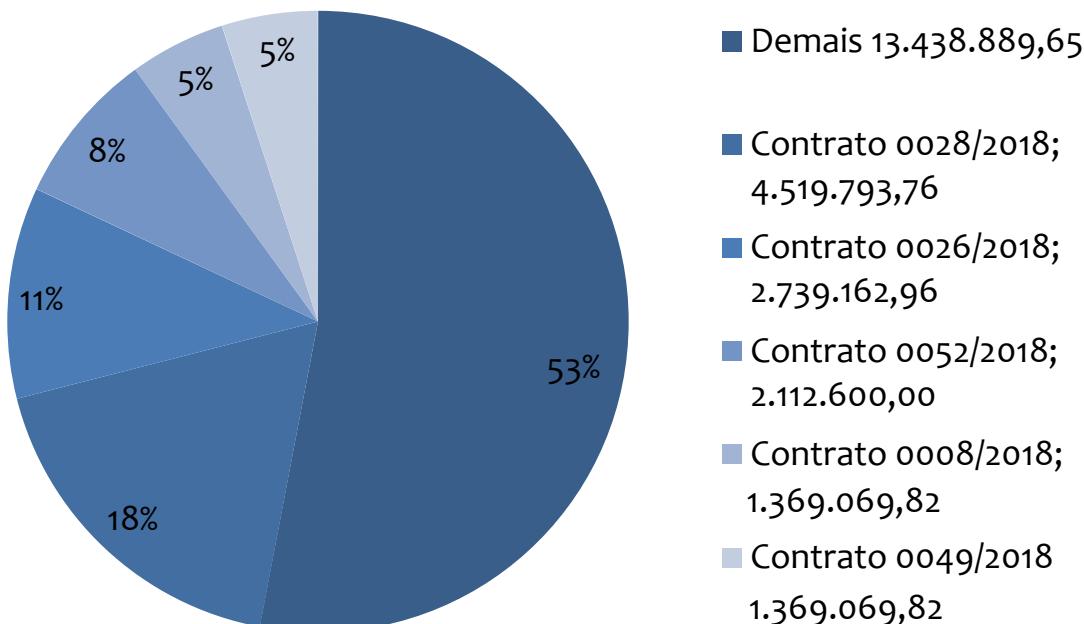
Tabela 15 - Contratações

Instrumento	Empresa	Objeto	Processo	Vigência	Valor contratado R\$
PR/SA- CONTRATO-002/8/2018 PREGÃO ELETRÔNICO 017/2018	EBF INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA	Prestação de serviços de jardinagem em áreas verdes pavimentadas, com fornecimento de material	00088.0000242/2018-18	25/09/18 a 25/09/19	4.519.793,76
PR/SA- CONTRATO-002/6/2018 PREGÃO ELETRÔNICO 013/2018	TRANSAT TELECOMUNICAÇÕES VIA SATELITE EIRELI	Prestação de serviços de comunicação via satélite para transmissão de voz, dados e fac-símile, através do Serviço Móvel Global por Satélites (SMGS) INMARSAT, durante os deslocamentos aéreos nacionais e internacionais nas aeronaves Embraer-190 PR e Airbus A319 CJ que apóiam a Presidência da República	00094.0000229/2018-80	20/06/2018 a 20/06/2019	2.739.162,96
PR/SA- CONTRATO-005/2/2018 Adesão à Ata de Registro de Preços	LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA	Aquisição de 420 microcomputadores do tipo Desktop com monitor	00094.0000587/2018-92	24/12/2018 a 23/04/2019	2.112.600,00
PR/SA- CONTRATO-000/8/2018 PREGÃO ELETRÔNICO 048/2017	REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA SA	Fornecimento de combustível, sob demanda, do tipo etanol, gasolina comum, óleo diesel tipo S-10, com fornecimento, instalação e manutenção de bombas industriais novas com filtros extremos e um tanque aéreo com bacia de contenção de 15.000 mil litros, para abastecimento dos veículos automotores integrantes da frota da Presidência da República e motores navais.	00087.0000421/2017-84	12/01/2018 a 31/12/2018	1.369.069,82
PR/SA- CONTRATO-004/9/2018 Adesão à Ata de Registro de Preços – Pregão Eletrônico SRP 05/2017 do Ministério do Planejamento.	NCT INFORMÁTICA LTDA	Fornecimento de soluções de segurança de redes compostas de firewall corporativo e multifuncional para prover segurança e proteção da rede de computadores.	00094.0001179/2016-96	07/12/2018 a 07/12/2019	1.293.300,00
					Total 12.033.926,54

Fonte: Gerenciamento de Contratos - GERCONT

Na sequência, gráfico que destaca as cinco maiores contratações de 2018 em relação ao total de contratações deste mesmo ano:

Gráfico 37 - Maiores contratações em 2018



Fonte: Gerenciamento de Contratos - GERCONT

Já os cinco contratos vigentes com maior valor estão descritos na tabela a seguir:

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Tabela 16 - Contratos com maior valor

Contrato	Empresa	Objeto	Justificativa/objetivo	Processo	Vigência	Valor contratado (R\$)
PR/SA-CONTRATO-0221/2014	APECÉ SERVIÇOS GERAIS LTDA	Prestação de serviços de asseio, conservação, serviços gerais, almoxarifados e carregadores nas dependências da Presidência da República e de seus Órgãos Essenciais.	Viabilizar o atendimento das necessidades de asseio, conservação e serviços gerais da Presidência da República.	00088.0002052/2014-10	20/12/18 a 19/12/19	12.675.287,04
PR/SA-CONTRATO-0043/2016	UNA MARKETING DE EVENTOS LTDA	Prestação de serviços continuados de organização de eventos para atender os órgãos da Presidência da República, em todo o território nacional.	Planejar e organizar reuniões, seminários, conferências e eventos em geral são atividades essenciais para a implementação das prioridades e para o continuo fortalecimento das atividades dos órgãos presidenciais, bem como para a integração entre os diversos atores governamentais e da sociedade civil.	00140.0000502/2015-21	06/06/18 a 06/06/19	11.825.305,80
PR/SA-CONTRATO-0099/2015	CEB DISTRIBUIÇÃO S/A	Fornecimento de energia elétrica de baixa tensão.	Fornecer energia elétrica para o funcionamento das instalações e equipamentos garantindo a plena ocupação do Palácio do Planalto.	00059.0000077/2015-07	09/04/15 a 09/04/20	10.885.206,68
PR/SA-CONTRATO-0193/2015	SERVÍCIO SOCIAL DA INDÚSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL - SESI	Prestação de serviço de preparo e fornecimento de refeições do tipo autosserviço, serviço e transportadas, lanches e coffee breaks.	Atender os servidores da Presidência da República e Vice-Presidência em expediente normal de serviço, e também aqueles que desempenham suas funções em escala de plantão, em dias úteis e em horários diversos, além dos convidados quando da realização de reuniões ou eventos extraordinários, respeitando-se as quantidades estimadas e o custo dos serviços a serem praticados.	00088.0002039/2015-33	05/12/18 a 04/12/19	10.089.108,42
PR/SA-CONTRATO-0046/2016	WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços de copeiragem.	Atender as necessidades de serviços de copa, no âmbito da Presidência da República e dos órgãos a ela vinculados, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos pela Presidência da República.	00088.0000516/2016-15	31/05/18 a 31/05/19	9.423.751,80
						Total 54.898.659,74

Fonte: Gerenciamento de Contratos - GERCONT

Não há contratos de publicidade e propaganda na UG da Secretaria de Administração, sendo esse tipo de contratação realizado no âmbito da Unidade Gestora da Secretaria Especial de Comunicação Social.

Contratações Diretas

No exercício de 2018, foram realizadas 163 contratações diretas pela Unidade Gestora da Secretaria de Administração (110001), incluindo as adesões às atas de registro de preços.

Do total de 97 dispensas de licitação fundamentadas nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, 21 delas, que se destinaram à aquisição de bens de pequeno valor, foram realizadas pelo Sistema de Cotação Eletrônica de Preços, nos termos da Portaria nº 306, de 13 de dezembro de 2001, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Dentre 130 contratações diretas, compreendidas entre 97 dispensas e 33 inexigibilidades de licitação, 64 foram destinadas à capacitação de servidores, o que representa aproximadamente 50% das contratações nessas modalidades.

A tabela a seguir demonstra o quantitativo das contratações diretas realizadas no ano de 2018 para aquisição de bens e prestação de serviços por dispensa, inexigibilidade de licitação e adesões a atas de registro de preços.

Tabela 17 - Quantitativo das contratações diretas

Modalidade	Quantidade	Valor Contratado R\$
Dispensa de Licitação (incisos I e II do art. 24)	97	430.456,74
Dispensa de Licitação (demais incisos)	5	1.493.723,12*
Inexigibilidade (UG 110001-S.A)	33	566.929,15
Adesão à Ata de Registro de Preços	28	4.240.026,33**
Total	163	6.731.135,34

* Destaque para duas contratações com SERPRO: 1) Processo n.º 00094.000449/2018-11 - prestação de serviços especializados de gerenciamento de conexões à INFOVIA Brasília e fornecimento de Link Direto de Internet - Valor R\$ 999.219,36; 2) Processo n.º 00088.000960/2018-94 - prestação de serviços continuados do Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, abrangendo a hospedagem dos dados, o suporte e a disponibilização do acesso por meio de sistema de senha confiável – Valor R\$ 322.800,00.

** Destaque para duas contratações esporádicas à ata de registro de preços: 1) Processo n.º 00094.001179/2016-96 – fornecimento de soluções de segurança de redes Firewall - Valor de R\$ 1.293.300,00; 2) Processo n.º 00094.000587/2018-92 – aquisição de desktops - Valor de R\$ 2.112.600,00.

Principais desafios e ações futuras

- I. Melhorias nos processos de contratação, considerando inclusive os normativos editados pelo órgão setorial, em especial a Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, pretende-se dar continuidade ao projeto de capacitação de servidores com objetivo de orientar as áreas demandantes na instrução processual especialmente na fase de planejamento da contratação.
- II. Manutenção da página “Licitações e Contratos” do Portal da Intranet/PR, que contém orientações para a elaboração de Termos de Referência/Projeto Básico, roteiros para instrução processual e para a gestão de contratos, além de diversos materiais de apoio, como listas de verificação, legislação, normativos e orientações relacionados aos procedimentos necessários à instrução processual na fase de planejamento da contratação e de gestão do contrato, aperfeiçoando às diretrizes de eventuais normativos editados e aos modelos de Termos de Referência/Projeto Básico padronizados da Advocacia-Geral da União, com o objetivo de funcionar como um manual eletrônico para licitações e contratos.
- III. Desenvolvimento de dois novos módulos no Sistema de Gerenciamento de Contratos – GERCONT:

Planejamento da Contratação e Seleção de Fornecedores, para a concepção de um banco de dados confiável, contendo a memória técnica e quantitativa das aquisições realizadas pela Presidência da República - PR.

- IV. Integração do GERCONT aos dados contidos no Sistema de Administração de Serviços Gerais – SIASG, sistema estruturante do Governo Federal, mediante parceria com o Ministério da Economia, então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP e Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO.

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Conformidade Legal

A Constituição Federal (CF/88), em especial o art. 37 da CF/88, norteou todo o trabalho de Gestão Patrimonial e Infraestrutura. Também foram observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993; o Decreto nº 9.373/2018; a Instrução Normativa nº 205/1988. Destacam-se as seguintes Portarias: Portaria nº 59, de 08/11/2018; Portaria nº 60, de 13/09/2018; Portaria MP nº 295, de 26/09/2018; Portaria MP nº 385, de 28 de novembro de 2018; Portaria STN/MF nº 448, de 13/09/2002; Portaria STN/MF nº 448, de 13/09/2002.

Ainda, observou-se o MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Partes II - Estabelece Procedimentos Contábeis Patrimoniais Aplicáveis ao Setor Público e as Normas da Presidência da República: Norma Administrativa V-101; Norma Administrativa V-401; Norma Administrativa VI-101; Norma Administrativa X-402 (Rev01); Norma Administrativa VII-103 - Patrimônio (Rev01).

Estruturalmente, os provimentos da PR são prestados pela Secretaria de Administração - SA. A área de gestão do Patrimônio da SA atua de forma sistêmica com os agentes patrimoniais, que pertencem aos quadros funcionais dos órgãos/unidades demandantes.

Principais investimentos de capital, seu custo-benefício e impacto sobre objetivos estratégicos

Em 2018, praticamente não houve investimento de capital para melhoria da infraestrutura da Presidência da República. Entretanto, podemos citar uma importante ação e inovação no âmbito interno com impacto nos objetivos de sustentabilidade ambiental e modernização da infraestrutura que foi a substituição do sistema de iluminação externa do Palácio do Planalto a partir da substituição das lâmpadas antigas por LED e do painel de controle.

Gestão de Bens Móveis e Acervo Patrimonial

Estruturalmente, os provimentos da PR são prestados pela Secretaria de Administração - SA. Área administrativa como a de gestão do Patrimônio atua de forma sistêmica com os agentes patrimoniais, que pertencem aos quadros funcionais dos órgãos/unidades demandantes. A SA age supletivamente, auxiliando-os na execução de seus encargos, notadamente em atividades de apuração, controle e informação, para subsidiar os registros administrativos, patrimoniais, financeiros e contábeis pertinentes, além de acompanhar permanentemente a situação patrimonial da Presidência da República - PR.

Em meados de 2017 foi iniciado um modelo gerencial de acompanhamento das atividades da Coordenação de Material e Patrimônio voltados para a melhoria contínua, com acompanhamento por indicadores, metas e objetivos. No ano de 2018 este modelo de gestão se consolidou e vem trazendo bons resultados para a Diretoria de Recursos Logísticos, através dos acompanhamentos de atividades sensíveis à Coordenação.

Sobre os materiais de consumo, passou-se a adotar método de planejamento de ressuprimento anual e melhoria nos procedimentos de contratação para dar mais qualidade na gestão dos contratos e atas geridos pelo setor, gerando grande redução no risco de desabastecimento do estoque, além de economia aos gastos realizados.

Foram iniciados os estudos para implantação do Almoxarifado Virtual, desenvolvido pelo Ministério da Economia, onde a realização dos pedidos e as entregas de material de expediente administrativo e itens de

informática passem a ser realizados pelo modelo *just-in-time*, diretamente por cada Unidade Administrativa.

No âmbito da gestão de material permanente, este tem sido objeto de atenção especial da Secretaria de Administração, para que estejam devidamente registrados e representem a integridade e unicidade do acervo patrimonial da Presidência da República. A COMAP deu início a ações específicas e implantou melhorias nos processos, fluxos, procedimentos e rotinas da Administração Patrimonial, especialmente visando aperfeiçoar a guarda e controle patrimonial, com resultados que demonstram a busca contínua desse objetivo.

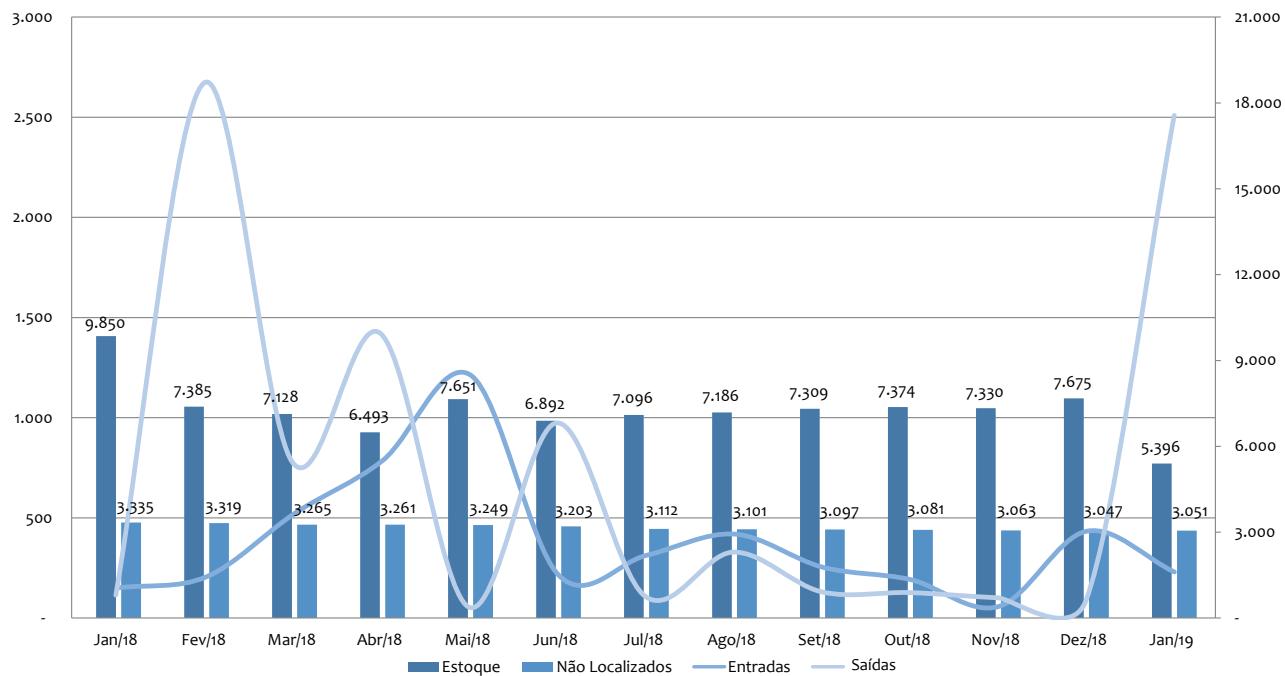
Foi iniciada a migração do sistema de patrimônio Asi/LinkData para o Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, enfrentando o desafio de preparar a migração de toda a base de bens permanentes, compreendendo mais de 120 mil itens, em atendimento à Portaria nº 385, de 28 de novembro de 2018.

O processo de inventário anual sofreu alterações em 2016, conforme orientação do Tribunal de Contas da União - TCU e da CISET/PR. Após o segundo ano da alteração da metodologia empregada para o Inventário Anual, o atual modelo se mostra cada vez mais sólido e transparente.

Há que se registrar que as características atuais e a composição dos itens patrimoniais da Presidência da República, ainda registrados em valores históricos de compras realizadas nas décadas de 60, 70, 80 e 90 (e anteriores), em parte significativa do Patrimônio PR. Assim, a SA instituiu comissão específica para a reavaliação dos itens que apresentem assimetrias entre os valores históricos de aquisição, em cada ocasião, e os preços de mercado. Em 2018, 4 contas contábeis foram totalmente reavaliadas, quais sejam: Máquinas e Equipamentos Gráficos, Acessórios para Automóveis, Veículos de Tração Mecânica e Embarcações. Essa atividade permite ajustar os procedimentos pertinentes à reclassificação de itens, ajustando-os às condições e critérios atualmente estabelecidos pela legislação vigente, possibilitando assim maior transparência e fidedignidade das informações registradas no sistema de patrimônio e o balanço contábil da PR.

Destaca-se, ainda, a reorganização dos depósitos e o saneamento de bens inservíveis que gerou uma redução de mais de 50% no quantitativo de itens inservíveis armazenados dos depósitos da PR.

Gráfico 38 - Quantitativo das contratações diretas



A SA tem adotado medidas para preservar, conservar e assegurar condições adequadas ao uso e administração das obras de arte, mobiliário e tapeçaria diariamente expostos nos palácios e residências presidenciais. O Acervo Cultural da PR possui obras reconhecidas internacionalmente como específicas e singulares, dotadas de alto valor histórico, artístico e cultural. Por isso, deu-se continuidade às ações de inventário e verificação, pelo Grupo de Trabalho (GT) formado por servidores da Presidência da República (PR), Vice-Presidência da República (VPR) e Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), dos itens do Acervo Presidencial, inclusive o levantamento da situação atual, elaboração de plano de ação e protocolo de

atividades, materiais e periodicidades com que devem ser executados.

Por fim, foram adquiridos diversos equipamentos e bens permanentes para substituição de bens em estado de obsolescência ou inservíveis, tais como cadeiras, mesas e fragmentadoras. No que tange ao Palácio da Alvorada, que esteve desocupado nos últimos anos, foram empreendidos esforços específicos no segundo semestre de 2018 para aquisição, manutenção e reforma de diversos materiais para reposição dos bens permanentes, a fim de melhor atender a família do Presidente.

Mudanças e desmobilizações relevantes

O Palácio do Planalto, patrimônio tombado pelo IPHAN, ocupa uma área de 42,7 mil m², incluindo seus anexos e adjacências, possui 107 mil m² área construída.

Em 2018, ocorreram mudanças internas (alterações de ambientes) em diversas áreas de Unidades Administrativas da Presidência da República, perfazendo-se um total de 9.146 m².

As mudanças mais significativas em termos de área e deslocamentos de Unidades Administrativas, com impacto em deslocamento de servidores por ambiente são apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 18 - Mudanças de unidades administrativas

UNIDADE	Antes da Mudança (LOCAL)	Área (m ²)	Servidores (Qtde)	Depois da Mudança (Local)	Área (m ²)	Servidores (Qtde)
VPR	ANEXO II – Ala B - Térreo	76,54	9	ANEXO II – AlaB - Térreo	1.070,46	91
SNAS	ANEXO II – Ala A - Térreo	626,1	66	Edifício no Setor Bancário Sul 10 e 11 andar	800	57
GSI	ANEXO II - ALA B - Térreo	178,25	42	ANEXO II - ALA B - Térreo	178,25	45
SAJ	ANEXO II ALA B - Térreo	1096	83	ANEXO II ALA A - Térreo	604,15	83
COGIF	ANEXO III ALA A - Superior	421,2	37	ANEXO III ALA A - Superior	421,2	37
Pesca	INCRA SBN	Externa a PR		Pavilhão de Metas	161,46	38
TOTAL		2.398,09	237		3.235,52	351

Desafios para 2019

Ante as ações relatadas, permanecem ainda como desafios para o exercício de 2019 as seguintes iniciativas voltadas a excelência e ao aperfeiçoamento contínuo das atividades de gestão de bens móveis e bens patrimoniais:

- I. Implantação do Almoxarifado Virtual para aquisições de materiais de expediente e suprimentos de informática, segundo determinações do MP;
- II. Migração do Sistema de Patrimônio (Asi/Linkdata - SIADS/Serpro), contemplando a substituição de todas as plaquetas patrimoniais por TAGs com tecnologia RFID, bem como realização do Inventário Anual 2019 com a utilização do novo sistema.
- III. Regularização das inconsistências identificadas nos inventários de 2016, 2017 e 2018, mediante Plano de Trabalho aprovado pelo Secretário de Administração.
- IV. Continuidade das ações do Grupo de Trabalho (GT/IBRAM/PR/VPR) - Inventário/Levantamentos das Obras de Arte e Mobiliário Histórico de toda a PR e VPR.
- V. Regularização de bens extraviados e/ou não localizados. Atualmente existem aproximadamente trinta processos pendentes de tratamento para regularização de bens não localizados; e
- VI. baixa presença de recursos tecnológicos e logísticos avançados e direcionados à gestão de serviços de engenharia e manutenção.

Gestão de Tecnologia da Informação

A Diretoria de Tecnologia (Ditec), integrante da estrutura da Secretaria-Geral, instituída por meio do Decreto 7.851, de 30 de novembro de 2012, a partir da fusão da Diretoria de Telecomunicações (Ditel) e da Diretoria de Tecnologia da Informação (DIRTI), é a unidade responsável pelo provimento e gestão dos serviços e recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) aos órgãos integrantes da Presidência da República (PR).

De forma a atender às suas competências, a Ditec organiza-se em cinco coordenações técnicas e uma área de gestão e governança, e orienta-se pelos seguintes macroprocessos:

Tabela 19 - Macroprocessos da Ditec

1 INFRAESTRUTURA DE TIC (abrange os temas relacionados ao ambiente computacional, softwares básicos, computadores pessoais, serviços e servidores de rede, bem como à infraestrutura física)
2 DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (são tratados os temas vinculados a metodologias, ferramentas e processos de desenvolvimento de sistemas de informação, portais e painéis)
3 ATENDIMENTO AO USUÁRIO (trata os temas relacionados ao atendimento de tecnologia da informação e de telecomunicações aos usuários da PR)
4 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM MEIOS TECNOLÓGICOS (trata das questões vinculadas ao apoio tecnológico nos deslocamentos presidenciais no Brasil e no exterior, à Certificação Digital, ao atendimento da Central de Informações Personalizadas e dos PABX dos Palácios e Residência Oficial da Granja do Torto)
5 SOLUÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS E INTELIGÊNCIA DA INFORMAÇÃO (aplicação de algoritmos e técnicas de Mineração de Dados (estruturados, semiestruturados e não estruturados) em documentos, mídias sociais e páginas da web, bem como Inteligência Artificial (aprendizado de máquina e predição))
6 GESTÃO E GOVERNANÇA DE TIC (são abordadas as ações que envolvem a elevação do nível de maturidade dos seus processos de governança e gestão de serviços de TIC)

Conformidade legal da gestão de TIC

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TI, a Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), por meio da Diretoria de Tecnologia (DITEC), atende à legislação, aos normativos e diretrizes governamentais vigentes, assim como às recomendações dos órgãos de controle, às orientações e boas práticas do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), bem como dos padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TIC.

Um importante instrumento norteador para a gestão e governança de TIC na PR, no ano de 2018, foi a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Presidência da República – PGTIC/PR, que estabelece objetivos, princípios e diretrizes relacionadas à governança e gestão de TIC na Presidência da República.

Destaca-se, ainda, o cumprimento da Instrução Normativa nº 4/2014 no planejamento das contratações e na fiscalização dos contratos, bem como o acompanhamento dos aspectos evolutivos deste normativo.



Modelo de Governança de TIC

A Presidência da República possui um Comitê de Governança Digital (CGD/PR), instituído pela Portaria nº 15, de 04 de julho de 2017, da Secretaria Geral da Presidência da República, que é um fórum que objetiva o aprimoramento dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) providos pela DITEC. Estrutura-se em um colegiado, de caráter deliberativo, composto por 11 (onze) membros representantes dos Órgãos da Presidência e Vice-Presidência da República.

A atuação do Comitê se expressa por meio da proposição e acompanhamento de políticas e diretrizes de governança e gestão, instrumentos e controles necessários para promover o uso eficaz e eficiente dos recursos de TIC, que devem estar alinhados aos objetivos estratégicos dos órgãos integrantes da PR. O CGD/PR tem fomentado o debate de ideias e propostas, contribuindo para melhor qualificar o processo de tomada de decisão, provendo transparência na aplicação dos recursos públicos, bem como no desempenho e nos resultados das iniciativas de TIC.

Os efeitos de suas deliberações alcançam um universo de aproximadamente 3.500 (três mil e quinhentos) usuários, integrantes de diversas unidades da Presidência e Vice-Presidência da República (VPR), que apresentam objetivos e negócios distintos e fazem uso cotidiano da tecnologia como ferramenta estratégica no cumprimento de suas missões.

Nesse sentido, o CGD/PR é um Comitê de atuação fundamental para o aprimoramento da Governança e Gestão de TIC na PR, promovendo melhora no desempenho e na entrega de soluções de tecnologia, pela DITEC, com maior qualidade e tempestividade.

No ano de 2018, foram realizadas 4 (quatro) reuniões ordinárias e 3 (três) reuniões extraordinárias, onde foram tratados assuntos relativos à priorização de investimentos de TIC, melhorias no processo de desenvolvimento de sistemas de informação da PR, racionalização dos sistemas, integração de recursos e demandas, padronização de tecnologias utilizadas na PR, bem como a ampliação da capacidade de entrega de recursos e serviços de TIC pela Diretoria de Tecnologia. No quadro a seguir, apresentam-se as principais entregas do Comitê, em 2018 (publicados no sítio: www.planalto.gov.br/cgd):

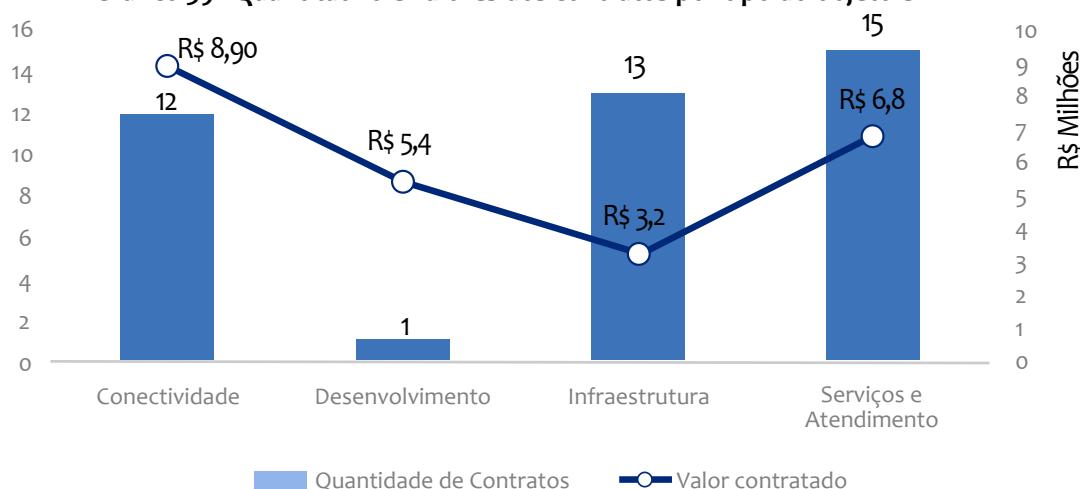
Tabela 20 - Principais entregas do CGD/PR em 2018

Revisão do Plano Estratégico de TIC da PR 2015-2018 – Resolução nº 1, de 18 de janeiro de 2018	Diretrizes de governança para o desenvolvimento de sistemas de informação na PR – Resolução nº 10, de 22 de agosto de 2018;	Revisão a Política de Segurança de Tecnologia da Informação da Presidência da República (POSITEC) – Portaria Interministerial em processo de assinatura dos Ministros-Chefes da Casa Civil, Secretaria-Geral, Secretaria de Governo e Gabinete de Segurança Institucional
Plano Estratégico de TIC da PR (PETIC/PR) 2019-2022 – Resolução nº 16. de 14 de dezembro de 2018	Plano Diretor de TIC da PR (PDTIC/PR) 2019-2020 – Resolução nº 16, de 14 de dezembro de 2018	

Montante de recursos aplicados em TIC

A Ditec possuía sob a sua gestão, até dezembro de 2018, 40 (quarenta) contratos com empresas de mercado e de governo, para suporte à prestação de serviços de atendimento ao usuário final da PR, infraestrutura, conectividade e desenvolvimento/fornecimento de software, que perfaziam o total de **R\$ 24.364.190,76** (vinte e quatro milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, cento e noventa reais e setenta e seis centavos), distribuídos conforme gráfico abaixo.

Gráfico 39 - Quantitativo e valores dos contratos por tipo do objeto em 2018



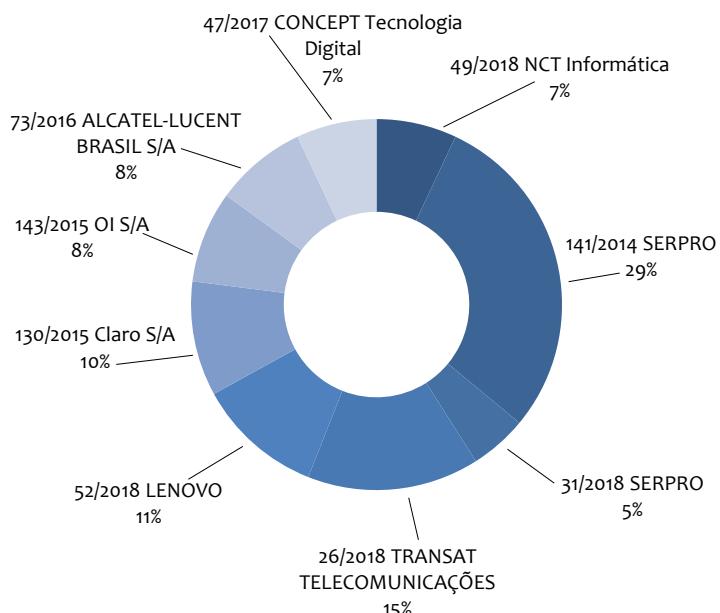
Nota-se que, dos valores apresentados no gráfico acima, o montante dos recursos empenhados em 2018 foi de R\$ 18.526.763,76 (dezoito milhões, quinhentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e três reais e setenta e seis centavos), representado uma variação de 13,4% (treze vírgula quatro por cento) superior em relação ao valor empenhado em 2017, conforme tabela abaixo:

Tabela 21 - Montante dos recursos aplicados em TIC – 2017 / 2018

	Montante de recursos aplicados em TIC – 2017 (R\$)			Montante de recursos aplicados em TIC – 2018 (R\$)		
	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor Pago de RP em 2017	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor Pago de RP em 2018
Investimento	1.837.319,13	176.475,88	631.053,97	4.614.156,23	90.913,80	1.596.560,95
Custeio	14.501.698,43	8.732.418,78	5.937.514,90	13.912.607,53	8.183.123,01	5.309.725,08
TOTAL	16.339.017,56	8.908.894,66	6.568.568,87	18.526.763,76	8.274.036,81	6.906.286,03

Importante destacar, que 83% (oitenta e três por cento) destes recursos destinam-se aos 9 (nove) contratos mais relevantes de tecnologia, conforme apresentado no gráfico 2, e 17% (dezessete por cento) representam os demais contratos vigentes.

Gráfico 40 - Contratações mais relevantes de recursos de TIC - 2018



Principais iniciativas (sistemas e projetos)

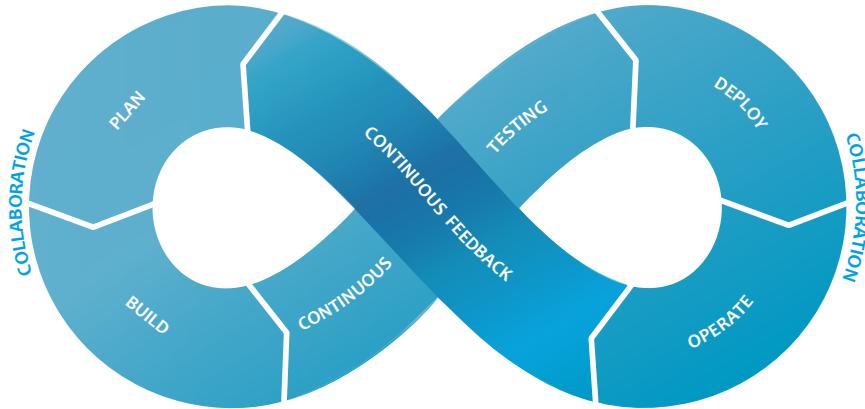
No sentido de aprimorar sua atuação junto às áreas de negócio da Presidência da República as quais atende, a Ditec, em 2018, definiu 4 (quatro) diretrizes para as iniciativas de desenvolvimento de sistemas de informação:

1. **Atendimento rápido** – recebida a solicitação da área de negócio, a equipe CGDES deve, o mais rápido possível, abrir espaço em suas atividades cotidianas para contatar o cliente, buscar entender sua demanda e estimar o esforço necessário para atendê-la e, isto feito, indicar a previsão de atendimento;
2. **Introdução gradual** – qualquer inovação de tecnologia, padrão e processos será feita de forma gradual e coordenada, evitando decisões precipitadas e buscando a adequação à equipe;
3. **Sistema é informação** – os sistemas produzidos pela CGDES devem trabalhar com o tratamento da informação e não apenas registro de dados, de modo a potencializar a capacidade de trabalho da área de negócio, seja por meio da facilidade de uso do sistema, seja pelo tratamento adequado de dados;
4. **Documentação útil** – documentar e registrar o processo de desenvolvimento de software é fundamental para garantir a manutenibilidade dos sistemas, no entanto, a documentação necessária é aquela que poderá ser efetivamente utilizada no futuro, portanto, buscou-se na definição da metodologia uma documentação de fácil elaboração e significativa para o trabalho.

Neste sentido, foi introduzida uma nova metodologia de desenvolvimento e manutenção de sistemas, centrada na definição de processos e padrões tecnológicos visando a economicidade e na eficiência dos recursos. Optou-se, portanto, pela adoção do framework SCRUM que permite entregas contínuas, funcionais e em curto prazo e induz à maior participação das áreas de negócio durante todas as fases de desenvolvimento.

Outra relevante iniciativa foi a implementação de ferramenta ALM (Application Lyfecicle Management) que permite a integração das diversas fases do ciclo de vida das aplicações, relacionando o negócio e o gerenciamento do projeto com a engenharia de software de uma forma contínua, promovendo melhoria no controle da gestão dos projetos e demandas e a efetiva participação das áreas de negócio.

Figura 15 - Integração ALM



Em 2018, a DITEC implementou, ainda, diversas ações com o objetivo de ampliar, aperfeiçoar e modernizar os recursos e serviços de TIC providos pela Diretoria, a fim de proporcionar os recursos tecnológicos necessários para o adequado desempenho das atividades administrativas e finalísticas dos órgãos integrantes da PR e auxiliá-los no atingimento de suas metas estratégicas. Estas iniciativas priorizaram a inovação e a atualização contínua das soluções tecnológicas as quais proporcionaram racionalização de gastos, aumento no desempenho operacional e maior segurança dos serviços de TIC.

A seguir estão listados os principais projetos desenvolvidos pela DITEC:

Tabela 22 - Principais projetos da Ditec em 2018

PRINCIPAIS PROJETOS

- ❖ Publicação de resolução que estabeleceu novas diretrizes de governança no processo de desenvolvimento de software, obtidas por consenso em debate ocorrido no âmbito do CGD/PR, e do estabelecimento de critérios de priorização para determinar quais projetos de desenvolvimento serão implantados.
- ❖ Implantação, no sistema de gestão da Central de Serviços, de três processos de gestão de serviços de TIC, baseados na biblioteca ITIL: Gerenciamento de Configuração e Ativos de Serviço, Gerenciamento de Mudança e Gerenciamento de Incidentes; buscando melhorar o nível de maturidade de TIC na Presidência da República.
- ❖ Internalização dos processos de operação do serviço de telefonia (Centrais Telefônicas) gerando autonomia na operação e gestão dos serviços de telefonia fixa e redução nos contratos deste serviço, e readequação do contrato de telefonia móvel, com melhoria no desempenho e conectividade dos serviços de comunicação de dados no Brasil e Exterior e atualização dos equipamentos (smartphones).
- ❖ Disponibilização de 800 (oitocentos) novos computadores e ferramentas de escritório para atender especificidades de trabalho dos usuários da PR.
- ❖ Implantação de novos sistemas de projeção das principais salas de reunião da PR, com a aquisição de televisores em substituição aos projetores.
- ❖ Disponibilização de infraestrutura para hospedar os portais planalto.gov e brasil.gov, que apresentarão a nova Identidade de Governo (IDG), desenvolvido pela Secom, a ser utilizada como padrão de comunicação digital por todos os órgãos da Administração Pública Federal.
- ❖ Oferecimento de suporte logístico e tecnológico aos órgãos em processo de transição organizacional, mais especificamente Secretaria Especial de Pesca - SEAP e a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, de forma a não haver solução de continuidade dos seus serviços.
- ❖ Implementação das ações necessárias para a adequação tecnológica e de comunicação nos ambientes destinados para a equipe de transição de governo e para a Vice-Presidência da República.
- ❖ Disponibilização de celulares com software de criptografia, desenvolvido pela Abin, para comunicação segura entre os servidores do GSI, em consonância com o que recomenda o Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC) e utilização no projeto “Athena”.
- ❖ Implantação de painéis gerenciais que permitiram melhor acompanhamento dos indicadores das diretorias da Secretaria de Administração com vistas a melhor fundamentar tomadas de decisão.
- ❖ Desenvolvimento da primeira fase do sistema de consolidação de atos normativos do Governo Federal, com a finalidade de criar um ambiente de colaboração para ser utilizado pelos ministérios com o intuito de aprimorar sua base legal, buscando melhorias para a gestão pública.
- ❖ Criação de área voltada a análise de dados e inteligência da informação, proporcionando melhoria da gestão com a possibilidade de tomada de decisões baseadas na aplicação de algoritmos e técnicas de mineração de dados, como, por exemplo, o trabalho realizado para a Casa Civil de análise textual de legislações para o cálculo de similaridade entre os Atos Normativos, Decretos, Resoluções e Acórdãos.
- ❖ Publicação do Cronograma de Pagamentos por meio do desenvolvimento dos documentos e mecanismos de consulta nos sistemas GERCONT e SEI para automatizar a criação de uma ordem na qual são realizados os pagamentos.
- ❖ Implantação dos módulos de Peticionamento Eletrônico, Institucional e Integração SEI-INCOM gerando maior agilidade na publicação de atos normativos e melhoria na gestão de processos pela PR.
- ❖ Participação ativa, junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na modelagem dos procedimentos operacionais de gestão de pessoas para serviços digitais relativos aos registros da vida funcional dos servidores, visando a redução do uso de papel.
- ❖ Implantação de modernos sistemas tecnológicos de comunicação visual (TVs – mural digital) e de tecnologia corporativa (Intranet/PR, Geral PR e Pop-Ups), como forma de aperfeiçoar o processo de disseminação de informações relevantes ao público usuário dos serviços dos órgãos da Presidência da República.
- ❖ Remodelagem de conteúdo e da forma de apresentação da página da INTRANET/PR, que passou a atuar como canal único na integração de sistemas, informação e portais da Presidência da República, propiciando um meio permanente de disseminação de conhecimentos no ambiente corporativo.



Segurança da Informação

No âmbito da Diretoria de Tecnologia, as atribuições ligadas à segurança da informação em meios tecnológicos estão associadas às atividades de proteção da informação e comunicações trafegadas na Presidência da República, e dos ambientes de uso exclusivo do Presidente da República.

Durante o período de 2018, as principais atividades voltadas à segurança da informação envolveram a elaboração da nova Política de Segurança da Informação em Meios Tecnológicos da Presidência da República (POSITEC/PR), Portaria Interministerial em processo aprovação, a atualização tecnológica das soluções de segurança, além da elaboração e difusão de campanha de conscientização em segurança da informação no âmbito da PR.

Vale destacar ainda, a introdução da matéria Segurança da Informação nos cursos de formação de coordenadores e técnicos de apoio tecnológico ao Escalão Avançado Presidencial.

Principais desafios e ações para o futuro

Diante dos desafios de uma gestão pública inovadora, que promova a ampliação dos serviços públicos digitais entregues à sociedade, a transparência na prestação de contas, o acesso à informação e a participação social na construção de políticas públicas, a Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC tornou-se determinante para o cumprimento das missões institucionais dos órgãos da administração pública, oferecendo simplificação, melhoria da qualidade e agilidade na prestação dos serviços digitais, bem como na potencialização dos resultados e na entrega de valor para a sociedade.

Neste sentido, mister se faz adequar a estrutura organizacional, processual, assim como do quadro de pessoal desta Diretoria de Tecnologia - DITEC, com o intuito de aperfeiçoar e otimizar o fluxo dos processos de trabalho e a utilização dos recursos de TIC, bem como atender às boas práticas e aos dispositivos legais, de forma a auxiliar os órgãos integrantes da PR no atingimento de suas metas estratégicas.

Em um breve histórico, consigna-se que a DITEC foi instituída a partir da fusão da Diretoria de Telecomunicações (DITEL) e da Diretoria de Tecnologia da Informação (DIRTI), por meio do Decreto 7.851/2012, que alterou a Estrutura Regimental da SG/PR, onde herdou todas as atribuições, recursos humanos, contratos e infraestrutura oriundos das duas Diretorias. Ainda neste contexto, em 2016, a DITEC passou por outro encolhimento da sua estrutura organizacional, ocasionando a redução do número de Coordenações-Gerais e de servidores, acarretando a sobrecarga da força de trabalho das unidades da Diretoria, pressionando-a a trabalhar no limite da sua capacidade operacional.

Vale salientar as múltiplas competências técnico-específicas e com alta curva de aprendizado necessárias para as atribuições, processos e serviços realizados pela DITEC. Isto posto, ressalte-se como principal desafio a reestruturação organizacional e a readequação do quadro de pessoal desta Diretoria, a fim de revitalizar as suas áreas mais críticas, bem como otimizar e racionalizar o fluxo dos recursos e processos internos relativos à área de tecnologia da informação, baseando-se nas seguintes premissas e ações planejadas:

Tabela 23 - Principais desafios e ações planejadas

PREMISSAS

- Atendimento prioritário ao Exmo. Sr. Presidente da República;
- Evitar descontinuidade dos serviços;
- Elevar qualidade de atendimento ao usuário final;
- Elevar nível de disponibilidade, desempenho e segurança da infraestrutura de TIC;
- Elevar a entrega de sistemas de informação;
- Elevar a maturidade da gestão e governança de TIC;
- Mapa estratégico e PDTIC (tratados no CGD) apontam a necessidade de fortalecimento da DITEC.

AÇÕES PLANEJADAS

- Ampliação do quantitativo de técnicos com competências em gestão e governança em TIC;
- Aperfeiçoamento dos processos internos e das metodologias, buscando o aumento da maturidade da gestão;
- Fusão de áreas com competências sobrepostas a fim de otimizar recursos;
- Incorporação de novas disciplinas – processos de inovação, ciência de dados;
- Eliminação de postos de trabalho por processos automatizados;
- Terceirização de serviços de suporte e atendimento a usuários;
- Modernização e ampliação da capacidade da infraestrutura e dos serviços de TIC entregues à PR, a fim de proporcionar os recursos tecnológicos necessários para o adequado desempenho das atividades administrativas e finalísticas, bem como do cumprimento das metas institucionais.

Gestão de Custos

Informações Gerais

Previsto desde a Lei nº 4.320/1964, o acompanhamento de custos tornou-se obrigatório para a Administração Pública, de forma geral, pela determinação do § 3º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

“§ 3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial”

Diante desta determinação, a Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011, criou o sistema de custos do governo federal, estruturado na forma de um subsistema organizacional da Administração Pública Federal Brasileira e vinculado ao Sistema de Contabilidade Federal.

No âmbito da Presidência da República (PR), o Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, definiu a composição da Secretaria-Geral, (recriada pela Medida Provisória nº 768-2017), e estabeleceu em seu art. 8º, que à Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade compete:

“I - planejar, coordenar, supervisionar, elaborar e executar as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade e de custos, no âmbito da Presidência da República”

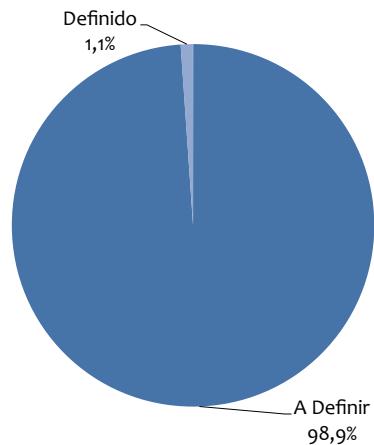
Também este decreto criou a Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos (CGCONT), a quem, conforme art. 29 da Portaria SGPR nº 7/2018 (Regimento Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República), compete planejar, coordenar, orientar e exercer as atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Contabilidade e de Custos, no âmbito da Presidência da Repúblíca.

No exercício de 2018, a Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos (CGCONT) completou um ano de criação e se dedicou a consolidar a estrutura e avançar na temática de custos, elaborando estudos para a mensuração dos custos e buscando facilitar assim a geração de informações para subsidiar decisões governamentais que conduzam à alocação mais eficiente do gasto público.

Para tanto, foi criado o Comitê de Gestão da Mensuração de Custos no âmbito da Presidência da República (Portaria SGPR nº 70, de 13 de junho de 2018) com a competência de elaborar as diretrizes e a metodologia relativas à mensuração dos custos no âmbito da Presidência da Repúblíca e foi realizado um Projeto Piloto mensuração de Custos, a partir do qual foi definida a metodologia para apuração para os primeiros centros de custos.

Assim, no encerramento do exercício de 2018, tinha-se 1,1% das despesas da Presidência já alocadas em macroprocesso definido.

Gráfico 41 - Macroprocesso de Custos



Embora, relativamente pequeno, este é um grande avanço no Projeto de Mensuração de Custos no âmbito da Presidência, pois representa os primeiros passos diante de tão grande desafio que tem, como um dos principais obstáculos, a complexidade da estrutura da PR.

Além da definição da metodologia para apuração e dos primeiros centros de custos, também foram realizados alguns estudos relativos à estrutura da Presidência no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (Siorg) e à alocação da força de trabalho no Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Siape), pois, por serem sistemas estruturantes do Sistema de Informações de Custos (SIC), podem ser instrumentos de grande valia na gestão de custos.

Além da definição da metodologia para apuração e dos primeiros centros de custos, também foram realizados alguns estudos relativos à estrutura da Presidência no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (Siorg) e à alocação da força de trabalho no Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Siape), pois, por serem sistemas estruturantes do Sistema de Informações de Custos (SIC), podem ser instrumentos de grande valia na gestão de custos.

Principais Desafios e Ações Futuras

Os principais desafios à melhoria na Gestão de Custos estão relacionados à complexidade da estrutura da Presidência, que é um órgão composto de cinco órgãos com status de ministério, ou seja, com gestão autônoma.

Em 2019, pretende-se avançar na definição de centro de custos, diminuindo o percentual de despesas alocadas em Macroprocesso A Definir; e buscar, junto a cada órgão integrante da PR, a atualização da estrutura no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (Siorg) e a adequada vinculação das unidades do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Siape) às unidades cadastradas no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (Siorg).

Sustentabilidade Ambiental

Introdução

Em 2018, o foco da Secretaria de Administração foi à instituição da Comissão Gestora do PLS e a aprovação do Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS. Nesse contexto, foi instituída, por meio da Portaria nº. 46, de 04 de abril de 2018, a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Presidência da Saúde – CGPLS/PR, cujo regimento interno foi aprovado em 05 de junho de 2018. A CGPLS/PR é formada por membros das quatro diretorias que compõem a Secretaria de Administração da Presidência da República (DILOG, DITEC, DIGEP e DIROF).

A CGPLS aprovou, em 10 de agosto de 2018, o Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS/PR. O PLS/PR é uma ferramenta de planejamento que possibilitou estabelecer e programar iniciativas de logística sustentável. A CGPLS/PR divulgou o PLS na intranet (<https://intra.presidencia.gov.br/sustentabilidade>), na página da Secretaria-Geral (http://www.secretariageral.gov.br/arquivos-1/pls_completo.pdf) e no website do antigo Ministério do Planejamento (<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/assets/conteudo/uploads/pls-presidencia-da-republica.pdf>).

As iniciativas apresentadas no PLS/PR, para os exercícios de 2018-2023, estão inseridas em um processo contínuo e progressivo de desenvolvimento de competências, objetivando, a princípio, uma nova visão de gestão; a melhoria da qualidade do gasto da PR; o combate ao desperdício e a redução dos resíduos gerados nas dependências; o aumento da eficiência dos recursos utilizados; a valorização das boas práticas; e a diminuição dos impactos ambientais e sociais. O PLS/PR tem enfoque interdisciplinar e tende a contribuir com a promoção de mudanças necessárias a uma gestão administrativa mais eficiente e comprometida com a atenção às questões ambientais, sociais e econômicas. Além disso, o PLS/PR oportuniza a identificação e o diagnóstico real do desempenho em sustentabilidade, além de criar estratégias para buscar a melhoria contínua e permanente de práticas sustentáveis na Presidência da República.

Neste primeiro momento, o PLS/PR apresentou oito eixos temáticos sobre práticas de sustentabilidade e racionalização em andamento na Presidência da República. São eles: material de consumo (papel, copos descartáveis e cartuchos para impressão); energia elétrica; água e esgoto; coleta seletiva e inclusão social; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações sustentáveis (equipamentos, tecnologia da informação e serviços de limpeza); deslocamento de pessoal e divulgação, conscientização e capacitação.

Além disso, foram indicadas ações de divulgação, conscientização e capacitação com o objetivo de promover a compreensão do público-alvo da Presidência da República e expor práticas sustentáveis. Uma das ações iniciadas em 2018 foi a criação do painel de monitoramento do QLIKVIEW (garimpo.presidencia.gov.br), denominado PR Sustentável, em que foram priorizados, neste primeiro momento, material de consumo, água, energia elétrica e deslocamento de pessoas. Com a priorização da sustentabilidade na Presidência da República surgiu, também, a necessidade de acompanhar as ações em nível operacional para o cumprimento dos objetivos traçados. Em sequência, foi iniciada a webpage da Sustentabilidade na intranet (<https://intra.presidencia.gov.br>), com diversos conteúdos sobre a temática, além de relatórios sobre material de consumo, água, energia elétrica e deslocamento de pessoas.

Essas ações fazem o alinhamento das expectativas de valores que serão observados na Presidência da República quanto à temática.

Adoção de critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Compras públicas sustentáveis são procedimentos administrativos formais que incorporam ou adotam critérios e práticas sociais, ambientais e econômicas quando da aquisição de bens ou contratações de serviços, contribuindo, assim, para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, de que trata o artigo 3º da Lei 8.666/93.

Assim, antes de efetuar o procedimento administrativo de compra, os setores requisitantes de bens ou de serviços avaliam a real necessidade da compra e do consumo. O simples ato de consumir implica, além da despesa, uma extensa cadeia de fornecedores e a utilização de vastos recursos naturais para a sua produção.

A melhor estratégia é sempre a redução do consumo e o planejamento prévio à aquisição. No PLS/PR, do exercício de 2018-2023, exemplificando, foi proposta a redução de 325 itens de material de consumo dos 721 existentes no almoxarifado central, ou seja, uma redução de 45,08%. Esses itens não serão mais ressuprido e só serão fornecidos enquanto durar o estoque. Outra ação adotada foi repassar aos fornecedores de serviços contratados pela Presidência da República a obrigação de suprir materiais de consumo para utilização em seus próprios contratos, a exemplo, nos serviços de limpeza e de manutenção de piscina. Além disso, os setores requisitantes da DILOG/SA, ao atenderem as solicitações das áreas para fornecimento de bens em geral, planejam as aquisições para que haja um só esforço administrativo, aprimorando o planejamento.

Quem requisita bens ou serviços precisa delimitar corretamente suas necessidades, analisando, por exemplo, o ciclo de vida do bem; se os bens ou serviços são os mais eficientes; se há impactos ambientais; quais os custos envolvidos; se há impactos às pessoas; se é possível reduzir o material de embalagens; qual a toxicidade; entre outros, para assim descrever quantitativos e características do bem ou dos serviços adequadamente, além de justificar a necessidade e a viabilidade da contratação.

A depender do bem ou do serviço, os requisitantes também precisam verificar outras alternativas socioambientalmente adequadas no mercado, averiguando: a viabilidade econômica (avaliação do custo com base em questões de substituição de fontes poluidoras; de redução de água e de energia para sua produção; de possibilidade de reciclagem ou de reutilização; de combate ao trabalho escravo e infantil; entre outros).

Nesse sentido, em 2018, a contratação de jardinagem da Presidência da República, por exemplo, apresentou critérios e práticas objetivamente definidos sobre sustentabilidade para nortear todo o serviço. Na contratação de serviço de jardinagem foram estabelecidos os seguintes critérios e práticas sustentáveis:

- I. Fornecer, quando possível, materiais de consumo/insumos compostos no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448 e 15448-2;
- II. Otimizar a utilização dos sacos de lixo que devem ser, de preferência, reutilizáveis, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, esgotando dentro do bom senso e da razoabilidade o seu volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos;
- III. Realizar a correta separação, acondicionamento e descarte, seguindo normas de geradores de resíduos sólidos, para lixos orgânicos, recicláveis ou não recicláveis;
- IV. Utilizar, quando possível, adubo orgânico;
- V. Adotar medidas, após autorização da PR, para realização da compostagem dos resíduos vegetais e orgânicos produzidos nas dependências, segundo um cronograma apresentado no início da prestação do serviço;
- VI. Priorizar treinamento dos empregados da contratada, de modo que os indicadores de água e de energia elétrica possam ser atingidos e que os custos desses serviços tendam a diminuir.

Importante ressaltar que a Instrução Normativa nº. 05, de 25 de maio de 2017, dispõe que as contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta devem observar os critérios e práticas de sustentabilidade. De modo semelhante, preconizava a Instrução Normativa nº. 10, de 12 de novembro de 2012, que estabelece no anexo VI, diversas premissas para aquisições de bens e contratações de serviços.

Também houve aquisição de produtos de limpeza com certificação favorável ao meio ambiente, ou seja, biodegradáveis e com baixo índice de poluentes, equipamentos que respeitam a saúde auditiva dos servidores e trabalhadores (Resolução CONAMA nº 20 – Menor Ruído), destinação ambiental correta das pilhas e baterias usada ou inservíveis (Resolução CONAMA nº 257).

Ações para redução do consumo de recursos naturais

A Secretaria-Geral da Presidência da República, por intermédio da Secretaria de Administração - SA, tem buscado implementar de forma contínua, uma agenda ambiental em todas as áreas de sua atuação, objetivando imprimir a própria identidade sustentável, adotando, sistematicamente, medidas técnico-administrativas que visam à promoção da racionalização do uso dos recursos disponíveis e a preservação ambiental. A sustentabilidade é, portanto, pauta prioritária da Secretaria Geral, seja nas ações específicas executadas por meio da CGPLS, da Comissão de Gestão Ambiental ou nas atividades cotidianas.

Com foco no uso racional da energia elétrica e da impressão, diversas ações de conscientização e divulgação foram realizadas em 2018. Em relação ao consumo de papel de impressão (A4), constatou-se uma redução de 10,75% do consumo de 2018 (11.299 resmas) em relação ao de 2017 (12.661). Quanto à energia elétrica, verificou-se redução de 1% em relação ao ano de 2017, ou seja, uma economia de 133.330 Kwh.

No que concerne aos cartuchos de impressoras próprias, a redução de consumo foi ainda maior. Em 2017 foram consumidas 628 unidades e, em 2018, 327, ou seja, 47,93% a menos. Essas reduções eram aguardadas ainda mais após a divulgação das ações de conscientização e de redução do número de impressões realizada pela DITEC/SA em parceria com a COREP/SA no ano de 2018. Além disso, a Norma nº 301/2018/SA-PR, que regulamenta o uso do serviço de impressão no âmbito da PR, recorda que os serviços de impressão devem ser utilizados em interesse institucional, de forma racional e as impressões devem ser realizadas se estritamente necessárias. É um esforço de governança que também auxilia na conscientização dos usuários de tais bens.

Vislumbra-se, ainda, redução no uso do transporte próprio, locado e TáxiGov. Em 2017 foram rodados 3.043.620 Km, enquanto que em 2018 foram 2.327.146 km, observando-se uma redução de 716.474 km, o que equivale a 23% em relação ao exercício anterior. Foram consumidos 245.584 litros de combustível nos veículos próprios e locados da PR e VPR no ano de 2018, enquanto que em 2017 foram 326.695 litros, ou seja, reduziram-se 82.111 litros, o que equivale a 25%.

Redução de resíduos poluentes

A Comissão de Gestão Ambiental - CGA/PR, em conjunto com a Coordenação de Serviços Gerais - Coseg, desde janeiro de 2018, deu início ao novo ciclo (biênio 2018-2019) de atividades do Programa Coleta Seletiva Solidária, realizado em parceria com as associações e cooperativas de catadores selecionados por meio do Edital de Habilitação nº 01/2017, para coleta e correta destinação dos resíduos recicláveis descartados pela Presidência da República (Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006). O Edital público habilitou 04 (quatro) entidades para realizar a coleta dos materiais por um período de 06 (seis) meses cada uma, por um período de 02 (dois) anos. Aproximadamente 3 (três) toneladas de resíduos são coletados anualmente na PR.

Além das ações da CGA, em 2018, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho sensibilizou o público-alvo da PR para o uso de paraciclos - utilização dos bicicletários. A partir de sensibilização realizada no dia 21 de setembro passado, denominada “Dia Mundial sem Carro” e tendo a Diretoria de Educação de Trânsito do Detran-DF como parceira, os servidores foram alertados sobre os malefícios causados pelo uso excessivo de automóveis nas grandes cidades e a dependência que criam em relação ao uso dos mesmos. Também foi feita campanha para maior utilização dos bicicletários existentes na PR e, em decorrência, foram recebidas demandas de novos pontos e confecção de vestiários com armários próximos, a fim de que pudessem ser utilizados pelos ciclistas.

Por fim, foram adotadas ações para iniciar o licenciamento ambiental do posto de combustíveis, da área de lavagem e de lubrificação de veículos da Presidência da República junto ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Ibram/DF. O Ibram/DF, em 28 de junho de 2018, realizou vistoria técnica no ponto de abastecimento de forma a subsidiar a Presidência da República na análise dos requerimentos pendentes, bem como apresentar orientações quanto aos procedimentos a serem adotados.



6. Alocação de Recursos e áreas especiais da gestão na Imprensa Nacional

Em 2018, a Imprensa Nacional deu prosseguimento à modernização de seus processos finalísticos e gerenciais. Foi o primeiro exercício em que, durante todo o período, o Diário Oficial da União (DOU) foi publicado exclusivamente em mídia eletrônica, tendo em vista a descontinuidade da impressão física do jornal no final de 2017, depois de 155 anos de produção em papel. A mudança gerou impactos positivos em termos de sustentabilidade ambiental, modernização tecnológica, diminuição de custos e ganhos de eficiência no cumprimento da missão da instituição, bem como para o aumento do alcance e acesso aos conteúdos dos atos oficiais pela sociedade.

A modernização do DOU teve sequência com a disponibilização em formato aberto de todo o seu acervo de 2002 até novembro de 2017. Mais de 10 milhões de atos foram tratados neste ano. Instituíram-se as mídias sociais da IN em Facebook, Twitter e Instagram, que disponibilizam, automaticamente, todos os destaques do DOU, além de posts do dia a dia da Imprensa. As matérias hoje são compartilháveis por estas mídias e por Whatsapp. Também foi lançado o novo layout do DOU em pdf, mais moderno, com recursos de cor, novas funcionalidades e com maior conforto de leitura para nossos usuários.

Aliada à continuidade da modernização digital do DOU, com o investimento em novas tecnologias da informação e comunicação e adoção de novos contratos de serviços neste campo, também permaneceu o foco no fortalecimento da missão gráfica e com a retomada da missão cultural e de preservação da memória da Imprensa. O parque gráfico mudou sua rotina com o fim do DOU impresso, mas segue produzindo material gráfico de forma efetiva para governo e sociedade. Foi ampliado em 82% o faturamento de serviços gráficos neste exercício, alcançado o valor total de R\$ 1,2 milhão. O parque gráfico foi modernizado com a adaptação da máquina rotativa para impressão colorida, locação de equipamentos novos, como a nova CTP - processo computadorizado de gravação das chapas usadas na impressão offset e novas aquisições, como a máquina plotter.

Na dimensão cultural, foi reinaugurada a Biblioteca Machado de Assis, depois de mais de 15 anos de inatividade. O 19º Concurso do Museu da Imprensa teve a retomada de premiação aos vencedores e recorde histórico de participantes, cerca de 1.000 alunos de 11 estados da federação.

Em termos de execução orçamentária e financeira, os gastos discricionários para o cumprimento destas atividades são realizados por meio da ação 2804: Edição, Produção, Divulgação e Distribuição de Publicações Oficiais, do Programa 2038: Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública. A rubrica custeia: a edição e divulgação dos atos e informações oficiais relativos à Administração Pública de publicidade legal obrigatória, institucionais ou privados; a impressão em jornal tablóide, disponibilização para consulta ao usuário-cidadão, distribuição do jornal aos assinantes e vendas avulsas; editoração eletrônica e produção de serviços gráficos de jornais oficiais no âmbito da Administração Pública; a prestação de serviços gráficos aos demais Órgãos da Administração Pública; a coordenação e a execução das atividades relacionadas ao Museu e à Biblioteca da Imprensa Nacional; manutenção e modernização do Parque Gráfico mediante a execução dos serviços administrativos, de transporte e de conservação, reforma e adaptação de bens imóveis e manutenção preventiva e corretiva do maquinário e das instalações prediais e demais serviços afetos à atividade finalística da Imprensa Nacional; e as ações para capacitação de servidores. A ação visa possibilitar ao usuário cidadão o acesso às informações oficiais em tempo hábil, em qualquer região do País.

Desempenho Orçamentário

Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade em 2018

Tabela 24 - Execução da LOA

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial
Código	2804
	Tipo: Atividade

Título	Edição, Produção, Divulgação e Distribuição de Publicações Oficiais									
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento de Gestão Pública		Código: 2038		Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária	20927									
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotação		LOA 2018			Restos a Pagar do exercício					
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados				
49.943.089	48.943.089	46.853.315	35.727.451	35.628.407	4.798.571	7.220.842				
Descrição da meta										
Descrição da meta: Assegurar que a Sociedade tenha conhecimento dos Atos Oficiais		Unidade de medida	Meta							
			Prevista	Reprogramada	Realizada					
		Página editorada	160.000	160.000	124.956					

Execução descentralizada com transferência de recursos

Para a contratação de serviços prestados pela IN, diversos órgãos da Administração Pública Federal formalizaram Termos de Execução Descentralizada, visando à prestação de serviços de publicação de atos oficiais e de serviços gráficos. No exercício, a Imprensa Nacional recebeu a transferência e executou o montante de R\$ 6.830.109,12, que foram utilizados para o pagamento de ações correlatas à prestação dos serviços.

Receitas Próprias

Na forma da legislação vigente, uma série de serviços realizados pela Imprensa Nacional é cobrada de clientes e recolhida a fundo específico, sendo as receitas contabilizadas como recursos da Fonte 150 – receitas industriais. Assim, para efeito de autonomia financeira, a IN administra um fundo especial de natureza contábil, nos termos do § 2º do Artigo 172, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, sob a denominação de **Fundo de Imprensa Nacional (Funin)**, destinado a centralizar recursos e financiar as atividades do órgão a cujo crédito são levados todos os recursos destinados a atender as suas necessidades.

O valor cobrado pelas publicações é estabelecido em ato do Diretor-Geral da Imprensa Nacional, após aprovação pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de modo a se buscar a compensação dos custos envolvidos nas atividades da Imprensa Nacional. O orçamento do Funin é elaborado com base em dotações específicas, aprovado na forma da legislação vigente e segue a classificação adotada no Orçamento Geral da União. São recursos do Fundo de Imprensa Nacional, dentre outras, dotações consignadas no Orçamento Geral da União; transferências de outros fundos; e, especialmente, rendas de operações de natureza industrial ou patrimonial.

Para a publicação no Diário Oficial da União, é necessário que a matéria seja encaminhada pelo Sistema de Envio Eletrônico de Matérias - INCom, por usuário previamente cadastrado e certificado neste sistema, garantindo autenticidade e integridade dos documentos transmitidos, bem como a identificação da Unidade Gestora responsável pelo pagamento da publicação. O recolhimento da receita própria ocorre à vista, no caso de particulares, e por meio do faturamento, para atendimento de entes públicos.

Para o controle desses recebíveis, a IN utiliza, desde 2017, o sistema IncomFat. Dotado de facilidades de automação, o sistema vem recebendo atualizações e desenvolvimento de facilidades para melhor controle dos processos de emissão de faturas, liquidação e cobrança, que resultam em maior

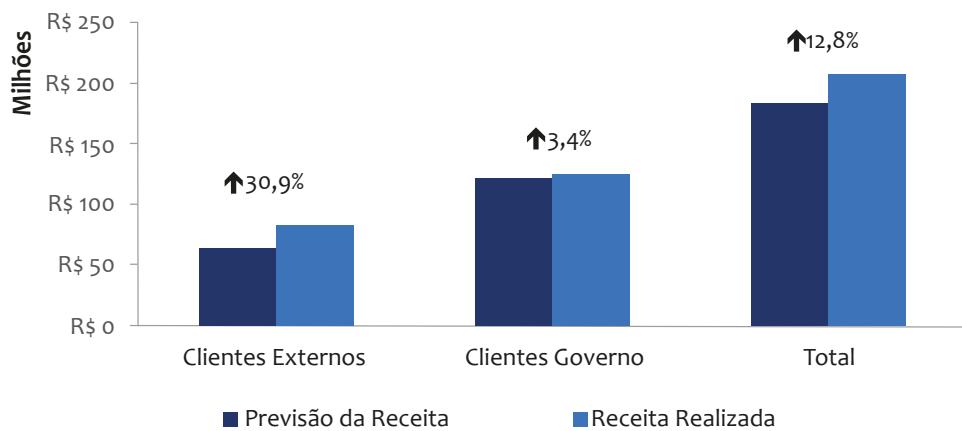
Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

eficiência nos processos de arrecadação da receita própria da IN e acompanhamento pelos clientes. O referido desenvolvimento é meta estratégica dentro do projeto para expansão dos processos de modernização e automação dos processos de gestão do órgão.

A receita prevista na LOA de 2018 foi de R\$ 183.532.246,00, e a receita realizada, de R\$ 207.028.375,48, uma variação positiva de 12,8%. Contribuiu para o resultado a melhora nos processos de controle e automação da receita, geração de fatura e cobrança. Do total realizado, R\$ 82.225.895,16 correspondem a clientes externos/privados e R\$ 124.802.479,82 de clientes públicos/operações intraorçamentárias.

Gráfico 42 - Receitas 2018

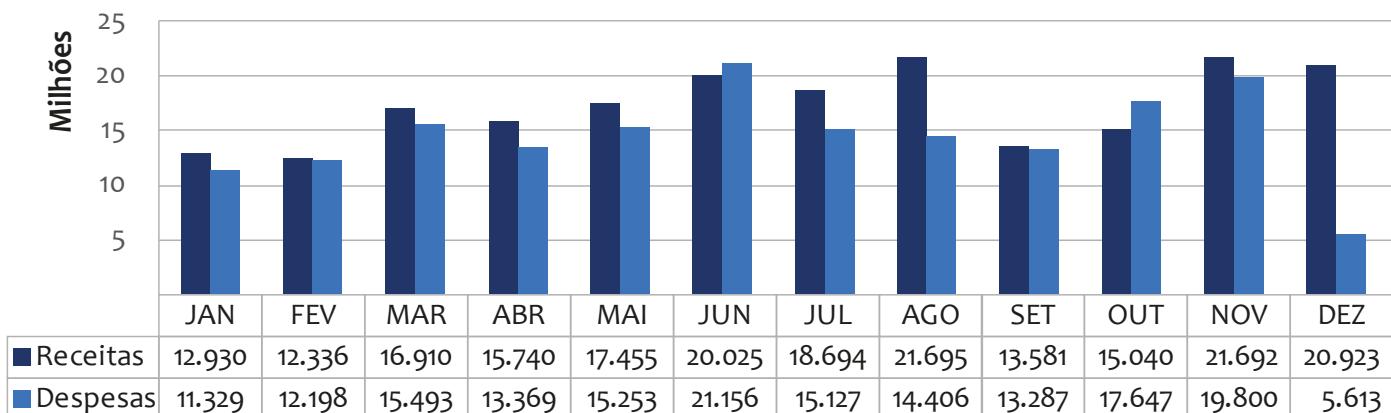


Fonte: Tesouro Gerencial (elaboração própria)

As receitas próprias mantêm-se acima das despesas executadas, o que denota uma operação sustentável do órgão, conforme gráfico a seguir:

As despesas pagas em 2018 totalizaram R\$ 174.684.350,54, apresentando um superávit de R\$ 32.334.024,94. Se retirarmos das despesas os valores relativos a obrigações da seguridade social - Aposentadoria e Pensões - no total de R\$ 109.058.828,19, o superávit seria de R\$ 141.392.853,13, tendo em vista que as despesas com o pagamento de inativos e pensionistas representam 62,4% dos pagamentos realizados. O saldo contábil acumulado do Funin monta, ao final do exercício, em R\$ 1.844.668.763,95.

Gráfico 43 - Receitas x Despesas - 2018



Fonte: Tesouro Gerencial (elaboração própria)

Excluindo-se as despesas de Aposentadoria e Pensões, no total de R\$ 109.058.828,19 o superávit seria de R\$ 141.392.853,13. Tais despesas correspondem a 62,4% dos pagamentos realizados no exercício.

Tabela 25 - Execução da LOA em 2017 e 2018 - Outras despesas

Grupo de Despesa	Empenhado		Liquidado		Pago	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Outras Despesas Correntes						
outros benef. assist. do servidor e do militar	220.266	272.308	110.658	246.520	109.005	246.520
diárias - pessoal civil	30.256	17.165	30.256	17.165	30.076	17.165
material de consumo	1.493.851	3.119.362	1.201.619	2.838.787	1.188.057	2.838.787
passagens e despesas com locomoção	0	30.000	0	24.823	0	20.582
serviços de consultoria	0	185.125	0	0	0	0
outros serviços de terceiros - pessoa física	143.812	147.811	140.293	147.811	124.865	147.811
locação de mão-de-obra	21.726.445	22.967.896	17.374.223	18.804.752	17.374.223	18.804.752
outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	6.919.082	21.625.146	4.982.167	16.606.354	4.982.167	16.606.354
serviços de tecnologia da informação e comunicação - pj	17.606.978	0	13.367.982	0	13.367.982	0
auxílio-alimentação	958.669	1.188.670	958.669	1.188.670	883.099	1.188.670
obrigações tributárias e contributivas	1.055	1.035	1.055	1.035	1.055	1.035
auxílio-transporte	265.676	257.540	254.373	257.540	234.851	257.540
despesas de exercícios anteriores	613.097	231.278	532.276	98.108	532.276	98.108
indenizações e restituições	1.791.469	1.961.596	1.717.232	1.951.359	1.633.585	1.951.359
ressarc. de despesas de pessoal requisitado	388.397	0	201.018	0	201.018	0
outros serviços de terceiros - pessoa jurídica (intra)	6.365	9.954	3.081	6.022	3.081	6.022
despesas de exercícios anteriores	0	0	0	0	0	0
total	52.165.419	52.014.885	40.874.902	42.188.947	40.665.339	42.184.706

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Percebe-se, na execução, uma ligeira migração de despesas de custeio, especialmente relacionadas à aquisição de materiais e serviços, em benefício de um montante maior de investimento, que vem custeando a modernização tecnológica e digital dos processos de trabalho e produtos do órgão.

Tabela 26 - Execução da LOA em 2017 e 2018 - Pessoal e Encargos

Grupo de Despesa	Empenhado		Liquidoado		Pago	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
aposent.rpps, reser. remuner	45.615.449	49.904.424	45.263.462	49.887.315	45.226.217	49.887.315
pensões do rpps	63.894.883	70.878.700	63.832.611	70.418.056	63.832.611	70.418.056
vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	20.922.821	25.151.228	18.835.918	21.363.368	17.205.269	21.363.368
outras despesas variáveis - pessoal civil	64.612	58.000	41.377	54.910	36.766	54.910
sentenças judiciais	317.500	404.300	299.186	354.520	299.186	354.520
despesas de exercícios anteriores	31.077	5.000	31.077	5.000	31.077	5.000
ressarcimento de desp. de pessoal requisitado	2.400.000	3.153.486	1.588.374	1.337.295	1.588.374	1.337.295
obrigações patronais - op.intra-orcamentarias	5.040.074	3.976.559	3.466.417	3.976.559	3.466.417	3.976.559
total	138.286.416	153.531.697	133.358.422	147.397.023	131.685.917	147.397.023

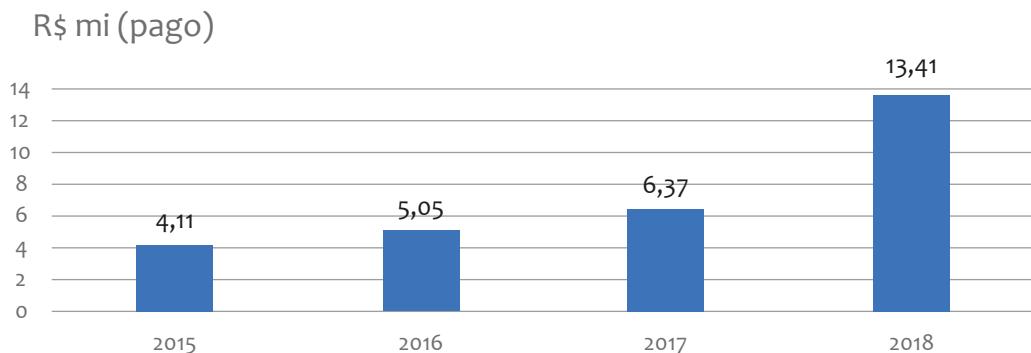
Assim, em Despesas Correntes houve uma economia de R\$ 1,3 milhão em 2018 em relação a 2017 (3% de redução), em Pessoal e encargos houve economia de R\$ 14 milhões em 2018 em relação a 2017 (9,5% de redução). Por outro lado, em Investimentos houve uma ampliação de R\$ 1,3 milhão em 2018 (118% de incremento), em grande medida relativa ao parque tecnológico.

Importante salientar que no ano de 2018, a Imprensa Nacional participou do Projeto Piloto de Integração da Folha de Pagamento dos Inativos para o antigo Ministério do Planejamento (atual Ministério da Economia). O marco legal foi o Decreto nº 9.498, de 10 de setembro de 2018, que dispõe sobre a competência para a concessão e a manutenção de aposentadorias e de pensões do regime próprio de previdência social dos órgãos da administração pública federal direta. Em adição, foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica nº1/2018, com vigência até novembro de 2019, celebrado entre o então Ministério do Planejamento e a Imprensa Nacional, que estabeleceu as condições dos serviços de concessão, pagamento e manutenção de benefícios de aposentados e pensionistas, e do respectivo acervo funcional. A migração envolveu a folha de 531 aposentados e 868 pensionistas. Em linhas gerais, esse projeto demandou várias atividades preparatórias, tais como o levantamento do diagnóstico da situação, a digitalização dos Assentamentos Funcionais, sendo 2.607 pastas funcionais, num total de 813.047 imagens digitalizadas, além do levantamento das particularidades, tais como o acúmulo de proventos, e-Social, especificidades de carreira, ações judiciais, entre outros.

Tabela 27 - Execução da LOA em 2017 e 2018 - Investimentos

Grupo de Despesa	Empenhado		Liquidoado		Pago	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Investimentos						
outros serviços de terceiros- pj	2.311.500	1.153.364	736.665	1.092.160	669.695	1.092.160
serviços de tecnologia da informação e comunicação - pj	820.541	0	537.940	0	537.940	0
equipamentos e material permanente	1.759.557	486.600	1.079.278	0	1.079.278	0
despesas de exercícios anteriores	46.182	0	46.182	0	46.182	0
total	4.937.779	1.639.964	2.400.065	1.092.160	2.333.095	1.092.160

Gráfico 44 - Evolução das Despesas de TI da Imprensa Nacional



Fonte: Painel de Orçamento Federal

Gestão de pessoas

A Gestão de Pessoas da Imprensa Nacional atua em permanente conformidade com a legislação de pessoal, as normativas infralegais editadas pelo SIPEC e as orientações dos órgãos de controle. Cabe destacar que, em função de passivos históricos relacionados a concessões e valores de gratificações específicas da Casa, a gestão de pessoas respondeu e deu seguimento a dezenas de decisões e demandas judiciais e providenciou inúmeros relatos informativos para subsidiar a defesa da União em processos assistidos pela AGU.

Em adição, o órgão obedece aos princípios legais da Lei nº 8112/1992, e demais normativos aplicados à legislação de pessoal da administração pública federal, bem como atua em conformidade com a Portaria 147, de 9 de março de 2006, que dispõe sobre o Regimento Interno da Imprensa Nacional, que estrutura a divisão administrativa interna do órgão e suas respectivas atribuições.

Desde 2017, com o novo Planejamento Estratégico, que redirecionou os processos produtivos da casa para os quatro macroprocessos específicos, a saber: publicação, serviços digitais, serviços gráficos e memória da imprensa, desenhou-se a necessidade de outro perfil para a atuação na casa, mais voltado à definição da estratégia e ao uso das novas tecnologias digitais. Naquele ano, a principal entrega do órgão, o Diário Oficial da União passou a ser produzido na modalidade digital, com a publicação em papel de uma reserva técnica mínima. Esse fato, se por um lado, levou à desoneração da folha de pagamento, com praticamente a extinção do adicional noturno, por outro, evidenciou a baixa capacitação dos servidores, principalmente, os mais antigos de casa, a esses processos digitais de trabalho.

Estratégia de recrutamento e alocação

Em 2018, pleiteou-se, junto ao então Ministério do Planejamento, conforme processo SEI N° 001849/2018-41, de 04/04/2018, autorização para abertura de concurso público para o provimento de 80 vagas, a maioria de nível superior, de forma a suprir as demandas que o Planejamento Estratégico delineou para o biênio 2017-2019, de modo a suprir parcialmente essa necessidade tanto quantitativa da força de trabalho, quanto de um perfil mais adequado às novas funções advindas da transformação digital do órgão.

Durante o ano, foram feitas cessões e requisições pontuais de servidores de outros órgãos para suprir áreas mais necessitadas, como a própria Coordenação de Gestão de Pessoas. A alocação desses servidores cedidos ou requisitados se dá nas áreas em que tem havido maior déficit de pessoal.

A Imprensa Nacional busca oferecer capacitação às equipes, em especial, àquelas que atuam nas áreas orçamentária e de licitação, tendo sido ofertados diversos cursos que abordam o processo de contratação e a IN 05. Igualmente, a Gerência de Qualidade de Vida, em vista da faixa etária preponderante na casa, organizou um ciclo de palestras, dentro do Programa de Preparação para a aposentadoria, com vistas a suprir a demanda por informações de servidores que irão se aposentar proximamente.

Detalhamento da despesa

Em linhas gerais, não houve alteração significativa na folha de pagamento de 2016 a 2018. Espera-se, no entanto, redução significativa a partir de 2019, com a migração da folha de aposentados e inativos para o atual Ministério da Economia (vide item Integração da Folha de inativos).

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Tabela 28 - Despesas de Pessoal da Imprensa Nacional

Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis				Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	Em R\$
	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações						
Membros de poder e agentes políticos										
2016	7.915.552,78	1.281.434,50	14.060.184,47	3.284.604,30	1.477.575,82	2.040.921,77	46.156,03	-	236.751,93	30.143.181,59
2017	8.332.702,41	8.034.594,32	14.801.156,19	3.457.702,95	1.555.444,07	2.148.478,35	48.588,45	-	38.688,76	38.417.355,49
2018	8.416.029,43	8.114.940,26	14.949.167,75	3.492.279,98	1.570.998,51	2.169.963,13	49.074,33	-	39.075,65	38.801.529,06
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
2016	7.260.668,92	1.175.416,53	12.896.931,80	3.012.856,47	1.355.330,33	1.872.068,53	42.337,36	-	33.711,30	27.649.321,24
2017	7.643.306,17	1.237.360,98	13.576.600,11	3.171.634,01	1.426.756,24	1.970.726,54	44.568,54	-	35.487,89	29.106.44,47
2018	7.719.739,23	1.249.734,59	13.712.366,11	3.203.350,35	1.441.023,80	1.990.433,81	45.014,23	-	35.842,77	29.397.504,88
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada										
2016	199.312,48	32.266,34	354.033,42	82.705,86	37.205,14	51.390,11	1.162,21	-	925,41	759.000,98
2017	209.816,25	33.966,78	372.690,98	87.064,46	39.165,85	54.098,37	1.223,46	-	974,18	799.000,32
2018	219.742,01	35.665,12	391.325,53	91.417,68	41.124,14	56.803,29	1.284,63	-	1.022,89	838.385,29
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
2016	284.338,57	46.341,49	441.313,95	104.641,73	53.537,31	94.531,19	1.010,03	4.126,15	54.376,38	1.084.216,80
2017	299.323,21	48.783,69	464.571,20	110.156,35	56.358,73	99.512,98	1.063,26	4.343,60	57.242,02	1.141.355,03
2018	314.289,37	51.222,87	487.799,76	115.664,17	59.176,67	104.488,63	1.088,07	4.560,78	60.104,12	1.198.394,44
Servidores cedidos com ônus										
2016	284.732,11	46.094,77	505.762,03	118.151,24	53.150,21	73.414,46	1.660,29	-	1.322,01	3.172.966,49
2017	299.737,49	48.523,96	532.415,69	124.377,81	55.951,23	77.283,40	1.747,79	-	1.391,68	3.340.181,82
2018	302.734,86	49.009,20	537.739,85	125.621,59	56.510,74	78.056,23	1.765,27	-	1.405,60	1.152.843,34

Somente faz jus a GEPDIN os servidores que optaram até a data prevista na legislação que rege a espécie art. 38 e seus §§ da Lei nº 11.090/2005, cujo prazo se encerrou para novos ingressos na tabela remuneratória.

Tabela 29 - Tabela de Salários e Gratificações da IN Salário da IN + Gratificação GEPDIN

A	B	C	D	D	D
NIVEL	QT.	REF.	SALÁRIO	GPEDIN	TOTAL
		INICIAL	INICIAL	INICIAL	INICIAL
SUPERIOR	1	A-I	2.913,69	6.011,00	8.924,69
MÉDIO	1	A-I	2.228,29	4.238,00	6.466,29

Tabela 30 - Tabela do Plano geral de cargos do poder executivo – PGPE + Gratificação GDPGPE

A	B	C	D	D	D
NIVEL	QT.	REF.	SALÁRIO	GPEDIN	TOTAL
		INICIAL	INICIAL	INICIAL	INICIAL
SUPERIOR	1	A-I	2.220,09	3.519,00	5.739,09
MÉDIO	1	A-I	1.749,57	2.088,00	3.837,57

As tabelas detalhadas podem ser consultadas na publicação do então Ministério do Desenvolvimento e Gestão, intitulada Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios, disponível em <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao-publica/arquivos-e-publicacoes/tabela-de-remuneracao-1>

Integração da folha de inativos

É importante salientar que no ano de 2018, a Imprensa Nacional participou do Projeto Piloto de Integração da Folha de Pagamento dos Inativos para o antigo Ministério do Planejamento (atual Ministério da Economia). O marco legal foi o Decreto nº 9.498, de 10 de setembro de 2018, que dispõe sobre a competência para a concessão e a manutenção de aposentadorias e de pensões do regime próprio de previdência social dos órgãos da administração pública federal direta. Em adição, foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2018, com vigência até novembro de 2019, celebrado entre o então Ministério do Planejamento e a Imprensa Nacional, que estabeleceu as condições dos serviços de concessão, pagamento e manutenção de benefícios de aposentados e pensionistas, e do respectivo acervo funcional. **A migração envolveu a folha de 531 aposentados e 868 pensionistas.** Em linhas gerais, esse projeto demandou várias atividades preparatórias, tais como o levantamento do diagnóstico da situação, a digitalização dos Assentamentos Funcionais, sendo 2.607 pastas funcionais, num total de 813.047 imagens digitalizadas, além do levantamento das particularidades, tais como o acúmulo de proventos, e-Social, especificidades de carreira, ações judiciais, entre outros.

Capacitação e desenvolvimento de pessoas

As oportunidades na Imprensa Nacional passam também pela possibilidade de capacitação permanente e continuada, tanto nas áreas finalísticas, quanto na área meio. A elaboração e a implementação do Plano Anual de Capacitação têm por objetivo atuar tanto no desenvolvimento individual quanto institucional, bem como procura fomentar as ações que envolvem a qualidade de vida e segurança no trabalho. Nesse sentido, no ano de 2018, os dados relativos a essas ações são os seguintes:

Tabela 31 - Quadro Resumo de Capacitações em 2018

total de eventos de capacitação empenhados	16
total de eventos com ônus parcial	1
total de eventos de capacitação sem ônus	23
carga horária total	991
total de servidores capacitados	158
investimento total em capacitação	R\$ 122.887,48

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Tabela 32 - Quadro Cursos Ofertados em 2018

Janeiro	Oficina preparatória de levantamento de necessidades de capacitação da Imprensa Nacional
Fevereiro	Fotojornalismo
Abri	II Curso Prático de Custos no Setor Público
Maio	VII Plenária estatutária da CONDSEF II Plenária estatutária da FENADSEF
	Gestão da Conta Vinculada aos Contratos de Terceirização
	Workshop - Segurança da Informação do Endpoint à informação
	Implementação do escritório de processos da Imprensa Nacional - Fase 1
Junho	Implementação do escritório de processos da Imprensa Nacional - Fase 2
	Capacitação em Mídia Digital
	Relatórios e informações gerenciais - Siape - extrator de dados + DW
	Dinâmica da Abordagem de Constelações Organizacionais - Fase 1
	Dinâmica da abordagem de Constelações Organizacionais - Fase 2
Julho	Trilha Ciência de Dados - eixo design visualização e interpretação de dados 1. design básico: capacitação em design de execução.
	O novo modelo de planilhas de custo para contratação de serviços terceirizados na forma da IN 05/MP/2017
	Trilha Ciência de Dados - eixo design visualização e interpretação de dados 1. design básico: capacitação em design de execução.
Agosto	Apropriação da Folha de Pagamento
	Monitoramento de Redes Sociais no Setor Público
	IV Curso Prático de Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público
Setembro	CBEM 2018 - Congresso Brasileiro de atualização em Endocrinologia e Metabologia
	Planejamento da Contratação para Serviços a serem contratados conforme determina a IN nº 05 de 25 de maio de 2017
	Conferência Internacional de Dados Abertos (IODC)
	Curso de Capacitação em Libras
	Treinamento - Sistema Gerenciador de Fluxo de Trabalho - GFT

Outubro	Curso Prático de Análise Conformidade e Regularização Contábeis
	Projeto Nova Fase: reflexões para a aposentadoria - PPA
	8º BRADOO - Congresso Brasileiro de Densitometria Osteoporose e Osteometabolismo
	Design Intermediário: capacitação em visualização e interpretação de dados na Enap
	Elaboração de Plano Anual de Contratações Públicas com base na IN 01/SEGES/MPDF/2018
	Gestão e Produção de Revistas Digitais e Impressas na Comunicação Institucional no Setor Público
Novembro	Seminário Internacional Transformação Digital nos Serviços Público
	Treinamento Em gerenciamento de conteúdo na Plataforma Liferay Community Edition
	Workshop - Big Data
	Administração do sistema Liferay
	Oficina de Gestão de Riscos e de Integridade
	Implementando a Gestão de Riscos no Setor Público
	4º Semana de Inovação: Serviço Público para o futuro
	Curso prático de execução orçamentária, financeira e patrimonial, com enfoque no Siafi operacional, Siafiweb e Sisgru
	Gestão de documentos
	Palestra - U.T.I. das finanças
	Gestão de Ouvidoria no setor público

Avaliação de Desempenho - a Imprensa Nacional realiza anualmente a avaliação de desempenho dos servidores cedidos de outros órgãos.

Qualidade de vida no Trabalho - a unidade responsável pela Qualidade de Vida tem por atribuições desenvolver as atividades que melhorem as condições de trabalho do servidor no órgão. Assim, além da promoção da qualidade de vida, busca assegurar boas condições de trabalho, com ações de prestação de atendimentos emergenciais, ginástica laboral e de segurança no trabalho. As ações desenvolvidas no ano de 2018 foram as seguintes:

- 08/03/2018 – Dia Internacional da Mulher – Roda de conversas;
- 09/06/2018 – Campanha de Vacinação para servidores da IN;
- 09/09/2018 – Criação da Junta Médica Oficial na IN;
- 03/10/2018 – Outubro Rosa (Campanha de Prevenção do Câncer de Mama);
- 05,17,25 e 31/10/2018 e 08/11/2018 – PPA – Programa de Preparação para Aposentadoria;
- 06/11/2018 – Novembro Azul (Campanha de Prevenção Contra Câncer de Próstata) com aferição e controle da pressão arterial e aferição da pressão ocular;
- 09/12/2018 – Dezembro Vermelho (Campanha das doenças sexualmente transmissíveis).

Ações de Enfermagem - Organização dos prontuários médicos; Lançamentos de atestados médicos no

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

SIASS e agendamentos de perícias e juntas médicas; Lançamento de atestados no SIGRH; Campanha de Vacinação para servidores da IN; Apoio nas campanhas de educativas com marco legal; além dos seguintes atendimentos:

Tabela 33 - Ações de enfermagem

mês	pressão arterial	injeções	curativos	total
janeiro	8	3	2	13
fevereiro	10		2	12
março	17			17
abril	1	1		2
maio	5	1		6
junho	5	3		5
julho	8			8
agosto	3			3
setembro	7			7
outubro	5			5
novembro	7			7
dezembro	1			1

Ações de Psicologia - Foram realizados no ano de 2018 aproximadamente 200 atendimentos; além do apoio às campanhas educativas com marco legal.

Ações de Medicina do Trabalho:

- Atendimento Médico: Foram realizados entre consultas e atendimento emergencial aproximadamente 200 atendimentos;
- Perícia Singular: Aproximadamente 300 atendimentos;
- Junta Médica Oficial: Aproximadamente 64 atendimentos de setembro a dezembro, período que iniciou a Junta Médica Oficial na IN.

Ações da Brigada de Incêndio:

- Atendimento de Primeiros Socorros: Foram realizados 17 atendimentos;
- Atendimento de Aferição de Pressão Arterial: Foram realizados 100 atendimentos.

Ações de Segurança do Trabalho:

- Implementação do projeto da Ginástica laboral na IN;
- Vistorias rotineiras de Segurança do Trabalho;
- Fiscal técnico do contrato nº 19/2018 SITRAN - Brigada de Incêndio;
- Fiscal técnico do contrato nº 11/2018 para fornecimento e instalação de sinalização de emergência;
- Fiscal técnico do contrato nº 18/2018 para fornecimento e recarga de extintores de incêndio;
- Acompanhamento de atividades das terceirizadas que possam gerar riscos de acidentes do trabalho;
- Relatórios em parceria com a brigada de incêndio para detectar situações de risco de incêndio;
- Redimensionamento dos extintores de incêndio para adequação das normas ABNT e CBMDF;
- Avaliações dos ambientes de trabalho para prevenção de doenças relacionadas ao trabalho;
- Lançamentos de atestados médicos no SIASS e agendamentos de perícias e juntas médicas;

- Elaboração de documentos no sistema SEI relacionados à área de segurança do trabalho;
- Elaboração de PPP para aposentadoria dos servidores referente ao item segurança e saúde do trabalho;
- Apoio nas campanhas de educativas com marco legal;
- Elaboração de Pareceres técnicos área de segurança do trabalho.

Creche Leônio Correia

A Creche Leônio Correia é uma das muitas instituições deste tipo na Administração Pública Federal e está em atividade há mais de 30 anos, atendendo aos filhos de servidores da Imprensa Nacional, com idade entre 6 (seis) meses a 3 anos, 11 meses e 29 dias, de acordo com a legislação educacional vigente. Com o envelhecimento natural da força de trabalho do órgão, passou a atender também filhos de servidores da Casa Civil da Presidência da República e da Advocacia Geral da União. Atualmente, a Creche tem se tornado um grande atrativo para a renovação da força de trabalho na Imprensa, além de contribuir consideravelmente para a diminuição do absenteísmo dos servidores por ela beneficiados.

Com a capacidade instalada de atendimento a 74 crianças, em 2018, a Creche Leônio Correia atendeu a 61 (sessenta e uma), sendo 21 (vinte e um) oriundas da Imprensa Nacional; 32 (trinta e duas) da Presidência da República e 08 (oito) da Advocacia Geral da União.

Gestão de licitações e contratos

Todas as contratações estão em conformidade com as normas legais em especial Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520, Instruções Normativas do Ministério do Planejamento, nº 5/2017 (SEGES/MPDG), IN nº 4/2014 (SLTI/MPOG), e acordos do Tribunal de Contas da União.

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo:

As contratações contínuas para atender as necessidades da Imprensa Nacional e de preservação de suas instalações são: Manutenção Predial, Serviço de Brigadista, Serviço de Vigilância, Serviço de Limpeza, Manutenção de Elevadores, Fornecimento de Energia Elétrica e de água e Serviços de Telefonia Fixa e Móvel.

Em 2018, foram realizadas novas contratações, como serviços de jardinagem, com o objetivo de manter em perfeitas condições os jardins e o paisagismo da Imprensa Nacional, propiciando um ambiente agradável e salubre aos servidores, terceiros, usuários e visitantes; serviços de recarga e substituição de extintores, aquisição de placas indicativas de sinalização de emergência e execução de obra de rede de hidrantes, para atender às exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

A Imprensa Nacional participou de um processo seletivo promovido pela CEB distribuidora para o programa de eficiência energética, com a finalidade de modernização dos sistemas consumidores de energia elétrica (iluminação, ar condicionado, bombas, chuveiros, refrigeradores) e para implantação de um sistema de produção de eletricidade, por meio de placas fotovoltaicas.

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Tabela 34 - Contratos

Contrato - tipo de contratação	CNPJ	Empresa	Objeto	Data da Vigência	Elemento de Despesa-	Valor Mensal	Valor Total-R\$
01/2018-Inexigibilidade nº 1/2018	13.697.640/0001-44	Sage Brasília Consultoria e Projeto em Energia e Meio Ambiente Ltda-ME	Prestação de serviços de engenharia para elaboração de diagnóstico energético, de medição e de verificação, (...)	20/02/2020	33.90.39-85591	-	360.000,00
02/2018-Pregão nº 28/2017	08.437.917/0001-60	TTI Informática Representação e Consultoria Ltda	Fornecimento de Solução de Segurança composta por equipamentos de verificação e correlação de vulnerabilidades e de detecção e mitigação de ataques de negação de serviços distribuídos (DDoS), (...)	09/02/2018 a 09/02/2021	44.90.52 e 33.90.40-85591	-	703.650,00-110.289,98
3/2018-Preços nº 29/2017	08.706.548/0001-63	O2 Soluções em Tecnologia Digital Ltda	Fornecimento de Solução Especializada em Gestão Integrada de armazenamento e processamento de dados, (...).	20/02/2018 a 20/02/2019	33.90.40-085591	-	823.789,58-2.040.312,96
4/2018-Dispensa nº. 3/2018	00.692.970/0001-03	Loggos - Jornais, Revistas e Publicações Ltda	Fornecimento de Jornais , afim de atender as necessidades das Unidades Administrativas da imprensa Nacional.	14/03/2018 a 31/12/2018	33.90.39-085591	-	7.075,45
5/2018-Dispensa nº. 1/2018	37.104.635/0001-49	Fumanchu Chaves e Segurança Eletrônica Ltda - EPP	Prestação de serviços de Chaveiro em geral, (...)	18/04/2018 a 31/12/2018	33.90.39-33.90.30-085591	-	1.740,00-5.915,00
7/2018-Preços nº 30/2017	05.741.114/0001-06	SEA Tecnologia Ltda	Prestação de serviços na plataforma de portal (...)	08/05/2018 a 08/05/2019	33.90.40 subitem 21-33.90.40 subitem 16-085591	-	894.000,00-2.271.986,75
08/2018-Dispensa nº. 5/2018	11.695.856/0001-45	Duas Vias Mudanças e Transportes Ltda ME	Prestação de serviços de transporte rodoviário (...)		33.90.39-74-085591	-	7.530,85
09/2018-Dispensa nº. 6/2018	72.649.361/0001-74	HBL Carimbos	Fornecimento de carimbo, sob demanda, (...)	18/05/2018 a 31/12/2018	33.90.30-085591	-	3.447,50
11/2018	01.778.924/0001-86	Gelso Antonio Lorenzi EPP	Fornecimento e instalação de placas e fitas indicativas de sinalização de emergência e segurança	30/05/2018 a 31/12/2019	33.90.92-085591	-	78.999,00
12/2018-Adesão a Ata de Registro de Preço nº 1/2017-UASC-4303	07.171.299/0001-96	Central IT-Tecnologia da Informação	Prestação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação (TI), (...)	29/06/2018 a 29/06/2019	33.90.40-085591	434.355,00	5.212.260,00
13/2018-Preço nº 3/2018	12.742.245/0001-73	Uniserve-Comércio e Serviços Tercerizados Ltda	Prestação de serviços de jardinagem, paisagismo, manutenção de composteira (...).	27/06/2018 a 27/06/2019	33.90.37.01 33.90.30.31-085591	35.249,92	422.999,12

Contrato - tipo de contratação	CNPJ	Empresa	Objeto	Data da Vigência	Elemento de Despesa-	Valor Mensal	Valor Total-R\$
14/2018-Adesão a Ata de Registro de Preço Preços nº 19/2017-UASC: 110703	01.707.536/0001-04	ISH Tenologia S/A	Prestação de serviços de manutenção, garantia, atualização, suporte técnico e expansão da solução de Proteção dos Dados do ambiente corporativo, (...)	29/06/2018 a 28/06/2019	44.90.52-33.90.40-44.90.040-085591	-	1.618.347,98
15/2018-Preço nº 5/2018	11.320.576/0001-52	Super Estágios Ltda-EPP	Prestação de serviços de Agente de Integração, (...)	01/08/2018 a 01/08/2019	33.90.39-085591	727,22	8.726,64
16/2018-Pregão nº 06/2018	04.799.835/0001-04	Alsar Tecnologia em Redes Ltda	prestação de serviços de atualização de Switches camada 7 (balanceamento de link); e serviços de Suporte Técnico Especializado (...)	01/09/2018 a 01/09/2019	33.90.40-085591	-	253.436,00
17/2018-Pregão nº 07/2018	04.985.849/0001-12	Comando Extintor Ltda	prestação de serviços de recarga, de substituição e de manutenção dos extintores de combate a incêndio, (...)	21/08/2018 a 21/08/2019	33.90.39-085591	-	29.222,76
18/2018-Pregão nº 11/2018	20.411.148/0001-26	Ótimo Tecnologia Ltda	Aquisição de impressora plotter para uso em artes gráficas, (...)	18/09/2018 a 18/09/2020	44.90.52-085591	-	79.990,00
19/2018-inciso XI do art. 24 da Lei nº 8.666/93	02.004.950/0001-10	Sitran - Comércio e Indústria de Eletrônica Ltda	(...) Brigada de Incêndio, com atuação nas dependências da Imprensa Nacional/IN.	15/09/2018 a 01/05/2019	33.90.37-085591	-	180.899,10
21/2018-Pregão nº 13/2018	04.198.254/0001-17	MCR Sistemas e Consultoria Ltda	Fornecimento de licenças de direito de uso de softwares, na modalidade Subscrição Enterprise Term License Agreement (ETLA) ou perpétua, para publicação e edição de imagens, edição de figuras vetoriais, edição de arquivos tipo PDF, edição de animações (...)	16/11/2019 a 16/11/2019	33.90.40-44.90.40-085591	-	542.699,56
22/2018-inciso XVI, do art. 24 da Lei nº 8.666/93	33.683.11/0001-07	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO	Prestação do serviço de disponibilização do acesso às bases de dados dos sistemas da RFB, para fins de consulta ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), (...)	31/12/2018 a 31/12/2019	33.90.40-085591	16.896,84	202.762,08
23/2018-Pregão nº 15/2018	06.162.750/0001-46	Davos Engenharia e Representações Ltda	contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra de rede de hidrantes (...)	18/12/2018 a 18/12/2019	44.9039.16--085591	-	1.516.387,89
24/2018-Pregão nº 10/2018	04.744.134/0001-78	SOS Tecnologia e Gestão da Informação Ltda	Fornecimento de solução de Indexação e Busca de Informações, (...)	18/12/2018 a 18/12/2019	33.90.40-44.90.40-44.90.52-085591	-	1.080.817,64
25/2018-Pregão nº 09/2018	08.925.028/0001-41	EVERY TI – TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EIRELLI – ME	Fornecimento de subscrição de software e prestação de serviço técnico especializado (...).	31/12/2018 a 31/12/2019	3.90.40-33.90.40 subitem 06-085591	-	1.748.160,00

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Tabela 35 - Contratações Diretas

Contratação:	Processo	Objeto	Empresa :CNPJ	Elemento de Despesa	Valor Total
Dispensa 02/2018	00034-000134/2018-71	Fornecimento de garra para encadernação	VS – VIEIRA & SANTOS COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA E INFORMATICA EIRELI –ME CNPJ: 23-230.795/0001-20	339030	4.225,00
Dispensa 04/2018	00034-000150/2018-63	Análise e emissão de Relatório Técnico das condições físico-químico e bacteriológico da água consumida na Imprensa Nacional	QUINOSAN – LABORATÓRIO CNPJ: 01.784.926/0001-88	339039	625,00
Dispensa 12/2018	00034-0002434/2018-94	Aquisição de peças para os aparelhos de ar-condicionado	VERSÁTIL INSTALAÇÕES (Amorim e Freire Serviços de Manutenção e Instalações Ltda-ME) CNPJ: 74.428.657/0001-90	339030	4.773,71
Dispensa 14/2018	00034-0002435/2018-39	Aquisição de materiais para conserto e instalação de cabeamento telefônico nas guaritas	Itatiaia Comercial Material Construção Ltda CNPJ: 06.862.927/0001-17	339030	4.321,00
Dispensa 15/2018	00034-0002534/2018-11	Aquisição de rodízio e trilho para cadeiras	MBG – COMERCIAL LTDA CNPJ: 18.596.838/0001-55	339030	1.374,00
Dispensa 18/2018	00034-0002330/2018-80	Contratação de Auditoria Pré-Operacional como pré-requisito para credenciamento da Imprensa Nacional como Autoridade de Registro no âmbito da ICP-Brasil	PKI CONSULTING (MENKE E BERTOL CONSULTORIA LTDA – EPP CNPJ: 74.428.657/0001-90	3309039	2.007,79
Dispensa 18/2018	00034-0002434/2018-94	Aquisição de materiais para conserto e manutenção de aparelhos de ar condicionados	ASCOT TELECOMUNICAÇÕES LTDA CNPJ: 74.428.657/0001-90	339030	869,98
Dispensa 21/2018	00034-0002473-2018-91	Contratação de empresa especializada para reforma do Restaurante	COMERCIAL CONQUISTA DE EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ: 74.428.657/0001-90	339030	488,40
Dispensa 23/2018	00034-0002435/2018-39	Aquisição de materiais para conserto e instalação de cabeamento telefônico	DM ENGENHARIA EIRELI: CNPJ: 23-8595160001-91	339039	16.931,40
Dispensa 25/2018	00034-0005670/2017-81	Prestação de serviços de Dedetização	ITATIAIA COMÉRCIO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ: 06862927/0001-17	339030	4.321,00
Dispensa 30/2018	00034-0003536/2018-27	Película para vidro	MARIA JÚLIA CAMARGO GUIRALDELLI CNPJ: 28.036.224/0001-72	339039	943,00
Dispensa 31/2018	00034-0002496/2018-23	Protetor de borracha para porta	BRASAL DEDETIZADORA & SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 22807249/0001-46	339039	785,00
Dispensa 37/2018	00034-001977/2018-94	Aquisição de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva da porta eletrônica da CORTI	DECOR SOLUÇÕES EM PELÍCULAS LTDA CNPJ: G.BITTENCOURT ASSISTÊNCIA TÉCNICA EIRELI	339030	3.000,00
Dispensa 49/2018	00034-0005347/2018-99	Aquisição de tinta gráfica	VANESSA DE FREITAS CARVALHO CNPJ: 339030	139,92	
			LUCRATT COMERCIAL E TURISMO LTDA	339030	10.898,00
			COMERCIAL DE VIDROS SÃO PAULO LTDA CNPJ: 74-428.657/0001-90	339039	2.160,00
			SIGGRAF MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA: CNPJ: 37.118.817/0001-79	339039	5.193,00

Principais desafios e ações futuras

- Contribuir com o planejamento das novas contratações, avaliando o agrupamento de objetos afins, de forma a diminuir o custo processual;
- Capacitação/atualização da equipe de Pregão para acompanhamento das mudanças da legislação e novos modelos para as licitações futuras.
- Manter o bom funcionamento dos serviços da gerência.
- Concluir as contratações que iniciaram no ano anterior (Aquisição de placas indicativas de sinalização de emergência, instalação de rede de hidrantes).
- Concluir o projeto de eficiência energética da CEB, aquisição de aparelhos de ar condicionado e placas fotovoltaicas. Esse projeto está sendo financiado pela Companhia Energética de Brasília (CEB) a fundo perdido, com pequena contrapartida da Imprensa Nacional.
- Realizar demais obras da notificação do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal/CBMDF (saídas de emergência, sistema de chuveiros automáticos, SPDA, sistema de detecção e alarme de incêndio) e rede da subestação.
- Dar prosseguimento aos projetos estratégicos de segurança como circuito fechado de TV e aumento da altura dos muros e cercas.
- Executar as ações preventivas e corretivas nas instalações prediais da Imprensa Nacional, mantendo o seu bom funcionamento.
- Dar prosseguimento às contratações do projeto de instalação de Circuito Fechado de Televisão nas dependências do órgão e a de elevação do muro externo e dos alambrados, relacionadas com o objetivo de aprimorar a segurança predial, previsto no Mapa Estratégico da Imprensa Nacional.

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Conformidade legal:

As inconsistências nas contas contábeis, foram regularizadas com os lançamentos relacionados abaixo:

- 2018NL800049 – TRANSFERÊNCIA DE IMÓVEIS DE USO ESPECIAL NO SPIUNET (FRACIONAMENTO DA ÁREA DA IMPRENSA NACIONAL PELO SPU);
- 2018NL000054 – BAIXA DE SALDO ALONGADO PARA REGULARIZAÇÃO DA CONTA 115810201 ;
- 2018NL000055 – REGULARIZAÇÃO DA CONTRA CONTÁBIL 89993.02.00 – IMPORTAÇÃO DE BENS, TENDO EM VISTA QUE AS IMPORTAÇÕES JÁ FORAM CONCLUÍDAS COM A DEVIDA INCORPORAÇÃO DOS BENS NA CONTA BENS MÓVEIS ESPECÍFICA DOS BENS ADQUIRIDOS;
- 2018NL000056 - REGULARIZAÇÃO DA CONTRA CONTÁBIL 89993.02.00 – IMPORTAÇÃO DE BENS, TENDO EM VISTA QUE AS IMPORTAÇÕES JÁ FORAM CONCLUÍDAS COM A DEVIDA INCORPORAÇÃO DOS BENS NA CONTA BENS MÓVEIS ESPECÍFICA DOS BENS ADQUIRIDOS;
- 2018NS001337 – TRANSFERÊNCIA DE DEPRECIAÇÃO ACUMULADA REFERENTE AO IMÓVEL RIP 970100746500, TRANSFERIDO PARA A UG 170021 (SPU) EM 20SET2018 (NL800049), POIS A MESMA FOI TRANSFERIDA NA ÉPOCA.

Principais investimentos de capital

Os principais investimentos de capital (de infraestrutura e equipamentos, para avaliação do custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos) estão listados abaixo:

- 120 computadores – R\$ 486.600,00 (processo de aquisição nº 00034.000140/2017-47)
- Solução contra ataques de DDos – R\$ 703.650,00 (processo de aquisição nº 00034.001229/2018-10)
- Solução Big Data Para tratamento de informações.
- Instalação de Hidrantes
- Projeto de Eficiência Energética.

Desfazimento de ativos

Não ocorreu

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

Tabela 36 - Termo de concessão de área de uso

Identificação do Cessionário	RIP	9701.22308.500-8
	Endereço	SIG Quadra 6, lote 800
	CNPJ	11.198.210/0001-52
	Nome ou Razão Social	LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
Caracterização da Cessão	Atividade ou Ramo de Atuação	Comércio varejista de produtos alimentícios, verduras, frutas, balas, doces, sorvetes, refrigerantes, bombonieres, jornais, revistas, diários oficiais, diários da justiça e serviço de locação de móveis e utensílios para festas, serviços de publicação de jornais e distribuição dos mesmos e serviços de entregas rápidas.
	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência nº 1/2015 – Termo de Concessão nº 01/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração comercial de banca de revista, visando, dentre outras comercializações, a venda de Jornais Oficiais impressos pela Imprensa Nacional.
	Prazo da Cessão	Vigência do 3º Termo Aditivo ao Termo de Concessão nº 01/2015: até 23/09/2019
	Caracterização do espaço cedido	Banca de revista localizada no andar térreo do edifício sede. Medida da área atualizada de 30,77m ² , conforme 4º Termo Aditivo.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	O valor atual do m ² é de R\$ 55,23 (cinquenta e cinco reais e vinte e três centavos). Pela utilização do espaço de 30,77 m ² , é pago mensalmente o valor de R\$ 1.699,43 (mil, seiscentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos).
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	De acordo com informação da Coordenação de Orçamento e Finanças/Cofin, a Natureza de Despesa é 339039 e a UG do Siafi é 110245.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos recebidos não são utilizados diretamente pela Imprensa Nacional, uma vez que são depositados em fundo próprio denominado FUNIN, na conta Tesouro Nacional.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio de despesas. O contratado pagou somente o valor da taxa de utilização pela cessão da respectiva área.

Tabela 37 - Contrato de concessão de uso de área

Identificação do Cessionário	RIP	9701.22308.500-8
	Endereço	SIG Quadra 6, lote 800
	CNPJ	26.733.463/0001-56
	Nome ou Razão Social	OSVALDO DIVINO PEREIRA DE SOUZA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares.

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência nº 1/2018
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Lanchonete.
	Prazo da Cessão	Vigência Contrato nº 6/2018: até 27/04/2019.
	Caracterização do espaço cedido	Lanchonete localizada no 1º andar do edifício sede, medindo 84,85m ² .
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A cessão do espaço é graciosa. A empresa realiza o ressarcimento do consumo de energia elétrica, de água e esgoto, da conta de telefone de ramal instalado nas dependências da lanchonete.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	De acordo com informação da Coordenação de Orçamento e Finanças/Cofin, a Natureza de Despesa é 339039 e a UG do Siafi é 110245.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos recebidos não são utilizados diretamente pela Imprensa Nacional, uma vez que são depositados em fundo próprio denominado FUNIN, na conta Tesouro Nacional.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A Concessionária deverá recolher em favor da Concedente, mensalmente, os valores referentes aos ressarcimentos do consumo de energia elétrica, de água e esgoto, que são mensurados por meio de wattímetro interno e de sistema de hidrometriação, e da conta de telefone de ramal instalado nas dependências da lanchonete.

Tabela 38 - Contrato de concessão de uso de área

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.22308.500-8
	Endereço	SIG Quadra 6, lote 800
Identificação do Cessionário	CNPJ	22.832.969/0001-61
	Nome ou Razão Social	UP BACK BUFFET E COZINHA INDUSTRIAL LTDA
Caracterização da Cessão	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurantes e similares. Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê
	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência nº 2/2018
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Restaurante.
	Prazo da Cessão	Vigência Contrato nº 20/2018: até 9/11/2019.
	Caracterização do espaço cedido	Restaurante localizado no 1º andar do edifício sede, medindo 1.043m ² .
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A cessão do espaço é graciosa. A empresa realiza o ressarcimento do consumo de energia elétrica, de água e esgoto, da conta de telefone de ramal instalado nas dependências do restaurante, bem como do custo da manutenção do elevador utilizado.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	De acordo com informação da Coordenação de Orçamento e Finanças/Cofin, a Natureza de Despesa é 339039 e a UG do Siafi é 110245.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos recebidos não são utilizados diretamente pela Imprensa Nacional, uma vez que são depositados em fundo próprio denominado FUNIN, na conta Tesouro Nacional.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A Concessionária deverá recolher em favor da Concedente, mensalmente, os valores referentes aos ressarcimentos do consumo de energia elétrica, de água e esgoto, que são mensurados por meio de wattímetro interno e de sistema de hidrometriação, e da conta de telefone de ramal instalado nas dependências do Restaurante, bem como do custo da manutenção do elevador utilizado.

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Tabela 39 - Contrato de concessão de uso de área

Identificação do Cessionário	RIP	9701.22308.500-8
	Endereço	SIG Quadra 6, lote 800
	CNPJ	00.676.205/0001-91
	Nome ou Razão Social	Associação dos Servidores da Imprensa Nacional – ASDIN
Caracterização da Cessão	Atividade ou Ramo de Atuação	Visa congregar todos os servidores da Imprensa Nacional, ativos e inativos, dentro de um vasto programa de realização em benefício da categoria.
	Forma de Seleção do Cessionário	Foi montado grupo de trabalho por meio da Portaria nº 128/2005, para análise das condições de ocupação de espaços pela ASDIN. Atendimento ao Decreto nº 99509/90, que veda contribuições com recursos públicos, em favor de clubes e associações de servidores ou empregados de órgãos e entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. A ASDIN foi criada em 1989, ocupando o espaço desde este ano, tendo direito ao disposto no ditame legal, fazendo jus à gratuidade do espaço.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de uso de área, localizada nas instalações da Imprensa Nacional, no SIG Quadra 6 Lote 800, distribuída da seguinte forma: 424,08m ² de área interna, localizada no térreo, próximo à rampa de acesso à garagem interna da Imprensa Nacional, para funcionamento das instalações da ASDIN e 25.540,00m ² de área externa, nos arredores da caixa d'água, destinados para atividades sócio-cultural de seus Associados, totalizando 25.964,08m ² .
	Prazo da Cessão	Vigência do 3º Termo aditivo ao Termo de Cessão de Uso nº 1/2015: até 07/12/2019
	Caracterização do espaço cedido	Área de 25.964,08m ² para o uso da Cedente, em atividades afetas aos seus objetivos estatutários, de acordo com o Plano de Ocupação aprovado pelo Diretor-Geral da Imprensa Nacional.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A ASDIN efetuou o pagamento do valor correspondente ao consumo de energia elétrica e de água e esgoto, que são mensurados por meio de wattímetro interno e de sistema de hidrometriação.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	De acordo com informação da Coordenação de Orçamento e Finanças/Cofin, a Natureza de Despesa é 339039 e a UG do Siafi é 110245.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos recebidos não são utilizados diretamente pela Imprensa Nacional, uma vez que são depositados em fundo próprio denominado FUNIN, na conta Tesouro Nacional.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A ASDIN recolheu em favor da Imprensa Nacional, mensalmente, os valores referentes aos resarcimentos do consumo de energia elétrica e água e esgoto, que são mensurados por meio de wattímetro interno e de sistema de hidrometriação.

Tabela 40 - Contrato de concessão de uso de área

Identificação do Cessionário	RIP	9701.22308.500-8
	Endereço	SIG Quadra 6, lote 800
	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Obediência ao disposto no inciso I e parágrafo único do art. 12 e inciso VI do art. 13, ambos do Decreto nº 3.725/01. Atendimento às necessidades dos servidores, proporcionando-lhes comodidade, pois evita o seu deslocamento para fora das dependências da Imprensa Nacional, nas ocasiões que precisarem realizar operações bancárias.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de área coberta, medindo 1m ² , localizada no andar térreo do prédio da Imprensa Nacional, para disposição de 1 (um) terminal de autoatendimento.
	Prazo da Cessão	Vigência do 1º Termo aditivo ao Termo de Cessão de Uso nº 1/2017: até 24/2/2019.
	Caracterização do espaço cedido	Área coberta, medindo 1m ² , localizada no andar térreo do prédio da Imprensa Nacional.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A cessão do espaço é sem ônus para o Cessionário.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A cessão do espaço é sem ônus para o Cessionário.

Tabela 41 - Contrato de concessão de uso de área

Identificação do Cessionário	RIP	9701.22308.500-8
	Endereço	SIG Quadra 6, lote 800
	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária – Sociedade de Economia Mista
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Obediência ao disposto no inciso I e parágrafo único do art. 12 e inciso VI do art. 13, ambos do Decreto nº 3725/01. Atendimento às necessidades dos servidores, proporcionando-lhes comodidade, pois evita o seu deslocamento para fora das dependências da Imprensa Nacional, nas ocasiões que precisarem realizar operações bancárias.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prestação dos serviços bancário aos servidores e clientes da Imprensa Nacional, com a disposição de dois terminais de autoatendimento.
	Prazo da Cessão	Vigência do 2º Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso nº 1/2016: até 29/11/2019.
	Caracterização do espaço cedido	Área coberta, medindo 6m ² , localizada no andar térreo do prédio da Imprensa Nacional.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A cessão do espaço é sem ônus para o Cessionário.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A cessão do espaço é sem ônus para o Cessionário.



Locação de equipamentos

A visão institucional da Imprensa Nacional é ser referência na prestação de serviços gráficos, como fonte exclusiva de informações oficiais, com modernidade, confiabilidade, acessibilidade e de forma sustentável. Com base nisto é de fundamental importância que o parque gráfico do órgão se mantenha devidamente garantido por equipamentos de tecnologia compatível, os quais devem permanecer constantemente prontos a operarem na produção dos serviços gráficos, dos jornais oficiais, sob a sua responsabilidade. Com isso a Imprensa Nacional, firmou Contrato nº 10/2018 a empresa W.B. da Silva ME, cujo objeto é a locação de CtP (Computer-to-plate) Fotopolímero UV, com fornecimento de componentes e peças (elétrica, eletrônica e mecânica), incluindo instalação, treinamento operacional e manutenção preventiva e corretiva.

Tabela 42 - Locação de equipamentos

10/2018 Pregão nº 01/2018	12.364.525/0001-95	W. B. da Silva ME	Locação de CtP (Computer-to-plate), com as especificações técnicas mínimas obrigatórias constantes do termo de referência, com fornecimento de componentes e peças (elétrica, eletrônica e mecânica), incluindo instalação, treinamento operacional e manutenção preventiva e corretiva.	24/05/2018 a 24/05/2019	33.90.39 085591	31.638,00	379.656,00
---------------------------------	--------------------	----------------------	--	-------------------------------	--------------------	-----------	------------

Infraestrutura

A manutenção e conservação física das instalações prediais da Imprensa Nacional, bem como de equipamentos eletromecânicos, quadro elétricos, grupo geradores, equipamentos de ar condicionado, elevadores e demais serviços relativos a obras, reparos e adaptações de bens, é de responsabilidade da Gerência de Serviços Gerais da Coordenação de Recursos Logísticos.

Mudanças e desmobilizações relevantes

No primeiro ano após a descontinuidade da impressão do Diário Oficial da União, a Direção da Imprensa Nacional direcionou esforços em adequações técnicas do parque gráfico para se reposicionar no novo cenário.

Com o fim do diário impresso, imediatamente foi implementado o projeto de adaptação da Rotativa DGM 850, que consistiu na reconfiguração da máquina de alto desempenho para impressão em cores. Antes limitado a impressão de jornais, em preto e branco, o equipamento sofreu grande evolução em funcionalidade, tornando-a capacitada a produzir impressos variados e coloridos em larga escala. Concluído o trabalho, o órgão já reúne condições de atuar, por exemplo, na produção de livros didáticos, provas de concursos e outros impressos de alcance nacional.

Principais desafios e ações futuras

Executar as ações preventivas e corretivas nas instalações prediais da Imprensa Nacional, mantendo o seu bom funcionamento.

Concluir projeto de eficiência energética da CEB, promovendo as aquisições de aparelhos de ar condicionado e de placas fotovoltaicas.

Realizar as obras necessárias para o pleno atendimento da notificação do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal/CBMDF, tais como, saídas de emergência, sistema de chuveiros automáticos, SPDA, sistema de detecção e alarme de incêndio e rede da subestação.

Dar prosseguimento às contratações do projeto de instalação de Circuito Fechado de Televisão nas dependências do órgão e a de elevação do muro externo e dos alambrados, relacionadas com o objetivo de aprimorar a segurança predial, previsto no Mapa Estratégico da Imprensa Nacional.

Gestão da Tecnologia da Informação

Conformidade legal

A Imprensa Nacional-IN alinha-se a um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, evoluindo continuamente seus padrões referentes a dados abertos, acessibilidade, aprimoramento da governança digital, segurança da informação, licitação e fiscalização de contratos.

Modelo de governança de TI

A Governança de TIC da Imprensa Nacional está representada pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – CETIC, que tem como objetivos estabelecer as diretrizes e objetivos estratégicos de TIC e fortalecer a Governança de TIC da Imprensa Nacional. O CETIC é um órgão colegiado de assessoria estratégica, ao qual compete deliberar sobre os assuntos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) no âmbito da Imprensa Nacional, submetido à autoridade do Diretor-Geral tendo, especificamente, como missão validar, supervisionar e monitorar as ações previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC.

O PDTIC da Imprensa Nacional é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, para um determinado período de tempo, cujo propósito é atender às necessidades de tecnologia de informação e comunicação da IN, possibilitando alinhar os recursos aplicados em TIC. Esse plano se configura como uma ferramenta de grande importância para o apoio da estratégia organizacional e para a tomada de decisão dos gestores da IN.

A estrutura da TI na instituição está representada pela Coordenação de Tecnologia da Informação – Corti, a qual está subordinada hierarquicamente à Coordenação-Geral de Administração – Corad da IN. A Corti atualmente se divide em quatro gerências, a saber: Gerência de Segurança da Informação – Gesic, Gerência de Redes – Geare, Gerência de Desenvolvimento de Sistemas – Gedes e Gerência de Atendimento ao Usuário – Geaus. A IN propôs a alteração da estrutura da Corti, a fim de refletir as necessidades dessa coordenação. Na atual proposta, as gerências seriam convertidas em divisões e seria criada uma Divisão responsável pela Governança de TI na coordenação.

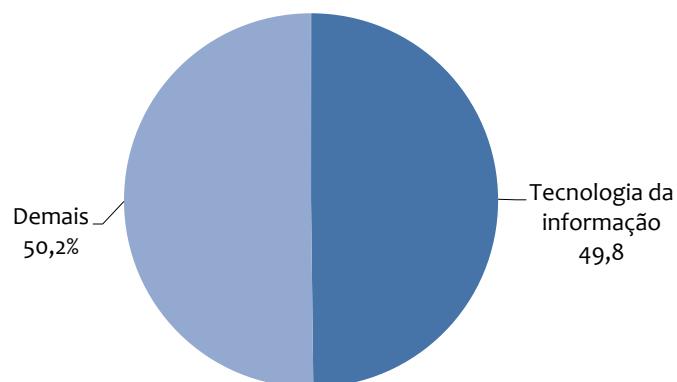
No âmbito da Corti, foi também instituído o Escritório de Projetos a fim de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão de projetos, orientar os envolvidos sobre os métodos, processos e instrumentos, provendo à IN informações gerenciais sobre os projetos de TIC.

Montante de recursos aplicados em TI

Tabela 43 - Recursos aplicados em TI

DESPESAS EMPENHADAS	
Custeio TI	19.937.617,59
Investimento TI	3.407.523,32
Total	23.345.140,91

Gráfico 45 - Recursos aplicados em TI



Fonte: Coordenação de Tecnologia da Informação



Contratações mais relevantes de recursos de TI.

As contratações mais relevantes considerando o exercício de 2018 foram:

Tabela 44 - Contratações mais relevantes

CONTRATO	VALOR
Solução de Antivírus (Contrato Nota de Empenho, Vigência 24/07/2018 a 24/07/2021 - Empresa Alltech)	R\$ 235.920,00
Fábrica de Software, métrica teste e qualidade	R\$ 4.775.880,00
Sistema Editorial (Empresa GSI)	R\$ 439.398,39
Firewall (Contrato 09/2017, 1º TA, Vigência 28/07/2018 a 28/07/2019 - Empresa Aker)	R\$ 372.999,96
Solução de indexação e busca de Informações no DOU (Contrato nº 24/2018, vigência 18/12/2018 a 17/12/2019)	R\$ 1.080.817,64
Prestação de serviços técnicos especializados, sob demanda, incluindo análise de processos, gestão de riscos e propostas de melhorias (Contrato 20/2015, 4º termo aditivo, vigência 02/10/2018 a 02/10/2019 - Empresa Every TI)	R\$ 312.040,00
Análise de vulnerabilidade de código-fonte e prestação de serviço técnico especializado em segurança da informação (Contrato 25/2018, vigência 31/12/2018 a 30/12/2019 - Empresa Every TI)	R\$ 1.748.160,00
Atualização de equipamentos switch camada 7 (Contrato 16/2018, vigência: 01/09/2018 a 01/09/2019 - Empresa Alsar)	R\$ 625.168,24
Outsourcing de Impressão (Contrato 18/2017, 2º TA, Vigência: 19/12/2018 a 19/12/2019 - Empresa AMC)	R\$ 118.351,44
DDoS (Contrato 02/2018, vigência 09/02/2018 a 09/02/2021 - Empresa TTI)	R\$ 103.896,00
Portal Liferay (Contrato 07/2018, vigência 08/05/2018 a 08/05/2019 - Empresa SEA)	R\$ 3.957.296,63
Big Data (Contrato 03/2018, vigência 20/02/2018 a 20/02/2019 - Empresa O2)	R\$ 2.864.102,54
Serviços técnicos especializados na manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva da Solução Integrada de Envio, Recebimento, Editoração e Produção Eletrônica dos jornais oficiais - INJor (Contrato 15/2014, 5º TA, vigência 25/06/2018 a 25/06/2019 - Empresa Gnsystems)	R\$ 3.460.484,16
Subscrições Red Hat (Contrato 04/2015, 3ºTA, vigência 16/01/2018 a 16/01/2019 - Empresa Tecnisys)	R\$ 803.634,60
Serviço de Mentoría Jboss (Contrato 11/2015, 3ºTA, vigência 26/06/2018 a 26/06/2019 - Tecnisys)	R\$ 306.380,00
Sustentação de infraestrutura e atendimento ao usuário (Contrato 12/2018, vigência 29/06/2018 a 29/06/2019 - Empresa Central IT)	R\$ 5.212.260,00
Licenças Adobe (Contrato 21/2018, vigência 12 m corel e 36m Adobe - Empresa MCR)	R\$ 542.699,56
Infoconv - Serpro e RFB (Em andamento)	R\$ 202.762,08
Link Serpro (Contrato 19/2015, 4º TA, vigência 03/11/2018 a 03/11/2019)	R\$ 282.536,16
Link Telebras (Contrato 07/2016, 2º TA, vigência 28/07/2018 a 28/07/2019)	R\$ 136.026,60
Suporte tecnológico a ambiente computacional de infraestrutura de redes, seus meios de comunicação, sistemas funcionais e processos de execução de tarefas operacionais(Contrato 17/2014, 4º TA, vigência 25/08/2018 a 25/08/2019, Empresa America)	R\$ 250.099,44
Serviço de proteção de dados do ambiente corporativo, gerenciamento e proteção de informações - Backup (Contrato nº 14/2018, vigência 29/06/2018 a 28/06/2019)	R\$ 854.273,18

Principais iniciativas – sistemas e projetos – e resultados na área de TI por cadeia de valor

Criação do Portal Normas.gov: Permitirá o futuro correlacionamento entre atos normativos da União e dos estados, sendo uma etapa que precede a automatização do controle de vigência das normas legais e infra legais;

Integração dos sistemas SEI e INcom para envio de matérias: Permite o ganho de produtividade dos servidores que trabalham com a publicação de matérias no Diário Oficial da União, uma vez que permite

o envio da matéria diretamente do sistema SEI sem que se tenha que digitá-la, formata-la e enviá-la pelo sistema INcom;

Integração dos sistemas SiasgNet e INcom para envio de matérias: Da mesma forma que a integração com o sistema SEI, esta iniciativa permite o ganho de produtividade dos servidores que trabalham com publicação de atos relacionados com compras governamentais;

Criação de novos filtros de busca no Portal Imprensa Nacional para facilitar a consulta ao Diário Oficial da União: Melhora a velocidade e a precisão com que o cidadão tem acesso aos dados publicados no Diário Oficial da União que são do seu interesse;

Disponibilização dos conteúdos do Diário Oficial da União no Portal Brasileiro de Dados Aberto: Permite acesso a todo o conteúdo das publicações do Diário Oficial da União em formato acessível por sistemas, facilitando o trabalho de quem necessita fazer o processamento eletrônico destes dados;

Conversão para formato de dados abertos de conteúdos publicados no Diário Oficial da União entre os anos 2002 e 2017 e a sua disponibilização no Portal da Imprensa Nacional e no Portal Brasileiro de Dados Aberto: Permite a ampliação do conteúdo do Diário Oficial da União que está acessível à população em formato acessível por sistemas, facilitando o trabalho de quem necessita fazer o processamento eletrônico destes dados, além de facilitar o acesso a este conteúdo por parte dos usuários do Portal da Imprensa Nacional.

Segurança da informação

A Segurança da Informação e Comunicações é essencial ao efetivo cumprimento dos objetivos estratégicos e a continuidade de negócio da Imprensa Nacional. Diante disso, a CORTI vem propondo e realizando adequações necessárias à sustentação do negócio de acordo com projeções possíveis, nas quais a qualidade dos sistemas e serviços e as garantias de segurança devem estar adequadas a novos contextos.

A CORTI identificou a necessidade de execução de um conjunto de ações que visa não somente à implantação dos processos voltados à Segurança da Informação e Comunicações como também ações de manutenção da segurança, tendo em vista que diariamente surgem novas ameaças à segurança da Imprensa Nacional, a qual lida constantemente com informações sigilosas para publicação nos jornais oficiais.

Diante de tudo, ações para a melhoria da segurança da informação foram desenvolvidas na instituição, dentre as quais se menciona principalmente: a revisão da política de segurança da Informação e comunicação, a criação do Comitê de segurança da informação, consultorias para a melhoria da segurança e proposição de políticas e metodologias específicas e efetivas, a análise da aderência do Diário Oficial da União à ISO 27001, análise dos sistemas da Imprensa à lei de proteção de pessoas, contratação de antivírus e soluções de segurança de sistemas e a instituição de uma metodologia segura para o desenvolvimento de software.

Principais desafios e ações futuras

A) Desafios:

- Melhoria da Governança de TI;
- Adequação do quadro de pessoal por meio da realização de concurso público ou da requisição de servidores de outros órgãos;
- Qualificação técnica da equipe de TI;
- Adequação orçamentária para atender às necessidades de TI elencadas no Plano Diretor de TIC;
- Reestruturação da Coordenação de Tecnologia da Informação, visando a criação de Divisões de Infraestrutura de TIC, Segurança da Informação, Desenvolvimento de Sistemas, Governança de TI e Gestão da Informação e do Conhecimento;
- Obter o reconhecimento do sistema de envio, recebimento e processamento de matérias para publicação no DOU como sistema estruturante do Governo Federal.

B) Ações Futuras

- Criação de novos serviços digitais derivados da transformação do DOU para o formato digital, tais como: Clipping, Pushing, acessibilidade para usuários com deficiência visual e auditiva, categorização dos atos oficiais com base no vocabulário controlado do Governo Federal, controle de vigência dos atos oficiais normativos, desenvolvimento de aplicativo para dispositivos móveis, visando acesso aos atos oficiais publicados no DOU;
- Expandir o uso do módulo de integração do sistema SEI com o sistema INcom para todos os órgãos da Administração Pública Federal;

- Implementar o uso de formulários no sistema INcom Web, visando definir arquitetura de dados para cada tipo de ato a ser enviado para publicação no DOU e com isso, melhorar os mecanismos de indexação e busca de atos no Portal da Imprensa Nacional.

Sustentabilidade Ambiental

Critérios de Sustentabilidade

A Imprensa Nacional - IN adotou os critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições, conforme determina o Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, que altera o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública federal.

Consequentemente, o Órgão se adequou a legislação vigente desde a elaboração de seus Termos de Referência até o lançamento de seus Editais de Licitação, não somente como uma obrigação, mas também preocupada com o meio ambiente, procurando uma melhor convivência entre o homem e o planeta.

Ações para redução do consumo

Em conformidade com o Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006, a Imprensa Nacional, tendo firmado parceria com as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, no ano de 2018, contemplou as Cooperativas CATAMARE, de 28 de agosto de 2017 à 27 fevereiro de 2018, a Cooperativa RECICLE BRASÍLIA, de 28 de fevereiro de 2018 à 27 de agosto de 2017, e a Cooperativa COOPERE, de 28 de agosto à 27 de fevereiro de 2019, com todos os resíduos gerados tanto pela área gráfica quanto pelas áreas administrativas. Cabe lembrar que essa parceria com as Cooperativas é de suma importância para o trabalho ambiental desenvolvido pela Imprensa Nacional, e que somente por essa parceria que estamos nos adequando também à Lei nº 5.610 de 16 de fevereiro de 2016, do Governo do Distrito Federal, que determina o descarte diário de apenas 120 (cento e vinte) litros de resíduos sólidos indiferenciados; e caso o Órgão ultrapasse esse limite, deverá efetuar a contratação de uma empresa especializada para a coleta e destinação adequada de todos os resíduos gerados.

A Instituição possui uma área verde de aproximadamente 69.000 (sessenta e nove mil metros quadrados) m², e, devido a esta grande área, a quantidade de descarte diário de folhas, galhos, e até mesmo de árvore, é imensa; desta forma, efetuamos a contratação, no ano de 2018, de empresa especializada para manutenção de toda área verde. Incluímos no objeto do contrato a compostagem de todo material orgânico descartado, o que gerou uma menor quantidade de descarte de resíduos.

Redução de resíduos poluentes

Em relação aos resíduos poluentes, contratamos empresa especializada para coleta, transporte e descarte adequadamente correto de todos os resíduos poluentes gerados nas dependências da Imprensa Nacional. Preocupados com o consumo de recursos naturais, o Órgão, desde 2017, aderiu a Agenda Ambiental da Administração Pública Federal A3P, e vem aprimorando e utilizando-se de boas práticas ambientais para melhor uso de recursos naturais, como: água, luz, materiais de consumo (copo descartável, folhas de papel e materiais de expediente).

Está sendo implantando, ainda, um projeto de eficiência energética e cooperação com a Companhia Energética de Brasília-CEB, porque se entende que investir em eficiência energética e conservação de energia é um importante passo no fortalecimento de seu compromisso com a sociedade, o planeta e o meio ambiente, além de atingir economia financeira.

As ações de eficiência energética previstas no Projeto contemplam sistemas de iluminação, aquecimento solar da água de banho, condicionamento ambiental, além da implantação de uma mini central de geração fotovoltaica, com potência instalada de 222,0 kwp. Com isso, pretendemos atingir uma redução de aproximadamente 33,7% do consumo atual da energia elétrica, o equivalente a 661,55 MWh/ano.

7. Alocação de Recursos e áreas especiais da gestão na Comissão de Ética

Desempenho Orçamentário

As atividades e os trabalhos desenvolvidos pela Secep estão de acordo com o Plano Orçamentário 0001 – Disseminação de Conduta Ética no Poder Executivo Federal da Ação 216X – Funcionamento dos Conselhos e Comissões da Presidência da República, cuja descrição é “*Implantação de atividades relacionadas com planejamento estratégico e modelo de gestão da ética pública; melhoria da infraestrutura institucional da Comissão de Ética Pública - CEP; capacitação e treinamento de recursos humanos; realização de estudos e pesquisas sobre os valores éticos da sociedade e aferição do alcance das ações de ética; aperfeiçoamento e consolidação do marco regulatório; produção e edição de publicações; implantação de ações de divulgação, participação e prestação de contas à sociedade e às demais instituições envolvidas: alta administração federal, membros das comissões de ética previstas nos Decreto 1.171/1994 e 6.029/2007, agentes públicos, pessoas físicas ou jurídicas que se relacionam com entidades e órgãos da administração pública e a sociedade brasileira; atividades de supervisão e avaliação do Sistema de Gestão da ética do Poder Executivo Federal; gastos administrativos referentes às demandas da CEP.* A referida ação visa estabelecer as condições básicas para maior efetividade do padrão ético nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; aprimorar a gestão da ética nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; disseminar normas e valores éticos entre os gestores públicos, orientar sua aplicação, monitorar, coordenar, supervisionar e avaliar seu cumprimento, bem como apurar eventuais transgressões; constituir um centro de custos administrativos que atenda as diversas demandas da Comissão de Ética Pública.”

A dotação orçamentária para o ano de 2018 teve um valor inicial de R\$ 555.032,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil reais). O orçamento destinava-se à realização de todas as atividades previstas no plano de trabalho da Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública.

Fatores Intervenientes no desempenho Orçamentário

Em 2018, da dotação orçamentária inicial de R\$ 555 mil reais, a Secep executou o valor de R\$ 273.133,73 (duzentos e setenta e três mil, cento e trinta e três reais e setenta e três centavos). O quadro abaixo apresenta as principais atividades realizadas e o custo aproximado:

Tabela 45 - Principais atividades realizadas

Atividade realizada	Custo aproximado
TED Enap – Curso de Gestão e Apuração da Ética Pública, presencial.	31.320,00
Palestras realizadas	11.000,00
Diárias e passagens	140.000,00
Encontros Regionais	24.000,00
Seminário	64.000,00

É importante ressaltar que não foi possível realizar todas as atividades planejadas para o ano, o que explica a execução de apenas 49% do orçamento previsto.

Execução descentralizada com transferência de recursos

No ano de 2018 foi celebrado um instrumento de cooperação para desenvolvimento de programas de capacitação no âmbito da ética pública com a Escola Nacional de Administração Pública, para promoção do curso “Introdução à Gestão e Apuração da Ética Pública”, voltado, principalmente, aos membros de comissões de ética e autoridades públicas.

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Tabela 46 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

	Unidade concedente ou contratante						
	Comissão de Ética Pública - CEP						
	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)			
	2018	2017	2016	2018	2017	2016	
Termo de Execução Descentralizada	1	2	1	31.320,00	114.027,40	123.023,44	
Totais	1	2	1	31.320,00	114.027,40	123.023,44	

Tabela 47 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres

Exercício da Prestação das Contas	Unidade Concedente						
	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
				Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada	
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade		-	-	-	-
		Montante Repassado		-	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		-	-	-	1
		Montante Repassado		-	-	-	31.320,00
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		-	-	-	-
		Montante Repassado		-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Informações sobre a execução das despesas

Inicialmente, registra-se que ao longo de 2018 foram montadas 6 turmas do Curso de Gestão e Apuração da Ética Pública, na modalidade presencial, atingindo um público de 360 agentes públicos. O curso foi custeado por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED) CEP nº 01/2018, no valor de R\$ 31.320,00 (trinta e um mil, trezentos e vinte reais), firmado com a Enap em março de 2018.

É importante informar, também, que em 2018 foi gasto um total de R\$ 140.371, 01 (cento e quarenta mil, trezentos e setenta e um reais e um centavo) com diárias e passagens. Desse montante, R\$ 67.903,19 (sessenta e sete mil, novecentos e três reais e dezenove centavos) foram destinados ao pagamento de passagens e diárias dos conselheiros para participar das reuniões ordinárias mensais da CEP. Houve, ainda, passagens e diárias para a participação de um conselheiro em evento internacional promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no total de R\$16.090,08 (dezesseis mil, noventa reais e oito centavos). O restante do valor foi investido em diárias e passagens de palestrantes da CEP e da Secep para promoção de palestras em vários pontos do território nacional, além do deslocamento de servidores e colaboradores da Secep para realização de visitas técnicas de monitoramento do Sistema de Gestão da Ética e cursos e eventos promovidos pela Comissão, em outras unidades da federação.

Nesse sentido, foram realizadas duas edições do Encontro Regional do Sistema de Gestão da Ética: uma no Rio de Janeiro, com 124 participantes, e outra em Recife, com 75 participantes. Os eventos foram promovidos por meio do contrato nº 43/2016 da Presidência da República, firmado com a empresa UNA Marketing de Eventos Ltda, processo nº 00140.000502/2015-21, com custo de R\$ 24.177,42 (vinte e quatro mil, cento e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos).

Foi realizado, também, o Seminário Internacional Ética na Gestão para os integrantes de Comissões de Ética e agentes públicos com responsabilidades pela gestão da ética nas entidades e órgãos do Poder Executivo

Federal, com custo de R\$ 64.370,70 (sessenta e quatro mil, trezentos e setenta reais e setenta centavos). O evento é realizado anualmente, em obediência ao art. 9º, Parágrafo Único, do Decreto 6.029/2007 e conta com a participação de agentes públicos de outros poderes, especialistas nacionais e estrangeiros, além de representantes da sociedade civil e do setor privado.

Houve, ainda, a contratação da palestra “Ética Digital”, com a palestrante Patrícia Peck dirigida a um público de 142 pessoas, no qual foram gastos R\$11.000,00 (onze mil reais).

Por fim, o restante das despesas refere-se a outras atividades e serviços demandados pela CEP, a exemplo de serviços gráficos de publicações dessa Comissão.



8. Demonstrações Contábeis

A Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos (CGCONT) foi criada pelo Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, que definiu a composição da Secretaria-Geral (recriada pela Medida Provisória nº 768-2017). Esta coordenação compõe estrutura da Secretaria de Administração da Secretaria-Executiva da Secretaria Geral da Presidência, que exerce a função de órgão setorial dos Sistemas de Contabilidade Federal e de Custos do Governo Federal.

Criada a partir da antiga Coordenação de Auditoria e Contabilidade da Secretaria de Governo, foi concebida para atender as necessidades de segregação de funções e para dar maior autonomia no desempenho de suas funções estabelecidas no art. 29 da Portaria SGPR nº 7/2018 (Aprova o Regimento Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República).

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela CGCONT, de acordo com as normas vigentes e procedimentos estabelecidos no Manual Siafi, visando assegurar as características qualitativas das informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), tais como a relevância, a fidedignidade e a comparabilidade.

As Demonstrações Contábeis a seguir apresentadas são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Variações Patrimoniais, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro e a Demonstração de Fluxo de Caixa; e foram elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), o Manual Siafi e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 7^a e 8^a Edição (MCASP).

O escopo desta declaração considera as Demonstrações Contábeis ora apresentadas que se limitam à execução da Presidência da República como Órgão não superior, considerando apenas Administração Direta, que compreende unidades da Casa Civil (exceto Imprensa Nacional), da Secretaria de Governo, da Secretaria-Geral e do Gabinete de Segurança Institucional.

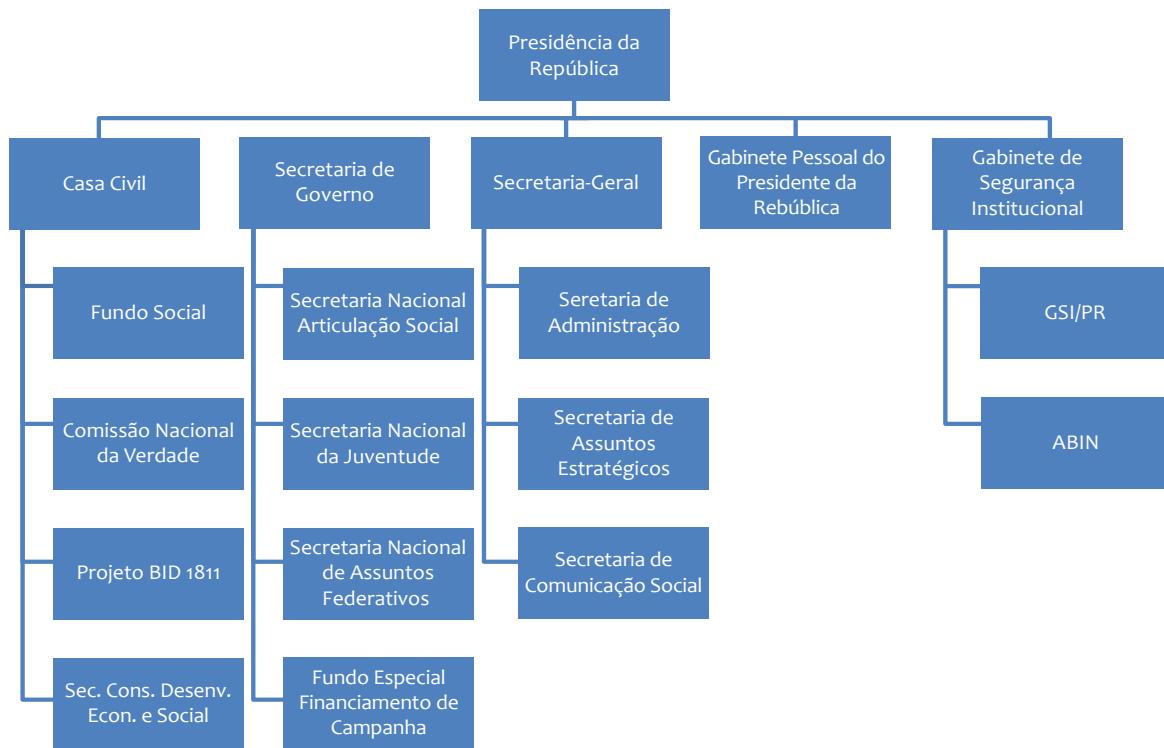
Tais demonstrações foram elaboradas de forma unificada por não ser possível fazê-las de forma individualizada para cada Unidade Prestadora de Contas (UPC), pois, devido à complexidade da estrutura da Presidência, as informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais são transversais não ocorrendo de forma segregada por UPC.

No exercício de 2018, foram decretadas Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 9.288/2018) e Intervenção Federal no Estado de Roraima (Decreto nº 9.288/2018), ambas até 31 de dezembro de 2018 e subordinadas ao Presidente da República, integrando, portanto, a estrutura da Presidência da República – Administração Direta (PR).

Considerando a finalidade das demonstrações contábeis de proporcionar informação que seja útil para avaliação e tomada de decisões sobre a alocação de recurso, conforme disposto na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; buscando manter as características qualitativas da informação contábil, sobretudo quanto à relevância e à comparabilidade, exigidas pela NBC TSP Estrutura Conceitual; optou-se por excluir das demonstrações contábeis as informações da execução das unidades Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e Intervenção Federal no Estado de Roraima, por estas unidades terem sido criadas em caráter temporário e não atenderem ao princípio da continuidade.

Cabe ressaltar, que as informações relevantes acerca destas unidades serão divulgadas no item 11 das Notas Explicativas.

Figura 16 - Estrutura Organizacional das Unidades Abrangidas nas Demonstrações Contábeis



Ações de Melhorias

Em 2018, a Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos (CGCONT) completou um ano de criação e se dedicou a consolidar a estrutura e avançar na temática de custos.

Nas questões contábeis, além de estreitar o relacionamento com as unidades executoras da Presidência, foram feitas alterações no processo de análise da conformidade contábil para melhorar a mensuração do impacto de possíveis inconformidades e dar mais clareza de quais dispositivos legais estão sendo infringidos. Tais ações buscam aumentar a fidedignidade e confiabilidade das informações contábeis refletidas nos Siafi.

Além disso, para dar transparência e credibilidade à sua Prestação de Contas, principalmente quanto às gestões orçamentária, financeira e patrimonial, em abril de 2018, foram publicadas no site da Secretaria-Geral, pela primeira vez, as Demonstrações Contábeis da Presidência da República como Órgão não superior (considerando apenas Administração Direta), referentes ao exercício de 2017.

Quanto à temática de custos, foi criado o Comitê de Gestão da Mensuração de Custos no âmbito da Presidência da República (Portaria SGPR nº 70, de 13 de junho de 2018) com a competência de elaborar as diretrizes e a metodologia relativas à mensuração dos custos no âmbito da Presidência da República. Também foi feito o Projeto Piloto mensuração de Custos, ficando definida a metodologia para apuração para os primeiros centros de custos.



Declaração da Contadora

Considerando os aspectos supracitados, **DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis** (Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas), regidas pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), **relativas ao exercício de 2018, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Presidência da República.**

Brasília, 31 de janeiro de 2019.

Cleomara Strzelecki
CRC ° 061863/O-o
Contadora Geral da Presidência da República

Balanço Patrimonial

Tabela 48 - Balanço Patrimonial

Ativo	NE	2018	2017	Em Mil
Ativo Circulante		23.832.840	13.794.246	
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	23.823.347	13.784.177	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		5.368	7.120	
Estoques		4.125	2.949	
Ativo Não Circulante		597.245	530.595	
Ativo Realizável a Longo Prazo		7	7	
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		7	7	
Imobilizado	02	586.032	524.981	
Bens Móveis		124.738	139.745	
Bens Imóveis		461.294	385.236	
Intangível	03	11.206	5.607	
Softwares		11.206	4.553	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	1.055	
Total do Ativo		24.430.085	14.324.842	
Passivo e Patrimônio Líquido	NE	2018	2017	
Passivo Circulante		63.083	41.077	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo	04	54.840	38.755	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		949	1.048	
Demais Obrigações a Curto Prazo	05	7.294	1.274	
Total do Passivo		63.083	41.077	
Patrimônio Líquido		24.367.002	14.283.765	
Resultados Acumulados		24.367.002	14.283.765	
Resultado do Exercício	06	10.084.197	5.405.045	
Resultados de Exercícios Anteriores		14.283.765	8.936.379	
Ajustes de Exercícios Anteriores		(960)	(57.659)	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		24.430.085	14.324.842	

Fonte: Siafi

Tabela 49 - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei n. 4.320/1964)

Ativo			Em Mil
Especificação	2018	2017	
Ativo Financeiro	23.823.356	13.784.177	
Ativo Permanente	606.729	540.664	
Saldo Patrimonial	23.997.800	13.837.169	

Passivo			Em Mil
Especificação	2018	2017	
Passivo Financeiro	422.137	456.437	
Passivo Financeiro	10.149	31.236	

Fonte: Siafi

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Tabela 50 - Quadro das Contas de Compensação (Lei n. 4.320/1964)

Especificação	2018	2017	Em Mil
Atos Potenciais Ativos	37.217	40.797	
Execução dos Atos Potenciais Ativos	37.217	40.797	
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	32.365	16.110	
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	4.852	22.251	
Direitos Contratuais a Executar	-	2.435	
Atos Potenciais Passivos	537.735	1.300.776	
Execução dos Atos Potenciais Passivos	537.735	1.300.776	
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	49.130	47.294	
Obrigações Contratuais a Executar	488.605	1.253.482	

Fonte: Siafi

Tabela 51 - Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (Lei n. 4.320/1964)

Destinação de recursos	Superávit/Déficit Financeiro	Em Mil
Recursos Ordinários	-312.631	
Recursos Vinculados	23.713.850	
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-1.335	
Operação de Crédito	-1.431	
Recursos de Receitas Financeiras	314	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos, Programas e Fundos	23.716.303	
Total	23.401.219	

Fonte: Siafi.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Tabela 52 - Variações Patrimoniais

Especificação	NE	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas		33.500.236	16.308.811
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.147.293	17.591
Venda de Produtos		1.133.571	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		13.721	17.591
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.601.101	1.087.673
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.601.100	1.087.633
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0	40
Transferências e Delegações Recebidas	07	29.024.228	15.144.824
Transferências Intragovernamentais		28.901.835	15.091.023
Outras Transferências e Delegações Recebidas		122.392	53.801
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos		1.705.710	50.845
Reavaliação de Ativos		1.686.599	29.334
Ganhos com Alienação e Incorporação de Ativos		19.090	21.122
Ganhos com Desincorporação de Passivos		21	389
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		21.904	7.878
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		17.647	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		4.257	7.878
Variações Patrimoniais Diminutivas		23.416.038	10.903.766
Pessoal e Encargos		550.459	530.655
Remuneração a Pessoal		355.974	352.833
Encargos Patronais		59.543	59.970
Benefícios a Pessoal		27.137	27.281
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos.		107.805	90.572
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		239.184	240.864
Aposentadorias e Reformas		207.787	208.112
Pensões		31.211	32.439
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		187	313
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		617.347	489.507
Uso de Material de Consumo		11.238	9.673
Serviços		585.689	461.193
Depreciação, Amortização e Exaustão		20.420	18.641
Transferências e Delegações Concedidas	07	20.275.765	9.589.756
Transferências Intragovernamentais		20.235.602	9.560.167
Transferências Intergovernamentais		1.698	9.501
Transferências ao Exterior		327	1.753
Outras Transferências e Delegações Concedidas		38.138	18.335
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		1.727.739	48.663
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas		1.705.914	23.228
Perdas com Alienação		178	174
Perdas Involuntárias		2.859	1.339
Incorporação de Passivos		638	1.570
Desincorporação de Ativos		18.151	22.351
Tributárias		286	197
Impostos, Taxas e Contribuições		286	197
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		5.258	4.124
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		5.258	4.124
Resultado Patrimonial do Período	06	10.084.197	5.405.045

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário

Tabela 53 - Receitas orçamentárias

	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes	08	6.667.398	6.667.398	2.747.772	-3.919.625
Receita Patrimonial		6.390.823	6.390.823	1.601.100	-4.789.722
Valores Mobiliários		563.157	563.157	1.601.100	1.037.943
Exploração de Recursos Naturais		5.827.665	5.827.665	-	-5.827.665
Receita Industrial		253.355	253.355	1.133.571	880.216
Receitas de Serviços		23.220	23.220	13.100	-10.120
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		23.220	23.220	13.100	-10.120
Receitas De Capital		173	173	202	30
Alienação de Bens		173	173	202	30
Alienação de Bens Móveis		173	173	202	30
Total das Receitas (I)		6.667.570	6.667.570	2.747.974	-3.919.596

Fonte: Siafi.

Tabela 54 - Despesas orçamentárias

	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)	Em Mil
Despesas Correntes	09	2.908.425	3.526.678	1.330.695	1.091.706	1.041.424	2.195.983	
Pessoal e Encargos Sociais		763.850	786.276	768.146	750.235	702.540	18.130	
Outras Despesas Correntes		2.144.575	2.740.403	562.549	341.472	338.883	2.177.853	
Despesas de Capital	09	6.669.318	7.696.077	46.170	14.040	14.038	7.649.907	
Investimentos		25.640	1.052.399	46.170	14.040	14.038	1.006.230	
Inversões Financeiras		6.643.678	6.643.678	-	-	-	6.643.678	
Total das Despesas (II)		9.577.743	11.222.755	1.376.865	1.105.746	1.055.462	9.845.890	
Resultado Orçamentário (III = I - II)		SUPERÁVIT		1.371.109	-	-	-1.371.109	
Total		9.577.743	11.222.755	2.747.974	1.105.746	1.055.462	8.474.781	

Fonte: Siafi

Tabela 55 - Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

Despesas Orçamentárias	NE	Em Exercícios Anteriores	Inscritos		Cancelados	Saldo	Em Mil
			Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados			
Despesas Correntes		65.991	366.367	304.189	304.189	30.986	97.184
Pessoal e Encargos Sociais		19.833	30.862	13.103	13.103	19.833	17.760
Outras Despesas Correntes		46.158	335.505	291.086	291.086	11.153	79.425
Despesas de Capital		734	13.503	12.736	12.736	602	899
Investimentos		734	13.503	12.736	12.736	602	899
Total	10	66.725	379.870	316.924	316.924	31.588	98.083

Fonte: Siafi 2018.

Tabela 56 - Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Despesas Orçamentárias	NE	Em Exercícios Anteriores	Inscritos		Cancelados	Saldo	Em Mil
			Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos			
Despesas Correntes		719	8.763	7.257	-	2.224	-
Pessoal e Encargos Sociais		123	6.984	6.461	-	647	-
Outras Despesas Correntes		595	1.778	796	-	1.578	-
Total	10	719	8.763	7.257	-	2.224	-

Fonte: Siafi

Balanço Financeiro

Tabela 57 - Balanço Financeiro

Especificação	NE	2018	2017	Em Mil
Ingressos		31.985.310	16.543.231	
Receitas Orçamentárias		2.747.974	1.111.463	
Ordinárias		-	6.251	
Vinculadas		2.747.974	1.105.212	
Educação		-	509	
Alienação de Bens e Direitos		1.736	112	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		2.180.986	1.104.854	
Outros Recursos Vinculados a Fundos		566.786	-	
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-1.534	-263	
Transferências Financeiras Recebidas	07	28.901.662	15.025.465	
Resultantes da Execução Orçamentária		27.742.723	14.114.958	
Independentes da Execução Orçamentária		1.158.940	910.507	
Recebimentos Extraorçamentários		335.673	406.302	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		50.285	7.863	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		271.119	379.870	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		9.520	586	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		4.750	17.984	
Saldo do Exercício Anterior		13.784.177	8.418.030	
Caixa e Equivalentes de Caixa		13.784.177	8.418.030	
Total (Ingressos + Saldo Exerc. Anterior)		45.769.487	24.961.261	

Dispêndios		21.946.140	11.177.084
Despesas Orçamentárias		1.376.865	1.500.680
Ordinárias		1.232.494	1.263.936
Vinculadas		144.372	236.745
Seguridade Social (Exceto RGPS)		121.963	200.796
Operação de Crédito		3.570	24.900
Alienação de Bens e Direitos		173	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		18.667	11.049
Transferências Financeiras Concedidas	07	20.234.273	9.532.714
Resultantes da Execução Orçamentária		18.129.111	8.759.524
Independentes da Execução Orçamentária		2.105.163	773.190
Despesas Extraorçamentárias		335.001	143.689
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		7.257	1.860
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		316.924	122.930
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		9.491	1.095
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.328	17.804
Saldo para o Exercício Seguinte		23.823.347	13.784.177
Caixa e Equivalentes de Caixa		23.823.347	13.784.177
Total (Dispêndios + Saldo Exerc. Seguinte)		45.769.487	24.961.261

Fonte: Siafi 2018.

Resultado Financeiro do Exercício

Tabela 58 - Resultado Financeiro

Especificação	NE	2018	2017	Em Mil
Ingressos		31.985.310	16.543.231	
Dispêndios		21.946.140	11.177.084	
Resultado Financeiro do Exercício		10.039.170	5.366.147	

Fonte: Siafi

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Tabela 59 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Especificação	NE	2018	2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		10.065.406	5.372.563
Ingressos		31.663.675	16.155.363
Receitas Derivadas e Originárias		2.747.772	1.111.351
Receita Industrial		1.133.571	-
Receita de Serviços		13.100	16.997
Remuneração das Disponibilidades		1.601.100	1.087.594
Outras Receitas Derivadas e Originárias		-	6.760
Outros Ingressos das Operações		28.915.903	15.044.011
Ingressos Extraorçamentários		9.520	586
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		21	-
Transferências Financeiras Recebidas		28.901.662	15.025.465
Arrecadação de Outra Unidade		4.699	-
Demais Recebimentos		-	17.960
Desembolsos		-21.598.268	-10.782.800
Pessoal e Demais Despesas		-1.258.556	-1.145.195
Administração		-694.720	-599.136
Segurança Pública		-292.420	-293.839
Previdência Social		-236.746	-240.321
Saúde		-12.235	-1.046
Direitos da Cidadania		-5.629	-350
Urbanismo		-14.122	-
Comércio e serviços		-1.724	-10.465
Demais Despesas		-960	-37
Transferências Concedidas		-94.620	-85.992
Intergovernamentais		-1.698	-379
Intragovernamentais		-92.596	-83.770
Outras Transferências Concedidas		-327	-1.843
Outros Desembolsos das Operações		-20.245.093	-9.551.613
Dispêndios Extraorçamentários		-9.491	-1.095
Transferências Financeiras Concedidas		-20.234.273	-9.532.714
Transferências de Arrecadação para Outra Unidade		-	-17.804
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		-26.237	-6.416
Ingressos		202	112
Alienação de Bens		202	112
Desembolsos		-26.439	-6.528
Aquisição de Ativo Não Circulante		-17.815	-4.171
Outros Desembolsos de Investimentos		-8.624	-2.357
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa		10.039.170	5.366.147
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		13.784.177	8.418.030
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		23.823.347	13.784.177

Fonte: Siafi.

Base de elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCON foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 8ª edição) e o Manual Siafi.

As DCON foram elaboradas a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e tiveram como objeto as informações consolidadas do órgão 20101 – Presidência da República.

Na consolidação das demonstrações contábeis não foram utilizados os critérios de compensações, considerando que no Siafi este mecanismo está disponibilizado apenas no nível do Balanço Geral da União. Entretanto essas demonstrações contábeis consolidadas representam o agregado dos saldos de todas as unidades administrativas, exceto àquelas relativas à Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e à Intervenção Federal no Estado de Roraima.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e,
- VI. Notas Explicativas.

Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, considerando as opções e premissas vigentes nas normas aplicadas à contabilidade do setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

Depósitos Restituíveis - São os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos

fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo seu custo histórico acrescido dos rendimentos do período.

Créditos a curto prazo - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Estoques - Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Ativo realizável a longo prazo - Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Imobilizado - O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível - Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet
- O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acesso, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivos circulantes e não circulantes - As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), o

passivo circulante e não circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Empréstimos e financiamentos - Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

Benefícios a empregados - Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União, relacionados com aposentadoria e assistência médica, são também reconhecidos pelo regime de competência.

Ativos e Passivos Contingentes - Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.

Apuração do Resultado - Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

- **Resultado Patrimonial** na Demonstração das Variações Patrimoniais, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas. Se o resultado for positivo, teremos o Superávit Patrimonial; caso contrário, será Déficit Patrimonial.
- **No Balanço Orçamentário** é apurado o Resultado Orçamentário. O valor da coluna Receitas Realizadas, menos a Despesa Empenhada, se o resultado for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.
- **No Balanço Financeiro** ou na **Demonstração do Fluxo de Caixa** é apurado o Resultado Financeiro, confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa, menos o Saldo Anterior. Se for positivo haverá um Superávit Financeiro; caso contrário, um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este, se superavitário, é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa representa o montante de recursos disponíveis, sem restrições para uso imediato, para aplicação nas operações da Presidência. Do total, 99,6% refere-se aos recursos do Fundo Social.

Tabela 60 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa	2018	2017	AV (%)	Em Mil AH (%)
Fundo Social	23.716.341	13.653.214	99,6%	73,7%
Demais Unidades	107.006	130.963	0,4%	-18,3%
Total	23.823.347	13.784.177		72,8%

Fonte: Siafi

Considerando apenas as demais unidades da PR, não sendo tais unidades arrecadadoras, o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa reflete essencialmente o Limite de Saque da Conta Única do Tesouro (99,7%).

Tabela 61 - Conta contábil

Conta Contábil	2018	2017	AV (%)	Em Mil AH (%)
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	106.695	130.652	99,7%	-18,3%
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS	64.500	130.652	60,5%	-50,6%
Ordem Pagamento - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS	42.195	-	39,5%	
Demais contas - Caixa Econômica Federal	311	311	0,3%	0,0%
Total	107.006	130.963		

Fonte: Siafi

O montante relativo à Ordem de Pagamento - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS referem-se a folha de pagamento de Dezembro/2018 que foi paga em Janeiro/2019. Isso ocorreu devido a problemas técnicos decorrentes da alteração da rotina de pagamento por Ordem Bancárias. Desconsiderado este valor, observa-se a redução de 50,6% no Limite de Saque com Vinculação de Pagamento o que representa maior efetividade na utilização dos recursos.

Nota 02 – Imobilizado

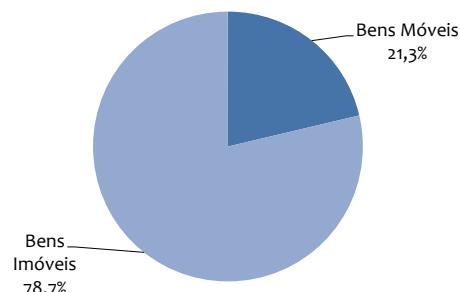
O imobilizado refere-se aos bens tangíveis destinados à manutenção ou exercício da finalidade da Presidência e se divide em bens móveis e bens imóveis.

Os montantes apresentados no balanço patrimonial são valores líquidos, nos quais foi descontada a depreciação acumulada até o encerramento do exercício de 2018.

Bens Móveis

Os bens móveis correspondem a 21,3% do total do ativo imobilizado, sendo que 45,4% se referem a equipamentos e aparelhos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Gráfico 46 - Bens



Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Tabela 62 - Bens móveis

Detalhamento	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação	32.832	29.053	26,3%	13,0%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	23.862	26.390	19,1%	-9,6%
Veículos de Tração Mecânica	17.755	20.071	14,2%	-11,5%
Mobiliário em Geral	13.974	16.884	11,2%	-17,2%
Detalhamento	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	9.154	13.341	7,3%	-31,4%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	7.534	9.860	6,0%	-23,6%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	3.212	3.766	2,6%	-14,7%
Máquinas e Equipamentos Energéticos	2.933	3.678	2,4%	-20,2%
Demais Bens Móveis	13.483	16.703	10,8%	-19,3%
Total	124.738	139.745		

Fonte: Siafi

A variação nas contas de bens móveis se deve: a) ao incremento da infraestrutura de TIC na Presidência e na Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; b) à reavaliação de equipamentos de proteção, segurança e socorro e de áudio, vídeo e foto, conforme orientações da Macrofunção Siafi 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável; c) à transferência do acervo patrimonial das extintas Secretaria de Portos da Presidência da República e Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, cujas competências foram transferidas para o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (Lei nº 13.341/2016) e para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Lei nº 13.502/2017), respectivamente; e, d) à baixa de bens em estado irrecuperável, cuja manutenção é onerosa para a Administração Pública e cuja alienação por meio de doação, em virtude de seu estado físico, foi considerada impossível e inconveniente.

Bens Imóveis

Tabela 63 - Bens imóveis

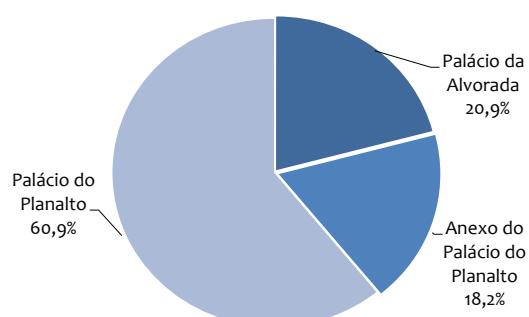
Detalhamento	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Bens Imóveis a Classificar/ a Registrar	116.695	0	25,3%	
Museus/Palácios	110.249	91.159	23,9%	20,9%
Edifícios	99.593	98.788	21,6%	0,8%
Imóveis Residenciais / Comerciais	46.237	48.786	10,0%	-5,2%
Armazéns/Galpões	44.796	84.969	9,7%	-47,3%
Estacionamentos e Garagens	19.508	19.574	4,2%	-0,3%
Complexos/Fábricas/Usinas	16.844	16.716	3,7%	0,8%
Salas	3.178	3.185	0,7%	-0,2%
Instalações	2.531	2.716	0,5%	-6,8%
Obras em Andamento	815	815	0,2%	0,0%
Terrenos/Glebas	744	18.423	0,2%	-96,0%
Estudos e Projetos	166	166	0,0%	0,00%
Total	461.356	385.298		

Fonte: Siafi

O valor da conta Bens Imóveis a Classificar/a Registrar refere-se à obra de reforma do Palácio do Planalto reconhecida em dezembro/2018, mas cujo registro ainda está em processamento.

A conta Museu e Palácios representa o valor do Palácio do Planalto, do Anexo do Palácio do Planalto e do Palácio da Alvorada.

Gráfico 47 - Bens imóveis

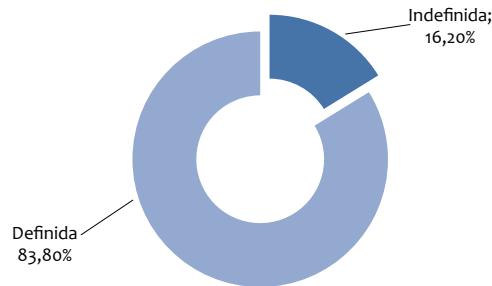


Sendo assim, o montante de imobilizado referente aos palácios corresponde a 49,2% do total de bens imóveis.

O aumento de 20,9% no valor Museus e Palácios se refere à reavaliação do Palácio do Planalto. Já a variação de Terrenos/Glebas se deve à devolução à SPU/GO de um terreno de 5.000 m² localizado na cidade de Goiânia/GO ocorrida em 07/02/2018 pela Abin.

Nota 03 – Intangível

Gráfico 48 - Softwares - Vida útil



O intangível é composto exclusivamente por softwares no encerramento do exercício de 2018. Isso porque o valor de aproximadamente R\$ 1,0 milhão registrado em 2017 na conta Marcas, Direitos e Patentes Industriais referia-se à licenças de uso de softwares e, portanto, foram reclassificadas para a conta Softwares.

Esta conta se divide, em razão da vida útil do bem ou direito, em definida ou indefinida.

Tabela 64 - Softwares - Vida útil

Softwares - Vida Útil	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Definida	21.889	13.218	83,8%	65,6%
Indefinida	4.217	3.058	16,2%	37,9%
Total	26.105	16.277		

Fonte: Siafi

Predominantemente, compõem o patrimônio intangível da PR, softwares de vida útil definida visto que a maior parte se trata de licença de software para utilização por período determinado.

A evolução patrimonial do ativo intangível se deve essencialmente a aquisição de softwares de vida útil definida pela Abin.

Nota 04 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Tabela 65 - Detalhamento

Detalhamento	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Salários, Remunerações e Benefícios	44.602	7.547	81,33%	491,02%
Férias a Pagar	10.121	9.767	18,46%	3,63%
Décimo Terceiro Salário a Pagar	0	21.441	0,00%	-100,00%
Demais Obrigações Trab., Previden. e Assist. a Pagar - CP	117	1	0,21%	13607,56%
Total	54.840	38.755		

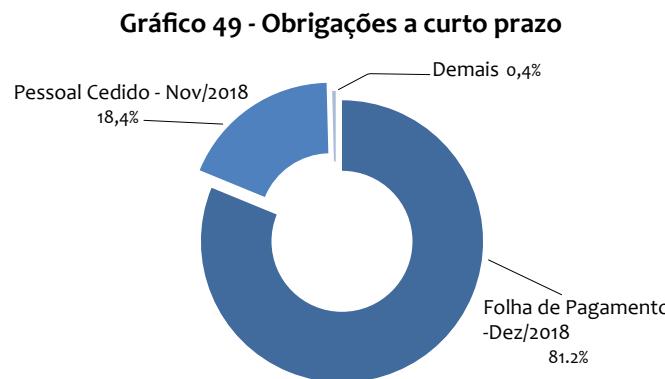
Fonte: Siafi

O aumento de Salários, Remunerações e Benefícios refere-se à folha de pagamento de Dezembro/2018 que foi paga em Janeiro/2019. Já a redução de Décimo Terceiro Salário a Pagar se deve à regularização da conta em atendimento à alteração da Macrofunção Siafi 021142 – Folha de Pagamento em decorrência de recomendação do TCU por meio do Acórdão nº 1322/2018 – TCU – Plenário.

Nota 05 - Demais Obrigações a Curto Prazo

Também neste grupo houve impacto da folha de pagamento de Dezembro/2018 que foi paga em Janeiro/2019, sendo 81,2% da variação do grupo devido a esta operação atípica.

Também atípico foi o ressarcimento de pessoal cedido referente a novembro/2018 que foi pago apenas em janeiro de 2019, gerando um aumento de 18,4% nas Demais Obrigações de Curto Prazo.



Nota 06 – Resultado Patrimonial do Exercício

O resultado patrimonial é o saldo do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) e Variações Patrimoniais Diminutivas (despesas). Em 2018, resultado patrimonial foi superavitário e 86,6% maior que o resultado de 2017.

Tabela 66 - Resultado Patrimonial

	2018	2017	Variação	AH (%)
Resultado Patrimonial	10.084.197	5.405.045	4.679.153	86,6%

Fonte: Siafi

Este aumento se deve às variações ocorridas decorrentes do Fundo Social, posto que desconsiderando o impacto patrimonial do Fundo Social, o Resultado Patrimonial é negativo devido à redução de 78,6% nas Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas não vinculadas ao Fundo.

Tabela 67 - Resultado Patrimonial Detalhado

Resultado Patrimonial	2018	2017	Variação	Em Mil AH (%)
Fundo Social	11.196.699	5.305.676	5.891.022	111,0%
Transf. Finan. referentes a Compensações Finan. pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	7.895.241	4.218.043	3.677.198	87,2%
Transf. Finan. referentes a Remuneração de Depósitos Bancários	566.786	0	566.786	
Receita Industrial	1.133.571	0	1.133.571	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.601.100	1.087.633	513.467	47,2%
Demais Variações Patrimoniais	-1.112.501	99.368	-1.211.869	-1219,6%
Resultado das Demais Transf. e Delegações Recebidas e Concedidas	286.436	1.337.024	-1.050.588	-78,6%
Resultado das Demais Var. Patrim. Aumentativas e Diminutivas	-1.398.937	-1.237.656	-161.281	13,0%
Total	10.084.197	5.405.045	4.679.153	86,6%

Fonte: Siafi

Nota 07 – Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

Principais itens da Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP), as Transferências e Delegações representam 86,6% das Variações Patrimoniais tanto Aumentativas quanto das Variações Patrimoniais Diminutivas.

A categoria mais relevante de Transferências e Delegações é a das Transferências Intragovernamentais. Nela estão compreendidas as transferências recebidas e concedidas para execução orçamentária, bem como as transferências recebidas e concedidas independente da execução orçamentária.

Tanto nas transferências recebidas quanto nas concedidas, predominam aquelas decorrentes da Execução orçamentária.

Gráfico 50 - Transferência e Delegações Recebidas

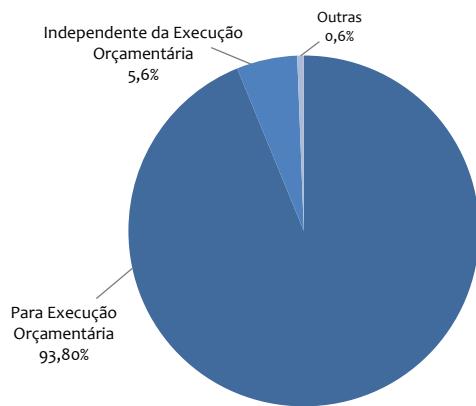
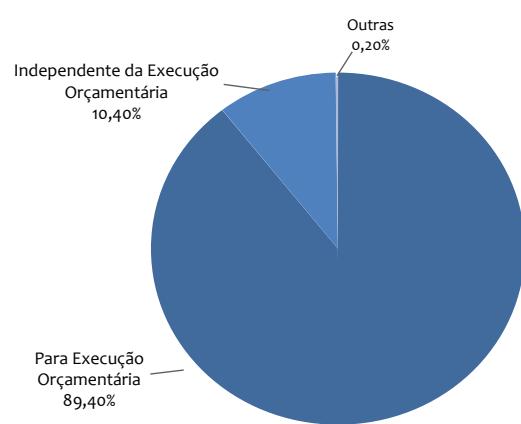


Gráfico 51 - Transferência e Delegações Concedidas



Transferências Intragovernamentais Recebidas

Tabela 68 - Transferências Intragovernamentais Recebidas

Transferências Financeiras Recebidas	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Transf. Finan. Recebidas para Execução Orçamentária	27.742.723	14.114.958	96,0%	96,5%
Transf. Finan. Recebidas Recebidas do Tesouro Nacional (Cota)	15.016.992	8.477.832	52,0%	77,1%
Transf. Finan. Recebidas de Outros Órgãos (Repasso)	33.442	10.695	0,1%	212,7%
Transf. Finan. Recebidas de unidades da PR (Sub-Repasso)	11.933.059	5.620.316	41,3%	112,3%
Devolução de Repasse e Sub-Repasso Não Utilizado	759.229	6.115	2,6%	12315,7%
Transf. Finan. Recebidas Independente da Execução Orçamentária	1.159.113	976.064	4,0%	18,8%
Transf. Finan. Recebidas para Pagamento de RP	1.148.641	900.872	4,0%	27,5%
Demais Transferências Finan. Recebidas	1.151	6.438	0,0%	-82,1%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	9.147	3.198	0,0%	186,1%
Movimentações de Variação Patrimoniais Aumentativa	173	65.557	0,0%	-99,7%
Total	28.901.835	15.091.023		91,5%

Fonte: Siafi

Cabe ressaltar que, como a Presidência é órgão setorial das unidades Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e Intervenção Federal no Estado de Roraima, as transferências destinadas à execução destas unidades compõem as Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro Nacional.

Sendo assim, o aumento das Transferências Recebidas para Execução Orçamentária acompanha o aumento de dotação orçamentária para o exercício de 2018.

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Transferências Intragovernamentais Concedidas

Tabela 69 - Transferências Intragovernamentais Concedidas

Transferências Financeiras Concedidas	2018	2017	AV (%)	Em Mil AH (%)
Transf. Finan. Concedidas para Execução Orçamentária	18.129.111	8.759.524	89,6%	107,0%
Transf. Finan. Concedidas para Outros Órgãos (Repasso)	4.676.653	3.133.199	23,1%	49,3%
Transf. Finan. Concedidas para unidades da PR (Sub-Repasso)	12.657.114	5.620.316	62,5%	125,2%
Cota e Sub-Repasso Devolvido	795.344	6.009	3,9%	13135,0%
Transf. Finan. Conced. Independente da Execução Orçamentária	2.106.491	800.642	10,4%	163,1%
Transf. Finan. Concedidas para Pagamento de RP	963.171	713.376	4,8%	35,0%
Demais Transferências Finan. Concedidas	2.946	6.016	0,0%	-51,0%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	1.139.046	53.797	5,6%	2017,3%
Movimentações de Variação Patrimoniais Diminutivas *	1.328	27.453	0,0%	-95,2%
Total	20.235.602	9.560.167		111,7%

*Não tem impacto no Balanço Financeiro

Fonte: Siafi

As Transferências Concedidas para Execução Orçamentária representam 89,6% das Transferências Intragovernamentais Concedidas, sendo 62,5% referentes a Sub-Repasso.

No exercício de 2018, além do aumento de 100,6% no valor do Sub-Repasso relativo ao Fundo Social, também impactaram as Transferências Financeiras Concedidas para unidades da PR (Sub-Repasso), aquelas destinadas ao Fundo de Financiamento de Campanha, à Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e à Intervenção Federal no Estado de Roraima.

Tabela 70 - Detalhamento

Detalhamento	2018	2017	Variação (R\$)	Em Mil AH (%)
Fundo Social	8.462.027	4.218.043	4.243.983	100,6%
Fundo de Financiamento de Campanha	1.716.209		1.716.209	
Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro	724.377		724.377	
Intervenção Federal no Estado de Roraima	225.710		225.710	
Total	11.128.323	4.218.043	6.910.279	163,8%

Fonte: Siafi

Nota 08 – Receitas Correntes

O Balanço Orçamentário apresentou insuficiência de arrecadação devido à frustração de arrecadação da Receita Patrimonial de Exploração de Recursos Naturais, que representa 87,4% do total da Previsão de Receita.

Esta é proveniente de *royalties* em função da produção de petróleo e destinada à constituição do Fundo Social – FS, conforme previsto no art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Tal frustração da receita apresentada no Balanço Orçamentário se dá porque o órgão arrecadador é o Ministério da Fazenda, não ficando registrado como Receita Realizada na Setorial Orçamentária da Presidência.

Também constitui o Fundo Social – FS a Receita Patrimonial de Valores Mobiliários à remuneração dos depósitos bancários do Fundo e a Receita Industrial advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme previsto no art. 46 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

No caso da Receita Patrimonial de Valores Mobiliários e da Receita Industrial, embora os recursos sejam arrecadados diretamente no Fundo Social, a receita realizada fica registrada no Balanço Orçamentário da Presidência, por ser a setorial orçamentário do Fundo Social.

Tabela 71 - Receita Realizada

Receita Realizada	2018	2017	AV (%)	Em Mil AH (%)
Receita Patrimonial	1.601.100	1.088.188	58,3%	47,1%
Receita Industrial	1.133.571	0	41,3%	
Receita de Serviços	13.100	16.997	0,5%	-22,9%
Outras Receitas Correntes	0	6.167	0,0%	-100,0%
Total	2.747.772	1.111.351	100,0%	147,2%

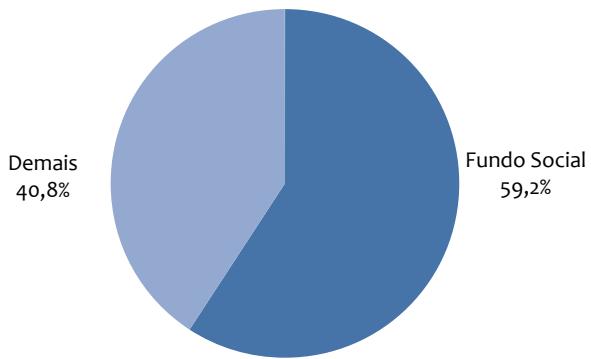
Fonte: Siafi

Em relação à Receita Realizada, houve ampliação de 147,2% devido ao aumento da Receita Patrimonial e da Receita Industrial. A Receita Patrimonial realizada na Presidência advém apenas de Valores Mobiliários relativos à remuneração dos depósitos bancários do Fundo Social. Sendo assim, a aumento da remuneração acompanha o aumento do montante aplicado.

Quanto a Outras Receitas Correntes a redução se deu por se tratar de receitas esporádicas e não previstas tais como Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais; e, Indenizações, Restituições e Ressarcimentos.

Nota 09 – Despesas Orçamentárias

Gráfico 52 - Despesas orçamentárias



O Fundo Social representa 59,2% da dotação atualizada, no entanto, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que criou o Fundo, em seu art. 52 determinou que a “política de investimentos do FS será definida pelo Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social – CGFFS”.

A Lei ainda estabelece, no §1º do art. 52, que a composição e funcionamento do CGFFS serão estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Até o momento, o Fundo Social não foi regulamentado e o Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social – CGFFS não foi constituído, impossibilitando, assim, a utilização dos recursos em suas finalidades e objetivos.

Tabela 72 - Dotação atualizada

Dotação Atualizada	Total	Fundo Social	Demais	Em Mil
Despesas Correntes	3.526.678	500	3.526.178	
Pessoal e Encargos Sociais	786.276		786.276	
Outras Despesas Correntes	2.740.403	500	2.739.903	
Despesas de Capital	7.696.077	6.643.678	1.052.399	
Investimentos	1.052.399		1.052.399	
Inversões Financeiras	6.643.678	6.643.678	0	
	11.222.755	6.644.178	4.578.578	

Fonte: Siafi

Desconsiderando a dotação a relativa ao Fundo Social, tem-se uma redução de cerca de R\$ 6,6 milhões no valor da dotação atualizada.

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Considerando o valor de Dotação Atualizada sem o Fundo Social, o Balanço Orçamentário apresentou economia na execução da despesa, posto que apenas 30,1% aparecem como empenhado.

No entanto o baixo nível de execução se dá porque o balanço considera apenas a despesa empenhada diretamente na PR, desconsiderando a execução descentralizada do orçamento.

Gráfico 53 - Dotação

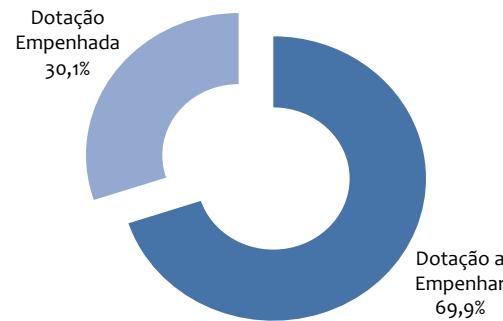
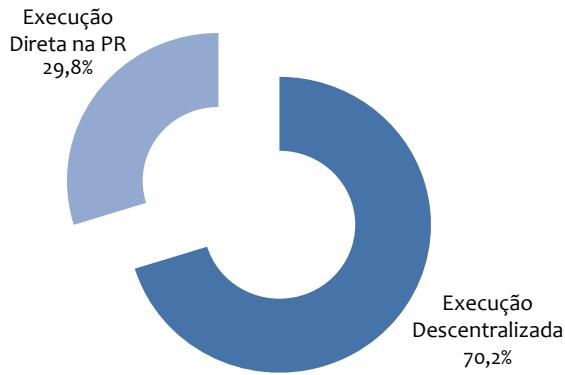


Gráfico 54 - Execução



No exercício de 2018, 70,2% da execução orçamentário ocorreu de forma descentralizada, na qual o crédito orçamentário e o recurso financeiro são transferidos para outro unidade ou ente da Administração Pública executar.

Considerando a execução direta e descentralizada, diminui consideravelmente a economia na execução orçamentária, que passa de 30,1% para 98,3%.

Da despesa executada diretamente na PR, 96,6% refere-se a Despesas Correntes, sendo 55,8% Pessoal e Encargos e 40,8% Outras Despesas Correntes.

Tabela 73 - Despesa empenhada

Despesa Empenhada	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Despesas Correntes	1.330.056	1.486.402	96,6%	-10,5%
Pessoal e Encargos Sociais	768.146	747.025	55,8%	2,8%
Outras Despesas Correntes	561.910	739.376	40,8%	-24,0%
Despesas de Capital	46.170	14.279	3,4%	223,3%
Investimentos	46.170	14.279	3,4%	223,3%
Total	1.376.226	1.500.680		-8,3%

Fonte: Siafi

Das despesas de Pessoal e Encargos Sociais, 59,5% se refere ao pagamento de Pessoal Ativo, sendo 45,2 de Vencimentos e Vantagens Fixas e 14,3% de Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado.

Tabela 74 - Pessoal e Encargos Sociais

Pessoal e Encargos Sociais	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Vencimentos e Vantagens Fixas	347.092	338.377	45,2%	2,6%
Aposentadorias e Pensões	248.626	240.271	32,4%	3,5%
Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	109.873	106.115	14,3%	3,5%
Demais Despesas	62.555	62.263	8,1%	0,5%
Total	768.146	747.025		2,8%

Fonte: Siafi

Dos R\$ 562,5 milhões de Outras Despesas Correntes, R\$ 400,7 milhões (71,3%) referem-se a Serviços de Terceiros prestados por Pessoa Jurídica, sendo 40,6% de Serviços de Publicidade Institucional e 13,6% de Serviços de Publicidade de Utilidade Pública.

Tabela 75 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2018	2017	AV (%)	Em Mil AH (%)
Serviços de Publicidade Institucional	162.801	330.713	40,6%	-50,8%
Serviços de Publicidade de Utilidade Pública	54.592	48.933	13,6%	11,6%
Serviços de Comunicação em Geral	47.865	45.583	11,9%	5,0%
Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	33.047	44.100	8,2%	-25,1%
Limpeza e Conservação	17.584	20.599	4,4%	-14,6%
Serviços de Energia Elétrica	9.975	10.062	2,5%	-0,9%
Serviço de Seleção e Treinamento	9.923	5.160	2,5%	92,3%
Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	64.925	106.054	16,2%	-38,8%
Total	400.713	611.205		-34,4%

Fonte: Siafi

O aumento dos investimentos se deve predominante à aquisição de Equipamentos e Material Permanente cujo valor representa 70,1% do total de investimentos.

Tabela 76 - Equipamentos e Material Permanente

Equipamentos e Material Permanente	2018	2017	AV (%)	Em Mil AH (%)
Equipamentos de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC	22.758	4.271	70,3%	432,8%
Mobiliário em Geral	4.321	519	13,4%	732,4%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	1.708	192	5,3%	789,2%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	1.365	5	4,2%	30079,1%
Demais Equipamentos e Material Permanente	2.216	3.004	6,8%	-26,2%
Total	32.368	7.991		305,1%

Fonte: Siafi

Nota 10 – Restos a Pagar

Em relação aos Restos a Pagar, o montante reduziu 78,0%, sendo que cerca de 98,0% do saldo de Restos a Pagar refere-se a Restos a Pagar Não Processados.

Tabela 77 - Restos a Pagar

Restos a Pagar	Inscritos	Saldo Final	AV (%)	Em Mil AH (%)
Não Processados	446.596	98.083	97,8%	-78,0%
Processados	9.481	2.224	2,2%	-76,5%
Total	456.077	100.307		-78,0%

Fonte: Siafi

Nota 11 – Outros Itens Relevantes

Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro

A Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018) teve como objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública e teve vigência de 16 de fevereiro a 31 de dezembro de 2018.

A operacionalização da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro foi realizada por meio da Ação ooQS - Ações decorrentes da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro na Área de Segurança

Pública (Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018) e terá seus impactos detalhados em Demonstrações Contábeis próprias para atender Decisão Normativa-TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018.

Intervenção Federal no Estado de Roraima

A Intervenção Federal no Estado de Roraima (Decreto nº 9.602, de 8 de dezembro de 2018) teve como objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública e teve vigência de 12 a 31 de dezembro de 2018.

A operacionalização da Intervenção Federal no Estado de Roraima foi realizada por meio da Ação ooRG - Transferência de Recursos ao Estado de Roraima para Ações Decorrentes da Intervenção Federal (Decreto nº 9.602, de 08 de dezembro de 2018), cuja dotação é R\$ 225,7 Milhões. Este valor foi integralmente recebido por Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro Nacional (Cota) e transferidos para o estado de Roraima por Transferência Intergovernamental.

9. Demonstrações Contábeis da Imprensa Nacional

Balanço Patrimonial

Tabela 78 - Balanço Patrimonial

Ativo	NE	2018	2017	Em Mil
Ativo Circulante		2.098.770.967	1.986.974.534	
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.806.746.359	1.691.709.670	
Créditos a Curto Prazo		286.058.410	286.058.410	
Clientes		286.058.410	286.058.410	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		2.155.207	5.592.799	
Estoques		3.810.991	3.613.655	
Ativo Não Circulante		21.964.478	55.615.153	
Imobilizado	01	14.529.950	50.628.025	
Bens Móveis		14.529.950	16.336.950	
Bens Móveis		26.353.304	25.771.778	
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-11.823.353	-9.434.828	
Bens Imóveis		-	34.291.075	
Bens Imóveis		-	37.703.974	
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-	-3.412.899	
Intangível	02	7.434.528	4.987.128	
Softwares		7.434.528	4.987.128	
Softwares		7.434.528	4.987.128	
Total do Ativo		2.120.735.446	2.042.589.687	

Passivo e Patrimônio Líquido	NE	2018	2017
Passivo Circulante		1.972.728	8.913.651
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		1.525.980	8.906.962
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		92.575	4.384
Demais Obrigações a Curto Prazo		354.173	2.305
Total Passivo		1.972.728	8.913.651

Patrimônio Líquido		2.118.762.718	2.033.676.036
Resultados Acumulados		2.118.762.718	2.033.676.036
Resultado do Exercício		81.592.740	125.788.383
Resultados de Exercícios Anteriores		2.033.676.036	1.908.644.451
Ajustes de Exercícios Anteriores		3.493.943	-756.799
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.120.735.446	2.042.589.687

Fonte: Siafi

Tabela 79 - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei n. 4.320/1964)

ATIVO			Em Mil
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	
ATIVO FINANCEIRO	1.806.746.359	1.691.709.670	
ATIVO PERMANENTE	313.989.086	350.880.016	

PASSIVO			Em Mil
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	
PASSIVO FINANCEIRO	28.190.507	19.872.690	
PASSIVO PERMANENTE	11.901	8.906.962	
SALDO PATRIMONIAL	2.092.533.038	2.013.810.034	

Fonte: Siafi

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Tabela 80 - Quadro das Contas de Compensação (Lei n. 4.320/1964)

		Em Mil	
ATIVO	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
	Execução dos Atos Potenciais Ativos	203.072.198	196.348.088
	Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	14.149.382	13.381.040
	Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	14.341.253	15.355.942
	Direitos Contratuais a Executar	174.581.563	167.611.107
TOTAL		203.072.198	196.348.088
PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2018	2017
	Execução dos Atos Potenciais Passivos	62.701.658	42.480.266
	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	284.251	130.829
	Obrigações Contratuais a Executar	62.417.407	42.349.436
TOTAL		62.701.658	42.480.266

Fonte: Siafi

Tabela 81 - Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (Lei n. 4.320/1964)

		Em Mil
Destinação de recursos		Superávit/Déficit Financeiro
Recursos Ordinários		-4.603.722
Recursos Vinculados		1.783.159.574
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-32.648
Previdência Social (RPPS)		2.356.935
Recursos de Receitas Financeiras		48.678
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		1.780.786.610
TOTAL		1.778.555.853

Fonte: Siafi

Demonstração das Variações Patrimoniais

Tabela 82 - Variações Patrimoniais

Descrição	NE	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas	04	662.999.127	648.258.536
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		207.037.064	202.097.756
Vendas de Produtos		207.013.710	202.093.634
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		23.354	4.122
Transferências e Delegações Recebidas		455.941.503	446.146.845
Transferências Intragovernamentais		451.485.480	445.890.376
Outras Transferências e Delegações Recebidas		4.456.023	256.469
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		-	11.682
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	11.500
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	182
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		20.560	2.253
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		20.560	2.253
Variações Patrimoniais Diminutivas		581.406.388	522.470.153
Pessoal e Encargos		28.135.624	32.393.384
Remuneração a Pessoal		18.711.102	24.456.072
Encargos Patronais		3.466.417	3.976.647
Benefícios a Pessoal		2.979.375	3.800.538
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		2.978.731	160.127
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		107.730.887	126.865.568
Aposentadorias e Reformas		45.891.274	56.210.004
Pensões		61.725.852	70.655.564
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		113.760	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		45.456.600	47.950.214
Uso de Material de Consumo		1.215.472	3.375.768
Serviços		40.960.973	39.936.428
Depreciação, Amortização e Exaustão		3.280.156	4.638.017
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		1.299	18.287
Descontos Financeiros Concedidos		1.299	18.287
Transferências e Delegações Concedidas		400.076.704	315.240.393
Transferências Intragovernamentais		362.372.730	315.240.393
Outras Transferências e Delegações Concedidas		37.703.974	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		49	1.413
Perdas Involuntárias		49	-
Desincorporação de Ativos		-	1.413
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		5.225	894
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		5.225	894
Resultado Patrimonial do Período		81.592.740	125.788.383

Fonte: Siafi

Balanço Orçamentário

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Tabela 83 - Receitas Orçamentárias

Despesas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Previsão	Receitas	Realizadas ©	Receitas	Saldo
Receitas Correntes	03	183.532.246	183.532.246		207.007.686			(d) = (c-b)
Receita Industrial		183.532.246	183.532.246		207.007.686			23.475.440
TOTAL		183532246	183.532.246		207.007.686			23.475.440

Fonte: Siafi

Tabela 84 - Despesas Orçamentárias

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Despesas	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes	203.530.061	195.846.413	190.451.835	174.233.324	172.351.255			5.394.578
Pessoal e Encargos Sociais	152.810.812	148.406.416	138.286.416	133.358.422	131.685.917			10.120.000
Outras Despesas Correntes	50.719.249	47.439.997	52.165.419	40.874.902	40.665.339			-4.725.422
Despesas de Capital	3.000.000	5.300.000	4.937.779	2.400.065	2.333.095			362.221
Investimentos	3.000.000	5.300.000	4.937.779	2.400.065	2.333.095			362.221
Reserva de Contingência	83.855.903	83.855.903						83.855.903
Subtotal das Despesas	290.385.964	285.002.316	195.389.614	176.633.389	174.684.351			89.612.702
Superavit				11.618.071				-11.618.071
TOTAL	290385964	285.002.316	183.532.246	207.007.686	176.633.389	174.684.351		77.994.630

Fonte: Siafi

Tabela 85 - Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Despesas Orçamentárias		3.357.586	15.960.612	5.900.607	5.900.607	5.944.137	7.473.454
Despesas Correntes		2.351.931	6.134.674	1.189.338	1.189.338	2.351.931	4.945.336
Pessoal e Encargos Sociais		1.005.655	9.825.938	4.711.269	4.711.269	3.592.206	2.528.118
Outras Despesas Correntes		-	547.804	547.804	547.804	-	-
Despesas de Capital		-	547.804	547.804	547.804	-	-
Investimentos		3.357.586	16.508.416	6.448.410	6.448.410	5.944.137	7.473.454
TOTAL							

Fonte: Siafi

Tabela 86 - Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS						
DESPESAS CORRENTES		143	4.241	4.241	-	143
Outras Despesas Correntes		143	4.241	4.241	-	143
TOTAL		143	4.241	4.241	-	143

Fonte: Siafi

Balanço Financeiro

Tabela 87 - Balanço financeiro

ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017	Em Mil
Ingressos		679.672.045	625.529.448	
Receitas Orçamentárias		207.007.686	163.072.557	
Ordinárias		-	6.376	
Vinculadas		207.028.375	163.085.076	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		207.028.375	163.085.076	
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-20.690	-18.894	
Transferências Financeiras Recebidas		451.485.480	445.890.376	
Resultantes da Execução Orçamentária		244.409.129	280.031.240	
Repasso Recebido		93.935.379	128.110.155	
Sub-repasso Recebido		150.473.750	151.921.085	
Independentes da Execução Orçamentária		207.076.350	165.859.136	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		14.912	2.715.000	
Demais Transferências Recebidas		8.252		
Movimentação de Saldos Patrimoniais		207.053.187	163.144.137	
Recebimentos Extraorçamentários		21.178.880	16.566.515	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		1.949.038	4.241	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		18.756.226	16.508.416	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		429.702	53.676	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		43.915	182	
Arrecadação de Outra Unidade		43.915	-	
Demais Recebimentos		-	182	
Saldo do Exercício Anterior		1.691.709.670	1.593.657.617	
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.691.709.670	1.593.657.617	
Total (Ingressos + Saldo Exerc. Anterior)		2.371.381.716	2.219.187.065	

Dispêndios		564.635.356	527.477.394
Despesas Orçamentárias		195.389.614	207.186.546
Ordinárias		92.838.775	4.894.379
Vinculadas		102.550.840	202.292.167
Educação		856.500	-
Seguridade Social (Exceto Previdência)		285.549	121.272.367
Previdência Social (RPPS)		1.035.772	-
Operação de Crédito		-	1.873.293
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		98.573.018	79.146.507
Outros Recursos Vinculados a Fundos		1.800.000	-
Transferências Financeiras Concedidas		362.372.730	315.240.393
Resultantes da Execução Orçamentária		155.094.024	152.089.880
Repasso Concedido		4.620.274	168.795
Sub-repasso Concedido		150.473.750	151.921.085
Independentes da Execução Orçamentária		207.278.705	163.150.512
Demais Transferências Concedidas		181.603	
Movimento de Saldos Patrimoniais		207.097.102	163.150.512
Despesas Extraorçamentárias		6.873.012	5.050.456
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		4.241	1.160
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		6.448.410	4.997.925
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		420.361	51.371
Saldo para o Exercício Seguinte		1.806.746.359	1.691.709.670
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.806.746.359	1.691.709.670
Total (Dispêndios + Saldo Exerc. Seguinte)		2.371.381.716	2.219.187.065

Fonte: Siafi

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Tabela 88 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Descrição	NE	2018	2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		117.917.588	99.199.515
INGRESSOS	01	658.966.782	609.016.791
Receitas Derivadas e Originárias		207.007.686	163.072.557
Receita Patrimonial		-	4.122
Receita Industrial		207.007.686	163.066.181
Outras Receitas Derivadas e Originárias		-	2.253
Outros Ingressos das Operações		451.959.096	445.944.234
Ingressos Extraorçamentários		429.702	53.676
Transferências Financeiras Recebidas		451.485.480	445.890.376
Arrecadação de Outra Unidade		43.915	-
Demais Recebimentos		-	182
DESEMBOLSOS		-541.049.194	-509.817.276
Pessoal e Demais Despesas		-174.785.486	-190.542.932
Legislativo		-216.385	-29.736
Essencial à Justiça		-463.371	-75.003
Administração		-62.999.862	-69.347.202
Defesa Nacional		-197.258	-4.390
Assistência Social		-186.674	-307.310
Previdência Social		-109.358.014	-120.694.927
Saúde		-120.926	-21.713
Educação		-301.698	-
Cultura		-3.797	-5.538
Ciência e Tecnologia		-900.000	-1.044
Indústria		-	-56.070
Comércio e Serviços		-37.500	-
Transferências Concedidas		-3.470.617	-3.982.581
Intragovernamentais		-3.470.617	-3.982.581
Outros Desembolsos das Operações		-362.793.091	-315.291.764
Dispêndios Extraorçamentários		-420.361	-51.371
Transferências Financeiras Concedidas		-362.372.730	-315.240.393
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		-2.880.899	-1.147.461
DESEMBOLSOS		-2.880.899	-1.147.461
Aquisição de Ativo Não Circulante		-1.565.878	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-1.315.021	-1.147.461
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		115.036.689	98.052.053
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		1.691.709.670	1.593.657.617
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		1.806.746.359	1.691.709.670

Fonte: Siafi

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 01 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2018, o Órgão 20116 – Imprensa Nacional apresentou um saldo de R\$ 14.529.950,35 (quatorze milhões, quinhentos e vinte e nove mil, novecentos e cinquenta reais e trinta e cinco centavos) relacionados a imobilizado – valor líquido contábil.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 89 - Imobilizado – Composição

	31/12/2018	31/12/2017	R\$ 1,00 AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	26.353.303,53	25.771.778,06	2,26%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-11.823.353,18	- 9.434.827,70	25,32%
(-) Valor Líquido Contábil	14.529.950,35	16.336.950,36	-11,06%
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	-	37.703.974,22	-100,00%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	- 3.412.899,44	-100,00%
(-) Valor Líquido Contábil	-	34.291.074,78	-100,00%
Imobilizado	14.529.950,35	50.628.025,14	-71,30%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017.

Bens Móveis

Nota 02 – Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 20116 – Imprensa Nacional, em 31/12/2018, totalizavam R\$ 26.417.570,81 (vinte e seis milhões, quatrocentos e dezessete mil, quinhentos e setenta reais e oitenta e um centavos) e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 90 - Bens Móveis – Composição

		31/12/2018	31/12/2017	R\$ 1,00 AH(%)
1.2.3.1.1.01.00	MAQ, APARELHOS, EQUIP. E FERRAMENTA	12.941.180,03	12.895.987,91	0,35%
	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	48.072,30	48.072,30	0,00%
	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	85.409,05	85.409,05	0,00%
	EQUIPAM/UTENS. MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	32.295,94	32.295,94	0,00%
	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	1.367,17	1.367,17	0,00%
	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	37.302,03	37.302,03	0,00%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	2.541,43	2.541,43	0,00%

	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	805.421,02	805.421,02	0,00%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	11.572.083,36	11.572.083,36	0,00%
	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	214.166,17	214.166,17	0,00%
	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	2.397,95	2.397,95	0,00%
	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	140.123,61	94.931,49	47,60%
1.2.3.1.1.02.00	BENS DE INFORMATICA	8.474.620,37	7.985.050,37	6,13%
1.2.3.1.1.03.00	MOVEIS E UTENSILIOS	3.481.866,36	2.384.280,02	46,03%
	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	683.521,40	647.656,05	5,54%
	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	10.288,23	10.288,23	0,00%
	MOBILIARIO EM GERAL	2.788.056,73	1.726.335,74	61,50%
1.2.3.1.1.04.00	MATER CULTURAL, EDUC. E DE COMUNICACAO	702.727,65	691.829,65	1,58%
	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	18.275,93	18.275,93	0,00%
	INSTRUMENTOS MUSICIAIS E ARTISTICOS	1.783,33	1.783,33	0,00%
	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	188.548,46	177.650,46	6,13%
	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSICAO	494.119,93	494.119,93	0,00%
1.2.3.1.1.05.00	VEICULOS	688.541,84	688.541,84	0,00%
	VEICULOS EM GERAL	146.876,16	146.876,16	0,00%
	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	541.665,68	541.665,68	0,00%
1.2.3.1.1.99.00	DEMAIS BENS MOVEIS	128.634,56	1.126.088,27	-88,58%
	BENS MOVEIS A ALIENAR	64.367,28	1.061.720,99	-93,94%
	PEÇAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	64.267,28	64.367,28	-0,16%
1.2.3.1.0.00.00	BENS MOVEIS	26.417.570,81	25.771.778,06	2,51%

Fonte: SIAFI 2018 e SIAFI 2017.

O valor bruto dos bens móveis aumentou 2,51%, devido às incorporações detalhadas na tabela abaixo:

Tabela 91 - Movimentação de Bens Móveis em 2018

		31/12/2017	D	C	31/12/2018	R\$ 1,00
1.2.3.1.0.00.00	BENS MOVEIS	25.771.778,06	1.643.246,46	1.061.720,99	26.353.303,53	
1.2.3.1.1.01.25	MAQUINAS, UTENS E EQUIP. DIVERSOS	94.931,49	45.192,12	-	140.123,61	
1.2.3.1.1.02.01	EQUIP. DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	7.985.050,37	489.570,00	-	8.474.620,37	
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	647.656,05	35.865,35	-	683.521,40	
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	1.726.335,74	1.061.720,99	-	2.788.056,73	
1.2.3.1.1.04.05	EQUIP. PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	177.650,46	10.898,00	-	188.548,46	
1.2.3.8.1.01.00	DEPR. ACUMULADA - BENS MOVEIS	9.434.827,70	-	-	9.434.827,70	
1.2.3.2.0.00.00	BENS IMOVEIS	37.703.974,22	-	37.703.974,22	-	
1.2.3.2.1.01.02	EDIFICIOS	37.703.974,22	-	37.703.974,22	-	
1.2.3.8.0.00.00	DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADA	12.847.727,14	4.304.529,49	3.280.155,53	11.823.353,18	
1.2.3.8.1.01.00	DEPR. ACUMULADA - BENS MOVEIS	9.434.827,70	-	2.388.525,48	11.823.353,18	
1.2.3.8.1.02.00	DEPR. ACUMULADA - BENS IMOVEIS	3.412.899,44	4.304.529,49	891.630,05	-	
1.2.3.0.0.00.00	IMOBILIZADO	50.628.025,14	5.947.775,95	42.045.850,74	14.529.950,35	

Fonte: SIAFI 2018 e SIAFI 2017.

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

A variação nas contas 1.2.3.1.1.01.25, 1.2.3.1.1.02.01, 1.2.3.1.1.03.01, 1.2.3.1.1.03.03, 1.2.3.1.1.04.05 refere-se a apropriação de bens recebidos por Cessão da PR/AS/DOLOG, conforme Termo de Cessão 2017/000060, processo nº 00034.000470/2017-32 e Termo de Transferência 19/2018 e a variação na conta 1.2.3.1.1.04.05 refere-se a incorporação de bens recebidos da Secretaria da Receita Federal do Brasil por Ato de Destinação de Mercadorias nº 800100/141, de 02/05/2017, Processo nº 13355.720143/2017-10.

Tabela 92 - Depreciação Acumulada de Bens Móveis – por Conta Corrente

	Saldo em 31/12/2016	D	C	Saldo em 31/12/2017	D	C	Saldo em 31/12/2018
P 123110101	13.816,95	-	6.473,50	20.290,45	-	7.062,00	27.352,45
P 123110102	26.127,63	-	6.988,40	33.116,03	-	8.381,49	41.497,52
P 123110103	8.209,40	-	5.239,64	13.449,04	-	4.953,60	18.402,64
P 123110104	410,20	-	225,61	635,81	-	246,12	881,93
P 123110105	11.139,79	-	5.421,24	16.561,03	-	5.914,08	22.475,11
P 123110106	498,49	-	447,13	945,62	-	651,96	1.597,58
P 123110107	140.080,15	-	88.862,62	228.942,77	-	96.941,04	325.883,81
P 123110108	2.327.955,99	-	696.677,63	3.024.633,62	-	759.959,96	3.784.593,58
P 123110109	38.254,69	-	21.040,03	59.294,72	-	22.952,76	82.247,48
P 123110121	719,58	-	395,78	1.115,36	-	431,76	1.547,12
P 123110125	37.329,65	-	104.048,74	141.378,39	-	13.007,40	154.385,79
P 123110201	3.643.160,38	-	965.900,04	4.609.060,42	-	1.063.039,10	5.672.099,52
P 123110301	234.055,44	-	63.110,19	297.165,63	-	68.847,48	366.013,11
P 123110302	5.729,72	-	1.641,31	7.371,03	-	1.790,48	9.161,51
P 123110303	395.600,27	-	213.423,42	609.023,69	-	237.061,42	846.085,11
P 123110402	6.287,02	-	3.111,68	9.398,70	-	3.393,23	12.791,93
P 123110404	535,00	-	294,25	829,25	-	321,00	1.150,25
P 123110405	57.499,67	-	24.533,34	82.033,01	-	29.625,41	111.658,42
P 123110501	44.062,64	-	24.234,43	68.297,07	-	24.234,43	92.531,50
P 123110503	161.736,80	-	28.041,20	189.778,00	-	30.590,40	220.368,40
P 123119909	13.166,09	-	8.341,97	21.508,06	-	9.120,36	30.628,42
	7.166.375,55	-	2.268.452,15	9.434.827,70	-	2.388.525,48	11.823.353,18

Fonte: SIAFI 2018 e SIAFI 2017.

A depreciação é realizada de acordo com as orientações da Macrofunção 020330- do Siafi.

Em 2017 foram feitos ajustes e reavaliação dos bens e a depreciação de bens móveis no exercício de 2018 baixou aproximadamente 5,3%.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da Imprensa Nacional em 31/12/2017 totalizavam um valor bruto de R\$ 37.703.974,22 (trinta e sete milhões, setecentos e três mil, novecentos e setenta e quatro reais e vinte e dois centavos), sendo 100% concentrado na conta contábil 1.2.3.2.1.01.02 - Edifícios - Conta Corrente P 9701007465000.

Em 31/12/2018 o valor foi zerado devido à emissão da nota de lançamento 2018NL800049, transferência do imóvel, de uso especial, no SPIUnet, da UG/Gestão 110245/00001 Fundo de Imprensa Nacional para UG/Gestão 170021/00001 Superintendência do Patrimônio da União.

Nota 02 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do

montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto, nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2018, o Órgão 20116 – Imprensa Nacional apresentou um saldo de R\$ 7.434.527,99 relacionados a intangível.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 93 - Intangível – Composição

	31/12/2018	EV(%)	31/12/2017	EV(%)	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	7.434.527,99	100%	4.987.127,68	100%	49,07%
Total	7.434.527,99	100%	4.987.127,68	100%	49,07%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

O intangível da Imprensa Nacional é composto 100% por softwares com vida útil definida.

O órgão não vem registrando a amortização de ativos intangíveis, por isso foi dada a restrição 642 (FALTA/ EVOL.INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ. na conformidade contábil de dezembro de 2018.

Na tabela 2 está detalhada a composição dos softwares por conta corrente e a tabela 3 detalha a movimentação na única conta corrente que houve movimentação em 2018:

Tabela 94 - Softwares – Composição por Conta Corrente

CONTA CORRENTE	31/12/2017	D	C	31/12/2018	AV(%)
P ISo8RM001 LICENÇA PARA USO DE SOFTWARE	1.755.776,50	2.447.400,31	-	4.203.176,81	56,54%
P 01644731000132 CTIS TECNOLOGIA S.A	1.064.000,00	-	-	1.064.000,00	14,31%
P 01707536000104 ISH TECNOLOGIA S/A	292.422,78	-	-	292.422,78	3,93%
P 02277205000144 VERT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA	223.900,00	-	-	223.900,00	3,01%
P 04078456000125 SOPHO BUSINESS COMMUNICATIONS - SOLUCOES EMPRESARIAIS L	2.932,30	-	-	2.932,30	0,04%
P 04198254000117 MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	323.430,00	-	-	323.430,00	4,35%
P 04799835000104 ALSAR TECNOLOGIA EM REDES LTDA	403.096,00	-	-	403.096,00	5,42%
P 26990812000115 TECNISYS INFORMATICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	663.616,60	-	-	663.616,60	8,93%
P 81627838000101 INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA	257.953,50	-	-	257.953,50	3,47%
1.2.4.1.1.01.01 - Softwares	4.987.127,68	2.447.400,31	-	7.434.527,99	100,00%

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Tabela 95 - Movimentação do intangível em 2018

Movimentação do intangível em 2018		
Jan	61.203,71	Pagamento da parcela referente a dez/2017, no valor de R\$ 61.203,71 e apropriação de bem intangível, conforme contrato 04/2015 (segundo termo aditivo e apostila 2/2017), cujo valor total da aquisição é de R\$ 734.444,52, processo 00034.000011/2016-78.
Fev	61.203,71	Pagamento da parcela referente ao mês de janeiro/2018, no valor de R\$ 61.203,71 e apropriação de bem intangível, conforme contrato número 04/2015 (segundo e terceiro termo aditivo e apostila 01/2018).
Mar	61.203,70	Pagamento da parcela referente ao mês de fevereiro/2018, no valor de R\$ 61.203,70 e apropriação de bem intangível, conforme contrato número 04/2015 (terceiro termo aditivo e apostila 01/2018).
Abr	66.969,55	Pagamento da parcela referente a março/2018, no valor de R\$ 66.969,55 e apropriação de bem intangível, conforme contrato n. 04/2015 (terceiro termo aditivo e apostila n.1 e 2/2018), cujo valor total da aquisição é de R\$ 734.444,37.
	11.531,68	Pagamento da diferença de reajuste contratual, conforme apostila 02/2018, do período de 01/01/2018 a 28/02/2018 - Contrato n. 04/2015
Mai	66.969,55	Pagamento da parcela referente ao mês de abril/2018, no valor de R\$ 66.969,55 e apropriação de bem intangível, conforme contrato número 04/2015(terceiro termo aditivo e apostila 01/2018).
Jun	46.181,76	Pagamento da diferença de reajuste do contrato n. 4.2015, conforme Apostila n. 2/2018, referente ao período de 01/01/2017 a 31/12/2017.
	703.650,00	Apropriação da despesa consoante a Nota Fiscal n. 16, pela liquidação da 2018NE800054, referente a aquisição de Solução contra ataques de DDoS.
	66.969,55	Pagamento da parcela referente a maio/2018 no valor de R\$ 66.969,55 e apropriação de bem intangível, conforme contrato 4/2015 (Terceiro Termo Aditivo e Apostila 1/2018), cujo valor total da aquisição é de R\$ 734.444,37, processo 00034.000011/2017-78.
Jul	66.969,55	Pagamento da parcela referente a junho/2018 no valor de R\$ 66.969,55 e apropriação de bem intangível, conforme contrato 4/2015 (Terceiro Termo Aditivo e Apotila 1/2018), cujo valor total da aquisição é de R\$ 734.444,37, processo 00034.000011/2017-78.
Ago	66.969,55	Pagamento da parcela referente a julho/2017 no valor de R\$ 66.969,55 e apropriação de bem intangível, conforme contrato 4/2015(Terceiro Termo Aditivo e Apostila 1/2018), cujo valor total da aquisição é de R\$ 734.444,37, processo 00034.000011/2019-78.
	135.625,00	Apropriação da despesa consoante a Nota Fiscal n 95, pela liquidação da Nota de Empenho 2018NE800226, referente a aquisição de Licença Antivírus Trend Micro e Licença Trend Micro Interscan Messaging VA Licen Proteção de Caixa Postal de e-mail.
Set	-	
Out	66.969,55	Pagamento da parcela referente a agosto/2018 no valor de R\$ 66.969,55 e apropriação de bem intangível, conforme contrato 4/2015(Terceiro Termo Aditivo e Apostila 1/2018), cujo valor total da aquisição é de R\$ 734.444,37, processo 00034.000011/2019-78.
	66.969,55	Pagamento da parcela referente a setembro/2018 no valor de R\$ 66.969,55 e apropriação de bem intangível, conforme contrato 4/2015(Terceiro Termo Aditivo e Apostila 2/2018), cujo valor total da aquisição é de R\$ 734.444,37, processo 00034.000011/2019-78.
Nov	66.969,55	Pagamento da parcela referente a outubro/2018 no valor de R\$ 66.969,55 e apropriação de bem intangível, conforme contrato 4/2015(Terceiro Termo Aditivo e Apostila 2/2018), cujo valor total da aquisição é de R\$ 734.444,37, processo 00034.000011/2019-78.
Dez	402.314,80	Apropriação da despesa consoante a Nota Fiscal 16.694, pela liquidação da Nota de Empenho n. 2018NE800219, referente a aquisição de bens intangíveis.
	361.760,00	Apropriação da despesa consoante a nota fiscal n. 1.512, pela liquidação da nota de empenho 2018NE800221, referente a aquisição de bens intangíveis (licença de software)
	66.969,55	Pagamento da parcela referente a novembro/2018 no valor de R\$ 66.969,55 e apropriação de bem intangível, conforme contrato 4/2015 (terceiro termo aditivo e apostila 2/1208), cujo valor total da aquisição é de R\$ 734.444,37, processo 00034.000011/2019-78.
	2.447.400,31	

Nota 03 – Balanço Orçamentário

Órgão 20116 – Imprensa Nacional realizou receitas no montante de R\$ 207.007.685,55, o que representa 112,79% das receitas previstas (R\$ 183.532.246,00).

A tabela a seguir apresenta a relação entre as receitas previstas e as efetivamente realizadas.

Tabela 96 - Receita Prevista x Realizada

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	R\$ 1,00 % Realizado
RECEITAS CORRENTES	183.532.246,00	183.532.246,00	207.007.685,55	23.475.439,55	112,79%
Receita Industrial	183.532.246,00	183.532.246,00	207.007.685,55	23.475.439,55	112,79%
SUBTOTAL DE RECEITAS	183.532.246,00	183.532.246,00	207.007.685,55	23.475.439,55	112,79%
SUPERAVIT			23.475.439,55	23.475.439,55	
TOTAL	183.532.246,00	183.532.246,00	207.007.685,55	23.475.439,55	112,79%

Fonte: SIAFI, 2018.

Do total da dotação atualizada das despesas, no valor de R\$ 285.002.316,00, 68,56% desse montante, no valor de R\$ 195.389.614,33 foi realizada. Observa-se, ainda, que do total das despesas realizadas R\$ 138.286.416,00, que representa 70,77% do total foi com Pessoal e Encargos Sociais.

Tabela 97 - Despesas Orçamentárias - Dotada x Executada

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO	R\$ 1,00 %
DESPESAS CORRENTES	195.846.413,00	190.451.835,12	174.233.324,16	172.351.255,49	5.394.577,88	69%
Pessoal e Encargos Sociais	148.406.416,00	138.286.416,00	133.358.422,37	131.685.916,96	10.120.000,00	52%
Outras Despesas Correntes	47.439.997,00	52.165.419,12	40.874.901,79	40.665.338,53	- 4.725.422,12	17%
DESPESAS DE CAPITAL	5.300.000,00	4.937.779,21	2.400.064,60	2.333.095,05	362.220,79	2%
Investimentos	5.300.000,00	4.937.779,21	2.400.064,60	2.333.095,05	362.220,79	2%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	83.855.903,00	-	-	-	83.855.903,00	29%
SUBTOTAL DAS DESPESAS	285.002.316,00	195.389.614,33	176.633.388,76	174.684.350,54	89.612.701,67	100%
TOTAL	285.002.316,00	195.389.614,33	176.633.388,76	174.684.350,54	89.612.701,67	100%

Fonte: SIAFI, 2018.

Observa-se que teve uma realização de receita no total de R\$ 207.007.685,55 e um total de despesas empenhadas no montante de R\$ 195.389.614,33, resultando num superávit orçamentário de R\$ 11.618.071,22.

As tabelas 3 e 4 abaixo detalham a execução dos Restos a Pagar Não Processados por tipo de despesa e por Unidade Gestora respectivamente:

Tabela 98 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados por tipo de despesa

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	R\$ 1,00 SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.357.585,53	15.960.611,98	5.900.606,51	5.900.606,51	5.944.136,74	7.473.454,26
Pessoal e Encargos Sociais	2.351.930,86	6.134.673,69	1.189.337,85	1.189.337,85	2.351.930,86	4.945.335,84
Outras Despesas Correntes	1.005.654,67	9.825.938,29	4.711.268,66	4.711.268,66	3.592.205,88	2.528.118,42
DESPESAS DE CAPITAL	-	547.803,75	547.803,71	547.803,71	-	0,04
Investimentos	-	547.803,75	547.803,71	547.803,71	-	0,04
TOTAL	3.357.585,53	16.508.415,73	6.448.410,22	6.448.410,22	5.944.136,74	7.473.454,30

Fonte: SIAFI, 2018

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

Tabela 99 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG

Despesas por UG	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
110245	926.851,47	10.337.717,29	5.236.194,63	5.236.194,63	3.513.402,68	2.514.971,45
110247	2.430.734,06	6.170.698,44	1.212.215,59	1.212.215,59	2.430.734,06	4.958.482,85
TOTAL	3.357.585,53	16.508.415,73	6.448.410,22	6.448.410,22	5.944.136,74	7.473.454,30

Fonte: SIAFI, 2018

Observa-se que 50,65% dos RPNP inscritos em 31/12/2017 na UG 110245 foram executados (liquidados e pagos), enquanto apenas 19,64% do saldo inscrito na UG 110247 foi executado.

Tabela 100 - Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	143,00	4.241,11	4.241,11	-	143,00
Outras Despesas Correntes	143,00	4.241,11	4.241,11	-	143,00
TOTAL	143,00	4.241,11	4.241,11	-	143,00

Fonte: SIAFI, 2018

Com relação aos RP Processados e Não Processados Liquidados inscritos em 31/12/2018, 100% foi executados restando um saldo de R\$ 143,00 de exercícios anteriores.

Nota 04– Demonstração das Variações Patrimoniais

Órgão 20116 - Imprensa Nacional teve uma variação patrimonial aumentativa no valor de R\$ 81.592.739,89 no exercício de 2018.

A tabela a seguir, detalha as variações patrimoniais ocorridas em 2018 e suas variações com relação ao exercício de 2017:

Tabela 101 - Demonstração das Variações Patrimoniais

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)	AV(%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	662.999.127,47	648.258.536,38	2,27%	100,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	207.037.064,20	202.097.756,03	2,44%	31,23%
Vendas de Produtos	207.013.709,80	202.093.633,63	2,43%	31,22%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	23.354,40	4.122,40	466,52%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	455.941.502,88	446.146.844,87	2,20%	68,77%
Transferências Intragovernamentais	451.485.479,61	445.890.376,10	1,25%	68,10%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	4.456.023,27	256.468,77	1637,45%	0,67%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desin. de Passivos	-	11.682,22	-100,00%	0,00%
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	11.500,00	-100,00%	0,00%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	182,22	-100,00%	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	20.560,39	2.253,26	812,47%	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	20.560,39	2.253,26	812,47%	0,00%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	581.406.387,58	522.470.152,97	11,28%	100,00%
Pessoal e Encargos	28.135.624,12	32.393.383,77	-13%	4,84%
Remuneração a Pessoal	18.711.102,08	24.456.071,89	-23,49%	3,22%
Encargos Patronais	3.466.416,67	3.976.647,24	-12,83%	0,60%
Benefícios a Pessoal	2.979.374,85	3.800.537,92	-21,61%	0,51%

Outras Var. Patr. Diminutivas - Pessoal e Encargos	2.978.730,52	160.126,72	1760,23%	0,51%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	107.730.886,58	126.865.568,43	-15%	18,53%
Aposentadorias e Reformas	45.891.274,28	56.210.004,08	-18,36%	7,89%
Pensões	61.725.852,01	70.655.564,35	-12,64%	10,62%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	113.760,29	-		0,02%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	45.456.600,24	47.950.213,72	-5%	7,82%
Uso de Material de Consumo	1.215.471,80	3.375.768,37	-63,99%	0,21%
Serviços	40.960.972,91	39.936.428,36	2,57%	7,05%
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.280.155,53	4.638.016,99	-29,28%	0,56%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.299,20	18.287,08	-93%	0,00%
Descontos Financeiros Concedidos	1.299,20	18.287,08	-92,90%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	400.076.703,79	315.240.392,98	27%	68,81%
Transferências Intragovernamentais	362.372.729,57	315.240.392,98	14,95%	62,33%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	37.703.974,22	-		6,48%
Desval. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	48,60	1.412,52	-97%	0,00%
Perdas Involuntárias	48,60	-		0,00%
Desincorporação de Ativos	-	1.412,52	-100,00%	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.225,05	894,47	484%	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	5.225,05	894,47	484,15%	0,00%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	81.592.739,89	125.788.383,41	-35,13%	

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Observa-se que a principal variação aumentativa deve-se ao aumento das vendas brutas em aproximadamente 2,4% (ver Tabela 2) e a principal variação diminutiva deve-se a diminuição de mais de 18,3% do pagamento de aposentadorias (Ver tabela 3).

Tabela 102 - Variação Patrimonial - Vendas de Produtos

		31/12/2017	31/12/2018	AH(%)
4.3.2.1.1.01.00	VENDA BRUTA DE PRODUTOS	66.826.015,86	82.212.370,46	23,02%
4.3.2.1.2.01.00	VENDA BRUTA DE PRODUTOS - INTRA OFSS	135.267.617,77	124.801.339,34	-7,74%
		202.093.633,63	207.013.709,80	

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

Tabela 103 - Variação Patrimonial - Aposentadorias e Reformas

		31/12/2017	31/12/2018	AH(%)
3.2.1.1.01.00	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	49.442.329,41	41.191.663,85	-16,69%
3.2.1.1.03.00	GRATIFICACOES	6.665.557,17	2.586.504,86	-61,20%
3.2.1.1.05.00	13 SALARIO - PESSOAL CIVIL 16/91	-	2.026.151,00	100,00%
3.2.1.1.09.00	SENTENCAS JUDICIAIS - APOSENTADORIAS RPPS	102.117,50	85.477,42	-16,30%
3.2.1.1.19.00	DEMAIS VANTAGENS PECUNIARIAS	-	1.477,15	100,00%
		56.210.004,08	45.891.274,28	-18,36%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Nota 05 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2018 o Órgão 20116 - Imprensa Nacional encerrou o 4º trimestre de 2018 com um saldo de R\$ 101.914.287,99 (cento e um milhões, novecentos e quatorze mil, duzentos e oitenta e sete reais e noventa e nove centavos) decorrentes de obrigações contratuais, relacionados a parcelas a pagar de contratos que serão executadas nos próximos exercícios.

Relatório de Gestão 2018

Casa Civil

A tabela a seguir, segrega essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 104 - Obrigações Contratuais - Composição

	31/12/2018	R\$ 1,00 AV (%)
8.1.2.3.1.02.00 - Serviços	99.812.702,27	97,94%
8.1.2.3.1.04.00 - Fornecimento de Bens	2.101.585,72	2,06%
Total	101.914.287,99	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018.

Observa-se que das obrigações contratadas pela Imprensa Nacional, 97,94% estão registradas em contratos de Serviços e 2,06% em fornecimento de bens, totalizando 100,00% das obrigações contratuais.

Na tabela apresentada a seguir estão relacionados os 10 contratados prestadores de serviços mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2018.

Tabela 105 - Obrigações Contratuais - Por Contratado/Serviços

CONTRATADOS DE SERVIÇOS	31/12/2018	AV(%)
N 78533312000158 PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	5.349.093,19	5,36%
N 08744139000151 G&E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	4.542.766,92	4,55%
N 07585678000122 GNSYSTEMS INFORMATICA LTDA. - ME	4.364.113,89	4,37%
N 00070698000111 COMPANHIA ENERGETICA DE BRASILIA	4.174.532,71	4,18%
N 07171299000196 CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	3.865.885,40	3,87%
N 12364525000195 W. B DA SILVA - ME	3.250.758,24	3,26%
N 04768702000170 ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS,MANUTENCAO E	3.207.011,25	3,21%
N 38056404000170 IOS INFORMATICA, ORGANIZACAO E SISTEMAS LTDA	3.197.159,68	3,20%
N 02004950000110 SITRAN COMERCIO E INDUSTRIA DE ELETRONICA LTDA	3.002.206,73	3,01%
N 07473476000199 G I EMPRESA DE SEGURANCA LTDA	2.678.872,76	2,68%
Outros	22.729.602,15	22,77%
Total Contratos de Serviços em Execução	60.362.002,92	60,48%
N 07473476000199 G I EMPRESA DE SEGURANCA LTDA	5.977.984,44	5,99%
N 78533312000158 PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	4.667.589,29	4,68%
N 00087163000153 APECE SERVICOS GERAIS LTDA	3.902.354,78	3,91%
N 07585678000122 GNSYSTEMS INFORMATICA LTDA. - ME	3.626.871,80	3,63%
N 05741114000106 SEA TECNOLOGIA LTDA	2.926.860,51	2,93%
N 38056404000170 IOS INFORMATICA, ORGANIZACAO E SISTEMAS LTDA	2.264.347,19	2,27%
N 08706548000163 O2 SOLUOES EM TECNOLOGIA DIGITAL LTDA.	1.838.885,76	1,84%
N 12364525000195 W. B DA SILVA - ME	1.771.077,38	1,77%
N 10811374000140 ASBIBOP - SERVICOS DE BOMBEIRO BRIGADISTA PARTICULAR	1.428.068,15	1,43%
N 07171299000196 CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	1.346.374,60	1,35%
Outros	9.700.285,45	9,72%
Total Contratos de Serviços Executados	39.450.699,35	39,52%
TOTAL CONTRATOS DE SERVIÇOS	99.812.702,27	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018.

Na tabela apresentada a seguir estão relacionados.

Tabela 106 - Obrigações Contratuais - Por Contratado/Bens

CONTRATADOS FORNECIMENTO DE BENS		31/12/2018	AV(%)
N 12742245000173	UNISERVE COMERCIO E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - M	173.999,81	8,28%
N 13119632000110	MAXIMUS GESTAO DE MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA - ME	14.984,39	0,71%
N 00087163000153	APECE SERVICOS GERAIS LTDA	562.772,88	26,78%
N 04768702000170	ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS,MANUTENCAO E	599.996,88	28,55%
N 08437917000160	TTI INFORMATICA REPRESENTACAO E CONSULTORIA LTDA -	703.650,00	33,48%
Total Contratos de Fornecimento de Bens em Execução		2.055.403,96	97,80%
N 26990812000115	TECNISYS INFORMATICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	46.181,76	2,20%
Total Contratos de Fornecimento de Bens Executados		46.181,76	2,20%
TOTAL CONTRATOS FORNECIMENTO DE BENS		2.101.585,72	100,00%

Nota 06 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2018 o Órgão **20116** - Imprensa Nacional apresentou um saldo de R\$ 92.574,73 (noventa e dois mil, quinhentos e setenta e quatro reais e setenta e três centavos), referente a Fornecedores e Contas a Pagar, totalmente de curto prazo, composta 100% por Credores Nacionais:

Tabela 107 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Composição

		31/12/2018	AV(%)
2.1.3.0.0.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	92.574,73	100%
2.1.3.1.1.04.00	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	92.574,73	100%
Total		92.574,73	100%

Fonte: SIAFI, 2018.

Em seguida, apresenta-se a tabela contendo a composição do saldo por conta corrente em 31/12/2018.

Tabela 108 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Conta Corrente

Conta Corrente	Descrição	31/12/2018	R\$ 1,00 AV(%)
F 00411199000140 CARIMBOS BRASIL LTDA - ME	Saldo oriundo de 06/04/2015 - APROPRIAÇÃO DA DESPESA CONSOANTE A NOTA FISCAL N. 153, PELA LIQUIDAÇÃO DE 2015.	143,00	0%
F 04768702000170 ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS,MANUTENCAO	Apropriação da despesa consoante a Nota Fiscal n 3.346, pela liquidação da nota de empenho 2018ne800010, referente a aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis.	13.561,59	15%
F 26990812000115 TECNISYS INFORMATICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.	Pagamento da parcela referente a novembro/2018 no valor de R\$ 66.969,55 e apropriação de bem intangível, conforme contrato 4/2015 (terceiro termo aditivo e apostila 2/1208), cujo valor total da aquisição é de R\$ 734.444,37, processo 0034.000011/2019-78.	66.969,55	72%
P 04768702000170 ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS,MANUTENCAO	Apropriação da despesa consoante à nota fiscal de número 2666, pela liquidação da 2017NE800425, referente à aquisição de materiais para manutenção predial.	11.900,59	13%
Total		92.574,73	100%

Fonte: SIAFI, 2018.



Demonstrações Contábeis da Imprensa Nacional

Declaração do Contador

A Imprensa Nacional (IN), órgão específico e singular, integrante da estrutura da Casa Civil da Presidência da República, foi criada pelo Decreto de 13/5/1808 como Impressão Régia. Com a publicação da Medida Provisória nº 2029 em 20/6/2000, passou a se chamar Imprensa Nacional.

Vinculada à Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República, a instituição é um órgão da Administração Pública Federal direta. Como uma das instituições públicas mais antigas do País, ela tem como competência publicar e divulgar atos oficiais; executar trabalhos gráficos e coordenar o Museu e Biblioteca da Imprensa Nacional, conforme disposto no artigo 47 do Decreto nº 8.899 de 26 de outubro de 2016.

Vinculada à Setorial Contábil da Presidência da República até meados de fevereiro de 2016, quando foi criada pela Portaria nº 7 de 24/2/2016, esta delegou competência à Imprensa Nacional para atuar como Órgão Seccional do Sistema de Contabilidade Federal para acompanhamento e avaliação contábil.

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são: Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Balanço Financeiro e Demonstração das Variações do Patrimônio Líquido, as quais foram elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC-TSP) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2018 refletem a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Imprensa Nacional.

Brasília, 31 de janeiro de 2019

Carlos Alberto da Silva Melo
Contador responsável
CRC nº 7945/O-DF

Anexos e Apêndices

Anexo 1 - Declaração de Integridade do Relato Integrado

A Diretoria de Governança da Casa Civil da Presidência da República, instituída pelo Decreto nº 9.678/2019, tem entre suas atribuições aquelas de zelar pela conformidade dos atos, apoiar processos de gestão das estruturas de governança, melhorar os processos e inovar na gestão, e implementar o programa de integridade, absorvendo atribuições da então Assessoria Especial de Compliance (Assec).

Entre os atos da Casa Civil da Presidência da República, o Relatório de Gestão constitui-se no instrumento pelo qual seus administradores e demais responsáveis pela gestão demonstram os resultados da aplicação de recursos públicos à sociedade e ao Tribunal de Contas da União.

Dessa forma, cabe à Diretoria de Governança a responsabilidade por assegurar a integridade e a conformidade do relato integrado e atestar a aplicação do pensamento coletivo na preparação e apresentação do Relatório de Gestão da Casa Civil.

O documento produzido, cuja elaboração historicamente era realizada pela Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos da Secretaria-Executiva, foi consolidado pela Coordenação-Geral de Modernização e Inovação a partir de uma visão transversal dos processos, o que contribuiu para atender ao novo modelo de relato integrado.

Assim, o Relatório de Gestão da Casa Civil atende à Decisão Normativa TCU nº 170/2018 e cumpre as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas para sua elaboração, a saber: abordagem estratégica; conectividade da informação; relações com partes interessadas; materialidade; concisão; confiabilidade e completude; coerência e comparabilidade; e clareza.

Contudo, há possibilidades para melhorias e aperfeiçoamento do Relatório nos próximos exercícios. Para tanto, a Casa Civil da Presidência da República deve intensificar o uso de ferramentas e tecnologias da informação e aprofundar a integração entre suas unidades de forma a estreitar as ações voltadas a uma maior governança do órgão.

Por fim ressalta-se, com o intuito de preservar a comparabilidade de relatos integrados em anos posteriores, que as informações da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) constam em sua integralidade do anexo deste relatório. Nos termos do Decreto nº 9.678, de 2 de Janeiro de 2019, a SEAD deixou de integrar a estrutura regimental da Casa Civil, fato que motivou tal segmentação.

Anexo 2 - Relatório de Gestão da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead)

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2018

Sead

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA
FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2018

Sead

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA
FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Lista de siglas e abreviações

AGU – Advocacia Geral da União
ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
ATER SIC – Sistema de Informação ao Cidadão
BSM – Brasil Sem Miséria
CadÚnico – Cadastro Único
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DCR – Declaração para Cadastro Rural
DGMA – Diretoria de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação
e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
GT – Grupo de Trabalho GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MF – Ministério da Fazenda
MP - Medida Provisória
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PE – Planejamento Estratégico
PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PGPAF – Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDRSS - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PO – Plano Orçamentário
PCA – Política de Controle de Acesso
PPA - Plano Plurianual
PPR - Planilha de Preços Referenciais
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RAP – Restos a Pagar
RB – Relação de Beneficiários
SAF – Subsecretaria de Agricultura Familiar

Sead – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIATER – Sistema Informatizado de ATER
SDT – Subsecretaria de Desenvolvimento Territorial
SDR – Subsecretaria de Desenvolvimento Rural
SERFAL - Subsecretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRA – Subsecretaria de Reordenamento Agrário
TCU - Tribunal de Contas da União
TED - Termo de Execução Descentralizada
UA - Unidade Avançada
UF - Unidade da Federação
UG - Unidade Gestora
UnB – Universidade de Brasília

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Tabela 1 - Poder e órgão de vinculação	9
Tabela 2 - Identificação das Unidades Consolidadas e UGs	9
Tabela 3 - Identificação dos administradores	10
Tabela 4 - Missão, Visão e Valores	10
Tabela 5 - Normas da UJ	11
Tabela 6 - Quadro de governança - legenda	17
Tabela 7 - Acesso à informação	20
Tabela 8 - Execução física dos indicadores 1 a 6	25
Tabela 9 - Execução física dos indicadores 7 a 11	27
Tabela 10 - Execução física dos indicadores 12 a 16	29
Tabela 11 - Execução física dos indicadores 8, 10, 17 e 18	31
Tabela 12 - Execução física do indicador 17	33
Tabela 13 - Execução física dos indicadores 18 a 21	36
Tabela 14 - Execução física dos indicadores 22 a 25	38
Tabela 15 - Tabela de distribuição das despesas da Sead executadas em 2018	61
Tabela 16 - Tabela de valores contingenciados	64
Tabela 17 - Tabela de processos a instaurar - por situação	68
Tabela 18 - Quadro de Tratamento de deliberações e recomendações do TCU	69
Figura 1- Organograma	15
Figura 2 - Mapa estratégico.....	16
Figura 3 - Quadro de governança	17
Figura 4 - Indicadores 1 a 6	24
Figura 5 - Indicadores 7 a 11	27
Figura 6 - Indicadores 12 a 16	29
Figura 7 - Indicadores 8, 10, 17 e 18	31
Figura 8 – Indicador 17	33
Figura 9 - Indicadores 18 a 21	36
Figura 10 - Indicadores 22 a 25	38
Figura 11 - Gráfico de variação orçamentária	61
Figura 12 - Gráfico de distribuição das despesas da Sead executadas em 2018	62
Figura 13- Gráfico de gastos com pessoal.....	62
Figura 14 - Gráfico de custeio.....	63
Figura 15 - Gráfico de investimentos	63
Figura 16 - Gráfico de valores autorizados para movimentação e empenho das despesas discricionárias.....	64
Figura 17 - Desempenho das subsecretarias	67

Sumário

2 - Apresentação	8
3- Visão geral da unidade prestadora de contas	9
3.1- Identificação da unidade	9
3.2- Finalidade e competências institucionais	10
3.3- Ambiente de atuação	11
3.3.1- Ambiente interno	11
3.3.2- Ambiente externo	12
3.3.3- Organograma	15
4- Planejamento estratégico e governança	16
4.1- Mapa Estratégico	16
4.2 Estruturas de governança	17
4.3- Relacionamento com a sociedade	18
4.3.1 Canais de acesso do cidadão	18
4.3.2- Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	19
4.3.3- Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	20
5- Gestão de risco e controles internos	21
5.1 Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos	21
6- Resultados da Gestão	24
6.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos	24
6.1.1- Programas Estruturantes Finalísticos	24
Programa Nacional de Acesso à Terra	24
Programa de Fomento à Comercialização e Organização Produtiva	26
Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar	28
Programa de Fortalecimento da ATER	30
Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	33
Programa de Valorização da Juventude Rural	35
Programa de Promoção da Autonomia das Mulheres Rurais	37
7- Alocação de recursos e áreas especiais de gestão	40
Programa de Articulação Institucional e Parcerias	41
Programa de Comunicação Institucional	42
Programa de Inteligência Corporativa	44
Programa de Modernização da Gestão	51
Programa de Desenvolvimento de Pessoas	54
Programa Internacional da Agricultura Familiar	55
Programa de Integração Organizacional	60
8 – Demonstrações contábeis	61
8.1 - Gestão Orçamentária e Financeira	61
8.2 - Execução Orçamentária	61
Execução por Grupo e Elemento de Despesa	62
8.3 - Valores Autorizados de Movimentação e Empenho	64
9- Outras informações relevantes	65
9.1 Estágio de implementação do planejamento estratégico	65
9.1.1- Estágio de desenvolvimento	65
9.1.2- Metodologia de formulação, de avaliação e de revisão dos objetivos estratégicos	65
9.1.3 - Alinhamento ao PPA e à Lei Orçamentária Anual	65
9.1.4- Indicadores de desempenho relacionados à gestão estratégica	66
9.1.5- Revisões ocorridas no planejamento estratégico, sua descrição e periodicidade	66
9.1.6- Envolvimento da alta direção (Secretários)	66
9.1.7- Alinhamento das unidades ao planejamento estratégico	67

9.1.8- Principais dificuldades e mudanças previstas	67
9.2- Tratamento de deliberações do TCU	67
10- Anexos e apêndices	68
10.1 Relatório de processos a instaurar - por situação	68
10.2 Quadro de Tratamento de deliberações e recomendações do TCU	69

2 - Apresentação

Anteriormente institucionalizado como Ministério Do Desenvolvimento Agrário, a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), passou a integrar a Casa Civil a partir do decreto nº 8.865 de 29 de setembro de 2016, com sua estrutura regimental consolidada por meio do Decreto nº 8889 de 26 de outubro de 2016.

Atuando nas políticas públicas voltadas para as questões agrárias e fundiárias, a Secretaria trabalha para promover o desenvolvimento rural, com foco na agricultura familiar. Para isso, através do planejamento e execução de políticas públicas para o campo, atende os agricultores familiares por meio de programas voltados para a democratização do acesso à terra, aumento de renda dos agricultores, produção de alimentos saudáveis e agregação de valor à produção, voltando-se ainda para o atendimento de mulheres, jovens rurais e povos tradicionais.

Em 2018, as ações do órgão obtiveram avanços no monitoramento a partir das metas construídas no documento de Planejamento Estratégico em vigor no período, que instituiu objetivos específicos para programas finalísticos e de gestão, com foco na integração das subsecretarias a partir dos temas prioritários e maior alcance das políticas para o campo.

O desenvolvimento do monitoramento a partir do Planejamento deu foco em uma atuação estratégica, com a atualização das metas através da Portaria DOU nº 307, de 10 de maio de 2018 e da Portaria nº 566, de 17 de setembro de 2018, que detalham e formalizam a atualização das metas, e responsáveis dentro de cada programa estruturante.

Nesse contexto, o relatório apresentado se estrutura a partir do documento de Planejamento Estratégico, apresentando os resultados alcançados dentro dos objetivos finalísticos, com monitoramento realizado através de um sistema criado para esse fim, ampliando a coleta de dados e buscando a melhoria nos processos de monitoramento do órgão.

A partir do planejamento, o relatório reúne então uma estrutura onde indicadores utilizam índices que podem se repetir em mais de uma meta, sendo mostrados em sua execução apenas uma vez, descrevendo quando as repetições ocorrerem. Acerca ainda dos programas de gestão, no ano de 2018 o monitoramento avançou, permitindo que os resultados sejam explicitados nesse relatório, no modelo dos programas finalísticos, inseridos na lógica do planejamento e espelhando o avanço nessa área estratégica da Sead.

Aconteceram também mudanças nas leis normativas que alteraram a leitura de algumas informações. Por exemplo, as alterações na portaria MDA Nº 80 que impactaram nas ações previstas, a reestruturação do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), a revisão do instrumento legal que rege o Selo Combustível Social, bem como a mudança, através da portaria nº 654 de 9 de novembro de 2018 que instituiu o Selo Nacional da Agricultura Familiar (Senaf), revogando a portaria que instituía o Selo de identificação da participação da agricultura familiar (Sipaf).

Nos resultados da assistência técnica e extensão rural, 2018 foi marcado pelo surgimento da Agência Nacional de ATER – ANATER como implementadora das ações em âmbito nacional, tendo a Sead voltado seus esforços para proporcionar condições para que a agência entrasse em operação, restringindo suas ações ao acompanhamento e gestão de instrumentos previamente firmados.

3- Visão geral da unidade prestadora de contas

3.1- Identificação da unidade

SEAD

Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário

Tabela 1 - Poder e órgão de vinculação

Poder e órgão de vinculação	
Poder: Executivo	
Órgão de vinculação: Casa Civil da Presidência da República	Código SIORG: 2837
Identificação da Unidade Prestadora de Contas	
Natureza jurídica: Órgão Público	CNPJ: 26.688.865/0001-86
Principal atividade: Organização Agrária	Código CNAE: 8411600
Código SIORG: 214528	Código LOA: 20129
Contatos	
Telefones/fax: (61) 2020-0037 / 0004	
Endereço postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco C – 5º Andar – Brasília/DF – CEP: 70.046-900	
Endereço eletrônico: gabsead@mda.gov.br	
Página na internet: www.mda.gov.br	

Tabela 2 - Identificação das Unidades Consolidadas e UGs

Identificação das Unidades Consolidadas e UGs				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG	
Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD)	26.688.865/0001-86	110690	214528	
Subsecretaria de Planejamento e Gestão (SPG)	26.688.865/0001-86	110703	45593	
Subsecretaria de Reordenamento Agrário (SRA)	26.688.865/0001-86	110697	44988	
Subsecretaria de Agricultura Familiar (SAF)	26.688.865/0001-86	110691	44987	
Subsecretaria de Desenvolvimento Rural (SDR)	26.688.865/0001-86	110700	77415	
Subsecretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SERFAL)	26.688.865/0001-86	110731	109977	

Tabela 3 - Identificação dos administradores

Identificação dos administradores		
Cargo	Nome	
Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD)		Jefferson Coriteac
Subsecretário de Planejamento e Gestão (SPG)		Antonio Cesar Lima da Conceição
Subsecretaria de Reordenamento Agrário (SRA)		Raquel Porto Santori
Subsecretário de Agricultura Familiar (SAF)		Humberto Thomé Pereira
Subsecretário de Desenvolvimento Rural (SDR)		Kleber Vasconcelos Viana
Subsecretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SERFAL)		Crisley Braz Ribeiro Martins
Substitutos		
Secretário Adjunto de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário		José Ricardo Ramos Roseno
Subsecretário de Planejamento e Gestão - Substituto		Marcelo Pellacani Gambini
Subsecretário de Reordenamento Agrário - Substituto		Pedro Henrique Costa Ferreira Vianna
Subsecretário de Agricultura Familiar - Substituto		Francisco Lima Guimarães
Subsecretário de Desenvolvimento Rural - Substituto		Thais Cristini Voltolini
Subsecretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - Substituto		Viviane Pereira da Silva Lago Lima

3.2- Finalidade e competências institucionais

Tabela 4 - Missão, Visão e Valores

Missão	Visão de futuro	Valores
Promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva, a ampliação de renda da agricultura familiar e a paz no campo, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.	Ser reconhecido nacional e internacionalmente como ator fundamental na construção de um meio rural com equidade, com mais oportunidades de renda e vida, mais humano, com inclusão produtiva e social e respeito ao meio ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com o interesse público, a solidariedade, a ética e a transparência; • Gestão democrática com participação social; • Valorização e respeito às pessoas; • Redução das desigualdades regionais, de renda, de gênero, de raça, de etnia e de geração nas áreas rurais; • Valorização das diversidades do Brasil Rural; • Responsabilidade econômica, social

e ambiental;

- Integração com parceiros públicos e privados;
- Valorização e qualificação dos recursos humanos e dos ambientes de trabalho do Ministério;
- Busca permanente por eficiência e inovação.

Tabela 5 - Normas da UJ

Normas da UJ	
Norma	Endereço para acesso
Decreto nº 8.889 -Estrutura	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/D8889.htm
Decreto nº 9.282 - Estrutura	http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/02/2018&jornal=515&pagina=1
Constituição Federal, art. 184	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
Lei 4.504 –Estatuto da Terra	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm
Lei nº 10.267 – Cadastro Nacional e Imóveis Rurais	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10267.htm
Lei nº 13.465 - Regularização fundiária na Amazônia Legal	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm
Lei 13.001 – Reforma agrária e liquidação de créditos	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/Lei/L13001.htm
Decreto Nº 8473 – Gêneros alimentícios	http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8473.htm
PORTARIA Nº 60, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009 – Regimento interno	http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/legisla%C3%A7%C3%A3o-da-estrutura-organizacional
Outros documentos	Endereço para acesso
Mapa estratégico	http://nead.mda.gov.br/public/files/cartilha-pe-2017.pdf
Portaria DOU nº 424 – Institui o Planejamento estratégico	http://nead.mda.gov.br/public/files/portaria-424-pe.pdf
Portaria DOU nº 566 – Detalha o Planejamento Estratégico	http://nead.mda.gov.br/public/files/portarias/portaria-566-17-setembro-atualiza-planejamento-estrategico.pdf
Organograma	http://nead.mda.gov.br/

3.3- Ambiente de atuação

3.3.1- Ambiente interno

A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), anteriormente institucionalizado como Ministério do Desenvolvimento Agrário, atua no âmbito das questões agrárias e fundiárias para atender a demanda pelo desenvolvimento rural, focando na agricultura familiar, produção de alimentos saudáveis, acesso à terra e qualidade de vida no campo.

Necessário destacar a mudança que teve início no final do ano de 2016, na estrutura interna e no status do órgão que passou a ser uma Secretaria Especial vinculada à Casa Civil durante o ano de

2018. A mudança refletiu em um novo organograma com subsecretarias e coordenações reestruturadas. Nesse contexto, o presente relatório reúne informações sobre a gestão das ações da Sead a partir do Planejamento Estratégico vigente, com metas e ações pautadas por outra estrutura e cenário, fator que se reflete nos resultados obtidos.

Dessa forma, a gestão das ações será apresentada a partir dos programas estruturantes finalísticos e de gestão que estruturam o documento de Planejamento, incluindo sua atualização através da portaria nº 566 de setembro de 2018, sendo eles: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Acesso à Terra, Programa de Valorização da Juventude Rural, Programa de promoção da autonomia de mulheres rurais, Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, Programa de Fortalecimento da Ater, e Programa de Fomento à Comercialização e Organização Produtiva. Sendo os programas de gestão: Programa Internacional da Agricultura Familiar, Programa de Articulação Institucional e Parcerias, Programa de Comunicação Institucional, Programa de Integração Organizacional, Programa de Modernização da Gestão, Programa de Inteligência Corporativa e Programa de Desenvolvimento de Pessoas.

Ainda que diante das atualizações e modificações estruturais no órgão, as ações da Sead continuaram em execução, monitoramento e avaliação durante o ano de 2018, permitindo o atendimento dos gargalos e desafios, bem como atuação em prol do desenvolvimento rural.

Atuação das DFDAs

A SEAD conta com as Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário, criadas pelo Decreto nº 5.033/2004. Tratam-se de unidades descentralizadas que monitoram, supervisionam, gerenciam e executam atividades relacionadas as atribuições legais da Secretaria, presentes nos vinte e seis Estados da Federação e no Distrito Federal. O objetivo é estabelecer uma maior aproximação entre as políticas públicas e os beneficiários, possibilitando maior acesso às políticas de maneira integrada e dinâmica.

Em 2018 as Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário nos Estados aprimoraram sua atuação nas políticas públicas, mediante: execução e acompanhamento de programas e ações; interlocução com a sociedade civil; participação no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável; acompanhamento dos colegiados territoriais e dos conselhos municipais; com prefeituras municipais e com o Ministério Público; e com a fiscalização de contratos e convênios.

3.3.2- Ambiente externo

Em 2018, a Sead depreendeu esforços para, diante das mudanças estruturais, manter o desempenho e o monitoramento sobre as políticas públicas. No âmbito da Subsecretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), essa atuação implicou no fomento a ações como o Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf), Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), Programa de Promoção da Autonomia das Mulheres Rurais, Programa de Valorização da juventude Rural, Assistência Técnica e Extensão Rural para Povos e Comunidades Tradicionais (ATER/PCT), Arca das Letras, entre outros.

No que se refere a política de ATER, com a efetivação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) como promotora da execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural no Brasil, a extensão rural no Brasil celebrou em 2018, 70 anos de existência. Durante o ano, o resultado dos contratos de Ater sofreram com atrasos e gargalos monitorados através da Secretaria, prevendo a integração do de sistemas de dados da Agência (Siater) para fortalecer o acompanhamento das informações.

O órgão avançou ainda na criação do Selo Nacional da Agricultura Familiar (Senaf), instituído pela Portaria nº 654, que revogou a Portaria nº 129, de 07 de março de 2018 que instituía o selo de identificação da participação da agricultura familiar (SIPAF). O novo selo trata-se de uma ferramenta de identificação e rastreamento de produtos oriundos da agricultura familiar, promovendo o fortalecimento do segmento entre consumidores e a população.

A Sead assinou ainda um acordo de cooperação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para oficializar o cumprimento da compra mínima de 30% de produtos da agricultura familiar pelos estados e municípios, gerando reforços para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Em abril de 2018 foram retomadas as atividades do Condraf, através da posse de representantes que, desde decreto nº 9.186/2017, passarão a ser 44 membros (22 representantes de órgão de governo e 22 representantes de organizações ou entidades da sociedade civil).

A Secretaria fortaleceu também a produção agrícola através do fortalecimento da Safra 2018-2019 da agricultura familiar, com aumento de recursos para R\$ 31 bilhões, redução do teto de juros para 4,6%, e aumento do limite do teto da agricultura familiar, que a partir de 1º de julho passou a ser de R\$ 415 mil. Ainda no sentido de fortalecer as ações e políticas públicas, cinco Acordos de Cooperação Técnica foram assinados e junho para ampliar em 30% a compra de alimentos da agricultura familiar pelo Pnae.

O Plano Safra 2017/2020 consiste em um conjunto de ações para o fortalecimento da agricultura familiar, sob 10 eixos de atuação que visam oferecer segurança jurídica da terra com titulação e regularização fundiária, seguro da produção, assistência técnica e extensão rural, além de ações para o Semiárido, entre outras.

As políticas de acesso à terra e regularização fundiária da Sead também tiveram sua execução fortalecidas pelos Decretos nº 9.263 e nº 9.309, que previram melhorias para importantes programas da secretaria, beneficiando agricultores em todo o território nacional. Os decretos regulamentam a lei complementar que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e dispõe sobre a regularização fundiária das áreas rurais.

Com a garantia de acesso à terra, a Sead oferece condições para que trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam acessar e comprar um imóvel rural através de financiamento por meio do PNCF. O programa ainda dá suporte à construção da casa, preparação do solo, compra de implementos e assistência técnica para que se desenvolvam com independência.

Em função de ajustes necessários à sustentabilidade do PNCF, o programa foi estruturado em novo formato. O novo PNCF tem como principais alterações a regionalização e a maior qualificação dos projetos, novas linhas de crédito, ampliação dos perfis de renda e patrimônio, do prazo de financiamento, bem como do teto de R\$ 80 mil para R\$140 mil. Para acompanhar todo o processo e dar agilidade às contratações, foram criadas ainda Unidades Gestoras do Crédito Fundiário nas Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário (DFDAs), que irão atuar em parceria com as Unidades Técnicas Estaduais (UTEs), ampliando a capacidade de solução dos possíveis gargalos.

Na região da Amazônia Legal, a SEAD realiza a regularização fundiária de terras públicas federais remanescentes, por meio da Subsecretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SERFAL), a qual coordena o Programa Terra Legal. O trabalho consiste em legalizar as propriedades rurais e urbanas como forma de garantir a segurança jurídica e de permitir que os agricultores acessem outras políticas públicas. O foco em 2018 foi o aprimoramento de atividades operacionais, principalmente, de diagnóstico da situação dos processos nos escritórios de campo e de aprimoramento dos mutirões, com a sistematização de processos mais ágeis, assistência técnica e assessoramento para as agências estaduais e federais.

Além disso, o Terra Legal seguiu os passos já iniciados em 2017, concentrando-se na melhoria dos controles internos, gestão de riscos, cruzamento de bases de dados com outras instituições, implementação do painel de gestão eletrônico e aprimoramento das metodologias de diagnóstico da demanda fundiária. Uma mudança significativa ainda em 2017, que repercutiu no ano seguinte, foi a conversão da Medida Provisória 759/2016 na Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, que instituiu mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da união.

Essa conjuntura impactou na estrutura orçamentária e financeira da SERFAL, uma vez que, com alteração do artigo 33 da Lei 11.952 de 2009, transferiu-se em definitivo as competências referentes à regularização de terras públicas federais na Amazônia Legal do Incra para a Sead. Sendo

assim, o Terra Legal passou a ter uma Unidade Gestora (UG) na própria estrutura da Sead, deixando de executar o seu orçamento por intermédio do Incra. Essa ação consistiu em uma etapa importante para reduzir a burocracia e viabilizar o registro contábil das glebas públicas federais no patrimônio da União.

Quanto à execução em 2018, o Terra Legal emitiu 2.437 títulos rurais. Os resultados do programa foram abaixo do esperado, fato que se justifica pela reprogramação orçamentária financeira do Incra para a Sead, fato que inviabilizou alguns aspectos planejados, tais como mutirões.

3.3.3- Organograma

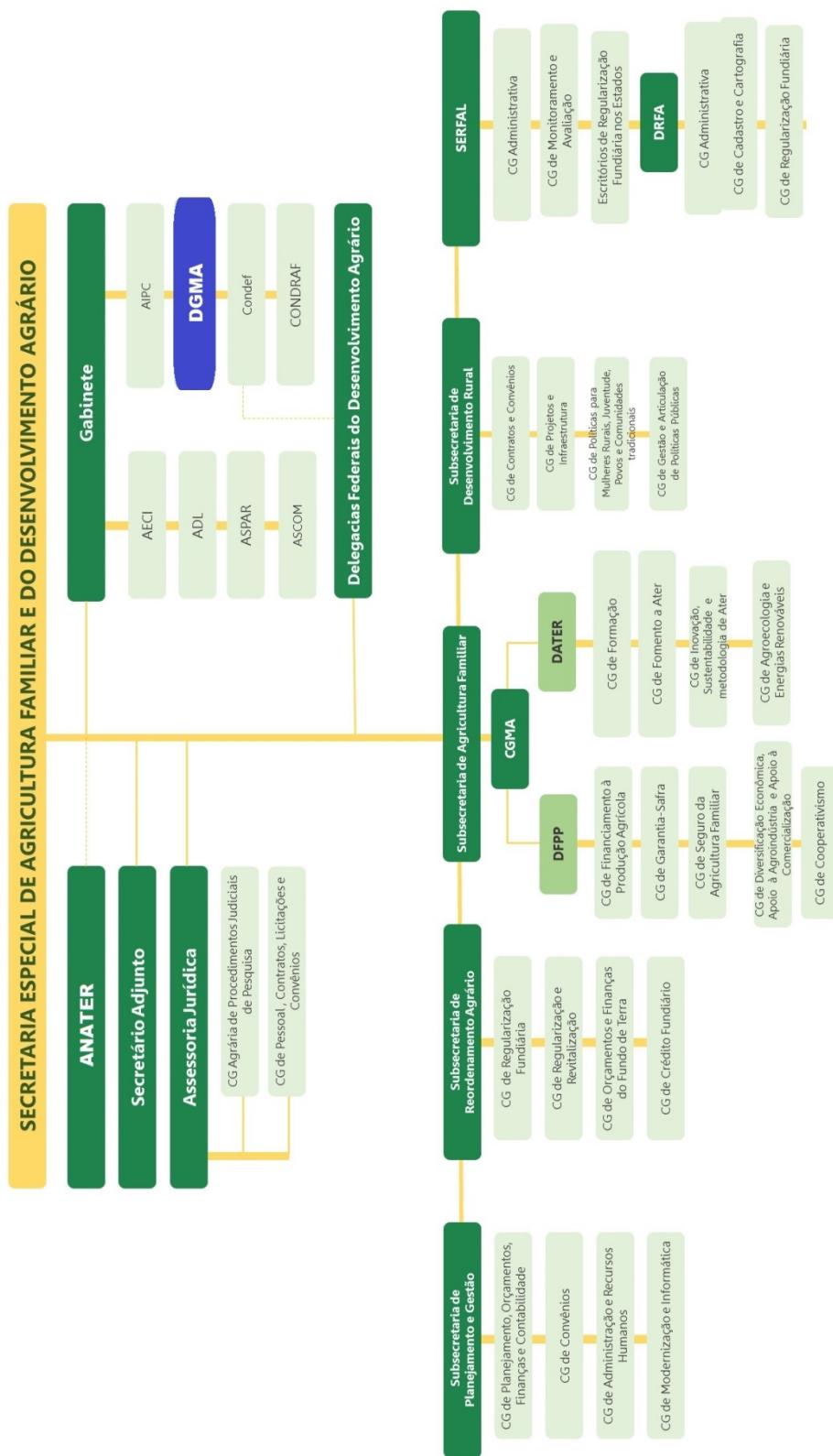


Figura 1- Organograma

4- Planejamento estratégico e governança

4.1- Mapa Estratégico

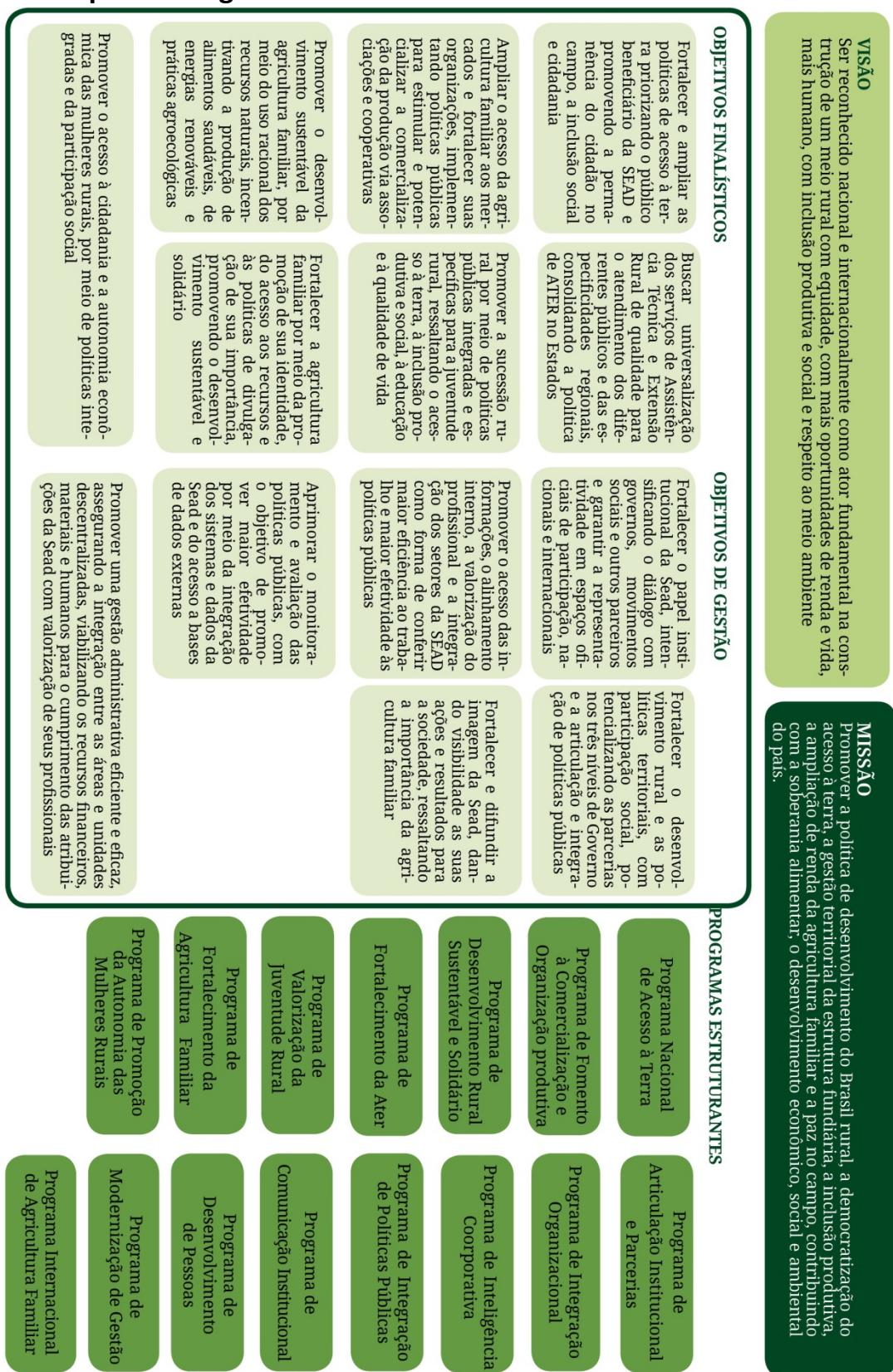


Figura 2 - Mapa estratégico

4.2 Estruturas de governança



Figura 3 - Quadro de governança

Tabela 6 - Quadro de governança - legenda

Legenda			
Instâncias externas de governança	Instâncias externas de apoio à governança	Instâncias internas de governança	Instâncias internas de apoio à governança
Responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes, não estando vinculadas a apenas uma organização.	Responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança.	Responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público servindo de elo entre principal e agente.	Realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração.

4.3- Relacionamento com a sociedade

4.3.1 Canais de acesso do cidadão

De forma a garantir o atendimento às demandas do cidadão, e em apoio à Ouvidoria da Secretaria de Controle Interno da Secretaria Geral da Presidência da República – CISET/SG - PR, esta Secretaria Especial, em novembro de 2017, aderiu ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal - e-Ouv, desenvolvido pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU).

Uma das finalidades desse canal de atendimento é oportunizar ao cidadão o direito de se manifestar e ter sua demanda atendida, como também promover a transformação das manifestações de insatisfação, em ações que estimulem o aperfeiçoamento das atividades desempenhadas pela Sead.

Com vistas a facilitar o acesso ao referido sistema por parte do cidadão, o Sítio Eletrônico da Secretaria Especial disponibiliza os links para o e-Ouv (<http://www.mda.gov.br/sitemda/ouvidoria-0>), por meio dos quais podem ser registradas as manifestações do tipo solicitação, reclamação, denúncia, elogio ou sugestão, que versem sobre atividades afetas à agricultura familiar e ao desenvolvimento agrário.

As manifestações registradas no e-Ouv são encaminhadas diretamente aos titulares das unidades da Sead e, após subsídios da respectiva área, há o envio da resposta ao cidadão. Tal procedimento tem possibilitado o retorno ao cidadão das providências que estão sendo adotadas pela Secretaria, bem como o acompanhamento dos casos até que sejam esgotadas as possibilidades de resolução.

Atualmente a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), disponibiliza em média nove meios de comunicação para que a sociedade possa realizar reclamações e solicitar informações, além de ter acesso diariamente aos conteúdos publicados sobre a pauta trabalhada neste órgão, como editais, licitações, informações sobre as políticas públicas, novidades, cases e curiosidades.

O principal meio de comunicação é o portal da Sead www.mda.gov.br, pois nele estão disponíveis, em sua página principal (home) cinco canais:

Contatos

No link “Contatos” (<http://www.mda.gov.br/sitemda/contato>), os usuários têm acesso aos e-mails, telefones e endereço das áreas que mais recebem solicitação de informações e esclarecimentos como a Assessoria de Comunicação, Gabinete, Assessoria Parlamentar e principais políticas públicas como o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Ouvidoria

Este canal visa garantir o direito de todo cidadão de se manifestar e de receber resposta, e propor ações para estimular a participação popular, a transparência e a eficiência na prestação de serviços pela Sead.

Ao clicar em “Ouvidoria” (<http://www.mda.gov.br/sitemda/ouvidoria-0>), o usuário tem cinco opções de interação: Solicitação, Reclamação, Denúncia, Sugestão e Elogio.

Quem é quem

Disponível também na home do portal da Sead o “Quem é quem”

(<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/quem-%C3%A9-quem>), disponibiliza aos usuários as informações dos cargos de coordenação e funções atuais do órgão. Nas informações de cada área estão disponíveis telefone e e-mail para que o usuário possa entrar em contato.

Sistema de Informação ao Cidadão

O Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) é o canal para solicitar pedidos de dados, conforme disposto na Lei de Acesso à Informação (LAI). Acesso: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sic>.

Delegacias Federais

O link das “Delegacias Federais” (<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/delegacias-federais-do-mdm>) tem o mesmo intuito do “Quem é quem”, pois deixa disponível as informações de cargos, e-mails, telefones e endereço dos representantes da Sead em todo o país. Assim todos os cidadãos brasileiros têm informações mais acessíveis.

A partir de 2017, a Sead, através da Diretoria de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação (Nead), disponibiliza on-line o “Painel de Políticas da Sead” que é o acompanhamento da execução física de grande parte das políticas e programas da Sead, com periodicidade regular e com filtros para os níveis nacional, estadual e por município, que pode ser acessado em: <http://nead.mda.gov.br/politicas>.

Essa ação visa dar mais transparência ao trabalho do órgão e governança da sociedade. Além disso, também é importante destacar que em 2018 a Sead também disponibilizou diversas bases de dados através da publicação do Plano de Dados Abertos 2017-2018, acessível em: <http://nead.mda.gov.br/pda>.

4.3.2- Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Além dos canais de comunicação disponíveis no portal, a Sead possui três redes sociais (também sinalizadas na home do portal), onde os usuários enviam diariamente: dúvidas e sugestões.

Facebook

A principal rede é o “Facebook” (<https://www.facebook.com/mdagovbr>), hoje com 212.774 seguidores, que interagem com a Sead através de comentários em publicações e mensagens privadas dentro da própria plataforma. É nessa rede social que a Sead possui maior interação com os seguidores (via mensagens diretas - inbox).

Instagram

A segunda rede com grande interação é o “Instagram” (<https://www.instagram.com/mdagovbr>), nele os usuários podem comentar as imagens publicadas e também enviar mensagens privadas dentro da própria plataforma. Hoje o Instagram da Sead tem 19.300 seguidores.

Twitter

A terceira rede social da Sead que funciona de canal de comunicação para sanar dúvidas, enviar sugestões e/ou reclamações é o “Twitter” (<https://twitter.com/mdagovbr>). Atualmente são 85.400 seguidores.

Nas três redes sociais citadas, quando as dúvidas não são sanadas pela equipe de redes, os usuários são orientados a entrar em contato através do endereço eletrônico faleconosco@mda.gov.br, mais um canal disponibilizado pela Sead. Os questionamentos recebidos por e-mail são respondidos brevemente caso a assessoria tenha posse da informação solicitada. Dependendo de outras áreas, as respostas são enviadas em até 72h.

4.3.3- Mecanismos de transparéncia das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Tabela 7 - Acesso à informação

Acesso às informações do MDA		
Outros documentos	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Mapa estratégico	http://head.mda.gov.br/public/files/cartilha-pe-2017.pdf	2 anos
Portaria DOU nº 424 – Institui o Planejamento estratégico	http://head.mda.gov.br/public/files/portaria-424-pe.pdf	2 anos
Portaria DOU nº 566 – Detalha o Planejamento Estratégico	http://head.mda.gov.br/public/files/portarias/portaria-566-17-setembro-atualiza-planejamento-estrategico.pdf	anual
Relatórios de evolução dos objetivos estratégicos	http://head.mda.gov.br/planejamento/indice/2018	mensal
Indicadores de desempenho utilizados na gestão	http://head.mda.gov.br/public/files/portarias/portaria-566-17-setembro-atualiza-planejamento-estrategico.pdf	anual
Relatórios de gestão	http://head.mda.gov.br/planejamento/documento	anual
Estrutura organizacional - Decreto nº 8.889 - Estrutura	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/D8889.htm	
Estrutura organizacional - Decreto nº 9.282 - Alteração Estrutura	http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/02/2018&jornal=515&pagina=1	Não se aplica
Organograma	http://head.mda.gov.br/	não se aplica
Portaria nº 60, de 20 de novembro de 2009 – Regimento interno	http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/legisla%C3%A7%C3%A3o-da-estrutura-organizacional	não se aplica
Portaria MDA nº 19 de 03/04/2009 – Regimento interno	http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/legisla%C3%A7%C3%A3o-da-estrutura-organizacional	não se aplica

5- Gestão de risco e controles internos

5.1 Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos

Controles Internos têm por finalidade disponibilizar uma segurança razoável para que os objetivos da Unidade sejam alcançados, e para tanto, seu funcionamento e implementação tornam-se indispensáveis. Assim, o monitoramento dos controles internos, incluindo aí a avaliação de sua capacidade para evitar ou reduzir a probabilidade de ocorrência ou os impactos advindos de eventos não previstos e indesejáveis, torna-se essencial. Considerando o modelo de avaliação do sistema de controles internos mais utilizado mundialmente, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário baseou sua avaliação nos seguintes componentes:

Ambiente de Controle

Responsável por proporcionar a atmosfera na qual os servidores desenvolvem suas atividades, é no ambiente de controle que se pode identificar a internalização da cultura de controle, de integridade e dos valores éticos presentes no ambiente organizacional. Inicialmente, a SEAD ao estar inserida no corpo da Presidência da República se beneficia diretamente de toda a estrutura voltada à supervisão da ética e integridade da Presidência, o que reflete diretamente a atuação da Coordenação de Procedimentos Administrativos Disciplinares - CPAD no acompanhamento de eventuais indícios de fraudes e desvios identificados na Secretaria. Publicado o Decreto Nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que trata a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e substitui o Programa de Fomento à Integridade Pública (PROFIP). Cabe ressaltar ainda que foi publicado em 08 de fevereiro de 2018, a nova estrutura organizacional da SEAD, o Decreto nº 9.282, de 07 de fevereiro de 2018, na busca de uma otimização das atividades finalísticas em favor de uma melhor efetividade das políticas públicas, além de empoderar seu corpo de dirigentes por meio do aumento da legitimidade no desenvolvimento de suas responsabilidades.

Riscos

No ano de 2018, dando sequência a implantação e implementação da metodologia de Gestão de Riscos na Sead, foi instituída a Comitê de Governança, Riscos e Controles. A Portaria Nº 540/2017, foi alterada. A Nova Portaria com a instituição do Comitê da Governanças, Riscos e Controles passa a vigorar com o Nº 617/2018, publicada no dia 05/10/2018. Por meio do Decreto Nº 9.282, de 07 de fevereiro de 2018, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - Sead designou à Diretoria de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação – DGMA a assessoria e coordenação sobre a Gestão de Riscos da SEAD. A equipe da DGMA criou um módulo no SIMOG para Gestão de Riscos e vem sendo utilizado para realizar a gestão e monitoramento dos riscos identificados na categoria “operacional”, ligados a projetos e processos, “conformidade”, ligados a normas e legislações, e de “comunicação” que tratam, relatórios. Os riscos ligados a Estratégia ainda não foram trabalhados. No ano de 2018, cerca de 12 equipes vêm implantando a metodologia de Gestão de Riscos conforme indicação da Direção. As equipes em questão são: Programa Garantia Safra, PNCF, Pronaf, Processos da CPAD, RH, compras, licitações e contratos, Convênios, Titulação de Terras, Projetos de Ater Novas Demandas e Ater Acompanhamento. Também estão sendo trabalhados os riscos relacionados a Integridade. Foram estabelecidas as orientações para que os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional adotem procedimentos para a estruturação, a execução e o monitoramento de seus programas de integridade e dá outras providências através da publicação da Portaria Nº 1.0879, de 25 de abril de

2018, da Controladoria Geral da União –CGU. Atendendo ao Comunicado da CGU em 06 de julho de 2018, a SEAD participou dos Encontros para tratar dos assuntos sobre o Plano de Integridade e atender as orientações dispostas na Portaria Nº 1.089/2018. A Portaria Nº 1.089/2018, previu um processo incremental de instituição dos programas de integridade, dividido em fases para os órgãos federais. A primeira fase, cujo prazo venceu em 11 de maio de 2018, foi a designação de uma unidade de gestão da integridade, que é responsável pela coordenação da estruturação, execução e monitoramento do programa de integridade, conforme publicado no Decreto Nº 9.282/2018 da SEAD, citado acima. A Sead apresentou todos os trabalhos dentro dos prazos conforme cronograma da CGU. Fluxo interno para verificação das situações de nepotismo - 30 de junho. Instituição da Comissão de Ética – 30 de julho. Fluxo Interno para análise de consultas sobre conflito de interesses – 30 de julho. Fluxo interno para tratamento de denúncias – 30 de agosto. Designação da área responsável pela condução de processos disciplinares – 30 de setembro. Levantamento dos principais riscos para a integridade e estabelecimento de medidas de tratamento – 30 de outubro. A fase seguinte, cujo prazo termina em 30 de novembro de 2018, é a aprovação do plano de integridade. O Plano de Integridade foi publicado através de Boletim Interno da Sead em 30 de novembro de 2018, através da Portaria Nº 683/2018.

Atividades de Controle

Com a finalidade de contribuir para que os objetivos da Unidade sejam efetivados, as atividades de controle tornam-se inerentes aos processos da SEAD. Dessa maneira, o resultado da implementação da metodologia de gestão de riscos trará um aprimoramento significativo na primeira linha de defesa, presente em todos os níveis da organização.

Cabe destacar o esforço da SEAD na implementação e manutenção de atividade de controle de detecção no que se refere às avaliações de desempenho operacional por meio de painel, disponível no site (<http://nead.mda.gov.br/politicas>), que apresenta para a sociedade indicadores que permitem avaliar as políticas públicas da Secretaria tanto em relação à evolução temporal, como em relação ao alcance das metas inicialmente definidas.

Em complemento, diante da importância da Tecnologia da Informação (TI) para o desenvolvimento das atividades da SEAD, existe uma preocupação recorrente com os controles gerais de TI, abrangendo a estrutura, política e os procedimentos aplicáveis a todos os sistemas de informação, devidamente contemplados no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETIC) e no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC). Há de se destacar neste contexto a busca pela implementação do aprimoramento dos processos de segurança da informação por meio da devida atualização da Política de Segurança da Informação.

Informação e Comunicação

Os resultados dos controles preventivos e detectivos precisam ser devidamente comunicados de maneira a proporcionar informações apropriadas, oportunas, atuais, precisas e acessíveis, possibilitando tomadas de decisões tempestivas e efetivas.

Nesse interim, além dos meios de comunicação já comumente utilizados para propagar as informações, como: as ferramentas de e-mails, vídeos institucionais, redes sociais ou páginas na Internet, cita-se a adesão da SEAD ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como iniciativa de fortalecimento do fluxo das informações, na medida que disponibiliza um sistema de informação que proporciona um acesso seguro aos destinatários das informações com atualizações de novos eventos em tempo real, além de contribuir com a sustentabilidade ambiental, mudando o paradigma da utilização do papel como suporte físico para a documentação institucional.

Monitoramento

Fatores internos ou externos podem de alguma maneira mudar os objetivos ou riscos organizacionais uma vez identificados e tratados pelas atividades de controle. Assim, a qualidade dos controles deve ser monitorada, buscando-se o efetivo funcionamento na busca dos objetivos estabelecidos.

No que se refere ao monitoramento contínuo, realizado ao longo das atividades, a Política de Gestão de Riscos da SEAD, publicada por meio da Portaria Nº 541/2017, veio fortalecer esse procedimento, na medida que define como uma de suas diretrizes a execução continuada do monitoramento ao longo de todo o processo de gerenciamento de riscos, assim como estipula, como responsabilidade do gestor de riscos, o monitoramento do risco ao longo do tempo, de modo a garantir que as respostas adotadas resultem na manutenção do risco em níveis adequados. Além da Portaria Nº 541/2017, a IN MP Nº 01/2016, o Decreto Nº 9.203/2017, a Portaria Nº 1.089/2018, também apoiam e reforçam os esforços a serem compreendidos para que o controle e monitoramento sejam realizados conforme as normas. As atividades relacionadas ao Plano de Integridade também estão inseridas neste contexto, e acompanhadas pela criação do Comitê de Governança, Riscos e controles através da Portaria Nº 617/2018, e também da criação do Plano de Integridade através da Portaria Nº 683/2018.

Cabe ressaltar a elaboração e utilização do módulo de Gestão de Riscos no Sistema de Monitoramento Estratégico e Gestão – SIMOG, que trata o monitoramento da implantação da gestão de riscos na Sead e o monitoramento mensal das atividades de implementação de melhorias e boas práticas. Recursos utilizado na Sead pela equipe da DGMA que monitora indicadores estratégicos e atividades relacionadas a Gestão como um todo.

Já no que tange às avaliações separadas, a participação dos Órgãos de Controle tem contribuído de sobremaneira no aprimoramento dos controles internos e melhoria dos processos, a exemplo das auditorias de conformidade do TCU nas operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário, e na Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), além das Fiscalizações de Orientação Centralizada no Programa Terra Legal e na prestação de serviços que promovam a inclusão social, em especial a diretriz de inclusão produtiva da população mais vulnerável e pobre do país. Assim, considera-se que a Secretaria Especial de Agricultura Familiar tem buscado constantemente o aprimoramento do seu sistema de controles internos, estando seus gestores cientes e em constante patrocínio de sua importância na consecução dos objetivos pretendidos.

6- Resultados da Gestão

6.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos

6.1.1- Programas Estruturantes Finalísticos

Programa Nacional de Acesso à Terra

i. Descrição

Objetivo estratégico

Fortalecer e ampliar as políticas de acesso à terra priorizando o público beneficiário da SEAD e promovendo a permanência do cidadão no campo, a inclusão social e cidadania.

Gestor: Raquel Porto Santori - Subsecretaria de Reordenamento Agrário (SRA)

ii. Análise

ii.a- Apresentação sucinta da situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico em 2018

As perspectivas em relação ao Programa Nacional de Acesso à Terra e seus indicadores, conforme previstos no Relatório de Gestão da Sead veiculado em 2017, eram:

- Conclusão da assinatura do contrato entre a SRA e o Banco do Nordeste do Brasil (BnB);
- Retomada das contratações do PNCF e participação efetiva das DFDAs na operacionalização do Programa com a perspectiva de ampliação do público, considerando o tamanho da estrutura organizacional da SRA, das Delegacias e dos demais parceiros estaduais;
- A atualização das normas do PNCF, adequando-as ao Decreto nº 9.263/2018 e à Resolução prevista para ser publicada pelo Conselho Monetário Nacional.

Além disso, um desafio que se mostrou em destaque foi a ampliação do orçamento, uma vez que o PNCF necessita da disponibilização de recursos não reembolsáveis oriundos do orçamento da União, suficientes para atender a demanda e a criação de um novo sistema do Crédito Fundiário mais robusto e que reduzisse a quantidade de sistemas necessários para operacionalizar o programa.

Já para o Terra Legal, ter disponibilidade de orçamento e financeiro se mostrava também um desafio, em conjunto com ações como a reestruturação de pessoal; revisão de normas infralegais; realização de uma nova licitação para contratação de georreferenciamento; registro contábil das glebas em conformidade com as normas estabelecidas pela SPU; aprimoramento de processos e cruzamento de bases de dados, afim de verificação dos pré-requisitos de titulação e acompanhamento das cláusulas resolutivas e dificuldades operacionais, principalmente relacionado a logística necessária para a implementação da política pública na região amazônica.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

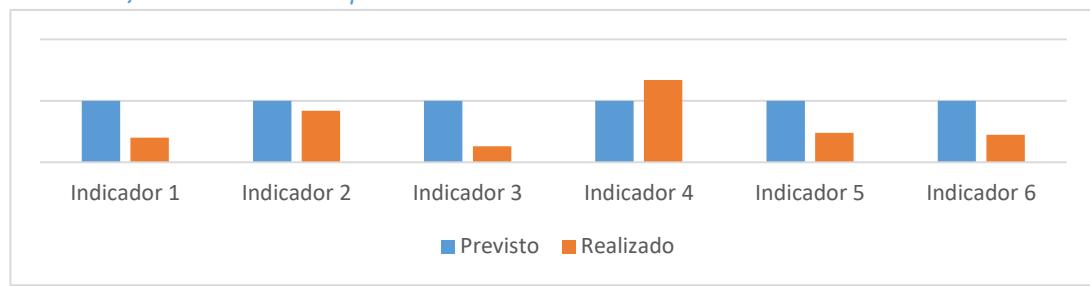


Figura 4 - Indicadores 1 a 6

- Indicador 1:** Nº de títulos rurais emitidos pelo Terra Legal
Indicador 2: Nº de títulos urbanos emitidos pelo Terra Legal
Indicador 3: Nº de famílias beneficiadas no PNCF
Indicador 4: Nº de geocadastros no PCTRF
Indicador 5: Nº de títulos pelo PCTRF
Indicador 6: Nº de Certidões de Reconhecimento de Ocupação (CRO) emitidas

Tabela 8 - Execução física dos indicadores 1 a 6

Análise dos indicadores	2016	2017	2018	
	Realizado	Realizado	Previsto	Realizado
Indicador 1	4.473	2.177	5.259	2.106
Indicador 2	87	77	75	63
Indicador 3	864	290	1.500	391
Indicador 4	-	-	40.000	53.402
Indicador 5	-	-	25.000	11.998
Indicador 6	-	-	20.000	8.953
Legenda	 Conforme planejado	 Merece atenção	 Desconforme	

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Em relação ao nº de títulos rurais emitidos pelo Terra Legal, os mutirões planejados inicialmente para o ano de 2018 não aconteceram em virtude na nova estrutura da SERFAL/SEAD, cuja reprogramação orçamentária financeira passou da SRFA/INCRA para a SERFAL/SEAD, inviabilizando alguns aspectos do planejamento. O plano de ação elencado foi o replanejamento das ações, considerando a nova estrutura dada pelo Decreto 9.309/2018 redistribuindo as metas inicialmente propostas.

Ademais, devido à necessidade de se ajustar o sistema de titulação, não foi possível emitir títulos acima de 01 MF, o que prejudicou também o atingimento das metas estabelecidas.

Outra dificuldade encontrada foi a falta da aprovação do VII Ato da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas Federais por parte da SPU, o que impactou em 7.330 parcelas, prejudicando assim a obtenção da meta estabelecida. O plano de ação para correção do desvio previu ações administrativas como a aprovação do VII Ato da Câmara Técnica e o acompanhamento da atualização do Sisterleg e agilidade na homologação dos ajustes do sistema.

Por fim, a alteração de uma portaria (portaria MDA nº 80) e restrições financeiras impactaram em reprogramação de ações previstas ou cancelamento de ações ao longo do período.

Já para o nº de Títulos Urbanos emitidos pelo Terra Legal, o indicador foi executado parcialmente ao longo do 1º semestre sendo necessária uma redistribuição da meta de títulos ao longo do ano.

A justificativa para tal se deveu pelo aguardo das manifestações de desinteresse da SPU e parecer do Ministério das Cidades quanto aos aspectos urbanísticos, com plano de ação prevendo treinamento e supervisão para os escritórios com maior número de processos, complementação de documentação para finalização dos títulos e mudança de domínio do Incra para a sede da Sead e trabalho das pendências de alguns processos que ainda não se encontravam aptos à titulação.

Para o PNCF, a razão para o atingimento parcial da meta se deu devido a necessidade de os agentes bancários priorizarem análises das dificuldades de sistema. Assim, as propostas foram encaminhadas com pendências que geraram diligências e atrasos nas contratações, prevendo como plano de ação encaminhamento aos agentes financeiros de propostas mais qualificadas, monitoramento e auxílio a essas diligências e em função da insuficiência orçamentária acessória.

Em relação ao número de geocadastrados no PCTRF, indicador inserido em 2018, embora o indicador tenha apresentado oscilação no comportamento ao longo do ano, houve atingimento da meta tanto para número de títulos quanto número de geocadastrados pelo PCTRF.

A justificativa para isso se deu por questões administrativas como pelo atraso na liberação de recursos de convênios, dificuldades impostas pelo período eleitoral, além da demora de alguns estados em depositar os recursos de contrapartida. Assim, um Plano de ação previu gestão junto aos convenentes para ganho de agilidade em processos licitatórios, de geocadastro, processos de titulação e liberação dos recursos pendentes.

Por fim, em relação ao número de Nº de Certidões de Reconhecimento de Ocupação (CRO), indicador inserido em 2018, questões administrativas e de sistemas e a falta de assinatura do Termo de Acordo do ciclo XVIII da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas Federais foram responsáveis pelo não atingimento da meta.

iii.b- Principais desafios e incertezas para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

O principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), bem como as perspectivas e novos cenários para a continuidade das políticas públicas e suas novas diretrizes.

Programa de Fomento à Comercialização e Organização Produtiva

i. Descrição

Objetivo estratégico

Ampliar o acesso da agricultura familiar aos mercados e fortalecer suas organizações, implementando políticas públicas para estimular e potencializar a comercialização da produção via associações e cooperativas.

Gestor:

Humberto Thomé Pereira - Subsecretário de Agricultura Familiar (SAF)

ii. Análise

ii.a- Apresentação sucinta da situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico em 2018

Para a Coordenação Geral de Energias Renováveis, a perspectiva era de reformular o Selo Combustível Social com o aprimoramento do alcance de seus principais objetivos a partir das reuniões do Grupo de Trabalho instituído, fomentar outras fontes renováveis de energia, como a solar, eólica e biomassa; implementar o Programa Nacional de Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia pela Agricultura Familiar, qualificar a Assistência Técnica oferecida no âmbito do Selo Combustível Social, aumentar a participação da agricultura familiar no PNPB, diversificar a matéria-prima adquirida no âmbito do SCS, reestruturar o quadro de servidores da Coordenação de Energias Renováveis e recompor os recursos orçamentários e financeiros para dar continuidade às ações no âmbito das energias renováveis.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

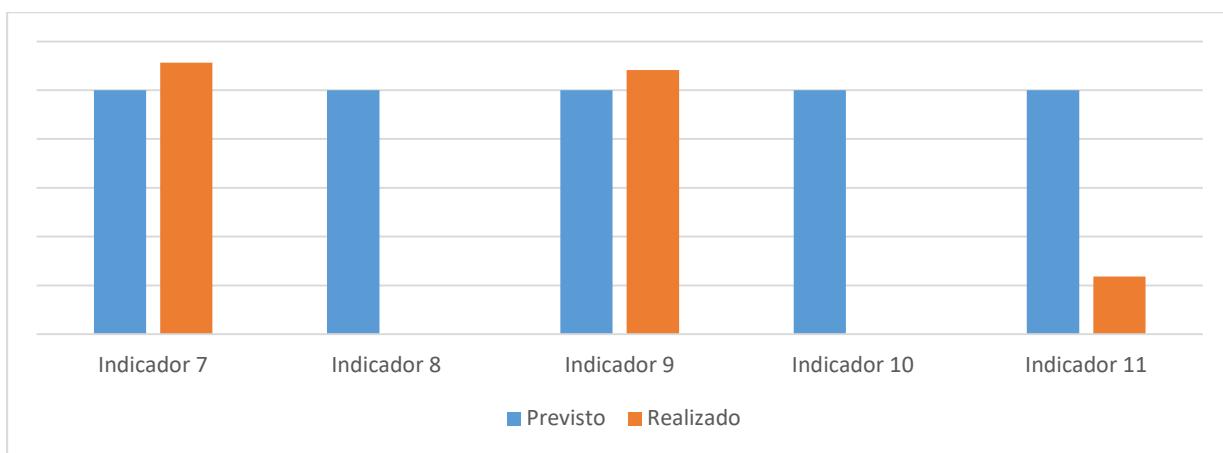


Figura 5 - Indicadores 7 a 11

Indicador 7: Valor das aquisições da Agricultura Familiar no âmbito do selo combustível social (em R\$)

Indicador 8: Nº de Organizações Econômicas da Agricultura Familiar atendidas no ATER Mais Gestão

Indicador 9: Volume de matéria prima adquirida da agricultura familiar no âmbito do selo combustível social (mil toneladas)

Indicador 10: Nº de atendimentos a Organizações Econômicas da Agricultura Familiar atendidas no ATER Mais Gestão

Indicador 11: Nº de beneficiários com Selo Sipaf

Tabela 9 - Execução física dos indicadores 7 a 11

Análise dos indicadores	2016		2017		2018	
	Realizado	Realizado	Realizado	Previsto	Realizado	Realizado
Indicador 7	4.100.000.000	3.508.858.425	3.508.858.425	4.545.971.609,8	5.057.791.888,16	5.057.791.888,16
Indicador 8	111	34	34	1.032	0	0
Indicador 9	3.200	3.083	3.083	3.529,31	3.820	3.820
Indicador 10	-	106	106	3.219	0	0
Indicador 11	-	-	-	2.500	591	591
Legenda	Conforme planejado	Merece atenção		Desconforme		

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

O plano de ação diante do desvio previu a revisão do instrumento legal que rege o Selo Combustível Social, com minuta de uma nova portaria que dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social. Um dos pontos para análise elencados foi a inclusão de um novo prazo, possivelmente mensal ou trimestral, para que as empresas e cooperativas incluam as notas fiscais e outras informações necessárias no sistema SABIDO, para que as informações postadas sejam atualizadas de maneira mais célere.

Já para o ATER Mais Gestão, os indicadores Nº de organizações econômicas da agricultura familiar atendidas pelo Mais Gestão e Nº de atendimentos a organizações econômicas da agricultura familiar atendidas pelo Mais Gestão não apresentaram evolução na execução durante o ano. Isso ocorreu, uma vez que, embora tenha sido estimado na elaboração do Planejamento Estratégico que a Anater já estaria com contratos assinados e em execução, no entanto isso não ocorreu. Houve atraso da Agência para a contratação, com expectativas de que nos meses

seguintes houvesse alguma execução em andamento. Além disso, o alcance da meta também foi prejudicado pelo fato do indicador depender de dados da Anater, os quais não foram apresentados. Para isso foi previsto como plano de ação a integração SGA/Siater para obtenção desses dados, observando ainda que não havia contratos vigentes para o público específico no Siater.

Por fim, o indicador nº de beneficiários com Selo Sipaf teve inicialmente sua execução acima do previsto em janeiro, em função das ações de mobilização realizadas em dezembro de 2017 terem ampliado a demanda. Todavia, devido às questões administrativas e a não realização das oficinas em função do período eleitoral, houve prejuízo das atividades de divulgação e mobilização através das oficinas e participação em eventos, o que resultou na redução do número de beneficiários no segundo semestre de 2018. Para isso, foi elaborado um plano de ação, o qual previu a retomada das atividades de oficinas regionais com o apoio das delegacias, no intuito de ampliar o volume de publicações e, assim atingir o número de beneficiários propostos, ampliando ainda a participação das Delegacias Federais da Sead nos eventos do Sipaf.

Além disso, houve a publicação da portaria nº 654, de 9 de novembro de 2018, a qual instituiu o Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF) revogou a Portaria nº 129, de 07 de março de 2018 que instituiu o selo de identificação da participação da agricultura familiar (SIPAF).

iii.b- Principais desafios e incertezas para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Em relação ao Selo SIPAF, para superar os gargalos ao longo de 2018, foi previsto para o próximo ano, uma nova metodologia de trabalho baseada nas alterações e inovações advindas da portaria nº 654, de 9 de novembro de 2018, para um melhor dimensionamento das metas e expectativas de atendimento para o selo nacional da agricultura familiar.

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

i. Descrição

Objetivo estratégico

Fortalecer a agricultura familiar por meio da promoção de sua identidade, do acesso aos recursos e às políticas de divulgação de sua importância, promovendo o desenvolvimento sustentável e solidário.

Gestor: Humberto Thomé Pereira - Subsecretário de Agricultura Familiar (SAF)

ii. Análise

ii.a- Apresentação sucinta da situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico em 2018

Em relação ao Programa de Fortalecimento da Agricultura, a perspectiva era de que alguns desafios fossem alcançados como:

- Ampliação do número total de contratos realizados, pois o número vem decrescendo nas últimas safras;
- Otimização da operacionalização e ampliação do número de contratos das linhas especiais (Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Floresta, Pronaf Produtivo Orientado, Pronaf Jovem, Pronaf Mulher e Pronaf Semiárido);
- Redução das taxas de juros de custeio e investimento;
- Ampliação dos limites de financiamento de custeio e investimento por mutuário por ano safra;
- Ampliação e atualização da atual renda de enquadramento do Pronaf (R\$ 360.000 nos últimos 12 meses).

Encontravam em discussão no Congresso Nacional e no Poder Executivo propostas de reformulação nas políticas públicas para seguro rural.

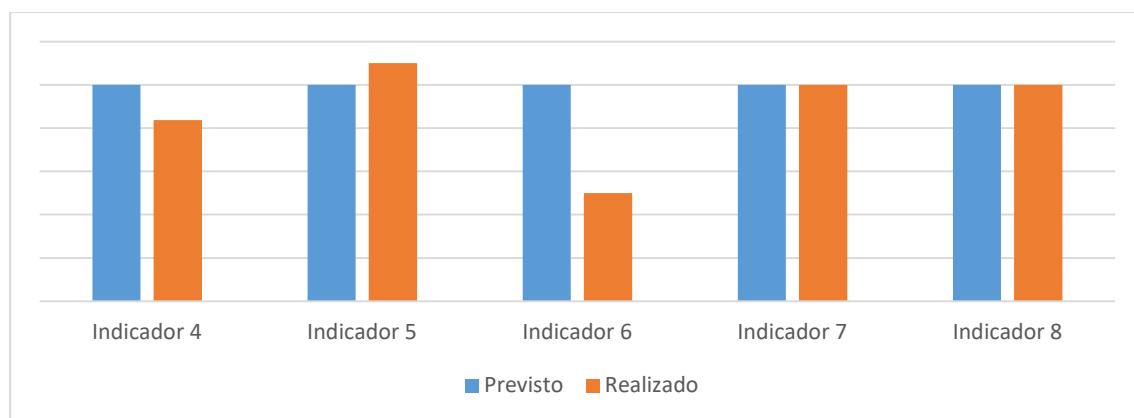
Além disso, ações de monitoramento do SEAF estavam sendo trabalhadas como desenvolvimento de um novo modelo de supervisão da comprovação de perdas para promoção de controle da sinistralidade e o bom uso dos recursos públicos, preservando os bons resultados do Programa nessas áreas.

Já em relação ao Programa do Garantia-Safra, a perspectiva era ter acesso a outras bases governamentais em tempo real para diminuição de incidência de beneficiários sem perfil para permanência no Programa, além da necessidade de um sistema robusto que permitisse realizar todos os procedimentos de perda de forma automatizada.

E por fim, do ponto de vista do público beneficiário do Garantia-Safra, o grande desafio era conseguir articulação de um conjunto de políticas públicas que contribuíssem para mitigar o efeito da seca na renda daquelas famílias, principalmente e democratizar o acesso à terra e o acesso à água, condições necessárias para a convivência com o Semiárido.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Figura 6 - Indicadores 12 a 16



Indicador 12: Nº de operações de crédito do Pronaf

Indicador 13: Nº de agricultores aderidos ao Garantia Safra

Indicador 14: Nº de municípios aderidos ao Garantia Safra

Indicador 15: Valor total segurado no SEAF

Indicador 16: Percentual de Implantação do Projeto de Cadastro de Peritos - SEAF

Tabela 10 - Execução física dos indicadores 12 a 16

Análise dos indicadores	2016		2017		2018	
	Realizado		Realizado		Previsto	Realizado
Indicador 12	1.648.116		1.638.596		1.506.172	1.575.171
Indicador 13	991.853		1.477.185		928.496	885.671
Indicador 14		1.220		1.927		1.205
Indicador 15		-	10.312.820.277,35		9.258.085.442,1	10.981.578.430,33
Indicador 16		-		-		99,9
Legenda	 Conforme planejado		 Merece atenção		 Desconforme	

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Em relação ao PRONAF, houve grande represamento de operações de investimento em novembro e dezembro de 2017 devido ao impasse gerado com a impenhorabilidade dos imóveis rurais de agricultores familiares. Dessa forma, devido à demanda reprimida de meses anteriores e solução apresentada pelos agentes financeiros, houve uma maior execução de operações de investimento entre os meses de fevereiro e junho de 2018 em comparação aos meses do ano anterior (2017), com consultas realizadas no Item 8.2 da MDCR/BCB, e à Matriz de Dados do Crédito Rural (BACEN).

Já em relação ao Garantia Safra, a área executou dentro do planejado, exceto nos meses de abril, no qual executou cerca de 12% do previsto com desvio justificado pela decisão dos agricultores em não aderir ao programa. A justificativa para esse resultado foi que o calendário de adesões legalmente já havia se encerrado no início de abril. Já em outubro a meta foi executada bem acima da prevista. Segundo a área isso ocorreu em decorrência da adesão da safra 2018/2019 ter sido iniciada em outubro para Bahia/R1, Minas Gerais e Piauí/R1. O resultado final para o período foi de 885.671 agricultores aderidos contra uma meta de 928.496 agricultores aderidos.

Dando continuidade, em relação ao nº de municípios aderidos ao Garantia Safra, houve oscilação de desempenho do indicador em razão de antecipação de adesão para safra 2018/2019 ou demora dos municípios na homologação e entrega dos boletos, informando que foram comunicadas às coordenações estaduais para monitoramento dos procedimentos junto aos municípios como plano de ação. Assim, não houve impacto no resultado final.

Ademais, em relação ao valor total segurado no SEAF em R\$ houve execução acima do planejado, subestimando o resultado nos meses de julho e agosto devido ao movimento de contratações fora dos padrões de sazonalidade das contratações do seguro e nos meses de resultado parcial foi solicitada nova remessa de dados do Bacen para verificação de inconsistências e correção de informações.

Por fim, o percentual de implantação do projeto de cadastro de peritos - SEAF foi executado abaixo da meta planejada, sendo necessário uma atualização das metas no Planejamento Estratégico da Sead para conclusão dos documentos e encaminhamento à ASJUR.

iii.b- Principais desafios e incertezas para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

O principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), bem como as perspectivas e novos cenários para a continuidade das políticas públicas e suas novas diretrizes.

Programa de Fortalecimento da ATER

i. Descrição

Objetivo estratégico

Buscar universalização dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural de qualidade para o atendimento dos diferentes públicos e das especificidades regionais, consolidando a política de ATER no Estados.

Gestor: Humberto Thomé Pereira - Subsecretário de Agricultura Familiar (SAF)

ii. Análise

ii.a- Apresentação sucinta da situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico em 2018

Os cortes e contingenciamentos orçamentários impostos desde 2015 influenciaram negativamente no desempenho das metas em 2018. A LOA 2018 indicou uma disponibilização

orçamentária na ordem de R\$ 184.383.018,00, desconsiderando-se possíveis cortes e contingenciamentos, o que representou uma redução de 9,6% da dotação em relação ao exercício 2017.

O início do ano de 2018 marcou a consolidação da Anater como executora das ações de ATER em âmbito nacional. Assim, todo o planejamento da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD visou buscar melhorias nos quesitos operacionais do contrato de gestão com a referida agência, verificando a gestão estratégica de suas ações e provendo esforços para a aferição dos resultados da política pública por meio dos processos de avaliação e monitoramento.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

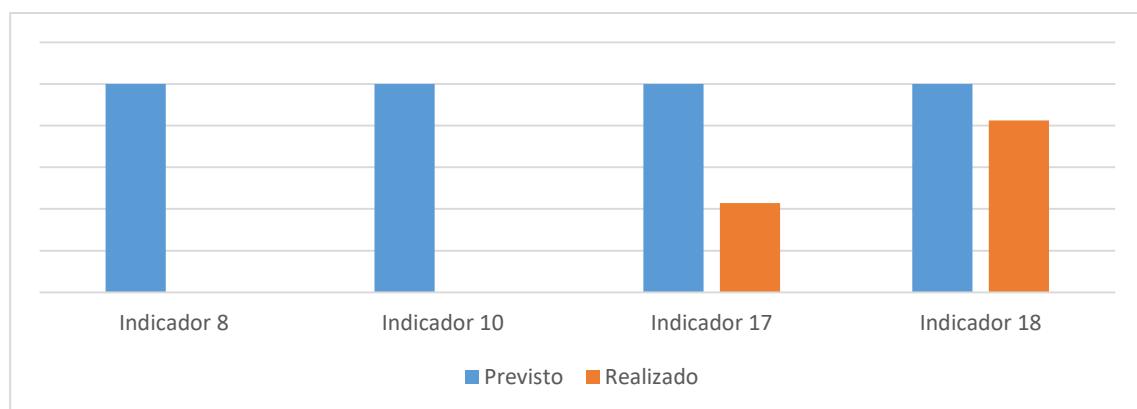


Figura 7 - Indicadores 8, 10, 17 e 18
Os indicadores 8 e 10 compõem programas estruturantes anteriores

Indicador 8: Nº de Organizações Econômicas da Agricultura Familiar atendidas no ATER Mais Gestão

Indicador 10: Nº de atendimentos a Organizações Econômicas da Agricultura Familiar atendidas no ATER Mais Gestão

Indicador 17: Número de atendimentos de ATER

Indicador 18: Número de beneficiários de ATER

Tabela 11 - Execução física dos indicadores 8, 10, 17 e 18

Análise dos indicadores	2016		2017		2018	
	Realizado		Realizado		Previsto	Realizado
Indicador 8	111		34		1.032	0
Indicador 10	-		106		3.219	0
Indicador 17	-		437.440		219.996	94.075
Indicador 18	277.078		138.747		51.969	42.874
Legenda	Conforme planejado		Merce atenção		Desconforme	

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

As ações de ATER ficaram focadas ao acompanhamento e gestão de instrumentos previamente firmados. A consolidação da ANATER como promotora da execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural no Brasil fez com que a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER atingisse um novo patamar. A agência, por meio de Instrumento Específico, realizou pactuações diretamente com os Estados, dando celeridade ao

trâmite para o início da execução dos serviços de ATER. Em 2018, como em 2017, não foram lançadas novas chamadas públicas de ATER, uma vez que esta atribuição vem sendo exercida legalmente pela Agência.

O esforço empreendido foi no sentido de preparar e selecionar novas demandas para execução da política pública pela Agência, bem como construir conjuntamente novos instrumentos visando contratações específicas.

Dessa forma, o ano de 2018 é marcado por esforços para aferição dos resultados da política pública de ATER de modo a captar os atendimentos dessa ação, agricultores beneficiados e organizações econômicas atendidas por meio de um sistema de monitoramento nominado de SGA.

O número de organizações econômicas da agricultura familiar atendidas no Ater Mais Gestão (indicador 8) não apresentou execução durante todo o ano o ano de 2018. Já o indicador 10, nº de atendimentos a organizações econômicas da agricultura familiar atendidas no Ater Mais Gestão também não apresentou execução durante todo o ano de 2018. Em razão de atrasos na execução das contratações pela Anater, as formalizações ocorreram somente no fim do ano e ocorreram incompatibilidades de integração do sistema SGA para a prestação do resultado, dessa forma, a apuração do resultado foi prejudicada.

O indicador 15, nº de atendimentos de Ater, teve execução parcial em toda apuração mensal no ano de 2018, culminando com o baixo desempenho do resultado do ano, perfazendo somente 48,2% de execução da meta prevista. O baixo desempenho novamente pode ser atribuído a baixa prestação de informações pelas contratadas, a reduzida formalização de novos contratos da Anater e os repasses tardios de recursos para as contratações. No âmbito da Sead, as ações de ATER ficaram restritas ao acompanhamento e gestão de instrumento firmado entre a União, por intermédio da SEAD, com a ANATER, esta formalmente instituída como agência promotora da execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural no Brasil. A agência, por meio do contrato de gestão, vem recebendo recursos orçamentários de ATER para as ações, o que tem aumentado a disponibilidade financeira para a execução de metas finalísticas. Porém, a agência não vem apresentando a contabilização e disponibilização dos dados prestados no SGA (sistema da Anater), o que tem afetado o resultado do Programa Estruturante de Fortalecimento de ATER.

O Nº de beneficiários de Ater, indicador 16, teve execução satisfatória nos meses de maio e dezembro, execução acima do estimado de agosto a novembro e, resultado abaixo do esperado nos demais meses. Em análise ao resultado total acumulado, o resultado não atingiu a meta estipulada para o ano de 2018, alcançando 82,5% dos beneficiários previstos. A frustração na formalização de novos contratos da ANATER, bem como os atrasos no pagamento das notas fiscais dos serviços aprovadas foram fatores que mais contribuíram para a baixa execução. O resultado também pode ter sido afetado pela falta de preenchimento das contratadas. Como expectativa para o ano de 2019, prevista para reverte o quadro, os dados extraídos do SIATER foram estimados para serem atualizados mensalmente de acordo com o preenchimento das contratadas. Entre abril e outubro, o desvio também foi acrescido pela falta de contabilização dos dados do SGA (sistema da Anater), com proposta de somar esses dados ao resultado obtido tão logo fossem disponibilizados.

iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Os cortes e contingenciamentos orçamentários impostos desde 2015 tem influenciado negativamente o desempenho das metas. O cenário econômico é desfavorável.

Em 2019, restando o quesito operacional à cargo da Anater, a Sead poderá realizar a gestão estratégica de suas ações, dedicando maior esforço à aferição dos resultados da política pública por meio do aperfeiçoamento dos processos de avaliação e monitoramento. Assim, espera-se a disponibilização dos dados do SGA (sistema da Anater) a SEAD, e dessa forma, realizar a soma dos dados ao resultado obtido no ano de 2018.

Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

i. Descrição

Objetivo estratégico

Promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, por meio do uso racional dos recursos naturais, incentivando a produção de alimentos saudáveis, de energias renováveis e práticas agroecológicas.

Gestor: Humberto Thomé Pereira - Subsecretário de Agricultura Familiar (SAF)

ii. Análise

ii.a- Apresentação sucinta da situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico em 2018

As propostas iniciais para 2018 foram centradas no desafio de elevar o número de agricultores familiares que adotam sistemas produtivos agroecológicos. A articulação com as áreas de comercialização e crédito da Sead também se mostraram fundamentais para a instituição de novas políticas públicas para incorporação da concepção produtiva agroecológica para a agricultura familiar, além de dar continuidade às ações já desenvolvidas no fomento do acesso ao Pronaf Agroecologia, pois a pretensão inicial foi de ampliar o número de operações contratadas em 10% durante o ano de 2018. Dessa forma, o desafio foi reforçar as articulações com as unidades da federação para fortalecimento das agendas estruturantes da agroecologia nos estados e municípios.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

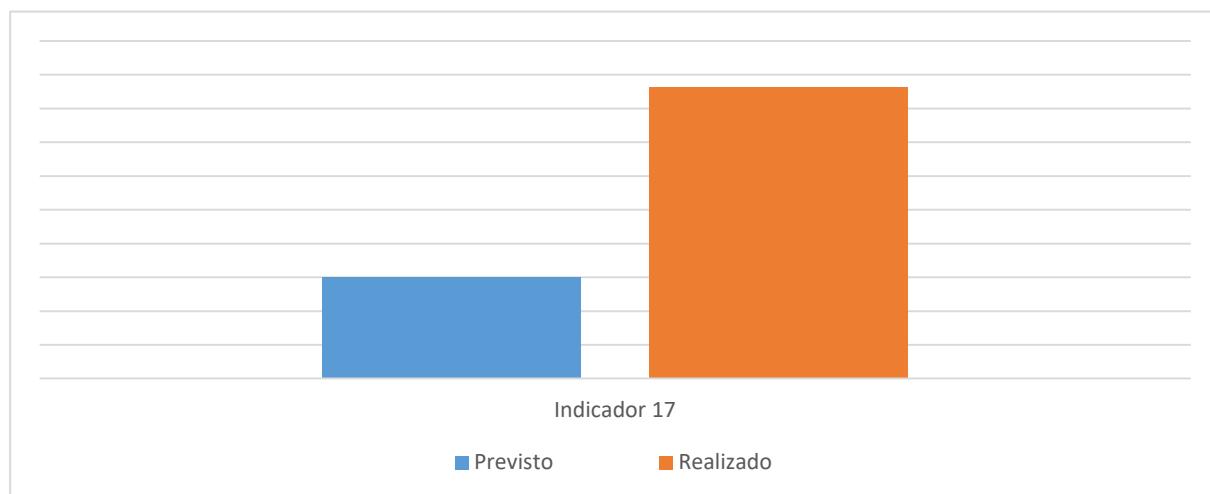


Figura 8 – Indicador 17

Indicador 17: Nº de operações de crédito das linhas Pronaf Sustentabilidade

Análise dos indicadores	2016		2017		2018	
	Realizado		Realizado		Meta	Realizado
Indicador 17	-		-		4.738	5.005
Legenda	█ Conforme planejado	█ Merece atenção	█ Desconforme			

Tabela 12 - Execução física do indicador 17

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

O indicador é composto por mais três indicadores, sendo eles: Nº de operações de crédito do Pronaf Agroecologia, Nº de operações de crédito do Pronaf Floresta e Nº de operações de crédito

do Pronaf Eco. O desenvolvimento de cada indicador que compõem as linhas do Pronaf Sustentabilidade foram:

Pronaf Agroecologia:

Historicamente, as operações no primeiro trimestre são menos expressivas por conta de ajustes nos próprios agentes financeiros, logo, em janeiro a execução foi insatisfatória, prevendo desenvolvimento de ações junto à equipe de Crédito da SAF para fomentar o acesso a esta linha de crédito para melhora do resultado do indicador. Já em março, junho e agosto o desvio, pelo resultado acima da meta foi justificado por um aumento substancial nas operações contratadas na Paraíba, estado responsável por mais de metade das contratações nesta linha do Pronaf, desde a sua criação.

Em novembro e dezembro a execução foi insatisfatória, considerando que a meta foi ajustada de iniciais 606 contratações para 900 considerando o aumento das contratações do ano. Até agosto, os resultados obtidos somavam pouco mais de 50% do que havia sido inicialmente estimado, com a tendência de crescimento arrefecendo, porém, mantendo o crescimento inicial de 35% em relação ao exercício anterior. Para equalizar a diferença vista no começo do ano, a estimativa para os últimos meses de 2018 foram superestimadas prevendo ajuste das estimativas para 2019 em conjunto com a equipe de crédito rural.

Pronaf Eco:

Entre janeiro e agosto o resultado ocorreu acima do previsto em decorrência de um aumento considerável no acesso ao Pronaf ECO no final do ano. Ainda que os dados de janeiro e fevereiro tenham ficado abaixo de 100 operações, se mostraram acima do estimado, por conta da tendência de contratação do ano anterior.

Para sanar os desvios, foi indicado pela área o trabalho para melhor compreensão do acesso ao Pronaf ECO, conhecendo as ações realizadas junto aos quatro principais estados que acessaram a linha (Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

Em junho, o resultado além do planejado ocorreu em função do acesso dos agricultores ao financiamento de sistemas de geração de energia, a partir de fontes renováveis, especialmente solar. Em agosto o resultado foi subestimado, com resultado acima do previsto em decorrência do substancial aumento do acesso ao financiamento de sistemas de geração de energia para agricultores familiares na região sul, com destaque para o estado de Santa Catarina, que apresentou um aumento de mais de 300% no número de contratos em relação ao mês anterior, elevando consideravelmente o valor do resultado em relação à meta prevista.

Em outubro a execução se manteve parcial, com desvio justificado pelo aumento de 40% em relação ao mês anterior e prevendo, como plano de ação, a manutenção das ações de incentivo de acesso a esta modalidade de crédito.

A meta foi ajustada de iniciais 660 contratações para 1900 e, até agosto, os resultados obtidos somavam pouco mais de 3 vezes o que havia sido inicialmente estimado. Para equalizar a diferença vista no começo do ano, a estimativa para os últimos meses de 2018 foram superestimadas. Por isso, em novembro e dezembro, com execução parcial, a meta foi propositalmente superestimada para equilibrar o resultado a partir de setembro, frente à previsão anual ajustada.

Pronaf Floresta:

Conforme os resultados de 2017, houve uma curva descendente no total de contratações do Pronaf Floresta. Os números atingidos no primeiro semestre encontravam-se dentro desta tendência com definição de estratégias para aumentar o acesso ao Pronaf Floresta, a partir de avaliação sobre o que causou a redução. Em maio o resultado foi acima do esperado devido ao bom desempenho nas contratações no estado do Pará, responsável por 107 contratações no referido mês (de um total de 192). Em junho e outubro, o aumento da execução foi justificado pelo aumento do acesso ao financiamento na região Norte, incluindo além do Pará o Amapá responsáveis conjuntamente por 72% do total de contratos.

Em agosto, apesar da execução acima em meses anteriores, a execução total esteve abaixo, em parte devido à redução no número de contratos nos estados da Bahia e Pará em relação ao mês

anterior, prevendo foco nas regiões Norte e Nordeste para aumento do número de contratações. Entre setembro e dezembro, o resultado foi acima do previsto, em função do destaque para o Pará, Amapá, Bahia, e para os contratos na região Norte.

iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

O principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), bem como as perspectivas e novos cenários para a continuidade das políticas públicas e suas novas diretrizes.

Programa de Valorização da Juventude Rural

i. Descrição

Objetivo estratégico

Promover a sucessão rural por meio de políticas públicas integradas e específicas para a juventude rural, ressaltando o acesso à terra, à inclusão produtiva e social, à educação e à qualidade de vida.

Gestor: Kleber de Vasconcellos Viana - Subsecretário de Desenvolvimento Rural (SDR)

ii. Análise

ii.a- Apresentação sucinta da situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico em 2018

Dentro do programa estrutura, o desafio foi a inserção do público de jovens nas linhas do programa PNCF após sua reformulação, tendo em vista a extinção da linha específica para jovens (Nossa Primeira Terra).

O Relatório de Gestão destacou a necessidade de implementar ações de divulgação do programa específicas para os jovens e formatar recortes no programa que incentivem a adesão da juventude.

Em relação ao Pronaf Jovem, o desafio proposto foi promover maior acesso dos jovens através de campanhas informativas junto aos agentes financeiros, além de técnicos e extensionistas. É importante destacar que o cenário econômico adverso dos últimos anos permaneceu em 2018 e o número de contratos do Pronaf tem um histórico de queda nos últimos períodos (23,4% entre 2015 e 2017), realidade em que também se insere o Pronaf Jovem.

Com relação à ATER, foi dada continuidade às ações em parceria com a Anater no sentido de construir conjuntamente diretrizes e ações direcionadas à ampliação do atendimento de jovens, considerando suas especificidades na prestação do serviço. O desafio foi garantir a contratação de ATER específica para a juventude tendo em vista o cenário de ajuste fiscal.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

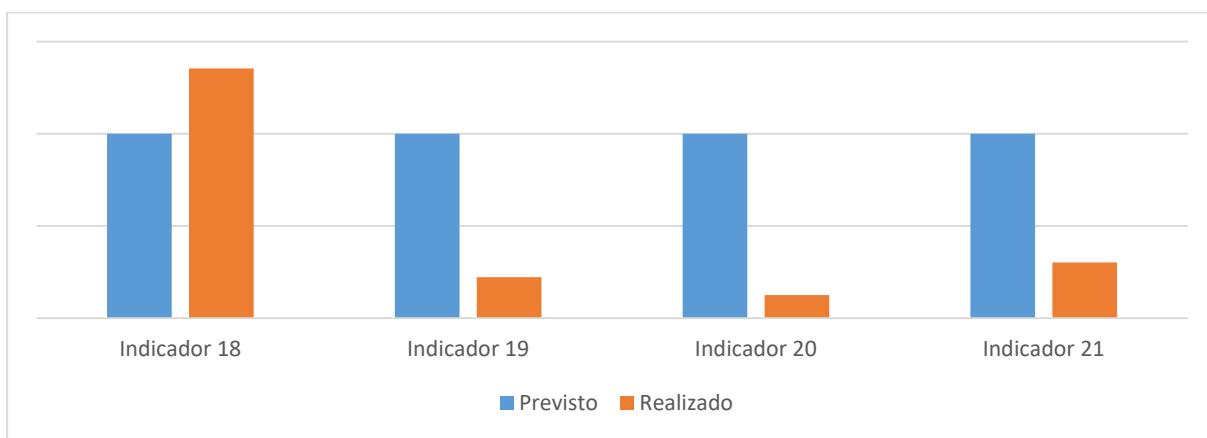


Figura 9 - Indicadores 18 a 21

Indicador 18: Nº de operações de crédito do PRONAF JOVEM

Indicador 19: Nº de JOVENS beneficiados no PNCF

Indicador 20: Nº de atendimentos de jovens com ATER

Indicador 21: Nº de agricultores familiares JOVENS beneficiários de ATER

Análise dos indicadores	2016	2017	2018	
	Realizado	Realizado	Previsto	Realizado
Indicador 18	364	490	370	501
Indicador 19	296	118	450	100
Indicador 20	-	33.142	22.000	2.757
Indicador 21	24.937	12.912	5.197	1.572
Legenda	Conforme planejado	Merece atenção	Desconforme	

Tabela 13 - Execução física dos indicadores 18 a 21

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Nº de operações de crédito do Pronaf Jovem foi executado acima em grande parte dos meses, subestimando a meta inicial. Os desvios foram justificados pelos dados de operações de crédito ter caráter dinâmico, e segundo a área sofrem variações mensalmente. Em decorrência da dinâmica do dado, o plano de ação indicado foi acompanhar os resultados mensais para uma avaliação mais realista. As metas foram dadas pelo cálculo da meta de 2018, realizado em conjunto com a Coordenação-Geral de Financiamento à Produção da SAF, considerando o histórico dos últimos anos e o cenário econômico previsto para 2018.

Com relação ao PNCF, em fevereiro, com execução acima do previsto, o desvio ocorreu devido à retomada recente dos contratos com os agentes financeiros, que estavam suspensos até o final de 2017, bem como à reestruturação do programa, com a recente publicação de novo Decreto. O plano de ação previsto foi acompanhar a retomada da operacionalização do programa a partir dos novos critérios e linhas de financiamento, implementando estratégias para a inclusão do público jovem, considerando que a linha Nossa Primeira Terra foi extinta.

Nos meses de março, abril e maio o desvio foi justificado por problemas no SIG-CF, que impossibilitaram o encaminhamento das propostas de financiamento para os agentes financeiros, com plano de ação prevendo a resolução dos problemas.

No segundo semestre, os desvios ocorreram, por pendências encontradas nas propostas, exigindo devolução para correções e prejudicando o andamento da contratação das propostas, com plano de ação prevendo encaminhamento de propostas mais qualificadas para os agentes financeiros.

A meta foi calculada em conjunto com a Coordenação-Geral de Financiamento à Produção da SAF, considerando o histórico dos últimos anos e o cenário econômico previsto para 2018.

Em relação à ATER, Os indicadores tiveram execução insatisfatória durante todo o ano, justificado pela queda no número de atendimento de jovens com ATER, segundo a área proporcional à queda no número de atendimentos de ATER para o público em geral. No planejamento 2018 foi previsto que 10% do atendimento de ATER fosse direcionado para os jovens. Os resultados apresentados nos meses mencionados ficaram, dentro do previsto em termos proporcionais. O plano de ação apresentado previu a necessidade de monitoramento da execução da meta nos meses seguintes, avaliando se a grande queda se manteria, e prevendo a revisão das mesmas para que fossem proporcionais às metas referentes ao acesso de jovens à Ater.

Em abril, o desvio se apresentou com justificativa diferente, demonstrando que a queda prevista nos atendimentos também ocorreu em função da computação apenas dos dados do Siater, sem contar no cálculo os dados do SGA/Anater.

No segundo semestre, a área previu em seu plano de ação, a revisão das metas para os meses seguintes, a partir da revisão feita pelo DATER/SAF para a ATER geral, indicando em outubro a necessidade de dialogar com a Anater para que os dados do SGA possam ser enviados mensalmente à Sead para serem computados no Simog.

Em dezembro a execução foi insatisfatória, justificada pela impossibilidade de obter os dados referentes ao mês de dezembro, com plano de ação prevendo busca aos dados atualizados que constam no Siater, afim de consolidar resultados e inseri-los na reabertura do sistema.

iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

O principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), bem como as perspectivas e novos cenários para a continuidade das políticas públicas e suas novas diretrizes.

Programa de Promoção da Autonomia das Mulheres Rurais

i. Descrição

Objetivo estratégico

Promover o acesso à cidadania e a autonomia econômica das mulheres rurais, por meio de políticas integradas e da participação social.

Gestor: Kleber de Vasconcellos Viana - Subsecretário de Desenvolvimento Rural (SDR)

ii. Análise

ii.a- Apresentação sucinta da situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico em 2018

No âmbito do Programa de Promoção da Autonomia das Mulheres Rurais, o desafio foi inserir o público de mulheres rurais nas linhas do programa PNCF após sua reformulação, tendo em vista que algumas ações poderiam impactar negativamente a participação de mulheres no acesso ao crédito fundiário. Em função disso, foi necessário pensar em ações de divulgação do programa com detalhamento específico para as mulheres.

No caso do Pronaf, o desafio foi promover maior acesso das mulheres às linhas de crédito oferecidas, através de campanhas informativas junto aos agentes financeiros, além de técnicos e extensionistas, visando otimizar a operacionalização da linha Pronaf Mulher.

Com relação à ATER, o desafio foi uma aproximação necessária com a Anater para a construção conjunta de ações de assistência técnica direcionadas às mulheres, tendo em vista suas especificidades.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

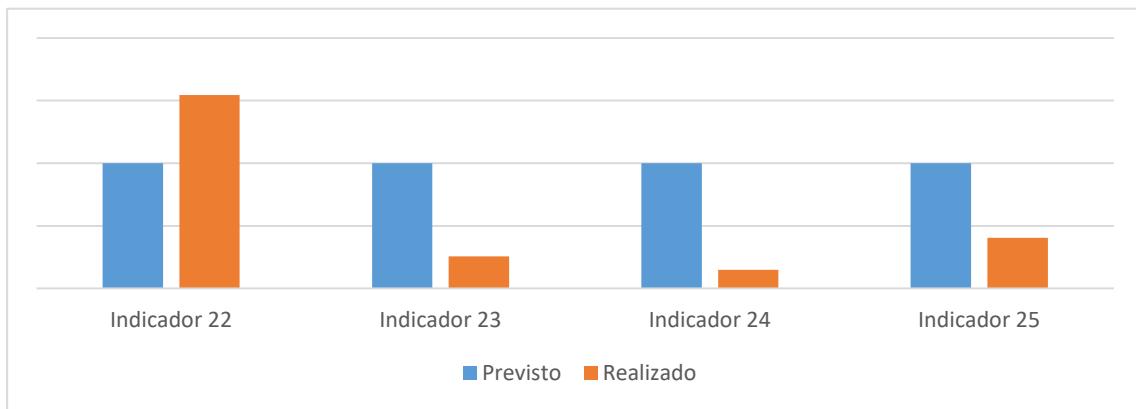


Figura 10 - Indicadores 22 a 25

Indicador 22: Nº de operações de crédito para MULHERES do PRONAF

Indicador 23: Nº de MULHERES beneficiadas no PNCF

Indicador 24: Nº de atendimentos de agricultoras familiares mulheres com ATER

Indicador 25: Nº de agricultoras familiares mulheres beneficiadas com ATER

Tabela 14 - Execução física dos indicadores 22 a 25

Análise dos indicadores	2016		2017		2018	
	Realizado		Realizado		Previsto	Realizado
Indicador 22	494.791		536.494		318.556	492.309
Indicador 23	152		83		375	96
Indicador 24	-		141.495		87.998	13.138
Indicador 25	98.210		56.848		20.788	8.431
Legenda	Conforme planejado	Merece atenção		Desconforme		

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

O indicador Nº de operações de crédito para MULHERES do PRONAF foi executado acima do previsto durante todo o ano de 2018, subestimando a meta inicial, informando que o desvio ocorreu pelo fato do dado de operações de crédito ser dinâmico e sofrer variações mensalmente. Dessa forma, o plano de ação indicou que o desvio se insere na própria dinâmica do dado e, portanto, não indica necessariamente um problema na meta, sendo necessário acompanhar as aferições seguintes para uma avaliação mais realista.

Com relação ao PNCF, a execução foi insatisfatória no panorama geral do ano, o indicador teve execução conforme a meta entre janeiro e abril e no mês de julho, execução subestimada em maio, parcial em agosto e abaixo da meta prevista em junho, setembro e outubro.

Em janeiro e fevereiro o desvio ocorreu em função do dado de operações de crédito ser dinâmico e sofrer variações mensalmente. Dessa forma, o desvio constatado se insere na própria dinâmica do dado e, portanto, não indica necessariamente um problema na meta. O plano de ação previa verificar junto à SRA a situação dos contratos com os agentes financeiros, efetivando novos contratos e definindo linhas de crédito fundiário específicos para mulheres.

Entre março e abril, a subsecretaria enfrentou problemas no SIG-CF para o encaminhamento das propostas de financiamento para os agentes financeiros, o que impossibilitou a contratação dos financiamentos esperados para o período. Para correção, foi viabilizado o encaminhamento de propostas de financiamento para os agentes financeiros visando efetivação de novos contratos, com

verificação junto à SRA da resolução do problema e definição de linhas de crédito fundiários específicas para mulheres.

Em junho o problema no SIG-CF foi solucionado, mas como as pendências encontradas exigiam devolução das propostas para correção, esse fato gerou atrasos e execução insatisfatória no mês. Para sanar a questão, foi previsto o encaminhamento de propostas mais qualificadas, aumentando a quantidade de propostas contratadas, dialogando ainda com os estados para uma análise mais criteriosa das propostas. Até o fim de 2018, essa razão permeou os resultados do indicador, com número maior de mulheres beneficiadas em novembro, em decorrência da demanda represada.

Em relação à ATER, os indicadores tiveram execução insatisfatória durante de janeiro a novembro, com os desvios justificados em decorrência da contabilização apenas dos dados do Siater. Não forma contemplados os dados inseridos no SGA/ Anater e a queda ocorrida nos resultados mensais foram proporcionais à queda no número de atendimentos de ATER para o público em geral. O plano de ação para correção do baixo desempenho previu monitoramento da execução da meta de atendimento de UFPs durante os meses, avaliando se a grande queda se mantinha ou se precisaria ser revista, bem como a execução dos dados do SGA/ Anater. Em dezembro o resultado foi zero, pois não foi possível obter dados referentes ao mês, com plano de ação buscando os dados que constam no Siater, para consolidação dos resultados, e inserção dos mesmos na reabertura do sistema.

iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

O principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), bem como as perspectivas e novos cenários para a continuidade das políticas públicas e suas novas diretrizes.

7- Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

O monitoramento e avaliação das políticas e ações da Sead avançou substancialmente de 2017 a 2018, com a implantação de ferramentas e mecanismos para acompanhar o desempenho das ações dentro da estrutura do Planejamento Estratégico. Através da atuação da Diretoria de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação (DGMA), ligada ao Gabinete, foram implementados e aprimorados mecanismos como a gestão dos riscos, acompanhamento de projetos, processos, desempenho das metas do planejamento e ainda um painel com dados atualizados das principais políticas do órgão. Todas as ferramentas têm gestão integrada e ocorrem de forma a integrar os resultados monitorados considerando a lógica de atuação do órgão.

Dessa forma, atualmente a Secretaria conta com um Escritório de Gestão de Projetos, que monitora cerca de oito projetos em vigência, avaliando e acompanhando o impacto direto das ações desenvolvidas através de cada Subsecretaria responsável. Mais informações sobre o Escritório podem ser acessadas na página: <http://nead.mda.gov.br/projeto>.

O Escritório de Gestão de Processos também atua, como unidade organizacional composta por participantes com competências gerenciais e de gestão de processos de forma a auxiliar a condução das atividades nessa frente de trabalho na Sead. Mais informações sobre o Escritório podem ser acessadas na página: <http://nead.mda.gov.br/processo>.

Já a gestão de riscos foi implantada, e encontra-se em fase de ampliação, atuando no planejamento, organização, direção e controle de recursos humanos e materiais para minimizar ou aproveitar os riscos e incertezas para atingir os objetivos estratégicos do órgão. Mais informações podem ser acessadas na página: <http://nead.mda.gov.br/riscos>.

A área realizada ainda o monitoramento mensal das metas do Planejamento Estratégico através do Simog, Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão, criado a partir do Planejamento Estratégico em vigor, e alimentado pelas áreas com validação de coordenadores. Ao início de cada ciclo de monitoramento mensal, os gestores recebem relatórios com os resultados parciais, para verificar avanços e gargalos.

O Simog só pode ser acessado pelas equipes envolvidas, e foi desenvolvida uma ferramenta pública que reúne essas informações, o Painel de Políticas da Sead, desde 2017, que apresenta o acompanhamento da execução física das políticas e programas da Sead, com periodicidade regular e com filtros para os níveis nacional, estadual e por município. São 16 políticas e programas com gestão da Sead ou em conjunto com a Sead monitoradas, prevendo a ampliação dos dados e políticas, acessíveis no link: <http://nead.mda.gov.br/politicas>.

Tais ferramentas visam dar mais transparência ao trabalho do órgão e governança da sociedade, bem como fortalecer o trabalho de monitoramento e avaliação das ações desenvolvidos. Além disso, também é importante destacar que em 2017 a Sead disponibilizou diversas bases de dados através da publicação do Plano de Dados Abertos 2017-2018, acessível em: <http://nead.mda.gov.br/pda>.

No ano de 2018, através da Portaria Nº 566, de 17 de setembro de 2018, a Sead formalizou e atualizou o detalhamento do Planejamento Estratégico com o objetivo de acompanhar e apurar o desempenho dos seus programas estruturantes. Assim, apresentamos abaixo o relatório gerencial com os resultados obtidos no período.

Os programas estruturantes da área de gestão são:

Programa de Articulação Institucional e Parcerias

Objetivo estratégico

Fortalecer o papel institucional da Sead, intensificando o diálogo com governos, movimentos sociais e outros parceiros e garantir a representatividade em espaços oficiais de participação, nacionais e internacionais.

Gestor: Kleber de Vasconcellos Viana - Subsecretário de Desenvolvimento Rural (SDR)

1. Descrição - Indicador: Percentual de implantação do Projeto Dom Helder Câmara

Responsáveis: Coordenadora Thais Cristini Voltolini | Técnica Josilene Maria dos Santos Magalhães | Técnica substituta Ervanda Timm

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 100%

Resultado acumulado: 61,96%

Meta: 100%

Resultado alcançado:

61,96%

i.b Avaliação do resultado

O projeto no ano de 2018, não acompanhou o cronograma de execução, impactando diretamente na meta do indicador. Não houve implementação de Gestão de riscos no projeto. Necessidade de alinhamento geral no Projeto e definição de governança, assim como readequação das metas e prazos, além de melhor alinhamento estratégico entre as interfaces do projeto para que ocorram melhorias práticas nos processos e cumprimento das normas vigentes. Necessidade de Gestão e aplicação de suas práticas.

O indicador teve execução satisfatório entre janeiro e abril e em dezembro, insatisfatória em maio e novembro, e parcial nos demais meses. Em maio, com execução insatisfatória, e junho com execução parcial, as ações previstas foram parcialmente concluídas com relação aos três instrumentos que compuseram as ações do programa no referido mês. Em maio, com relação ao TED UnB não foi possível realizar a pesquisa de linha de base. No entanto, os articuladores entregaram os questionários teste trabalhados nas capacitações. Com relação a produção de Palma, a documentação do IPA para liberação da primeira parcela de recursos, que seriam utilizados para início da produção das mudas, foi entregue apenas em junho. Com relação a ATER, o edital de chamada pública encerrou no final do mês de maio para posterior seleção das empresas e capacitação dos técnicos. Em junho houve atraso no repasse de recursos e na contratação das empresas e a meta relacionada ao BSM também sofreu atrasos, pois estava vinculada à prestação da Ater. Como plano de ação, foram previstas articulação junto ao IPA para ajuste de documentação, e execução parcial de Ater nos diferentes estados. Em julho, com execução parcial, atividades previstas referentes ao Convênio, que tem como objeto a produção e distribuição de raquete de palma forrageira, não foram realizadas. O Convênio encontrava-se em cláusula suspensiva e as providências para retirada dessas cláusulas foram adotadas junto à assessoria jurídica da Sead, como plano de ação, recomendando ainda a entrega de documentos necessários para o repasse da primeira parcela de recursos.

Em agosto, também com execução parcial, as atividades não realizadas dependiam de forças externas à gestão da CGPP/SDR. No caso do IPA, não foi possível repassar os recursos para início das atividades pois a instituição convenente está com pendência no CAUC, cuja solução depende exclusivamente do órgão. Com relação ao fomento BSM, o atendimento às famílias dependia da

finalização dos cadastros e elaboração dos projetos produtivos cuja responsabilidade é das empresas públicas de Ater, sob supervisão da Anater. A gestão junto ao IPA foi realizada para resolução das pendências, bem como com a Anater para finalização dos cadastros das famílias, elaboração dos projetos produtivos e articulação com o MDS. Em setembro a não resolução das pendências causou mudança de estratégia. Em relação à Palma, as metas foram indicadas para redução e alteração, dividindo a produção e distribuição das Palmas com outros parceiros. Em relação ao MDS, o fomento foi previsto para disponibilização após a fase do diagnóstico para fomentar os projetos produtivos.

Em outubro não houve êxito na regularização das pendências, tendo sido encaminhado ofício a entidade estipulando prazo para regularização sob pena de anulação do convênio pela SEAD. Em novembro, o convênio com o IPA foi cancelado pelo não atendimento à essa solicitação para a apresentação dos documentos necessários para a retirada de cláusula suspensiva, nos termos do art. 23 da Portaria Interministerial ° 424, de 2016. Com relação ao BSM, a disponibilização do fomento foi reprogramada de acordo com a realização das atividades produtivas de Ater, que antecedem essa etapa.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

O principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), bem como as perspectivas e novos cenários para a continuidade das políticas públicas e suas novas diretrizes.

Programa de Comunicação Institucional

Objetivo estratégico

Fortalecer e difundir a imagem da Sead, dando visibilidade as suas ações e resultados para a sociedade, ressaltando a importância da agricultura familiar.

Gestor: Diogo Telles Martins Pereira - Gabinete Sead

2. Descrição - Indicador: Número de seguidores nas redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram)

Responsáveis: Coordenadora Jacqueline de Sousa Santos | Técnica Letícia Fekete Pereira | Técnica substituta Carolina Gama

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 312.000 seguidores

Resultado acumulado: 314.785 seguidores

Meta: 312.000

Resultado alcançado:

314.785

i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução satisfatória, conforme o previsto, em todos os meses.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

O principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), bem como as perspectivas e novos cenários para a continuidade das políticas públicas e suas novas diretrizes.

3. Descrição - Indicador: Nº de matérias no portal da Sead

Responsáveis: Coordenadora Jacqueline de Sousa Santos | Técnica Letícia Fekete Pereira | Técnica substituta Carolina Gama.

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 260 matérias

Resultado acumulado: 331 matérias

Meta: 260

Resultado alcançado:

331

i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução satisfatória, conforme o previsto, em janeiro e julho, execução parcial em novembro e dezembro, e acima do previsto nos demais meses.

Com resultado acima do previsto em março, a área justificou que não há como controlar a quantidade de matérias, uma vez que dependendo do mês, podem haver muitas publicações sobre determinados assuntos. Nesse caso, em março houveram a publicação de dois decretos importantes e muitas matérias relacionadas aos mesmos. Em abril, maio e junho o desvio da execução acima do previsto foi justificado em função da grande demanda de outras áreas da Sead, demandas de delegacias, divulgação da Bio Brazil, e entrega de títulos e eventos importantes como o Plano Safra, eventos que geraram mais matérias do que o estimado.

Em julho e agosto, o desvio foi justificado pelo período eleitoral e suas vedações, com plano de ação prevendo normalização da execução após o fim do período eleitoral. Em setembro e outubro a execução foi acima do previsto, em função de maior quantidade de matérias de chamadas públicas do que o previsto, e em decorrência do fim do período eleitoral, que possibilitou que a área fizesse mais publicações de acordo com solicitações do gabinete.

Em novembro, com execução parcial, a equipe e conteúdo esteve em adaptação, prevendo como ação para sanar o gargalo o contato com as delegacias para identificar pautas para planejamento. Dezembro, com pouca demanda das subsecretarias, o resultado também foi parcial, sem plano de ação previsto em função das mudanças estruturais e de equipe de comunicação.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

O principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), bem como as perspectivas e novos cenários para a continuidade das políticas públicas e suas novas diretrizes.

4. Descrição - Indicador: Nº de publicações nas redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram)

Responsáveis: Coordenadora Jacqueline de Sousa Santos | Técnica Letícia Fekete Pereira | Técnica substituta Carolina Gama

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 1.264 publicações

Resultado acumulado: 1.318 publicações

Meta: 1.264

Resultado alcançado:

1.318

i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução satisfatória, conforme o previsto, em fevereiro, março, maio, agosto, setembro e novembro; execução parcial em janeiro, abril e dezembro; e acima do previsto em junho, julho e outubro.

Em março, a pouca mão de obra contratada prejudicou o alcance do resultado, prevendo como plano de ação a melhora do fluxo de publicações na rede social Instagram, incluindo como ação a contratação de equipe para assessoria de comunicação através de TED. Em abril e maio houve a baixa nas redes sociais por conta da saída da pessoa responsável, acoplada ao fato de que as outras duas colaboradoras que auxiliavam, entraram de férias. A área ficou sem braço para atender a demanda e a meta nesse período, prevendo treinamento de uma nova equipe responsável por Criação/ Redes.

Em junho, a execução foi acima do previsto em função das poucas demandas internas, o que contribuiu para a área ter mais tempo para as divulgações de redes sociais, alavancando o número de postagens. Em julho e agosto as vedações do período eleitoral influenciaram no resultado, com o alcance da meta acima do previsto em outubro, devido ao término do período eleitoral, acarretando mais publicações promocionais da Sead de acordo com solicitação do Gabinete, considerando o fim das vedações do período eleitoral. Em dezembro, com a pouca demanda e o aguardo por novas definições da estrutura de Governo, a meta foi atingida apenas parcialmente.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

O principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), bem como as perspectivas e novos cenários para a continuidade das políticas públicas e suas novas diretrizes.

Programa de Inteligência Corporativa

Objetivo estratégico

Aprimorar o monitoramento e avaliação das políticas públicas, com o objetivo de promover maior efetividade por meio da integração dos sistemas e dados da Sead e do acesso a bases de dados externas.

Responsável Hector Carlos Barreto Leal - Diretoria de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação (DGMA)

5. Descrição - Indicador: Percentual da realização das ações planejadas para estimar o PIB da agricultura familiar - Responsáveis: Coordenador Julio Braga Mandu | Técnico Renato Rocha Dias Santos | Técnico substituto Felipe Gomes Ribeiro Passos

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 100%

Resultado acumulado: 100%

Meta: 100%

Resultado alcançado:
100%

i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução satisfatória e seguiu o cumprimento temporal das etapas previstas no ano de 2018.

Face o cenário econômico desfavorável apontado em 2017, o desenvolvimento de uma metodologia e estimação do PIB da agricultura familiar mostrou-se um indicador estratégico para mobilização de dotação orçamentária adequada ao setor. O resultado mostrou-se satisfatório pois aportou um método de estimativa que poderá ser utilizado para atualizações futuras do PIB da agricultura familiar.

Para atingir o indicador, atividades foram desenvolvidas se iniciando com o desenvolvimento de uma modelagem adequada e alinhada aos órgãos de pesquisas oficiais, posteriormente a definição do método de atualização periódica e por fim, o cálculo da estimativa propriamente dita. Posteriormente foram cumpridas atividades que definiram as diretrizes para a divulgação, o nivelamento de debates sobre o estudo e culminou com a divulgação junto aos interessados no órgão.

Em termos numéricos, a partir do Censo Agropecuário 2006 e projeções sequenciais até 2015, o PIB da AF apresentou um crescimento de valores correntes na ordem de R\$ 36,4 bilhões para R\$ 65,7 bilhões, ou seja, um salto de 80%. Entretanto, apesar desse crescimento econômico ser muito expressivo em termos absolutos, identificou-se uma perda de participação relativa da AF em relação ao PIB total agropecuário, passando de 35% para 25%.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Como desafio ao ano de 2019, espera-se que a concretização da divulgação final dos dados do Censo Agropecuário 2017 permita gerar uma base de dados robusta para uma nova estimativa do PIB da agricultura familiar e com isso também, prover uma sequência de dados para projeções futuras.

6. Descrição - Indicador: Percentual de implantação do Sistema de Gestão de Informações de Projetos de Cooperação Técnica no âmbito da Sead - Responsáveis: Coordenador Julio Braga Mandu | Técnico Renato Rocha Dias Santos | Técnico substituto Leonardo Nunes Vince

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 100%

Resultado acumulado: 100%

Meta: 100%

Resultado alcançado:

100%

i.b Avaliação do resultado

Anteriormente a instituição do sistema no âmbito das unidades da SEAD, a minuta de portaria foi aprovada pela ASJUR e possibilitou a publicação da Portaria nº 481, de 31 de julho de 2018, que estabeleceu o PCTPlan com sistema oficial de uso e governança de projetos de cooperações técnicas internacionais na Sead. Para atingir a execução total desse indicador no âmbito de programa de inteligência corporativa, atividades como desenvolvimento de plataforma adaptável a cada unidade da Sead, o desenvolvimento do módulo gerencial do PCTPlan com uso da ferramenta de *business intelligence*, a instalação do PCTPlan em módulos operacionais, a publicação da Portaria que estabelece o PCTPlan como sistema de governança dos PCT's e a elaboração do sistema de governança de informações e gestão dos projetos, permitiram o cumprimento da meta com êxito.

O indicador teve execução satisfatória na apuração ao final do ano de 2018. Em razão de ajustes de tecnologia de informação necessários quando na implantação do sistema, a meta de conclusão do documento de governança previsto para outubro/2018 só foi possível de realização em dezembro/18, o que não interferiu no resultado anual.

O indicador teve execução satisfatória, conforme o previsto, em todos os meses, exceto em outubro que a execução foi insatisfatória e dezembro, com execução acima do previsto. Em junho foram detectados, segundo a área, problemas durante os testes do PCTPlan no ambiente de produção, o que gerou correções necessárias das funcionalidades do sistema e impediram publicação da portaria que o institui na Sead. Após a aprovação pela Asjur da minuta de portaria a área aguardou resolução das questões técnicas de tecnologia de informação para dar prosseguimento a

publicação. Em julho, a atividade foi cumprida, com publicação da Portaria nº 481, de 31 de julho de 2018, que estabelece o PCTPlan na Sead.

Em outubro, com execução insatisfatória no mês e parcial no total acumulado, a não conclusão do sistema de governança afetou os resultados. Os ajustes ao sistema foram previstos para conclusão antes da elaboração do sistema de governança para não o tornar sem efeito, e por isso, a área indicou como ação para esse plano de ação reunião com CGMI para conclusão dos ajustes; reunião com as áreas gestoras de PCTs para sugestões adicionais do sistema de governança; e formalização de minuta de manual de governança e gestão de PCT na Sead. Esses ajustes sofreram atraso em novembro, mas forma cumpridos em dezembro, com a elaboração do manual do sistema de governança de informações e gestão de PCT da Sead, alcançando a meta acumulada do ano.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Na perspectiva para o ano de 2019, espera-se a consolidação do sistema de gestão proposto no âmbito da secretaria, a realização de auditorias e checagens quanto a utilização do PCTPlan pelas unidades e a produção de relatórios sistemáticos quanto ao andamento dos projetos e contratações.

7. Descrição - Indicador: Percentual da realização das ações planejadas para estabelecer uma rede para o sistema de safra - Responsáveis: Coordenador Julio Braga Mandu | Técnico Renato Rocha Dias Santos | Técnico substituto Leonardo Nunes Vince

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 71,43%

Resultado acumulado: 71,43%

Meta: 71,43%

Resultado alcançado:

71,43%

i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução satisfatória, conforme o previsto e estipulado em metas mensais. Cabe destacar que a consecução total do indicador é bianual, com metas estipuladas para o ano de 2019, representando 28,57% ainda passível de execução.

Como principais etapas de realização e cumprimento do indicador, foi desenvolvida plataforma para a coleta de dados primários de safras e preços, constituição de material de orientação e capacitação, promoção de entendimentos e parceria com participação na assembleia da ASBRAER para mobilização de parceiras e entendimentos para firmar acordos com entidades estaduais.

O indicador teve execução satisfatória, conforme o previsto e estipulado em metas mensais. Cabe destacar que a consecução total do indicador é bianual, com metas estipuladas para o ano de 2019, representando 28,57% ainda passível de execução.

Destaca-se que a plataforma foi apresentada na 54ª Assembleia da ASBRAER, realizada em Palmas/TO, no dia 21 de março de 2018, e várias entidades de ATER demonstraram interesse em aderir à proposta. A equipe promoveu encontros com parceiras de modo a apresentar a plataforma e proveu entendimentos para firmar acordos. As instituições estaduais contatadas e onde se iniciaram entendimentos são: Ipa/PE, Emater/AL, Emater/PA, Ruraltins/TO, Emater/DF, Emater/GO, Agraeer/MS, Incaper/ES, Cati/SP, Emater/MG, Epagri/SC, Emater/PR e Emater/RS. A partir das rodadas de entendimentos realizadas, 3 instituições manifestaram positivamente em firmar os acordos e passaram por processos de capacitação da Sead e ingresso de informações institucionais na

plataforma, sendo: Agraer/MS, Emater/AL e Emater/GO. Já a Epagri/SC e Emater/MG manifestaram realizar os acordos para a integralização das plataformas estaduais já existentes junto a Sead.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Como expectativa para o ano de 2019, espera-se firmar mais acordos com instituições parceiras de modo a ampliar as adesões e ingresso de informações na plataforma de safras e preços. Ressalta-se que as informações pretendidas ampliam o entendimento e resultam em melhorias da gestão de informações estratégicas para a agricultura familiar.

8. Descrição – Indicador: Percentual da realização das ações planejadas para a produção e divulgação de informações da agricultura familiar a partir do Censo Agro 2017 - Responsáveis: Coordenador Julio Braga Mandu | Técnico Renato Rocha Dias Santos | Técnico substituto Leonardo Nunes Vince

i. Análise

ia. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 30%

Resultado acumulado: 20%



i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução insatisfatória no ano de 2018, atingindo 20% frente aos 30% da meta prevista para 2018. Cabe destacar que não foi possível o cumprimento da etapa prevista em dezembro, denominada de informações da ocupação quanto a agricultura familiar mediante a PNAD, na qual pretende traçar um comportamento entre os dois últimos Censos Agropecuários por meio dessa pesquisa. Portanto, devido aos atrasos em obter e organizar a base de dados da PNAD, não foi possível a sua conclusão.

Como ações para aportar ao IBGE as características para a tipificação da agricultura familiar no âmbito do Censo Agropecuário 2017, foram elaborados novos algoritmos para delimitar a AF, considerando o marco legal vigente e novos algoritmos para delimitar a agricultura familiar no Censo Agropecuário 2006, o que permitirá a comparação de resultados. Os marcos legais considerados para a elaboração dos algoritmos foram a Lei 11.326/2006, Lei nº 12.512/2011 e Decreto nº 9.064/2017. Como expectativa, até a divulgação do Censo Agropecuário 2017 pelo IBGE em Julho/19, os algoritmos produzidos para delimitação da agricultura familiar poderão dar respostas sobre o comportamento produtivo e social desse público no âmbito da pesquisa ampla realizada pelo IGBE.

O indicador teve execução satisfatória, conforme o previsto, em todos os meses, exceto em dezembro, com plano de ação complementado pelo coordenador em junho e julho.

Em junho, devido a atrasos na contratação de consultoria especializada, não foi possível a conclusão dos algoritmos para tipificar a Agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017. Para sanar o gargalo, foi prevista uma consultoria especializada para concluir a elaboração dos algoritmos com objetivo de encaminhar ao IBGE para as tipificações necessárias. Além disso, foi prevista a realização de uma reunião com a consultoria especializada para repactuação de prazos. Em julho, após a divulgação dos resultados preliminares do Censo Agro 2017, divulgados na última semana do mês, foi necessária uma análise prévia dos dados para a qualificação do algoritmo, com divulgação ao final de julho de dados preliminares do Censo Agro 2017. Em dezembro, com execução abaixo da prevista, a elaboração do estudo ainda em curso pela Finatec, sem conclusão, atrasou o alcance da meta, se

mostrando necessária uma reunião com equipe técnica da Finatec para estabelecer cronograma de conclusão do estudo.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Os estudos complementares podem dar pistas do comportamento da agricultura familiar entre os censos, bem como, concluir com êxito o plano de tabulação dos dados que utilizados para a divulgação das informações pelo sistema SIDRA

9. Descrição – Indicador: Percentual de realização das ações planejadas para o desenvolvimento do Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão – SIMOG

Responsáveis: Coordenador Leonardo Nunes Vince | Técnico Allan Freitas de Carvalho Girão | Técnico substituto Bruno Gomes da Silva

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 100%

Resultado acumulado: 100%



i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução satisfatória, conforme o previsto, entre janeiro e março, e em outubro e dezembro; execução insatisfatória em abril, maio, julho e novembro; e acima do previsto em junho, agosto e setembro.

Em abril, a priorização das necessidades de otimização dos indicadores do tipo iniciativa causou a baixa execução. Além disso, a publicação dos novos indicadores do planejamento estratégico aguardou aprovação do gabinete e publicação. O plano de ação previu *brainstorm* para discussão do modelo de inserção por UF para avançar na concretização do resultado. Em maio, também com execução insatisfatória, foram identificadas novas priorizações do projeto, devido à reformulação da equipe e novos objetivos. O plano de ação previu replanejamento da iniciativa, redefinindo as etapas a partir da definição da inserção das UFs apenas quando possível a obtenção de dados automaticamente de outros sistemas.

Em junho, com execução acima do esperado, o desvio ocorreu em razão da identificação de novas priorizações do projeto, devido à reformulação da equipe e novos objetivos, com plano de ação voltado para replanejamento da iniciativa, redefinindo etapas.

Em julho a execução foi insatisfatória devido ao processo de replanejamento do SIMOG, o que acarretou ações em desacordo com as novas etapas do projeto, prevendo replanejamento do Sistema. Em agosto, com execução acima do previsto, as metas do planejamento não foram republicadas, pendendo a validação e publicação das novas metas dos indicadores do planejamento estratégico. Em setembro, com a execução permanecendo acima do previsto, o desvio foi justificado pela antecipação de demandas para integração do sistema com a Gestão de Riscos. Com as atividades voltando ao andamento previsto, em novembro, para antecipar a completude do relatório de gestão mensal da DGMA, a integração com Processos foi disponibilizada antecipadamente atingindo a meta total acumulada no ano.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

O principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), bem como as perspectivas e novos cenários para a continuidade das políticas públicas e suas novas diretrizes.

10. Descrição – Indicador: Percentual de implantação da Gestão de Riscos

Responsáveis: Coordenador Julio Braga Mandu | Técnico Felipe Gomes Ribeiro Passos | Técnico substituto Leonardo Nunes Vince

i. Análise

ia. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 66,2%

Resultado acumulado: 60,05%

Meta: 66,2%

Resultado alcançado:
60,05%

i.b Avaliação do resultado

No ano de 2018, dando sequência a implantação e implementação da metodologia de Gestão de Riscos na Sead, foi instituída a Comitê de Governança, Riscos e Controles. A Portaria Nº 540/2017, foi alterada. A Nova Portaria com a instituição do Comitê da Governanças, Riscos e Controles passa a vigorar com o Nº 617/2018, publicada no dia 05/10/2018. Por meio do Decreto Nº 9.282, de 07 de fevereiro de 2018, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - Sead designou à Diretoria de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação – DGMA a assessoria e coordenação sobre a Gestão de Riscos da SEAD. A equipe da DGMA criou um módulo no SIMOG para Gestão de Riscos e vem sendo utilizado para realizar a gestão e monitoramento dos riscos identificados na categoria “operacional”, ligados a projetos e processos, “conformidade”, ligados a normas e legislações, e de “comunicação” que tratam, relatórios. Os riscos ligados a Estratégia ainda não foram trabalhados. No ano de 2018, cerca de 12 equipes veem implantando a metodologia de Gestão de Riscos conforme indicação da Direção. As equipes em questão são: Programa Garantia Safra, PNCF, Pronaf, Processos da CPAD, RH, compras, licitações e contratos, Convênios, Titulação de Terras, Projetos de Ater Novas Demandas e Ater Acompanhamento. Também estão sendo trabalhados os riscos relacionados a Integridade.

Foram estabelecidas as orientações para que os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional adotem procedimentos para a estruturação, a execução e o monitoramento de seus programas de integridade e dá outras providências através da publicação da Portaria Nº 1.0879, de 25 de abril de 2018, da Controladoria Geral da União –CGU. Atendendo ao Comunicado da CGU em 06 de julho de 2018, a SEAD participou dos Encontros para tratar dos assuntos sobre o Plano de Integridade e atender as orientações dispostas na Portaria Nº 1.089/2018. A Portaria Nº 1.089/2018, previu um processo incremental de instituição dos programas de integridade, dividido em fases para os órgãos federais. A primeira fase, cujo prazo venceu em 11 de maio de 2018, foi a designação de uma unidade de gestão da integridade, que é responsável pela coordenação da estruturação, execução e monitoramento do programa de integridade, conforme publicado no Decreto Nº 9.282/2018 da SEAD, citado acima. A Sead apresentou todos os trabalhos dentro dos prazos conforme cronograma da CGU. Fluxo interno para verificação das situações de nepotismo - 30 de junho. Instituição da Comissão de Ética – 30 de julho. Fluxo Interno para análise de consultas sobre conflito de interesses – 30 de julho. Fluxo interno para tratamento de denúncias – 30 de agosto. Designação da área responsável pela condução de processos disciplinares – 30 de setembro. Levantamento dos principais riscos para a integridade e estabelecimento de medidas de tratamento – 30 de outubro. A fase seguinte, cujo prazo termina em 30 de novembro de 2018, é a

aprovação do plano de integridade. O Plano de Integridade foi publicado através de Boletim Interno da Sead em 30 de novembro de 2018, através da Portaria Nº 683/2018.

No ano de 2018, cerca de 12 equipes veem implantando a metodologia de Gestão de Riscos conforme indicação da Direção. As equipes em questão são: Programa Garantia Safra, PNCF, Pronaf, Processos da CPAD, RH, compras, licitações e contratos, Convênios, Titulação de Terras, Projetos de Ater Novas Demandas e Ater Acompanhamento. Também estão sendo trabalhados os riscos relacionados a Integridade.

Com a institucionalização dos Escritórios de Gestão de Projetos e Processos, a equipe da DGMA, a Gestão de Riscos recebeu apoio para implantação e implementação da metodologia. Processos, Normas, e Projetos forma tratados dentro das áreas indicadas pela Direção. Alguns processos que estavam com “gargalos” puderam implementar melhorias e minimizar os riscos, além de mapear, redesenhar, elaborar cronogramas e monitorar projetos. Os resultados foram acompanhados através do SIMOG, onde se encontram os indicadores de resultados apresentados para cada uma das equipes. Em março a execução foi acima do previsto com desvio em decorrência das equipes de RH e CGMI terem iniciado as etapas de identificação de riscos. Dessa forma, novo agendamento de encontros para tratar as etapas de qualificação e quantificação de riscos, que ficaram previstas para abril, foi elencado como solução.

Em abril a execução parcial ocorreu em função do reagendamento de reuniões de aplicação da implantação das etapas de gestão de riscos, prevendo como plano de ação o prosseguimento das etapas da implantação da metodologia da gestão de riscos, com aprovação do plano de trabalho.

Em decorrência da indisponibilidade e reestruturação organizacional, em maio a execução foi insatisfatória, prevendo a retomada da execução das atividades que atenderiam o plano de trabalho apresentado com datas e encontros agendados, após reunião gerencial. Algumas unidades não haviam iniciado a execução das etapas da gestão de riscos, assim, alguns cronogramas foram repactuados para os meses seguintes.

Em junho, com a execução acumulada parcial, apesar da execução mensal satisfatória, a área informou que algumas atividades previstas para o mês de junho não foram cumpridas por algumas equipes, e dessa forma, foram repactuadas para julho. Como plano de ação, foram realizadas reuniões de alinhamento e orientação com as equipes para diagnosticar as dificuldades encontradas.

Em julho, a execução teve desvio considerando que a algumas equipes tiveram atrasos na implantação da metodologia e, conforme plano de trabalho e cronogramas, algumas atividades foram executadas em paralelo no mês de julho resultando em % maior do que o planejado.

Em agosto a execução foi insatisfatória devido às atividades de implantação da metodologia de gestão de riscos na área de recursos humanos que se encontravam em atraso, terem sido suspensas. Não foi obtido resposta sobre a implantação da metodologia pela área e o Projeto de Ater Acompanhamento e Novas Demandas também não deram retorno. Medidas de prevenção foram tomadas e e-mails enviados aos gestores para tomada de decisão sobre a execução das atividades. Para sanar o desvio, foi realizada ainda a suspensão da atividade na área conforme orientação superior. Em setembro a execução se manteve insatisfatória pela falta de retorno de algumas equipes, tomando como plano de ação a suspensão de atividades temporariamente.

Em outubro a meta foi executada acima do previsto, com desvio pelas etapas de implantação da gestão de riscos na área de recursos humanos não terem sido implantadas, e o processo suspenso. Novo plano de ação foi elaborado pela DGMA e a SDR iniciou o processo de implantação da gestão de riscos priorizando o PROINF. As atividades foram iniciadas e o desvio destacou ainda que área de Recursos Humanos não atendeu a demanda de implantação, e a sugestão de suspender foi efetivada. Novembro obteve resultado acima do previsto, em razão de algumas atividades programadas anteriormente, serem realizadas em novembro, prevendo para 2019, que todas as equipes sejam contempladas na realização e implantação da gestão de riscos.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Há necessidade do Comitê de Governança, Riscos e Controle direcionar a metodologia e acompanhamento da Gestão de Riscos no geral e do Plano de Integridade junto as equipes de todo o órgão. O SIMOG – Gestão de Riscos foi criado pela equipe da DGMA com o objetivo de acompanhamento, monitoramento e controle dos Riscos apresentados. Para tal, há necessidade de apoio da Direção para que os trabalhos sejam eficientes e eficazes, resultado na efetividade esperada através do Planejamento Estratégico do órgão. Todas as medidas podem trazer benefícios, transparência, economicidade e boa prática na aplicação dos investimentos proporcionado pelo órgão. Cabe ressaltar que o interesse e apoio das coordenações e seus responsáveis é essencial para que a Gestão de Riscos seja institucionalizada e utilizada como uma ferramenta de apoio a Gestão.

Programa de Modernização da Gestão

Objetivo estratégico

Promover uma gestão administrativa eficiente e eficaz, assegurando a integração entre as áreas e unidades descentralizadas, viabilizando os recursos financeiros, materiais e humanos para o cumprimento das atribuições da Sead com valorização de seus profissionais.

Gestor: Antonio Cesar Lima da Conceição - Subsecretaria de Planejamento e Gestão (SPG)

10. Descrição - Indicador: Percentual de redução do passivo de convênios

Responsáveis: Coordenador Flávio Pereira Ribeiro | Técnico Jorge Roberto Gabriel | Técnica substituta Bruna Alves Correia Gomes

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 100%

Resultado acumulado: 94%

Meta: 100%

Resultado alcançado:
94%

i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução satisfatória, conforme o previsto, em todos os meses, exceto em fevereiro, que obteve execução parcial e em agosto e setembro sem preenchimento.

Em fevereiro o resultado foi abaixo do esperado em virtude ser um mês atípico, mais curto (menos dias úteis), de modo que a tendência é a produção dos meses subsequentes compensarem o baixo resultado. Para sanar o desvio, foi previsto o aumento da produtividade através também do maior e melhor controle da coordenação, na solução de dúvidas, estabelecimento e cumprimento de prazos, bem como no estímulo da motivação dos colaboradores.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2019, o principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), além da necessidade de alinhamento estratégico entre as equipes para continuidade das atividades relacionadas.

11. Descrição - Indicador: Percentual de análises de prestação de contas de convênio realizadas
Responsáveis: Coordenador Flávio Pereira Ribeiro | Técnico Jorge Roberto Gabriel | Técnica substituta Bruna Alves Correia Gomes

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 100%

Resultado acumulado: 91,67%

Meta: 100%

Resultado alcançado:

91,67%

i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução insatisfatória em janeiro, abril e junho, execução conforme o previsto em fevereiro, novembro e dezembro, e acima do planejado nos demais meses.

Em fevereiro, os processos recebidos em janeiro ainda não haviam sido analisados, o que influenciou no resultado, com previsão da distribuição dos processos recebidos das áreas técnicas em janeiro para análise, visando a não formação de novo estoque de prestações de contas e superação do gargalo. Em março a execução foi acima do previsto em função da análise de processos relacionados a períodos anteriores. Já em abril, com execução insatisfatória, o grande número de processos recebidos com parecer técnico final influenciaram na execução, sendo necessário direcionar o foco nos processos recebidos das áreas técnicas com parecer técnico final, implementando ações como o deslocamento de força de trabalho para os processos recebidos recentemente das áreas técnicas com parecer técnico emitido, visando a realização da primeira análise de todos esses processos ainda em 2018.

Em maio a execução foi acima do previsto pelo não recebimento de novos processos no mês considerando, porém, o avanço na análise de processos recebidos ao longo do ano. Em junho, o alto número de processos recebidos no mês prejudicou o cumprimento da meta, prevendo ações voltadas para a distribuição apenas de processos recebidos no exercício de 2018, priorizando análises por metodologia simplificada.

Em julho, a partir do plano de ação de junho, a execução foi acima do esperado. Em outubro o resultado se manteve acima do previsto, considerando os valores acumulados em agosto, setembro e outubro, uma vez que não houve o preenchimento dos dados referentes a esses meses.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2019, o principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), além da necessidade de alinhamento estratégico entre as equipes para continuidade das atividades relacionadas.

12.. Descrição – Indicador: Percentual de disponibilidade da Infraestrutura de TIC para os serviços críticos da Sead

Responsáveis: Coordenador Arnaldo Lessa Sanches | Técnico Márcio Rodrigues de Oliveira | Técnicos substitutos Stanley Cruvinel Ramos de Oliveira e Allan Freitas de Carvalho Girão

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 99,70%

Resultado acumulado: 99,94%

Meta: 99,70%

Resultado alcançado:
99,94%

i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução satisfatória, conforme o previsto, em todos os meses, com desvio requerido em junho pois o plano de ação do mês anterior não foi devidamente preenchido no horário, requisitando alteração do resultado de maio para o valor correto.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2019, o principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), além da necessidade de alinhamento estratégico entre as equipes para continuidade das atividades relacionadas.

13.. Descrição - Indicador: Percentual de compras dentro das especificações e prazos

Responsáveis: Coordenador Leandro Pereira Narciso | Técnico Bruno Souza Mello Viscardi | Técnico substituto Arthur Costa Fontenele Vieira

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 80%

Resultado acumulado: 57,50%

Meta: 80,00%

Resultado alcançado:
57,50%

i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução satisfatória, conforme o previsto, em todos os meses, exceto em setembro que foi parcial, e nos meses de março, maio e agosto que ficou sem preenchimento.

Em julho a área justificou como desvio a inércia para o não preenchimento em meses anteriores, prevendo correção em 15 dias com descrição das atividades correlatas já concluídas nos meses passados. Em setembro, com resultado parcial, a suspensão/republicação de licitação e prazos recursais afetou o cumprimento da meta, com plano de ação visando a republicada da licitação no mês de outubro, postergando a meta, apresentando ainda decisão de recurso licitatório dentro dos prazos legais.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2019, o principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), além da necessidade de alinhamento estratégico entre as equipes para continuidade das atividades relacionadas.

14. Descrição - Indicador: Índice mensal das demandas entregues para a sustentação de sistemas de informação - Responsáveis: Coordenador Arnaldo Lessa Sanches | Técnicos Angela Aparecida Moura Terenzi e Frederico Augusto Del'Isola e Diniz | Técnicos substitutos Adriana Aparecida Trindade e Allan Freitas de Carvalho Girão.

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 75

Resultado acumulado: 38,2

Meta: 75,0

Resultado alcançado:

38,2

i.b Avaliação do resultado

O indicador teve acompanhamento de agosto a dezembro, com execução satisfatória em setembro e novembro; e acima do previsto em agosto, outubro e dezembro.

Os desvios foram justificados pelos resultados anteriores ainda não terem sido preenchidos, com plano de ação visando o cálculo dos resultados dos meses anteriores e preenchimento dos mesmos.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2019, o principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), além da necessidade de alinhamento estratégico entre as equipes para continuidade das atividades relacionadas.

Programa de Desenvolvimento de Pessoas

Objetivo estratégico

Promover uma gestão administrativa eficiente e eficaz, assegurando a integração entre as áreas e unidades descentralizadas, viabilizando os recursos financeiros, materiais e humanos para o cumprimento das atribuições da Sead com valorização de seus profissionais

Gestor: Antonio Cesar Lima da Conceição - Subsecretaria de Planejamento e Gestão (SPG)

15. Descrição – Indicador: Percentual de implantação do Programa de Qualidade de Vida

Responsáveis: Coordenadora Sara Martins | Técnica Doralice de Jesus Oliveira Magalhães | Técnico substituto Adriano de Sousa Cordeiro

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 100%

Resultado acumulado: 100%

Meta: 100%

Resultado alcançado:

100%

i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução satisfatória, conforme o previsto, na maioria dos meses, com exceção de agosto, com execução acima do previsto, setembro e dezembro, com execução insatisfatória.

Em julho, houve uma solicitação para retirada do projeto "viva melhor" e "ações de educação em qualidade de vida", prejudicando o cumprimento da meta no valor acumulado, prevendo para sanar o gargalo, excluir as etapas 3 e 4 em decorrência das tratativas já terem sido reiniciadas duas vezes por causa de mudanças na gestão da GEAP e na grade de programas e ações disponíveis. Foi implantada a Ginástica Laboral, situação indicada para registro no Termo de Cooperação.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2019, o principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), além da necessidade de alinhamento estratégico entre as equipes para continuidade das atividades relacionadas.

16. Descrição – Indicador: Percentual de implantação do Plano de Capacitação

Responsáveis: Coordenadora Sara Martins | Técnica Doralice de Jesus Oliveira Magalhães | Técnico substituto Adriano de Sousa Cordeiro

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 100%

Resultado acumulado: 100%

Meta: 100%

Resultado acumulado:
100,00%

i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução satisfatória, conforme o previsto, em todos os meses, exceto em julho com execução insatisfatória e agosto com execução acima do esperado.

Em julho a área responsável considerou que algumas metas anteriores não eram mensuráveis, e solicitou retirada através do Memorando nº 1815/2018/CRH/CGARH/SPG/SEAD.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2019, o principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), além da necessidade de alinhamento estratégico entre as equipes para continuidade das atividades relacionadas.

Programa Internacional da Agricultura Familiar

Objetivo estratégico

A característica transversal das ações internacionais da agricultura familiar desenvolvidas na Sead faz com que esse programa estruturante se vincule a mais de um objetivo prioritário.

Gestor: Hur Ben Côrrea da Silva - Coordenação Geral de Assuntos da Agricultura Familiar e Cooperação Internacional (AIPC)

17. Descrição – Indicador: Percentual da realização das ações planejadas para defender os interesses dos setores estratégicos da Agricultura familiar nas negociações internacionais

Responsáveis: Coordenador Luis Henrique Oliveira | Técnico Leonardo Recupero | Técnica substituta Heloisa Batista Correa Fontes

I. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 100%

Resultado acumulado: 98,75%

Meta: 100,00%

Resultado alcançado:
98,75%

i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução satisfatória em grande parte do ano, exceto em julho que foi insatisfatória, em agosto que foi acima do previsto, e em dezembro que foi parcial. Em agosto a atualização dos dados de comércio exterior dos setores estratégicos da agricultura familiar no comércio internacional, prevista para o mês de julho, foi finalizada apenas no mês de agosto, o que influenciou no resultado do período. Em dezembro o cumprimento da meta dependia da marcação de reuniões dos grupos técnicos pela Secretaria Executiva da Camex, e com a ausência dessa agenda, não houveram par participação de reuniões com o setor privado e intragovernamentais relacionados a temas de comércio exterior.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2019, o principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), além da necessidade de alinhamento estratégico entre as equipes para continuidade das atividades relacionadas.

18. Descrição – Indicador: Percentual da realização das ações planejadas para a promoção do acesso das Cooperativas da Agricultura Familiar ao mercado internacional

Responsáveis: Coordenador Luis Henrique Oliveira | Técnica Heloisia Batista Correa Fontes | Técnico substituto Leonardo Recupero

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 100%

Resultado acumulado: 91,46%

Meta: 100,00%

Resultado alcançado:
91,46%

i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução satisfatória em todos os meses, exceto em outubro e novembro, nos quais obteve execução parcial. Em outubro, a meta sofreu desvios em decorrência da prorrogação da seleção para a BioFach por causa do baixo número de inscritos e habilitados, e do cenário político eleitoral que gerou reavaliação de viabilidade da ação. Foi lançado novo chamamento público (convite geral, nos mesmos termos e condições da chamada pública original) com uma divulgação mais ampla e um compromisso mais forte da SAF na divulgação junto à sua base. Como o resultado da segunda tentativa ainda insatisfatório (apenas 3 habilitados no total), foram buscadas fontes de financiamento para passagens aos expositores na tentativa de atrair mais interessados, não identificado um instrumento vigente que pudesse viabilizar este benefício. Neste

contexto, a área informou a continuidade da ação. Em novembro, a baixa adesão de expositores inviabilizou a participação da Sead na BioFach 19. Aos empreendimentos selecionados foi possibilitada a inclusão na ação da Apex, via Assessoria Internacional da Secretaria.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2019, o principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), além da necessidade de alinhamento estratégico entre as equipes para continuidade das atividades relacionadas.

19. Descrição – Indicador: Percentual de Fóruns nacionais atuantes e realizando atividades em rede

- Responsáveis: Coordenador Rafael Martins Dias | Técnico Leonardo Pereira Batista | Técnico substituto Ricardo Garcia França

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 100%

Resultado acumulado: 97%

Meta: 100,00%

Resultado alcançado:

97,00%

i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução insatisfatória em março, acima do previsto em maio, e satisfatória nos demais meses com exceção de abril que ficou sem preenchimento pela área. Em março, em função das atividades previstas não terem sido realizadas, haja visto que dependiam da contratação de um consultor via FAO-Chile, o que não ocorreu no mês de preenchimento dos dados. O termo de referência já havia sido publicado e o processo estava em fase de conclusão. Para sanar o desvio, as ações previstas para março foram redistribuídas com adaptação do plano de trabalho original, para possibilitar a realização ainda no primeiro semestre do ano.

Em maio, com execução acima da prevista, a contratação do consultor que se de longe mais do que o esperado, acarretou atraso no cronograma. Dessa forma, algumas atividades previstas ocorreriam a partir do mês de maio, julho e agosto, repactuando o cronograma.

Em junho, com a meta acumulada com execução parcial, o desvio ocorreu pelo atraso na contratação do consultor. No mês seguinte, com o acumulado também executado parcialmente, questões orçamentárias e de planejamento da RELASER, que coordena a implementação da Plataforma regional de Gestão de Conhecimentos, influenciaram no resultado. Dessa forma, as rodadas de visita de campo previstas não foram mais realizadas, sendo os esforços das instituições direcionados a outras atividades igualmente importantes para a implementação da Plataforma, como oficinas e seminários nos países e nos fóruns regionais. Para tratar o desvio, foi prevista a revisão do item junto a DGMA para readequação do planejamento às decisões conjuntas e possibilidades reais de implementação, que depende de ações em vários países.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2019, o principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), além da necessidade de alinhamento estratégico entre as equipes para continuidade das atividades relacionadas.

20. Descrição – Indicador: Percentual de implantação do Projeto de Cooperação Técnica Sul-Sul para intercâmbio de Políticas Públicas com países de Língua Portuguesa implementado

Responsáveis: Coordenador Rafael Martins Dias | Técnico Ricardo Garcia França | Técnico substituto Leonardo Pereira Batista

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 100%

Resultado acumulado: 100%



i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução satisfatória em todos os meses, exceto em maio com execução acima do previsto e abril, que permaneceu sem preenchimento pela área. Em maio as atividades foram realizadas segundo a área, mas não foi possível fazer o preenchimento do sistema devido ao acúmulo de atividades no período de abertura do Simog, impossibilitando a equipe de atualizar o Sistema no período do mês anterior, o que causou execução acima do previsto em maio. Como plano de ação para sanar o desvio, a ação foi dar prosseguimento e estabelecer uma rotina de atualização do SIMOG para evitar novos atrasos nos informes.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2019, o principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), além da necessidade de alinhamento estratégico entre as equipes para continuidade das atividades relacionadas.

21. Descrição – Indicador: Percentual da realização das ações planejadas para defender os interesses da Agricultura Familiar nas negociações ambientais internacionais

Responsáveis: Coordenador Rafael Martins Dias | Técnica Ticiana Imbroisi | Técnico substituto Leonardo Pereira Batista

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 100%

Resultado acumulado: 85%



i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução satisfatória entre janeiro e março e em agosto e setembro, insatisfatória em abril, junho, novembro e dezembro, e acima do previsto em julho e outubro.

Em junho, com execução insatisfatória, o desvio foi justificado pela falta de aprovação da participação da Sead nas viagens em questão (COP14 e TIRFAA). Segundo a área, uma vez que se tratava de participação em eventos específicos, a ausência da Secretaria impediu o cumprimento da meta. Em julho, com execução acima do previsto, a mudança na agenda proposta pela Convenção e inserção de novas atividades nas agendas influenciaram no resultado, indicando como plano de ação

realizar o acompanhamento da agenda das Convenções e Tratados Internacionais, seja cumprindo o calendário oficial de eventos, seja nos fóruns alternativos promovidos pelas organizações de agricultores familiares ou organizações do terceiro setor, bem como produzindo documentos que embasem a defesa dos agricultores familiares e seus modos de vida.

Em outubro, com resultado acima do previsto mensal, mas resultado acumulado parcial, a execução foi influenciada pela contenção orçamentária, que não priorizou as viagens para o acompanhamento da Convenção da Diversidade Biológica no Egito, nem do Clima. Segundo a área, foi priorizado os trabalhos para os referidos temas no âmbito doméstico e na Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (REAF), prevendo ações para o plano de ação voltadas para a realização das reuniões técnicas no âmbito da Comissão de Mudanças Climáticas da REAF, onde esses temas são tratados também.

Nos meses de novembro e dezembro, com execução insatisfatória, o resultado sofreu com os cortes orçamentários, especialmente de viagens internacionais, prevendo para 2019 uma avaliação a respeito da relevância do acompanhamento da Convenção do Clima para a Sead, e a inserção no tema junto aos demais órgãos de governo responsáveis pela execução da Política Nacional. O Plano de ação estimou a necessidade de avaliar ainda a sinergia com a Comissão de Mudanças Climáticas da REAF e planejar maneiras de colaborar sob o ponto de vista da agricultura familiar.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2019, o principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), além da necessidade de alinhamento estratégico entre as equipes para continuidade das atividades relacionadas.

22. Descrição – Indicador: Percentual de implantação do Programa Internacional de Equidade de Gênero e de Juventude no Meio Rural - Responsáveis: Coordenador Rafael Martins Dias | Técnica Geise Assis Mascarenhas | Técnico substituto Ricardo Garcia França

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 100%

Resultado acumulado: 83,33%

Meta: 100,00%

Resultado alcançado:

83,33%

i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução satisfatória, conforme o previsto, em todos os meses, exceto em outubro e novembro, com execução parcial. Anteriormente, com os temas separados no acompanhamento das ações em dois indicadores diferentes, a execução foi acima do previsto em maio, insatisfatória e parcial em junho e insatisfatória em julho, para os indicadores quando contabilizados separadamente, com desvio justificado pelo atraso em algumas tratativas junto ao parceiro internacional FAO - América Latina, com plano de ação prevendo replanejamento das metas. Em agosto, houve a junção das metas de equidade e gênero, com alterações refletindo nas atividades executadas no mês. Em outubro, com execução contabilizada satisfatória em todos os meses anteriores, a meta foi apenas parcialmente realizada, com desvio justificado pela revisão de dois estudos para continuidade no próximo ano, em função de remanejamento orçamentário do projeto com a FAO. Como plano de ação a área indicou ainda que os resultados das oficinas realizadas no âmbito do Encontro de Mulheres Rurais do Mercosul / IX Encontro de Gênero e Geração (intercâmbio de experiências autonomia mulheres rurais e geração de renda para

juventude) servirão de insumos e orientarão a realização dos estudos regionais. Os resultados destas oficinas, que serão apresentados e discutidos na Reunião Especializada da Agricultura Familiar (XXIX REAF/Mercosul - 20 a 22.11.2018 - Uruguai), orientarão os próximos passos para a realização dos estudos a nível regional.

Em novembro, o estudo de experiências sobre o empoderamento e a autonomia das mulheres rurais, vinculado ao III Programa de Gênero, só teve sua versão final aprovada na XXIX REAF (final de novembro de 2018), razão pela qual o seu início foi reprogramado para 2019. Por sua vez, o estudo de experiências sobre as boas práticas das juventudes rurais na geração de renda no campo depende de novas tratativas e aguarda disponibilidade de recursos. O Seminário sobre Educação Rural, a ser realizado em parceria com o Sistema Educativo do Mercosul (SEM), também depende de novas tratativas e priorização de recursos. Para sanar esses atrasos, os estudos, bem como o seminário tiveram indicativos de serem desenvolvidos a nível regional e de forma articulada com outros organismos, entre os quais se destacam as Comissões de Equidade de Gênero e Juventude da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF) e o Sistema Educacional do Mercosul (SEM), razão pela qual houve descompasso entre o planejamento e a sua realização, pois a priorização das atividades e disponibilidade de recursos dependiam das contrapartes, o que não ocorreu a tempo até dezembro de 2018.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2019, o principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), além da necessidade de alinhamento estratégico entre as equipes para continuidade das atividades relacionadas.

Programa de Integração Organizacional

Objetivo estratégico

Promover o acesso das informações, o alinhamento interno, a valorização do profissional e integração dos setores da Sead como forma de conferir maior eficiência ao trabalho e maior efetividade às políticas.

Gestor: Diogo Telles Martins Pereira - Gabinete Sead

23. Descrição – Indicador: Nº de ações para a promoção da comunicação interna/ informativos internos - Responsáveis: Coordenadora Jacqueline de Sousa Santos | Técnica Letícia Fekete Pereira | Técnica substituta Carolina Gama.

i. Análise

i.a Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao programa/objetivo estratégico.

Resultado acumulado 2018:

Meta 2018: 50 ações

Resultado acumulado: 51 ações

Meta: 50

Resultado alcançado: 51

i.b Avaliação do resultado

O indicador teve execução satisfatória, conforme o previsto, em todos os meses, exceto em abril, que obteve execução acima do previsto.

ii. Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2019, o principal desafio que se apresenta é a nova estrutura do órgão, agora internalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), além da necessidade de alinhamento estratégico entre as equipes para continuidade das atividades relacionadas.

8 – Demonstrações contábeis

8.1 - Gestão Orçamentária e Financeira

A Lei Orçamentária Anual – LOA/2018 (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018) consignou à SEAD dotação orçamentária no total de R\$ 1.065.076.517. Contudo, cancelamentos de dotações no montante de R\$ 120.085.217 redimensionaram o orçamento/2018 para a cifra de R\$ 944.991.300.



Figura 11 - Gráfico de variação orçamentária

Variação Orçamentária

Fonte: Tesouro Gerencial

8.2- Execução Orçamentária

Em 2018, a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD recebeu dotação de R\$ 944.991.300. Desse total foram empenhadas 893.831.569,75, liquidadas R\$ 310.206.550,75 e pagas 299.706.446. A execução da despesa (liquidação) representou 29,13% dos valores autorizados na LOA/2018 e 32,83% da dotação final do órgão.

A execução das despesas verificou-se em quatro vertentes: Investimentos, Inversões Financeiras, despesas com pessoal e custeio. O gráfico a seguir apresenta a distribuição destas despesas no orçamento da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD.

Despesa	2018			
	Dotação Final	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Pagamento com pessoal	59.827.950,00	54.289.085,57	53.091.061,51	49.978.022,91
Custeio	768.707.482,00	734.202.151,16	232.030.674,39	224.742.996,24
Investimento	105.595.155,00	101.842.004,82	24.905.436,05	24.905.436,05
Inversões financeiras	4.750.000,00	3.498.328,21	179.778,80	79.990,80
Reserva de contingência	6.110.713,00			
Total	944.991.300,00	893.831.569,76	310.206.950,75	299.706.446,00

Tabela 15 - Tabela de distribuição das despesas da Sead executadas em 2018

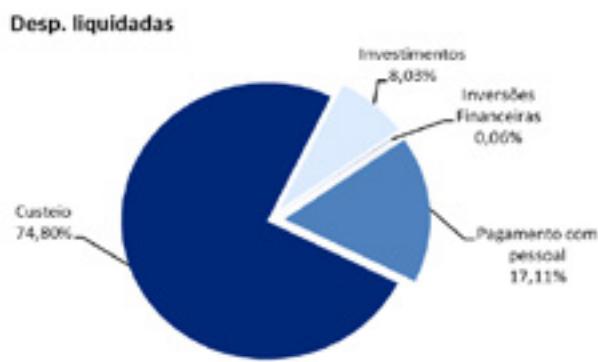


Figura 12 - Gráfico de distribuição das despesas da Sead executadas em 2018

Distribuição das despesas da SEAD executadas em 2018

Fonte: Tesouro Gerencial

Observa-se pelo gráfico que os gastos da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD são predominantes em custeio e despesas com pessoal.

As despesas de Custeio são aquelas necessárias à prestação de serviços e à manutenção organizacional, por exemplo: água, luz, limpeza e segurança.

Os investimentos prendem-se a dotações aplicadas no patrimônio permanente, como obras e instalações.

Tanto as despesas de custeio como as de investimento abrangem gastos com o funcionamento das chamadas atividades:

- Finalísticas: promoção da democratização do acesso à terra, da gestão territorial da estrutura fundiária, da inclusão produtiva, da ampliação de renda da agricultura familiar, dentre outros.
- Administrativas: serviços de apoio às atividades finalísticas;
- Obras e instalações, aquisição de equipamentos e material permanente.

Execução por Grupo e Elemento de Despesa

A tabela acima apresenta desempenho orçamentário da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD por Grupo de natureza de despesa.

Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais

As despesas com pessoal totalizaram R\$ 53.091.061,51. Deste montante, três gastos se destacam e representam mais de 90% da despesa: vencimentos e vantagens fixas, 66,06% da despesa, obrigações patronais, 13,71% e contratos por tempo determinado, 12,5%.

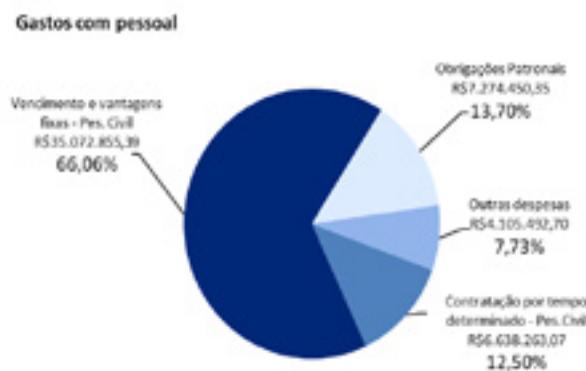


Figura 13- Gráfico de gastos com pessoal

Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

Em 2018, a execução das despesas de custeio totalizou R\$ 232.030.674,39, que inclui despesas com atividades finalísticas, manutenção institucional e outros gastos de custeio.

Os dispêndios mais relevantes foram os auxílios financeiros a pessoas físicas (R\$ 118.410.358,80), 51,03% desta despesa, outros serviços de terceiros (56.433.309,82), 24,32% e locação de mão de obra (R\$ 31.298,316) 13,49%.

Os auxílios financeiros a pessoas físicas referem-se integralmente à contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei 10.420, de 2002). Em outros serviços de terceiros destacam-se os serviços de apoio administrativo técnico e operacional (R\$ 27.877.893,25) e os serviços de apoio ao ensino (R\$ 21.196.079,79), sendo que este prende-se ao apoio aos Estados para implantação do cadastro de terras e regularização fundiária no Brasil. Quanto à locação de mão de obra, tomam relevo o apoio administrativo técnico operacional, limpeza e conservação e vigilância.

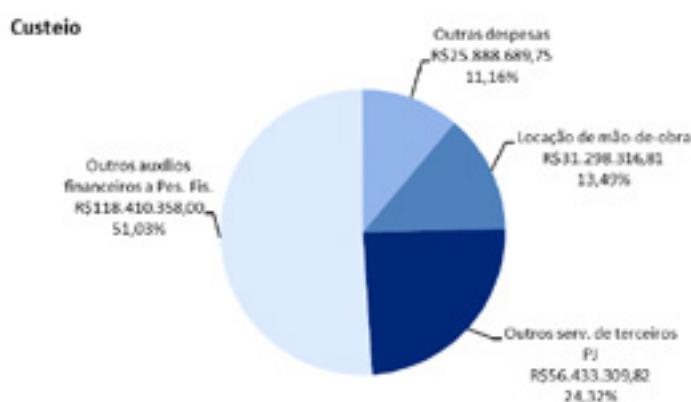


Figura 14 - Gráfico de custeio

Grupos 4 e 5 – Investimentos e Inversões Financeiras

Esses grupos somaram R\$ 25.085.214,8, sendo praticamente tudo verificado em investimentos R\$ 24.905.436,05. Foram significativos os investimentos no programa de alimentação do trabalhador, R\$ 9.550.000, e na aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários R\$ 6.028.500. Em relação ao programa de alimentação do trabalhador, buscou-se o fomento à produção de tecnologias e de conhecimentos apropriados para a agricultura familiar.

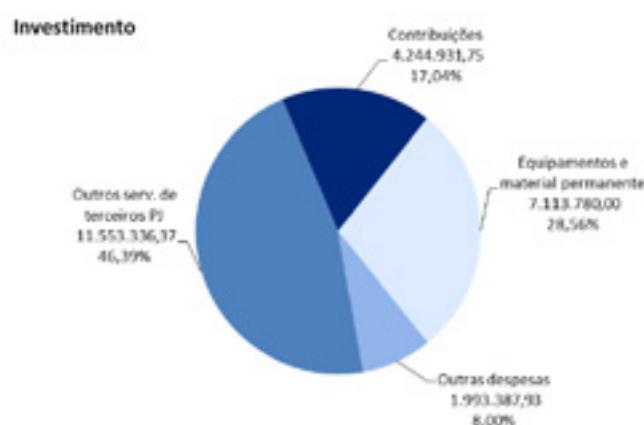


Figura 15 - Gráfico de investimentos

8.3- Valores Autorizados de Movimentação e Empenho

Os Decretos de Programação Orçamentária e Financeira estabeleceram limites de movimentação e empenho à Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD no exercício de 2018. Nestes termos, o gráfico abaixo explicita os Valores Autorizados para Movimentação e Empenho das despesas discricionárias.

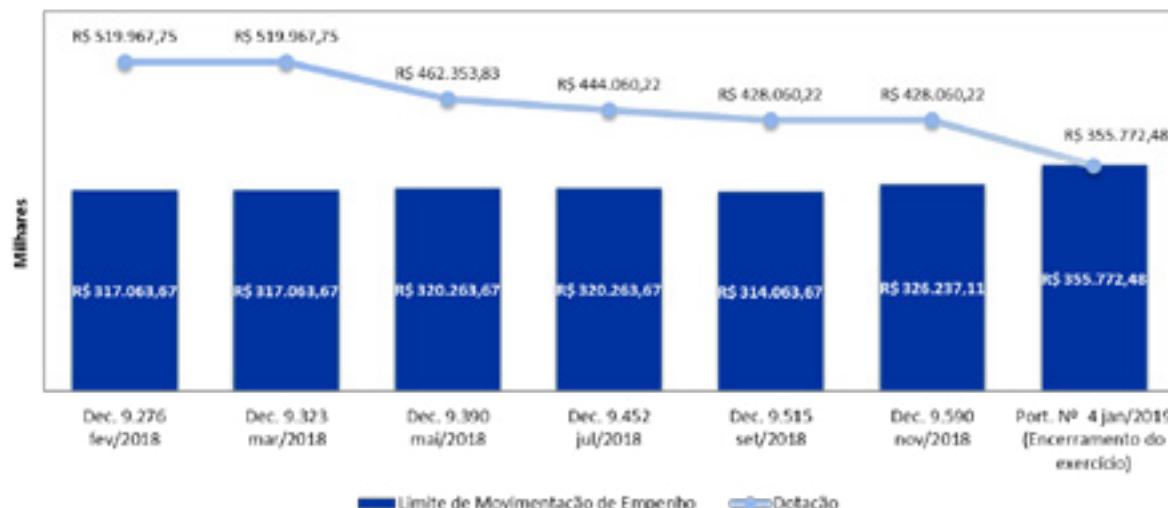


Figura 16 - Gráfico de valores autorizados para movimentação e empenho das despesas discricionárias

Os Valores contingenciados resultam da diferença entre a Dotação Autorizada e os Valores Autorizados para Movimentação e Empenho demonstrados na tabela abaixo. Observa-se que ao final do exercício, as dotações orçamentárias foram totalmente liberadas.

	Dec. 9.276 fev/2018	Dec. 9.323 mar/2018	Dec. 9.390 mai/2018	Dec. 9.452 jul/2018	Dec. 9.515 set/2018	Dec. 9.590 nov/2018	Port. 4 jan/2019
%Contingenciamento	39,02%	39,02%	30,73%	27,88%	26,63%	23,79%	0,00%

Tabela 16 - Tabela de valores contingenciados

9- Outras informações relevantes

9.1 Estágio de implementação do planejamento estratégico

9.1.1- Estágio de desenvolvimento

O Planejamento Estratégico da Sead proposto para 2017-2019 em seus níveis mais estratégicos é fruto de um processo de mudança na gestão do Governo Federal. Ele é o resultado da proposta de adoção de uma metodologia de gestão estratégica desenvolvida com o auxílio de uma ferramenta computacional, o Sistema de Monitoramento e Gestão (Simog), para a produção automática de um sistema de monitoramento do plano, de forma mensal. A gestão estratégica mensal aponta rumos e possibilidades de correção que possibilitam aprimoramento da execução das metas propostas.

A partir de um primeiro exercício onde foram propostos e acompanhados indicadores estratégicos sobre as ações finalísticas da Secretaria Especial de maneira exitosa, foram desenvolvidos indicadores para a área de gestão, que também compõe o plano e mostram o compromisso do órgão também com as áreas de gestão.

9.1.2- Metodologia de formulação, de avaliação e de revisão dos objetivos estratégicos

A formulação do Planejamento buscou aperfeiçoar o próprio referencial estratégico da entidade em um contexto de mudanças política e estrutural do órgão, articulando suas ações a partir de estratégias de curto, médio e longo prazo, disseminando sua identidade organizacional, objetivos estratégicos, programas estruturantes, metas e indicadores.

Dessa maneira, foi fundamental construir um planejamento estratégico participativo e que deu centralidade às ações empreendidas pelo órgão, objetivando a eficiência, eficácia e efetividade das políticas. Essa iniciativa visou aprimorar o controle, o desenvolvimento de capacidades e estimular uma gestão com fluxo de monitoramento, avaliação e tomada de decisões mais adequadas às demandas da população rural e aos compromissos assumidos junto aos órgãos de controle. A metodologia para alcançar o Planejamento Estratégico foi composta em quatro ações:

- Definição do objetivo
- Levantamento de cenários
- Problematização
- Proposição de soluções

A partir da definição do objetivo, com auxílio do levantamento de cenários, foi apresentado o Mapa Estratégico com a definição das prioridades, conforme consta neste material. As definições estratégicas atuam na construção da missão e dos valores, elencando objetivos prioritários e programas, com projetos e metas que focam nos conceitos, área de atuação e público-alvo.

A primeira etapa consolidou os cenários interno e externo, nivelando os temas, ações, atividades e programas desenvolvidos nas subsecretarias. Foram exaustivamente trabalhados os pontos fortes e oportunidades, como fatores internos e externos positivos, além dos pontos fracos e ameaças, como fatores internos e externos negativos.

9.1.3 - Alinhamento ao PPA e à Lei Orçamentária Anual

Em 2017, com a revisão do Planejamento Estratégico da SEAD (PE), foi possível aprimorá-lo para que se aproximasse ao Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 e à Lei Orçamentária Anual (LOA) 2017 com maior uniformidade. No entanto, após a reforma administrativa ocorrida com a mudança de governo em meados de 2016, o PPA 2016-2019 ficou significativamente mais abrangente em relação a estrutura da Sead, bem como a capacidade em estabelecer metas próximas no PE da Sead ao compromisso assumido no PPA 2016-2019. Ainda que em relação aos indicadores construídos esse trabalho tenha sido mais exitoso.

Ao definir os indicadores e metas do PE, partiu-se da exequibilidade dos objetivos e metas do PPA, como exemplo citam-se os indicadores do PE “Números de atendimentos de ATER” e “Números de beneficiários de ATER”. Um dos maiores objetivos do PPA da SEAD relacionado a ATER (assistência técnica e extensão rural) diz: “0412 - Ampliar e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural, promovendo a inovação e a sustentabilidade dos sistemas produtivos de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais”. A meta PPA do objetivo 0412 busca prestar ATER qualificado, direcionado e continuado a diversas famílias da agricultura familiar, portanto, é pertinente ao PE estabelecer indicadores que atendam aos objetivos do órgão e contribuam para a execução plena do PPA, assim, nada mais factível do que acompanhar e incentivar o crescimento dos números de atendimento e beneficiários de ATER.

A mesma dinâmica foi pensada para cada indicador formalizado no PE 2017: Estabelecer uma relação prática e eficaz com os mais significantes objetivos e metas do PPA da SEAD. Seguindo esta linha, o alinhamento com a LOA foi fácil, uma vez que o próprio PPA já possui associação com a LOA a partir dos Programas Temáticos e Objetivos versus Ações Orçamentárias.

Para cada Objetivo do PPA há uma Ação Orçamentária da LOA correspondente, assim, os custos de execução das atividades medidas pelos indicadores do PE podem ser mensurados de acordo com os Planos Orçamentários (PO) atrelados ao respectivo Objetivo do PPA. O trabalho de construção do Planejamento Estratégico da Sead 2017-2019 buscou concentrar seus esforços na adoção de indicadores básicos da execução das principais políticas executadas pela Sead. Com essa ação pretende-se que esses indicadores sejam mais adequados à realidade do monitoramento do órgão e permitam o balizamento de futuros documentos de gestão do órgão como o PPA, além de possibilitarem a confiabilidade das informações, a perpetuidade de linhas de base, um melhor processo de avaliação das políticas e a formulação de indicadores de impacto, qualificando assim, o processo de gestão e a tomada de decisão.

9.1.4- Indicadores de desempenho relacionados à gestão estratégica

Conforme explicitado no Relatório de Gestão da Sead anterior, para o exercício de 2018 foram definidos índices, indicadores e metas para os programas de gestão, presentes na Portaria DOU nº 424, de 14 de julho de 2017, que institui o Planejamento Estratégico da Sead 2017-2019. Assim, para os programas estruturantes da área de gestão, no exercício de 2018, foram definidos índices, indicadores e metas para tais programas na Portaria DOU nº 566, de 17 de setembro de 2018, a qual formaliza e detalha o Planejamento Estratégico da Sead.

9.1.5- Revisões ocorridas no planejamento estratégico, sua descrição e periodicidade

O Planejamento Estratégico foi publicado em meados de 2017 após um longo processo de adequações à uma nova conjuntura política e econômica do país e a realidade orçamentária e estrutural do órgão. Na nova metodologia o plano é reavaliado anualmente, processo pelo qual passam os índices, indicadores e metas propostas. A missão, visão, objetivos estratégicos e programas estruturantes não serão reavaliados para o biênio 2017-2019.

9.1.6- Envolvimento da alta direção (Secretários)

Grande parte das políticas e compromissos assumidos pelo órgão foram mantidos pela nova gestão, contudo foi necessário repensar metas e rumos anteriormente traçados, por questões estratégicas e também pela redução no orçamento disponível.

No entanto, grande parte da alta direção do órgão é responsável pelo papel de “gestor” dos programas estruturantes do plano, conforme explicita a Portaria DOU nº 424, de 14 de julho de 2017, em seu Art. 4º:

“§ 1º Fica instituída a figura do gestor para cada um dos quinze programas estruturantes, que deverão ser designados pelo Secretário Especial.

§ 2º Compete ao gestor atuar na defesa das ações estratégicas necessárias para o alcance do programa estruturante, exercer a função de articulador, monitorar seu desenvolvimento e reportar os resultados alcançados”

9.1.7- Alinhamento das unidades ao planejamento estratégico

Todas as subsecretarias da Sead possuem indicadores e metas no Planejamento Estratégico vigente e passam pelo processo de monitoramento e avaliação da execução dos compromissos assumidos como apresenta-se abaixo:



Figura 17 - Desempenho das subsecretarias

9.1.8- Principais dificuldades e mudanças previstas

A principal dificuldade é a consolidação da cultura de planejamento, monitoramento e avaliação no órgão. A formalização do processo de prestação de contas avançou bastante, porém o desconhecimento e/ou limitado recurso para a tarefa de planejamento e gestão no órgão como um todo ainda é um fator limitante para que todo o processo de planejamento e gestão ocorra satisfatoriamente.

9.2- Tratamento de deliberações do TCU

A Assessoria Especial de Controle Interno encaminhou as demandas do TCU para as áreas técnicas responsáveis e monitorou o atendimento às determinações proferidas, obtendo resposta e encaminhando-as ultimamente no documento “Prestação de contas da Presidência da República 2018”, conforme o quadro em anexo no item 10.2.

10- Anexos e apêndices

10.1 Relatório de processos a instaurar - por situação

Processos Novos - Aguardando Juízo de Admissibilidade	39
Processos Arquivados	14
Processos Aguardando Decisão de Arquivamento	5
Processos Aguardando a Instauração do TCA	3
Processos na Comissão de Sindicância	11
Processos na Comissão de Processo Administrativo Disciplinar	8
Processos com Relatório Final	25
Processos aguardando instauração de Comissão de Sindicância	16
Processos Aguardando Instauração de PAD	3
Processos em Análise	65
Processos na ASJUR	44
Processos encaminhados à Casa Civil	10
TOTAL DE PROCESSOS	121
TOTAL DE NUP'S	243

Tabela 17 - Tabela de processos a instaurar - por situação

Fonte: Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares – CPDA/ Sead

10.2 Quadro de Tratamento de deliberações e recomendações do TCU

Monitorados – acompanhamento da execução dos planos de ações para cumprimento das determinações/recomendações:

Deliberação	Data	Unidade	Assunto	Processo	Descrição sucinta do item	Situação
1197/2018 - Plenário	08/10/2018	SAF	DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf	55000.008208/2017-15	Pedido de prorrogação feito pela SAF, 4/2/19	Solicitado encaminhado via barramento Sei
557/2016 - Plenário	15/03/2016	SPG	Gestão de aquisições públicas	55000.001628/2016-90	Atualização da execução do Plano de Ação	
6011/2016 - 1ª Câmara	04/10/2016	SPG	Redução de estoque dos processos de prestação de contas pendentes de análise, decorrentes de convênios e contratos de repasse	55000.003165/2017-81	Atualização da execução do Plano de Ação	Solicitado encaminhado via barramento Sei
1953/2017 - Plenário	10/10/2018	SPG	Transferências Voluntárias	55000.008678/2017-89	Solicitação da SAF a CEF em 14/2/19	Solicitado encaminhado via barramento Sei
2212/2018 - Plenário	25/09/2018	SRA	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	00001.003775/2018-64	Plano de Ação apresentado em 14/12/18	Solicitado encaminhado via barramento Sei
565/2018 – Plenário	06/04/2018	SRA	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	55000.007839/2018-06	Solicitada abertura de processo para apurar as possíveis irregularidades	
566/2018 - Plenário	17/04/2018	SRA	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	55000.007982/2017-17	Atualização da execução do Plano de Ação	
563/2018 - Plenário	11/04/2018	SRA	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	55000.008541/2018-13	Plano de Ação apresentado em 8/11/18	

Tabela 18 - Quadro de Tratamento de deliberações e recomendações do TCU

CASA
CIVIL

